

JOSÉ MENDES DE SOUSA MOURA

VISÃO HISTÓRICA DO CREA-PI

ASPECTOS DA ÁREA TECNOLÓGICA NO PIAUÍ

2ª EDIÇÃO

REVISADA E AMPLIADA

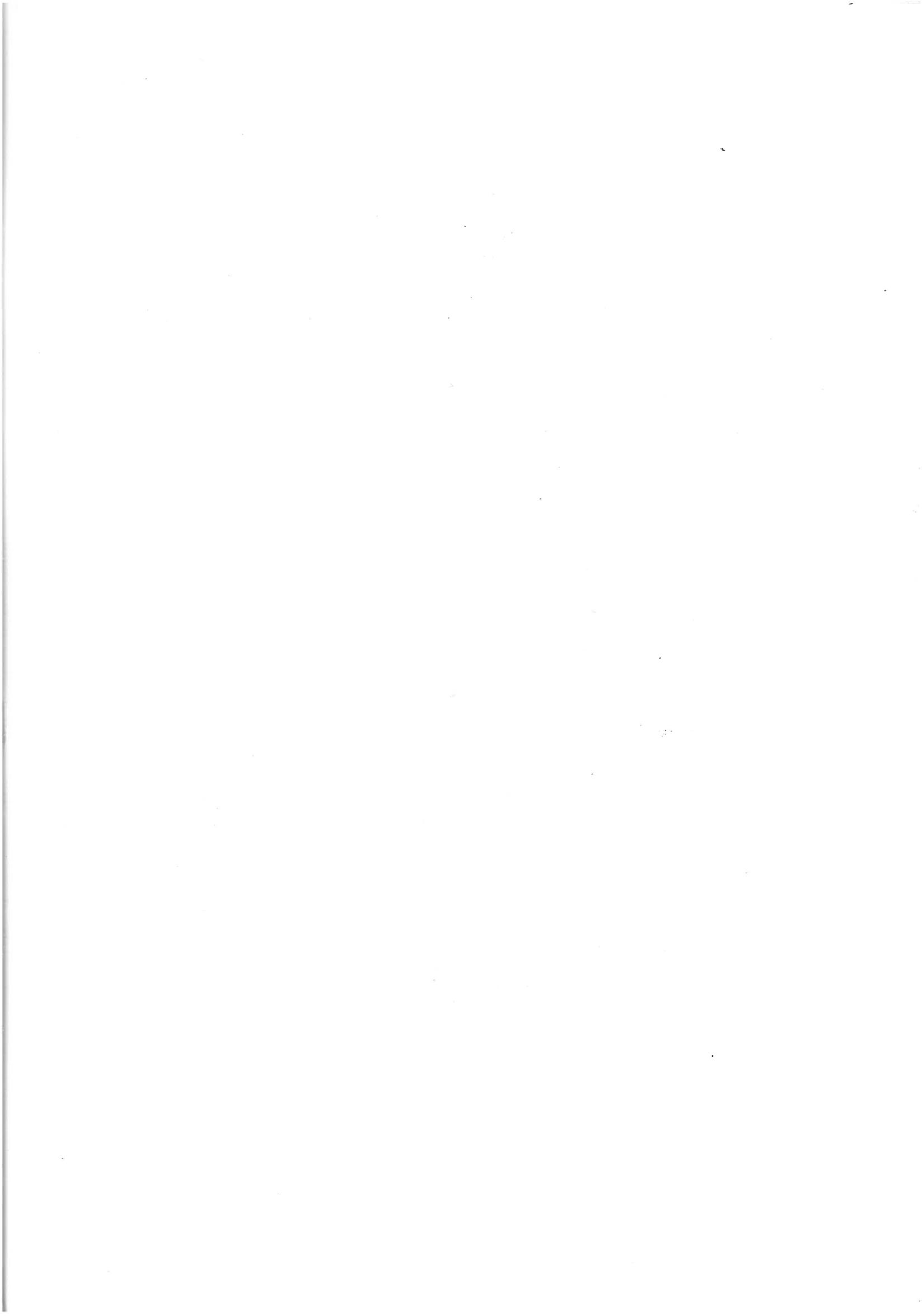


40

anos

CREA-PI

Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Piauí



José Mendes de Sousa Moura

VISÃO HISTÓRICA DO CREA-PI
Aspectos da área tecnológica no Piauí

2ª Edição
Revisada e ampliada

Teresina
2015

Copyright© 2015 José Mendes de Sousa Moura

Pesquisa

José Mendes de Sousa Moura (1ª e 2ª edição)

Nayhd Barros (1ª edição)

Éverton Diego (1ª edição)

Diego Barbosa (2ª edição)

Digitação

José Mendes de Sousa Moura (textos)

Nayhd Barros (Notas de rodapé, Bibliografia e Siglas)

Revisão

Rosa Pereira (1ª edição)

José Mendes de Sousa Moura (2ª edição)

Foto do Autor

Cândido Neto

Fotos Ilustrativas

Arquivo do Crea-PI

José Mendes de Sousa Moura

Nayhd Barros

Aureliano Muller

Cândido Neto

Derek Moraes

Francisco Pereira

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica

Invista Publicidade – 86 3221 0215

Diagramação e Tratamento de Fotos

Edna Gomes - 86 98849.5883 / 99979.5918

Capa e Ilustração

Ângela Rêgo

Impressão

Halley S. A. Gráfica e Editora

Ficha Catalográfica: Bibliotecária Ângela Maria Barbosa CRB 1047

Moura, José Mendes de Sousa.
620.009 81 Visão histórica do CREA-PI : aspectos da área tecnológica no
M929v Piauí / José Mendes de Sousa Moura. 2. ed. rev.ampl. Teresina:
Halley, 2015
208p.: il.

Edição em homenagem aos 40 anos do Conselho Regional de
Engenharia e Agronomia do Piauí.

ISBN 978-85-65219-33-4

1. Engenharia – História – Piauí 2. Arquitetura – História – Piauí
3. CREA-PI – Tecnologia 4. CREA-PI – História. I. Título.

CDD 620.009 81 22



MISTO
Papel produzido a partir
de fontes responsáveis
FSC® C081655

Todos os direitos reservados ao autor • José Mendes de Sousa Moura

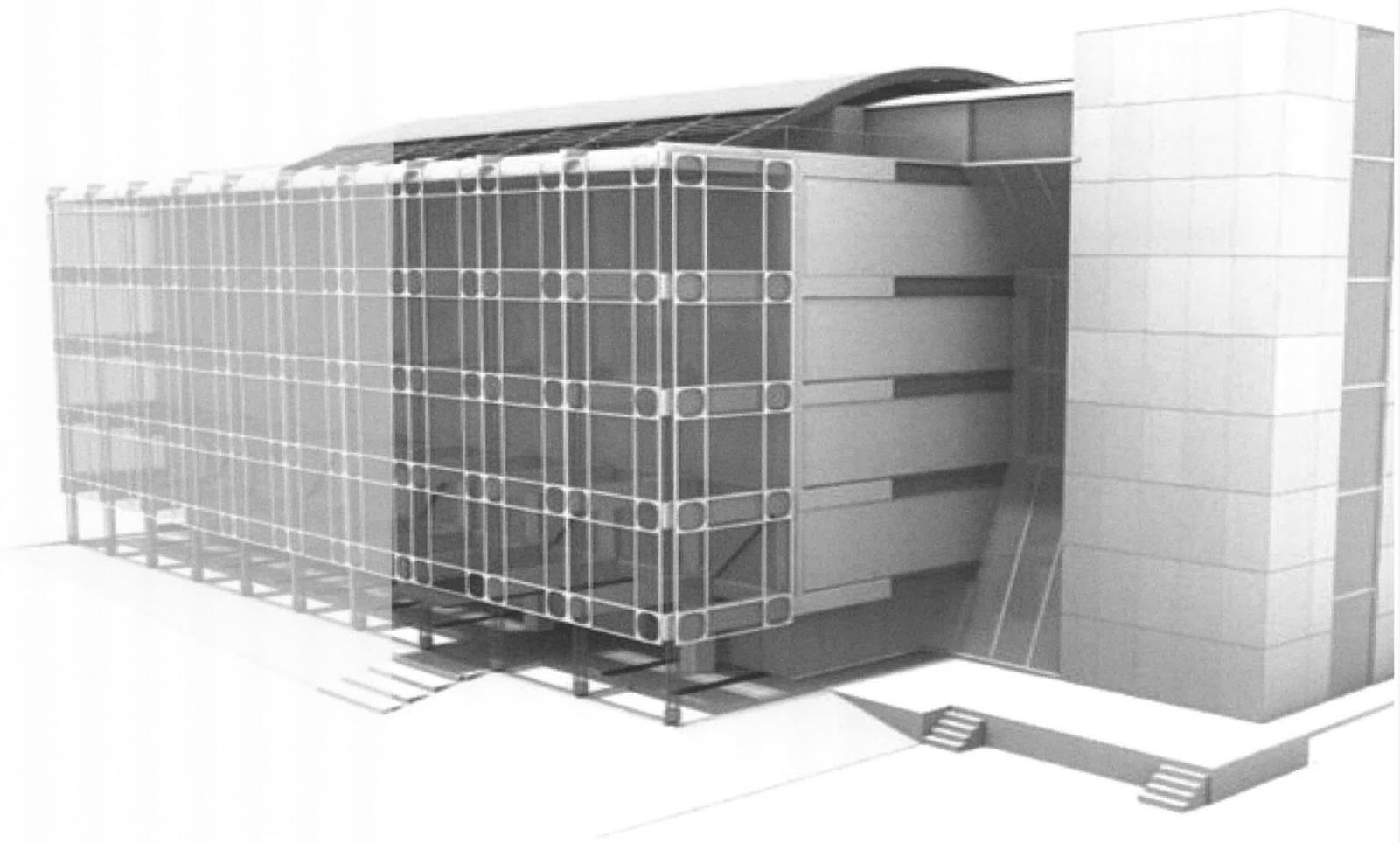
Rua Agripino Maranhão, 652, bairro dos Noivos • CEP: 64.046-230, Teresina-PI
Telefones: (86) 3233-2402 e (86) 99981-6466 • e-mail: jmendes.the@gmail.com

“Acredite que não disponho, aqui, de um oficial de engenharia... Não pode imaginar meu desespero, quase direi minha raiva, por não ter comigo um bom oficial de engenharia” – Napoleão, em carta a Carnot, Ministro da Guerra.

Sumário

Mensagem do presidente do Confea	07
Mensagem do presidente do Crea-PI	09
Agradecimentos	11
Apresentação.....	12
O autor	13
VISÃO HISTÓRICA DO CREA-PI	
Arquitetura e Engenharia: tópicos da História.....	15
Cronologia de eventos da área tecnológica no Piauí anteriores à criação do Crea-PI.....	19
Confea e Creas: uma conquista para os profissionais da área tecnológica	23
Brasília foi construída por engenheiros	27
As condições que levaram à necessidade da criação do Crea-PI.....	29
A instalação do Crea no Piauí ocorreu 42 anos depois da criação do Sistema Confea/Crea.....	37
As primeiras providências para a implantação	43
O que é BDI?	45
As dificuldades iniciais.....	47
Finalmente, a sede própria	49
O processo de aperfeiçoamento administrativo e financeiro	53
As Câmaras Especializadas	61
As Entidades de Classe e as Instituições de Ensino Superior Registradas no Crea-PI	65
ABENC/PI	67
MÚTUA Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea	69
Estrutura organizacional do Crea-PI.....	73
Crea-jr/PI.....	75
Compromisso com a valorização profissional	79
71ª SOEA - um evento histórico no Piauí.....	83
Compromisso com a sociedade.....	87
QUEM FEZ E QUEM FAZ O CREA-PI	
Presidentes: perfis e realizações.....	91
Presidentes Interinos	109
Os Conselheiros Federais,	111

Representantes do Piauí no Confea.....	119
Coordenadores de Coordenadorias Nacionais de Câmaras Especializadas	119
Delegados estaduais no Processo Constituinte do Sistema Confea/Crea (1991/1992).....	120
Conselheiros Regionais do Piauí ao Longo dos 40 anos do Crea-PI....	122
Homenageados pelo Crea-PI e Confea	143
Profissionais Notáveis.....	145
Mulheres no Conselho	167
Eles também participam desta história	177
O DESENVOLVIMENTO É FEITO POR PROFISSIONAIS LIGADOS AO SISTEMA CONFEA/CREA	183
Engenharia no Reino Animal.....	198
Composição do Crea-PI em 2015.....	199
Bibliografia	203
Siglas.....	206



*Fachada principal da nova sede do Confea,
em Brasília (DF)*

Mensagem do Presidente do Confea

Atualizada, a edição 2015 do livro que registra os 40 anos da história do Crea-PI reflete os avanços que o Regional conseguiu na defesa da sociedade, por meio de uma prestação de serviços que prima pela análise segura na concessão das atribuições profissionais e por uma fiscalização – sua atividade-fim – que garante a presença de profissionais habilitados à frente de obras e empreendimentos.

Mas a edição vai além. Reflete o que devemos fazer com relação a nossa preparação para o exercício profissional e, na verdade, também, para a vida: atualizar conhecimentos, tomar decisões com base em informações cada vez mais apuradas, acompanhar os avanços da ciência e da tecnologia, protagonizados por muitos dos mais de 1,3 milhão de profissionais que o Sistema Confea/Crea tem registrados. Desse contingente, certamente fazem parte os que atuam no Estado do Piauí.

Entre os dados atualizados, um particularmente reafirma a validade desta edição 2015: a realização, em Teresina, em 2014, da 71ª Semana Oficial da Engenharia e da Agronomia (SOEA). Colocada no patamar das Semanas mais significativas, reuniu mais de quatro mil participantes e teve sua programação enriquecida com o Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia (CONTECC), que atraiu estudantes, profissionais recém-formados, pesquisadores e cientistas de todo o território nacional, defendendo novas ideias, apresentando iniciativas e o espírito empreendedor dos que, imbuídos pelo impulso da participação responsável, trabalham e estudam por um País melhor.

Tenho certeza de que deixamos sementes de futuro plantadas em solo piauiense, e que elas estão sendo cultivadas por quem está atento aos cuidados que devemos ter com o fruto em que se transformarão: um Brasil digno e com mais qualidade de vida para todos.

Eng. Civil José Tadeu da Silva
Presidente do Confea





CREA-PI
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PIAUÍ

Mensagem do Presidente do Crea-PI

Para nós da área tecnológica, 2015 é um ano especial. O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí (Crea-PI) completa 40 anos de uma história construída por cada profissional, que dedica o seu trabalho buscando soluções e contribuindo diretamente para o desenvolvimento do nosso estado. Para comemorarmos os 40 anos de fundação do Regional piauiense, apresentamos esta edição ampliada e revisada do livro “Visão Histórica do Crea-PI - Aspectos da Área Tecnológica no Piauí”, de autoria do engenheiro civil e ex-conselheiro José Mendes de Sousa Moura.

Em quatro décadas, muitos obstáculos foram vencidos. A disposição para superá-los pode ser encontrada na própria natureza da engenharia, engendrada na resolução de problemas e na percepção objetiva da realidade para utilização dos recursos naturais em benefício do ser humano.

Nossa Gestão à frente do Crea-PI se preocupa em construir um ambiente que aproxime o Conselho dos profissionais, mirando a inovação como um acontecimento contínuo, que nos permita seguir em constante transformação e atribuindo às tecnologias um papel histórico cada vez mais importante.

Objetivando tornar o Conselho Regional cada vez mais atuante em todos os aspectos do seu compromisso institucional, ao longo dos últimos anos intensificamos a integração com todas as inspetorias, promovemos cursos e realizamos campanhas de orientação. Exemplo disso podemos citar o ciclo de Seminários sobre Procedimentos de Regularização Fundiária, realizadas nas inspetorias do interior do estado, que tem o importante papel de apontar para a resolução de conflitos históricos, com interferência fundamental no desenvolvimento socioeconômico piauiense.

É preciso destacar também um momento ímpar da nossa história, quando em agosto de 2014 sediamos em Teresina a 71ª Semana Oficial da Engenharia e Agronomia (SOEA) e o I CONTECC (Congresso Técnico Científico do Sistema Confea/Crea,) ambos considerados os maiores eventos do Sistema Confea/Crea e Mútua, que visam articular a comunidade da Engenharia e da Agronomia do Brasil para o desenvolvimento, com difusão e debate permanente da inovação e dos temas relevantes para a área tecnológica, considerando a oportunidade de adquirir novos conhecimentos técnicos, científicos e empresariais.

Organizar a 71ª SOEA representou mais um desafio que superamos com satisfação. Dado a grandiosidade do evento, demonstramos o quanto estamos preparados para passos cada vez mais largos.

O desenvolvimento pleno e independente exige experiências de modernização e integração que suscitem a utilização de novas ferramentas por parte dos profissionais da área tecnológica, além da troca de experiências entre os participantes. Eis a importância de um evento da magnitude da SOEA.



Outras ações que se destacam são os investimentos em tecnologias que propõem facilitar o acesso aos serviços do Conselho, com a reformulação completa do site institucional. O objetivo é a criação de um sistema para registro online de profissionais e empresas, consulta ao andamento da carteira e o aperfeiçoamento do canal de diálogo. Estamos também reativando a ouvidoria, objetivando a transparência das ações do Regional e a otimização da prestação de serviços aos profissionais vinculados.

E quando se fala em avanço, é preciso também fortalecer os mecanismos de defesa dos interesses de todas as profissões ligadas ao Sistema Confea/Crea, para que se possa ampliar a proporção de profissionais dedicados às áreas específicas da engenharia. Segundo dados retirados do último Censo e divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apesar de formar um número suficiente de engenheiros para a demanda provocada pelo atual estágio do Produto Interno Bruto (PIB), apenas um de cada 3,5 engenheiros formados no Brasil está formalmente empregado em ocupações típicas da profissão. De acordo com a instituição, isso pode provocar um “apagão de obra qualificada”, caso a economia apresente taxa de crescimento um pouco mais elevada.

Quando assumimos o desafio de presidir o Conselho, nosso programa tinha como pilar consolidar as melhores práticas de Gestão, ampliando serviços e alternativas que, respeitando o passado, possam proporcionar melhores condições aos profissionais para exercerem suas atividades, com o pleno uso de suas atribuições conferidas pela graduação.

Nesse contexto, apoiamos o Programa CreaJr-PI, que se expandiu neste período e cresce a cada ano, para que os jovens estudantes de hoje se tornem os profissionais do futuro, integrantes do Sistema Confea/Crea, compreendendo a importância do Conselho como órgão fiscalizador em defesa de suas profissões e da própria sociedade.

Ressaltando a relevância da profissão e defendendo o reconhecimento da engenharia como carreira de Estado, acreditamos no Crea-PI participando ativamente da agenda pública no que diz respeito à área tecnológica e contribuindo na formulação de projetos e ações que atendam aos interesses dos profissionais e de toda a sociedade piauiense.

Paulo Roberto Ferreira de Oliveira
Presidente do Crea-PI

Agradecimentos

O autor agradece a todos aqueles que contribuíram de alguma forma para tornar possível este livro:

DA 1ª EDIÇÃO (2010)

- Ao Confea, na pessoa do seu então presidente, Eng. Civil Marcos Túlio de Melo, extensivo ao Plenário daquele órgão, pela aprovação de convênio de repasse financeiro ao Crea-PI, que possibilitou a edição desta obra.
- Ao então presidente do Crea-PI, Eng. Agrim. e Civil José Borges de Sousa Araújo, pelo convite e apoio ao autor para a publicação deste livro.
- À Mútua-PI, pelo apoio financeiro.
- À conselheira federal Ana Karine Batista de Sousa, pela dedicação no acompanhamento e defesa do convênio junto ao Confea.
- À pesquisadora do Confea Socorro Ferro.
- Aos funcionários do Crea-PI, especialmente Alexsandra Corrêa Melo, Socorro Araújo e Francisca Torres, pela disponibilização de documentos e informações prestadas.
- À jornalista Thaís Loiola.
- À estagiária Nayhd Barros, estudante de História da UFPI.
- Ao estagiário Éverton Diego, estudante de História da UFPI.
- Aos ex-presidentes e conselheiros regionais do Crea-PI.

DA 2ª EDIÇÃO (2015)

- Ao presidente do Crea-PI, Eng. Civil Paulo Roberto Ferreira de Oliveira, pelo convite e apoio ao autor para a publicação desta 2ª edição revisada e ampliada.
- Ao estagiário Diego Barbosa, estudante de história.
- Ao jornalista Dérek Moraes.
- Aos conselheiros e funcionários do Crea-PI.

Apresentação

A 2ª Edição revisada e ampliada deste livro - “Visão Histórica do Crea-PI - Aspectos da Área Tecnológica no Piauí” - tem o propósito de avivar para a memória alguns aspectos da Engenharia e da Agronomia no Piauí e comemorar os 40 anos de criação do Crea-PI. Conservamos os textos da 1ª Edição, com as correções devidas, e acrescentamos os principais fatos e notícias do Regional piauiense nos últimos 5 anos, além de novas informações e curiosidades da área tecnológica. O projeto gráfico permanece com a mesma estrutura, porém com uma nova roupagem caracterizada pela mudança da capa e de algumas ilustrações.

Os perfis de alguns profissionais notáveis que têm serviços prestados em favor do desenvolvimento do estado ou contribuição relevante à área tecnológica, que na edição anterior ocupava os boxes paralelos aos textos, foram transportados para um capítulo à parte. Em seus lugares introduzimos outras informações que julgamos importantes para contribuir com a difusão do conhecimento de assuntos que interessam às classes da Engenharia, da Agronomia e demais modalidades abrangidas pelo Sistema. Permaneceram nos boxes, entretanto, os perfis de profissionais ligados diretamente à história da fundação do Crea-PI.

O Crea-PI, que a partir de 2011 não possui mais em seu cadastro os arquitetos, em função da criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, conta atualmente com cerca de 16.000 profissionais registrados e/ou com seus registros visados, entre os diplomados de níveis superiores e médios. Existe deficiência em sua estrutura operacional, mas nada que o prejudique na sua missão institucional de promover condições para o exercício, fiscalização, controle, orientação e aprimoramento das atividades profissionais da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia, sempre defendendo a sociedade, fiscalizando a qualidade dos produtos e serviços decorrentes do exercício profissional.

Como dissemos na apresentação da edição anterior, em razão da nossa dedicação às múltiplas funções e atividades assumidas no exercício de mandatos de conselheiro regional nos foi possível compreender a importância da regulamentação profissional e a necessidade do órgão fiscalizador como instrumento de controle a serviço da comunidade. Assim, a nossa opinião sobre o Crea-PI se contrapõe à visão simplista daqueles que o veem como mero arrecadador.

Contamos com a indulgência de todos para as falhas e omissões encontradas neste trabalho.

Eng. Civil José Mendes de Sousa Moura
Ex-conselheiro

O autor

Nasceu a 31 de março de 1953, em Simplício Mendes, cidade do semiárido piauiense. Sem horizontes em vista para vencer em sua terra natal, após cursar o ginásio, partiu em busca de estudos em centros mais avançados. Em Teresina, cursou os dois primeiros anos do antigo científico no Colégio Estadual Zacarias de Góes, antigo Liceu Piauiense. Em Recife, fez o 3º científico no Colégio ESUDA e graduou-se em Engenharia Civil pelo Centro de Tecnologia da UFPE (1977); fez cursos de Especialização em Restauração e Gerência Rodoviária e Intensivo de Solo-Cimento. Ainda estudante, estagiou na Marpef Engenharia Ltda e trabalhou na Companhia de Instalações Industriais de Pernambuco.

Ao retornar ao Piauí, foi trabalhar no interior do estado como fiscal de obras do Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí – DER-PI, órgão do qual faz parte do seu quadro de engenheiros e onde exerceu diversos cargos e funções, destacando-se os de diretor das Diretorias de Engenharia e de Conservação e Manutenção. Trabalha também como autônomo nas áreas de projetos de engenharia, consultoria, perícia técnica judicial e avaliação de imóveis.

No Crea-PI, após mandato de conselheiro suplente de 1985 a 1987, assumindo a titularidade por breve período, voltou a participar do Conselho vinte anos depois, quando em 2007 assumiu o mandato de conselheiro efetivo que se estenderia até 31/12/2009. Renovou seu mandato pelo Clube de Engenharia do Piauí para o período 2010-2012. Participou ativamente do Conselho: Coordenador da Câmara Especializada de Engenharia Civil (2008, 2009 e 2011), da Comissão de Ética Profissional (2007 e 2010), Comissão de Renovação do Terço (2009), Comissão de Tomada de Contas (2008), Comissão Especial do Mérito (2012), além de coordenador adjunto e membro de outras Comissões. Em 2010, além de coordenador da Comissão de Ética Profissional, exerceu o cargo de 1º Diretor Administrativo. Em 2011 candidatou-se ao cargo de presidente, mas não foi eleito.

Além desta 2ª Edição, revisada e ampliada, comemorativa dos 40 anos do Crea-PI, tem mais cinco livros publicados: “Simplício Mendes - História e Notáveis” (2001); “Isaías Coelho - O Esculápio do Sertão” (2006); “Dr. Florencio Moura - O Médico e o Cidadão” (2009), “Visão Histórica do Crea-PI - Aspectos da Área Tecnológica no Piauí”, 1ª Edição comemorando 35 anos de fundação do Crea-PI (2010) e “Ney Moura Fé - Seus Caminhos e Sua Obra” (2015). Publicou também os livretos “A Paróquia de Simplício Mendes - E a homenagem ao primeiro Pároco” (2004) e “100 Anos de Simplício Mendes - Centenário da Instalação da Vila (15.11.1905 - 15.11.2005)” (2005).

Tem vários artigos publicados em jornais de Teresina, Revista De Repente e na Revista do CEPI, publicação técnica e literária do Clube de Engenharia do Piauí, entidade na qual teve participação ativa na Diretoria Executiva como Diretor Cultural (2005-2007) e Diretor Financeiro (2008-2011).

Tem artigos, crônicas e contos publicados nas Coletâneas “Alvorecer da ALEARTES” (2004); “Coletânea ALEARTES 2005”; SAFIRA 2013 e 2014, estas últimas da Associação Brasileira de Engenheiros Escritores - ABRAEE, da qual é o atual 2º Tesoureiro.

É também autor do poema “A História de Simplício Mendes em Versos - Das Feiras da Maniçoba ao Mel de Exportação” (Versão atualizada em 2013), contendo 270 versos distribuídos em 45 estrofes.

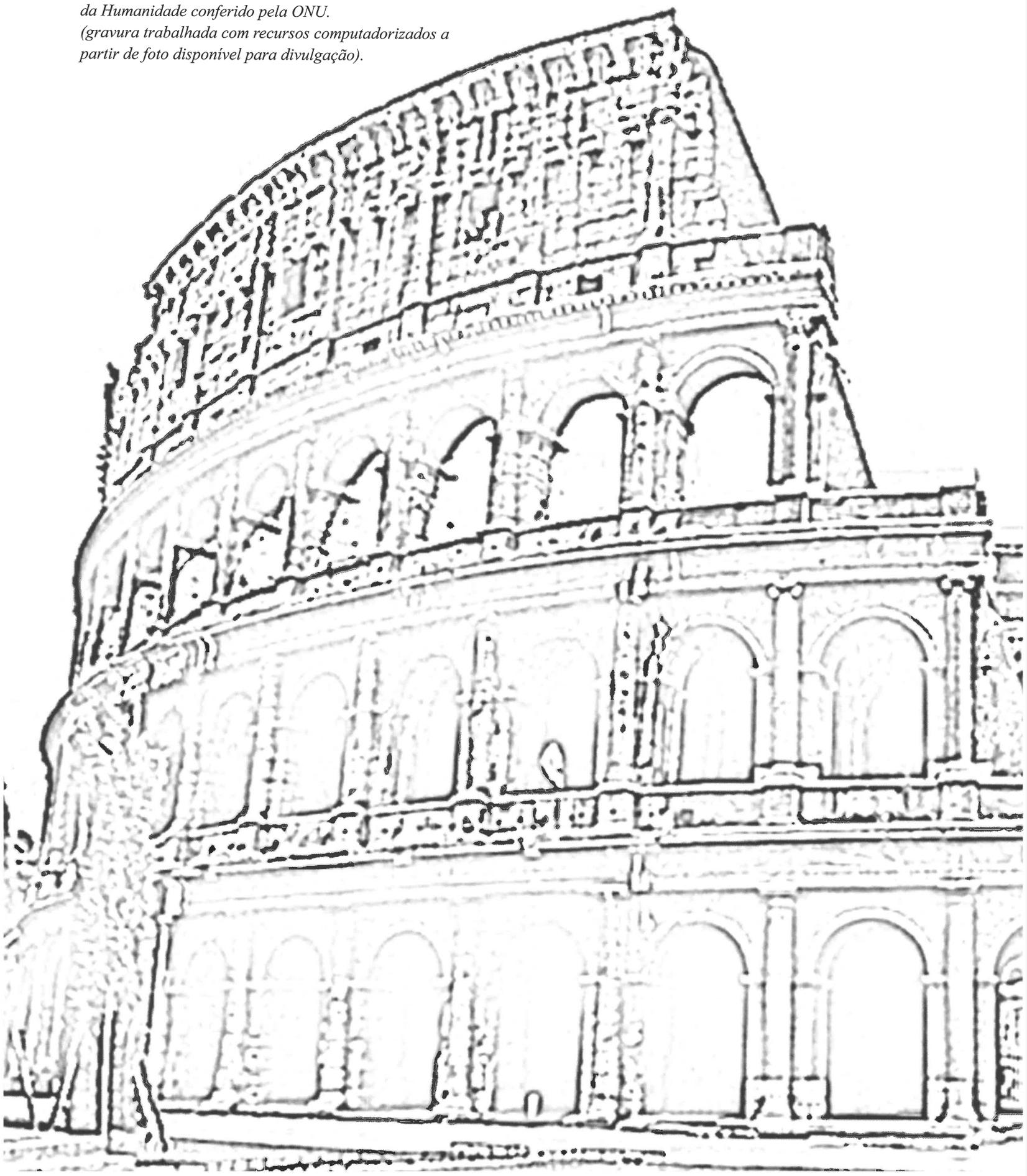
É casado com a engenheira civil Ceres Marinho Mendes Moura, com quem tem os filhos Olavo e Lenise. De um relacionamento antes do casamento, é pai também de Diogo Enéias, que lhe deu o neto Davi.



Eng. Civil
José Mendes de Sousa Moura

Contatos: (86) 3233-2402 e (86) 99981-6466
e-mail: jmendes.the@gmail.com

O Coliseu de Roma é um dos mais grandiosos monumentos da Roma Antiga, que era utilizado como palco de lutas de gladiadores. Sua construção foi iniciada por ordem do imperador Vespasiano, sendo concluído durante o governo do seu filho Tito, entre os anos 70 e 80 da nossa era. Foi danificado por um terremoto no começo do século V e restaurado posteriormente. Recebeu o título de Patrimônio da Humanidade conferido pela ONU. (gravura trabalhada com recursos computadorizados a partir de foto disponível para divulgação).

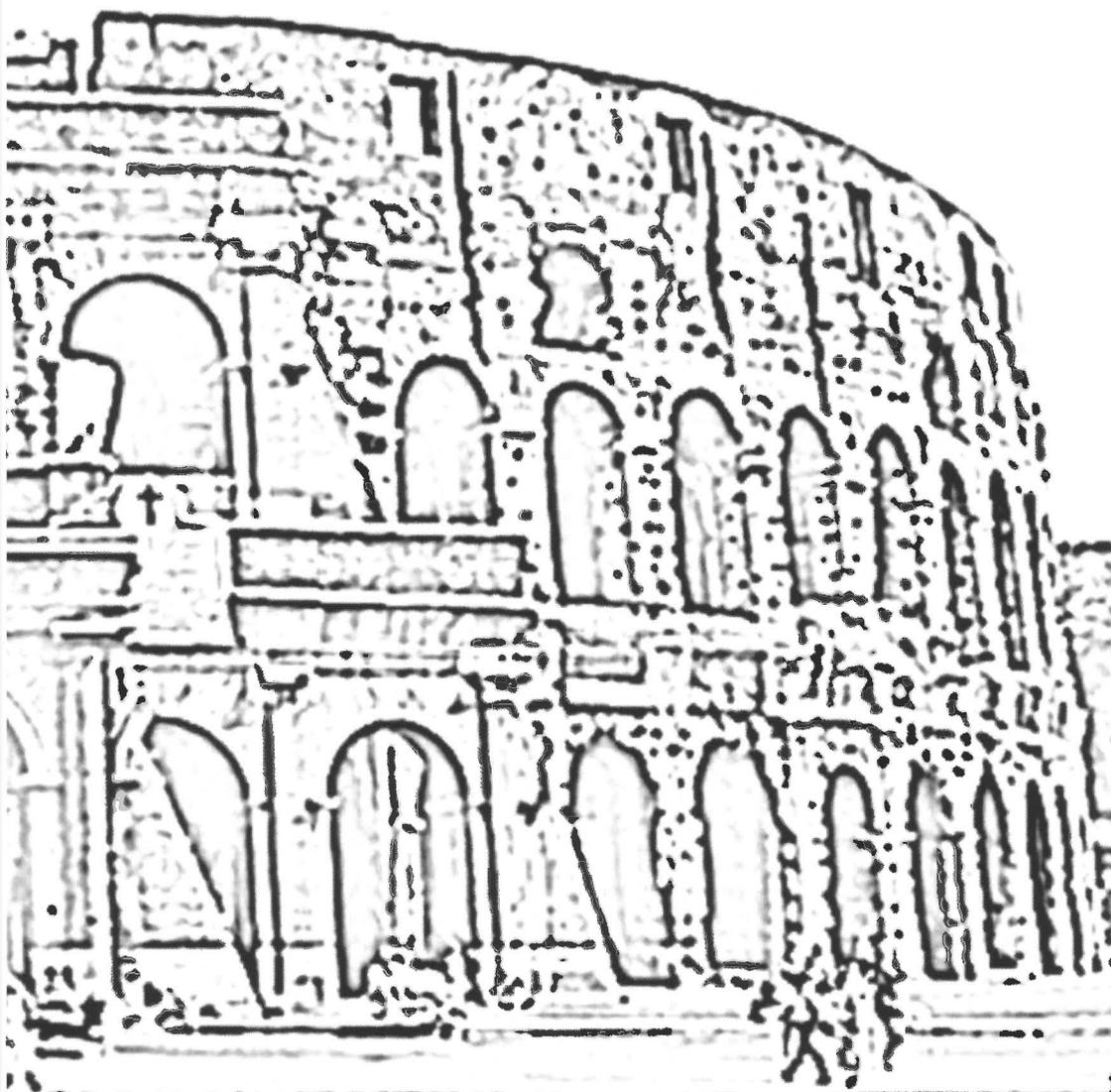


Arquitetura e Engenharia: tópicos da História¹

“Tendo consideração ao muito que interessa ao meu real serviço, ao bem público e à defesa e segurança dos meus vastos domínios, que se estabeleça no Brasil e na minha atual corte e cidade do Rio de Janeiro, um curso regular de ciências exatas e de observação, assim como de todas aquelas que são aplicações das mesmas aos estudos militares e práticos, que formam a ciência militar em todos os seus difíceis ramos, de maneira que dos seus cursos de estudos se formem hábeis oficiais de artilharia, engenharia e ainda mesmo oficiais da classe de engenheiros topógrafos e geógrafos, que possam ter útil emprego de dirigir objetos administrativos de minas, canais, fontes, caminhos, pontes e calçadas; hei por bem que na minha atual corte e cidade do Rio de Janeiro se estabeleça uma Academia Militar para um curso completo de ciências matemáticas, de ciências militares em toda a sua extensão, tanto de tática como de fortificação e artilharia, na forma que mais abaixo mando especificar.” (Carta Régia em que D. João VI criou, em 1810, a Academia Real Militar)²

¹ Texto adaptado, revisado e reescrito com transcrição parcial do artigo “O Profissional da Engenharia – do antigo politécnico ao moderno especialista”, do mesmo autor desta obra, publicado na Revista do CEPI, Ano II, Nº 02, dezembro de 2007. p. 32 a 33.

² Muitos estudiosos consideram que a formação escolar de arquitetos e engenheiros começa no Brasil em 15/1/1699, com a carta régia do Rei D. Pedro II instituindo o ensino formal da Arquitetura Militar nas capitâneas em que havia engenheiros destacados. (CAVALCANTI, Nireu Oliveira, *Arquitetos e Engenheiros – Sonho de Entidade desde 1798*, edição Crea-RJ, 2007. p. 37). Todos acordam, no entanto, que o ensino regular da Engenharia no Brasil tem origem nessa Carta Régia de D. João VI, que somente teve eficácia em 1811 quando foi instalada no Rio de Janeiro a Academia Real Militar. (Enciclopédia BARSA, Vol. 6, p. 511, Encyclopaedia Britannica Consultoria Editorial Ltda, 1994)



O Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa define o termo engenharia como “aplicação de métodos científicos ou empíricos à utilização dos recursos da natureza em benefício do ser humano. Por extensão: O conjunto de atividades e funções de um engenheiro, que vão da concepção e do planejamento até a responsabilidade pela construção e pelo controle dos equipamentos de uma instalação técnica ou industrial”. Vê-se assim que se estendem por largos horizontes a atuação dos profissionais da área tecnológica.

Pela definição atual do termo, pode-se dizer que a engenharia é praticada desde os primórdios da civilização. Aliás, o avançado grau de tecnologia que presenciamos na vida moderna é resultante desse processo permanente de “aplicação de métodos científicos ou empíricos à utilização dos recursos da natureza em benefício do ser humano.”

O termo engenheiro tem origem grega e não definia título profissional como entendemos hoje. Significava a pessoa que tinha engenho, isto é, capacidade de criar e produzir com arte, a exemplo de Arquimedes, chamado de engenheiro por Tito Lívio, por ser gênio das ciências e possuir enorme capacidade inventiva.³

Inicialmente, os profissionais conhecidos hoje por engenheiro civil e arquiteto se fundiam num só, chamado simplesmente arquiteto. A palavra vem do grego *archos*, que significa primeiro, e *tecton*, que significa oficial, trabalhador, obreiro. Pela origem do vocábulo é fácil compreender por que o arquiteto era entendido como aquele profissional que além de fazer primeiro “as plantas e desenhos dos edifícios”, era “também o mestre-das-obras, o que sabe e põe em execução a arte de edificar”.⁴

O arquiteto romano Marcus Vitruvius, que viveu no século I antes de Cristo, escreveu um tratado intitulado “Da Arquitetura”, dividido em dez livros, considerado o precursor dos trabalhos do gênero. Vitruvius define Arquitetura como “uma ciência ornada de muitas disciplinas e de vários preceitos, com cujo voto se aprovam as obras, que as outras artes fazem.” No seu trabalho, divide a atuação do profissional da arquitetura em três áreas de conhecimento: arquitetura civil, arquitetura militar e arquitetura naval.⁵

Já o cartógrafo e cronista português João Baptista Lavanha (1555 – 1625) no seu “Livro Primeiro da Architectura Naval”, escrito por volta de 1602, descreve com clareza o que vem a ser arquiteto e o conteúdo das arquiteturas civil, militar e naval, embasado na obra de Vitruvius. Segundo Lavanha, “Consiste a Arquitetura na Edificação, que é construção permanente de qualquer cousa” e esta se faz ou para “Defesa ou para Religião e Comodidade, ou para Navegação”. Daí nasceu a divisão da Arquitetura em três partes, que são Arquitetura Militar, Civil e Naval.

³ (BLUTEAU, 1717, in: CAVALCANTI, Nireu Oliveira, *Arquitetos e Engenheiros – Sonho de Entidade desde 1798*, edição Crea-RJ, 2007, p. 25).

⁴ (BLUTEAU, 1717, in: CAVALCANTI, *Op. Cit.* p. 19)

⁵ (CAVALCANTI, *Op. Cit.* p. 19)

A Arquitetura Militar é definida como a arte destinada à Defesa, como obras de fortificações contra a ação do inimigo: muros, baluartes, torres, bastiões, trincheiras, cavas, etc.

A Arquitetura Civil, segundo Lavanha, “ensina a edificar Templos consagrados a Deus e seus santos”, e outras obras “dedicadas ao culto divino, e para a comodidade pública e privada”, como templos, palácios, casas, praças, estradas, fontes, aquedutos, teatros, pontes, portos, pórticos, etc.

A “Arquitetura Naval é a que ensina com regras certas fabricar Navios, nos quais se possa navegar bem e comodamente”.⁶

No trabalho publicado por Bluteau, em 1717, a Arquitetura é classificada como “arte ou ciência de todo o gênero de edifícios. Divide-se em arquitetura civil e militar”. Conclui-se daí que, nessa época, a atribuição do profissional arquiteto já não abrangia a Arquitetura Naval.⁷

Como se vê, embora a prática da engenharia seja tão antiga quanto a própria civilização, somente no século XVIII aparecem os primeiros estabelecimentos destinados ao ensino da engenharia. Inicialmente, designava-se engenheiro aquele que construía engenhos de guerra, projetava e executava obras de fortificação e defesa de posições. Tinha formação nas Academias Militares e por isso recebia o nome de engenheiro militar.

As primeiras instituições de ensino originárias da sociedade civil, com cursos regulares na área de engenharia, foram instaladas em Paris no ano de 1747: a École Nationale des Ponts et Chaussées e a École Nationale Supérieure des Mines. Posteriormente, em 1795, ali foi criada a École Polytechnique, também voltada aos estudos dos conteúdos técnicos e científicos da primitiva arquitetura civil. Sendo esses cursos originados de instituições não militares, e seus alunos na maioria civis, surge então a engenharia civil.⁸

O inglês John Smeaton (1724 – 1792) foi o primeiro a se intitular engenheiro civil. Ele se dedicou ao estudo de mecânica e astronomia, fabricou e aperfeiçoou instrumentos, tornando-se responsável pela abertura de canais, construção de pontes e a reconstrução do farol de Eddystone.⁹

Em 1818 foi fundado em Londres o Instituto de Engenheiros Civis, que tinha como objetivo principal defender e prestigiar os profissionais dessa classe, que vinham cada vez mais ganhando importância no cenário político, social e econômico.

Mas o que vinha a ser afinal engenharia civil? Coube a Thomas Tredgold, famoso especialista em estruturas de madeira e um dos fundadores do citado Instituto de Engenheiros Civis, elaborar a definição para engenharia civil quando o instituto pleiteou uma Carta Régia: “é a arte de dirigir as grandes fontes de energia da natureza para o uso e a conveniência do homem, pelo aperfeiçoamento dos meios de produção

⁶ (CAVALCANTI, *Op. Cit.* p. 22 a 25).

⁷ (CAVALCANTI, *Op. Cit.* p. 25)

⁸ (CAVALCANTI, *Op. Cit.* p. 25)

⁹ (CAVALCANTI, *Op. Cit.* p. 26)

e de transporte, tanto para o comércio interno quanto para o externo, aplicada às obras de estradas, pontes, aquedutos, canais, navegação fluvial, docas e armazéns para facilidades de intercâmbio; às construções de portos, molhes, quebra-mares e faróis; à navegação por meio de energia artificial para fins de comércio; à construção e adaptação de maquinarias; e à drenagem das cidades”.¹⁰

Os horizontes bem amplos da engenharia civil, na definição de Tredgold, atingiram pontos mais largos e se estenderam ainda mais à medida das experiências e resultados alcançados. E assim, a partir de um mundo cada vez mais exigente e eclético diante do desenvolvimento tecnológico, o engenheiro de cultura geral, politécnico, se transformou num especialista moderno, desde o técnico até o cientista, dando lugar a várias especialidades: agrônomo, agrimensor, cartógrafo, geólogo, geógrafo, de minas, sanitarista, industrial, químico, eletricitista, mecânico, metalúrgico, urbanista, ambientalista, de produção, de rede de informática, etc., além das subdivisões que ainda comportam a engenharia civil atual: cálculo, estradas, transportes, trânsito, saneamento, geotecnia, barragens, portos e vias navegáveis, etc.

E não é só. Com a tecnologia de ponta cada vez mais avançada, as outras profissões também se valem do uso da engenharia como ferramenta indispensável para as suas atividades. A precisão de uma microcirurgia, por exemplo, além de instrumentos adequados, depende de aplicação e alguns conhecimentos de engenharia por parte do cirurgião.

A engenharia está presente em quase todas as atividades do ser humano, proporcionando bem-estar através de transportes, energia, habitação, etc. Não é nada absurdo, portanto, dizer que todos nos valem e usufruímos dos benefícios da engenharia em diversos momentos das nossas vidas. Exemplos? Ah, são muitos: as nossas habitações, os eletrodomésticos, as estradas, pontes e vias públicas, os meios de transportes, os alimentos que consumimos, os computadores e suas diversas aplicações e uma gama infinita de outros exemplos.

“O Engenheiro” é o segundo livro do poeta João Cabral de Melo Neto.

Como o próprio título indica, o poeta traduz nesse livro a formação desse profissional que, via de regra, resulta atitude objetiva e racional.

Exemplo:

Engenheiro (fragmento)

*A luz, o sol, o ar livre
envolvem o sonho do engenheiro.
O engenheiro sonha coisas claras:
superfícies, tênis, um copo de água.
O lápis, o esquadro, o papel;
o desenho, o projeto, o número:
o engenheiro pensa o mundo justo,
mundo que nenhum véu encobre.*

¹⁰ Enciclopédia BARSÁ, Vol. 6, p. 509 e 510, Encyclopaedia Britannica Consultoria Editorial Ltda, 1994.

Cronologia de eventos da área tecnológica no Piauí anteriores à criação do Crea-PI (*)

1806

- 22 de outubro – o governador Carlos César Burlamaqui encaminha ofício ao comandante da Vila de Parnaíba, Simplício Dias da Silva, recomendando a realização de levantamento completo dos portos existentes e possíveis. O trabalho foi realizado, tendo sido preparado mapa completo do rio Parnaíba, seus braços, ilhas e baías, desde a barra do Iguaçu até a barra de Tutoia.

1882

- Inaugurada a iluminação pública de Teresina, com lâmpões a querosene sobre postes de madeira.
- Aconteceram as primeiras observações meteorológicas no Piauí.

1884

- Em 5 de novembro foi inaugurada a linha telegráfica de Teresina a São Luís do Maranhão.
- O Piauí comunica-se com o resto do País.

1894

- Realizaram-se exposições do fonógrafo em Teresina.

1897

- Em 15 de abril, o Eng. Antônio José de Sampaio inaugura a fábrica de laticínios na fazenda Campos de Castelo, então município de Oeiras, atual cidade de Campinas do Piauí.

1901

- Primeira exibição de cinema em Teresina, no Theatro 4 de Setembro.

1904

- Início das obras de abastecimento de água de Teresina.

1906

- Inauguração do sistema de abastecimento de água de Teresina.

()Fonte: MENDES, Felipe. Economia e Desenvolvimento do Piauí: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.*

1907

- Em 3 de junho foi inaugurado em Teresina, pelo empresário João Maria Broxado, o serviço de telefone com 25 aparelhos, que funcionou até 1918.
- Instalada pelo governo do estado, em Teresina, a primeira estação meteorológica.

1914

- Engenheiros e técnicos alemães concluem a montagem da usina termelétrica de Teresina, com equipamentos Siemens, encerrando o ciclo da iluminação a querosene e do acendedor de lampiões.

1922

- Em 12 de agosto o presidente Epitácio Pessoa assina decreto autorizando a construção do Porto de Luís Correia. (Nota do autor: obra até hoje não concluída).

1923

- Concluído o trecho da estrada de ferro, com cerca de 130 km, ligando Parnaíba a Piracuruca.

1926

- Surge em Teresina, como meio de transporte, o bonde a motor.

1933

- Em outubro - Inauguração do aeroporto da Capital com a chegada dos primeiros aviões, por ocasião da visita do Presidente Getúlio Vargas, que veio de trem, procedente de São Luís.

1935

- Exibição da primeira sessão de cinema falado em Teresina.

1936

- Inaugurada a primeira ponte sobre o rio Poti (de madeira), que ruiu no grande inverno de 1948.

1937

- O governo do estado inaugura um novo serviço telefônico em Teresina, com telefones automáticos instalados pela empresa Siemens.

1939

- Em 4 de dezembro – Inauguração da ponte João Luís Ferreira (ponte metálica) sobre o rio Parnaíba, ligando Teresina a Timon.

1940

- Instalação da Rádio Educadora de Parnaíba, a primeira do Piauí.

1948

- Inauguração da Rádio Difusora de Teresina.
- Chegada dos primeiros automóveis na Capital.

1950

- Ampliação da capacidade geradora da usina termelétrica de Teresina.

1957

- Em janeiro o presidente Juscelino Kubitschek inaugura a primeira ponte de concreto armado sobre o rio Poti, batizada com o seu nome.
- Realizados pelo DNOCS os primeiros estudos da área da futura barragem de Boa Esperança.

1958

- Conclusão da ligação rodoviária de Teresina a São Luís.

1961

- O DNOCS contrata estudos complementares para a construção da barragem de Boa Esperança.

1964

- Início da construção da barragem de Boa Esperança.

1965

- 29 de maio – Conclusão do canal de desvio das águas do rio Parnaíba, com vistas à construção da barragem de Boa Esperança, fato que contou com a presença do Presidente Castelo Branco.

1967

- Inaugurado, em Teresina, o serviço de comunicação telefônica por micro-ondas.
- Surgem as primeiras ruas asfaltadas em Teresina.

1970

- Abril – Início do funcionamento da usina hidrelétrica de Boa Esperança, mais tarde denominada Presidente Castelo Branco.

1972

- Inauguração da ponte Eng. Antônio Alves de Noronha sobre o rio Parnaíba, que liga Teresina a Timon.
- Inaugurada a TV Clube de Teresina, a primeira emissora de televisão do Piauí.

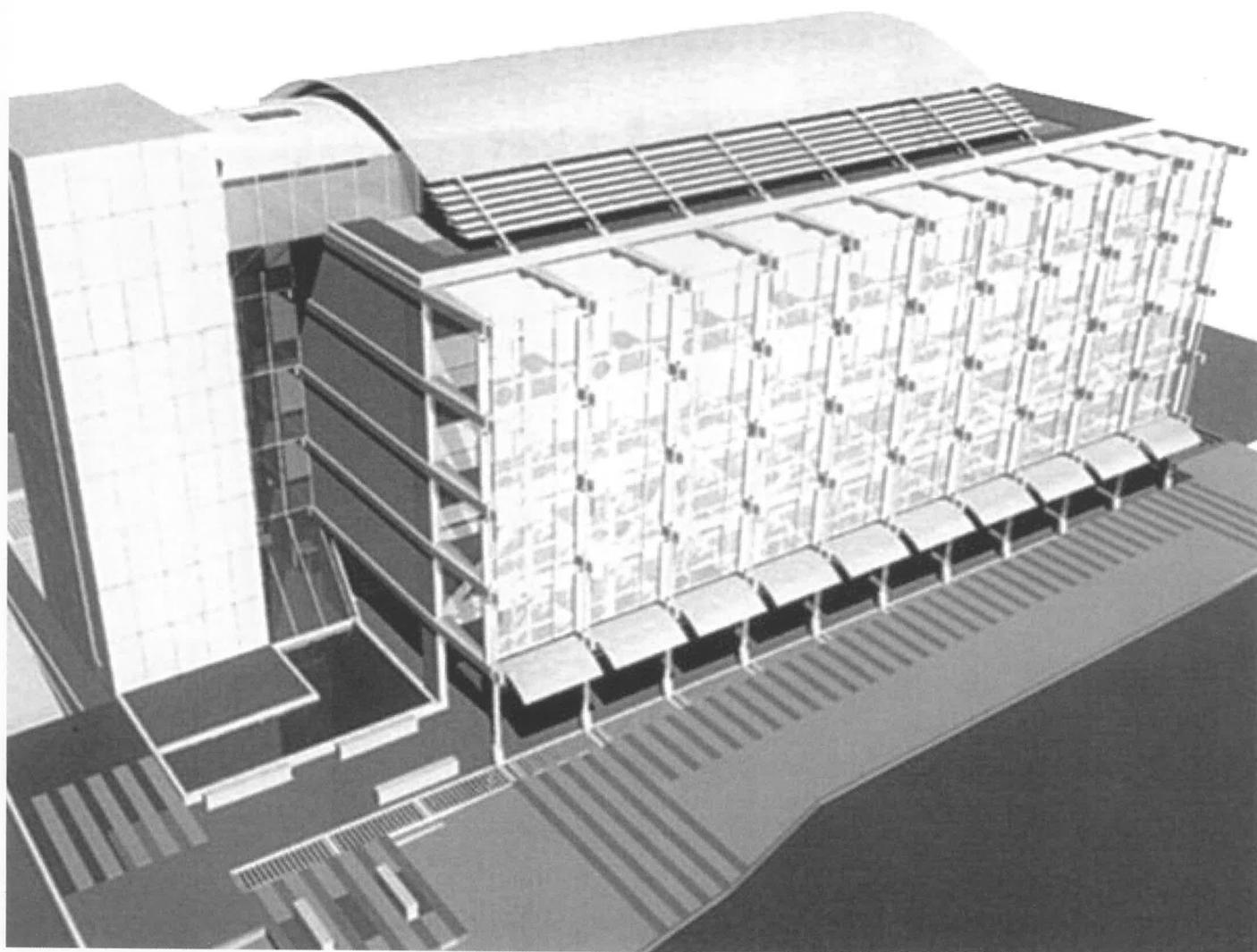
1974

- Integração de Boa Esperança ao Sistema CHESF.

1975

- 19 de setembro – Resolução nº 234, do Confea, cria o Crea-13ª Região, atual Crea-PI, cuja instalação se deu em 27 de dezembro, em Assembleia Especial presidida pelo presidente do Confea, Eng. Agrônomo Fausto Aita Gai.

Nova sede do Confea, em Brasília, inaugurada em fevereiro de 2010. O Conselho Federal tem crescido muito nas últimas décadas e ampliado sua estrutura física, assim como sua relação com os Creas de todo o Brasil.



Confea e Creas: Uma conquista para os profissionais da área tecnológica

O desenvolvimento e progresso tecnológico do Brasil tiveram impulso com o processo de industrialização de meados da década de 1930, quando então o país se preparava para um novo ciclo econômico. A política industrializante era essencial para o país se desenvolver, aí compreendendo a melhoria dos seus indicadores econômicos e sociais.

Ao chegar ao poder com a Revolução de 1930, Getúlio Vargas inicia a implementação de uma política desenvolvimentista, rompendo, em certa medida, com o exclusivismo agrário e as oligarquias hegemônicas. Para tanto, procura consolidar sua política como ideologia, justificando um novo ordenamento de leis e práticas econômicas, como a criação de órgãos, conselhos e institutos, que se intensificam a partir do Estado Novo.¹¹ Como exemplos, citam-se o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (1937), Conselho Nacional do Petróleo (1938); Plano de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa (1939); Conselho de Águas e Energia (1939); Companhia Siderúrgica Nacional (1941); Companhia Vale do Rio Doce (1943) e Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945).

Vargas investiu fortemente em infraestrutura industrial, principalmente a de base e de energia. A indústria de transformação, por sua vez, experimentou expressivas taxas de crescimento a partir de 1933.

Com essa mudança no plano da política interna, e o aparecimento do concreto armado como fator de desenvolvimento da engenharia civil, cresce substancialmente o mercado de trabalho para os engenheiros brasileiros.

Na década de 1930, o país possuía um número praticamente inexpressivo de mão de obra qualificada, especialmente na área tecnológica, que se desenvolverá posteriormente através do estabelecimento de pesquisas e avanços em diversos setores. Segundo Lígia Maria Leite Pereira, no livro Sistema CONFEA/CREA – 75 Anos Construindo Uma Nação

O desenvolvimento das diversas modalidades de engenharia e as mudanças nos processos de construção com os quais se implantavam as novas estruturas metálicas, o concreto armado, além de muitos outros novos processos, exigiam definido grau de especialização. Àquela época, os profissionais formados ainda sofriam forte concorrência de leigos e profissionais estrangeiros, formados ou não. Era preciso, portanto, disciplinar o mercado e valorizar o profissional brasileiro.

¹¹ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Vargas: o Capitalismo em Construção. São Paulo, Brasiliense, 1969.

Surge, então, a ideia e a atitude de regulamentar essas profissões no Brasil. Com esse propósito, “Em 1932, o Sindicato Nacional de Engenharia entregou ao Ministro do Trabalho, Joaquim Pedro Salgado Filho, o ‘Anteprojeto de lei regulamentando o exercício da profissão de engenheiro, arquiteto e agrimensor.’¹² [...] Com ligeiras alterações, foi publicado no Diário Oficial, em 14 de abril daquele ano.”¹³ (PEREIRA, Lígia Maria Leite. Sistema CONFEA / CREA ... Op. Cit.)

É interessante ressaltar que já no século XIX houve tentativas de regulamentação das profissões da área tecnológica, ao mesmo tempo em que se expandiam as instituições de ensino superior e surgiam entidades representativas dos profissionais.

A Lei do Império, de 1824, estabelecia um plano para a instituição da inspeção de obras públicas. A partir daí, os decretos se alternaram ora exigindo o diploma registrado para o exercício da engenharia (1862), ora enfatizando a necessidade da experiência para o desempenho de cargos públicos de engenheiro e outros (1880).

O Decreto nº 3001, de 09 de outubro de 1880, estabelecia: “Os engenheiros civis, geógrafos, agrimensores, e os bacharéis formados em matemática, nacionais e estrangeiros, não poderão tomar posse de empregos ou comissões de nomeação do Governo sem apresentar seus títulos ou carta de habilitação científica”. [...]

Em 1887, foi regulamentada a agrimensura, que iria, em 1933, se integrar ao Sistema Confea/Crea. (PEREIRA, Lígia Maria Leite. Sistema CONFEA/CREA ..., p. 26. Op. Cit.)

Como visto, a necessidade de disciplinar o mercado de trabalho e ordenar as ações dos profissionais aqui tratados, com a consequente regulamentação do exercício profissional, tornou-se tão importante quanto urgente. Afinal, a nova ordem e as transformações advindas da Revolução de 1930, superando a crise econômica decorrente da grande depressão norte-americana com a quebra da Bolsa de Nova York, representavam uma mudança decisiva no plano da política interna. A modernização da indústria nacional e a criação de instituições públicas ligadas direta ou indiretamente à indústria, considerando que mesmo aquelas voltadas à agricultura também se vinculam à agroindústria, consolidam-se como fortes indutores de expansão do mercado de trabalho para a categoria.

Para analisar e debater o mencionado “Anteprojeto de Lei regulamentando o exercício da profissão de engenheiro, arquiteto e

¹² *Diversas entidades contribuíram para a elaboração desse Anteprojeto: Clubes de Engenharia (do Rio de Janeiro e de Pernambuco), Instituto de Engenharia de São Paulo, Sociedade Mineira de Engenheiros, Associação de Engenheiros Cívicos da Bahia, o então Instituto Central dos Arquitetos e Instituto Mineiro de Arquitetura. (apud PEREIRA, Lígia Maria Leite. Sistema CONFEA / CREA ... 2008, p. 31)*

¹³ *MACEDO, Edison Flávio. O Conselho Federal e seus conselheiros. Elementos para uma reconstrução histórica. Citada por PEREIRA, Lígia Maria Leite. Op. Cit.*

agrimensor”, que fora elaborado pelas entidades de classe, o Ministério do Trabalho constituiu uma Comissão composta por renomados profissionais brasileiros. Em 1932, outra Comissão foi instituída para estudar o assunto, presidida pelo Eng. Dulphe Pinheiro Machado, diretor-geral do antigo Departamento Nacional do Povoamento do Ministério do Trabalho, e integrado por vários profissionais de prestígio.¹⁴

Graças ao esforço dos integrantes dessas comissões, contando com o apoio de diversas entidades de classe, tendo à frente o Sindicato Nacional de Engenharia, importante no contexto dessa atuação, foi assinado pelo presidente Getúlio Vargas o Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, que regulamenta o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e agrimensor e dispõe, dentre outras normas, sobre a fiscalização dos serviços a estes pertinentes. Por este mesmo decreto ficam criados os Conselhos (Federal e Regionais) de Engenharia e Arquitetura (que se convencionou chamá-los de Sistema Confea/Crea), encarregados da fiscalização do exercício profissional. O citado decreto é considerado de tamanha importância, festejado como um marco na história das profissões, que o 11 de dezembro, data da sua assinatura, passou a marcar no calendário nacional o “Dia do Engenheiro e do Arquiteto”.

Registra-se que a profissão de engenheiro agrônomo foi regulamentada anteriormente, através do Decreto nº 23.196, de 12 de outubro de 1933, que regulava o exercício da profissão agrônômica e dava outras providências. Embora criado pelo Decreto nº 23.569 em 11 de dezembro de 1933, o Confea foi instalado somente em 23 de abril de 1934, quando em sessão solene foi eleita a primeira Diretoria, tendo como presidente o engenheiro Pedro Demóstenes Rache, indicado pelo presidente Getúlio Vargas.

Os primeiros Conselhos Regionais foram criados pela Resolução nº 2, de 23 de abril de 1934, do Confea, que dividiu o território nacional em oito regiões, a saber:

1ª Região (sede em Belém): Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e o território do Acre.

2ª Região (sede em Recife): Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

3ª Região (sede em Salvador): Bahia, Sergipe e Alagoas.

4ª Região (sede em Belo Horizonte): Minas Gerais e Goiás.

5ª Região (sede no então Distrito Federal, o Rio de Janeiro): abrangia os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo e o próprio Distrito Federal.

6ª Região (sede em São Paulo): São Paulo e Mato Grosso.



Getúlio Vargas assinou o Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, que criou o Sistema Confea/Crea. Esse dispositivo legal ficou conhecido no jargão do Sistema como Decretão, sobretudo, depois da edição da Lei nº 5.194/66 e da Resolução 218/73, do Confea.

A Lei 5.194, de 24 de dezembro de 1966, incluiu Agronomia no lugar de Agrimensura na nomenclatura dos Conselhos Federal e Regionais, corrigindo uma distorção do Decreto nº 23.569/33, cujos resultados práticos não tinham sido alcançados segundo o entendimento da classe.

¹⁴ Apud PEREIRA, Lígia Maria Leite. Sistema CONFEA / CREA ... 2008, p. 32.

7ª Região (sede em Curitiba): Paraná.

8ª Região (sede em Porto Alegre): Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Em 28 de abril de 1934 foram indicados e aprovados em plenário do Confea os nomes dos presidentes dos Creas, com exceção do Crea-1ª Região, que não foi instalado na ocasião por não haver número suficiente de engenheiros e arquitetos e pela inexistência de entidade representativa da classe na região.

Como se vê, num primeiro momento o Piauí era parte integrante do Crea-1ª Região, com sede em Belém, cuja instalação ocorreria apenas em 1936. Antes dessa data, ficou sob a responsabilidade e presidência a cargo do presidente do Confea.

Com a demanda crescente das ações e dos serviços nos Creas, decorrente do aumento do número de profissionais exercendo suas atividades, reflexo visível das transformações tecnológicas e do desenvolvimento que, gradativamente, vinha experimentando o país, uma nova configuração fez-se necessária no Sistema Confea/Crea.

Em 22 de maio de 1953, por meio da Resolução nº 37, procedeu-se uma revisão das jurisdições dos Creas existentes. Entre outras mudanças, para o Crea-2ª Região, com sede em Recife-PE, foi incluído o estado de Alagoas e o Território de Fernando de Noronha, sendo excluído o estado do Ceará. O mesmo normativo determinou a criação do Crea-9ª Região, com sede em Fortaleza e jurisdição nos estados do Ceará e Piauí, sendo este, portanto, excluído do Crea da 1ª Região, com sede em Belém. A partir de então, os engenheiros piauienses, em número ainda inexpressivo, passaram a ter suas demandas para o exercício legal de suas atribuições subordinadas ao Crea-9ª Região, cuja sede, como dito, fora instalada em Fortaleza.

Brasília foi Construída por Engenheiros

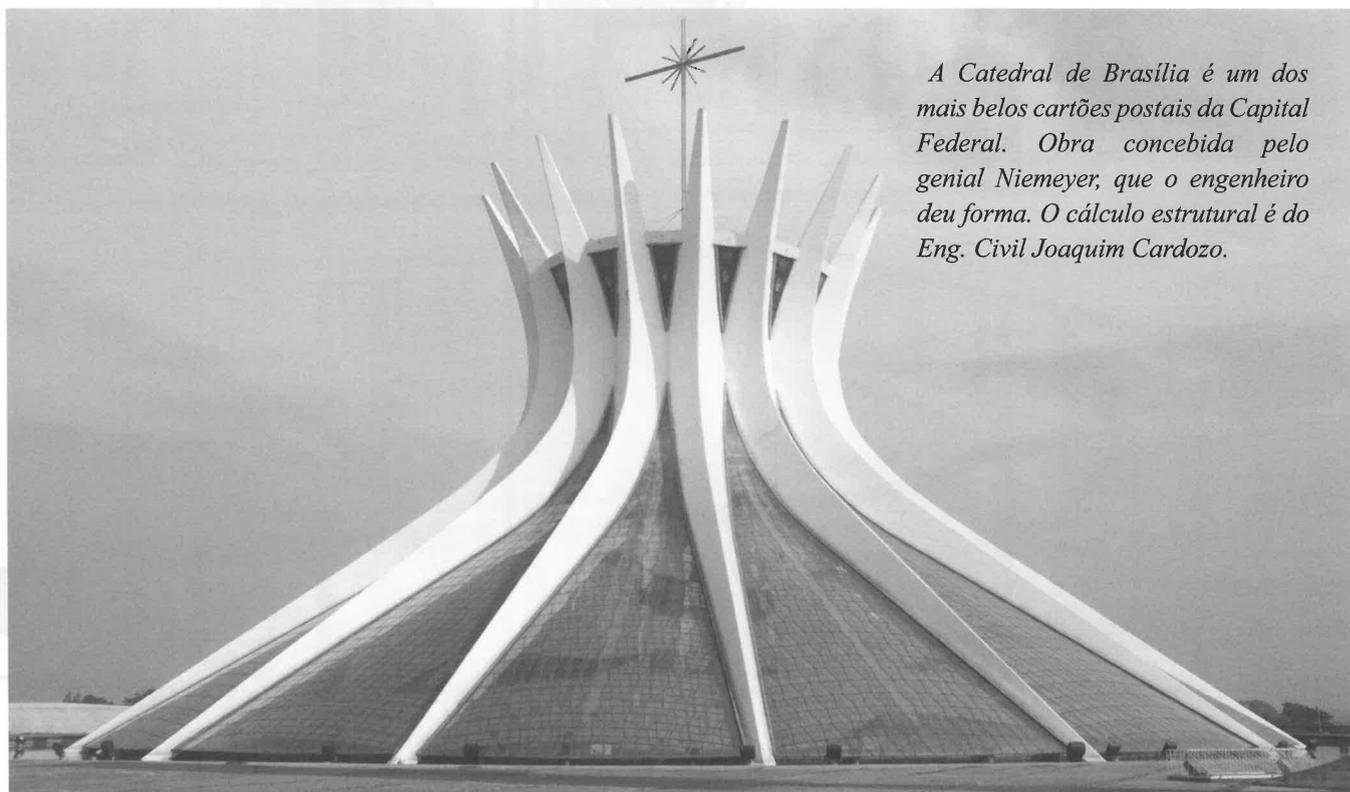
A determinação de construir foi do presidente Juscelino Kubitschek

O urbanista Lúcio Costa projetou o Plano Piloto, constituído de dois eixos, que se cruzam em ângulo reto em forma de avião.

O genial arquiteto Oscar Niemeyer criou as formas dos palácios e demais edificações, mas foram os engenheiros que construíram Brasília.

Eis os principais:(*)

- O Eng. Civil e de Minas Israel Pinheiro, mineiro de Caeté, conduziu os trabalhos da construção de Brasília na condição de presidente da Novacap (Companhia Urbanizadora da Nova Capital), empresa criada por JK especialmente para tocar as obras.
- O carioca **Bernardo Sayão**, engenheiro agrônomo, um dos diretores da Novacap, foi um dos primeiros a desbravar e demarcar as terras do Planalto Central.
- O Eng. de Minas, Metalurgia e Civil **Joffre Mozart Parada**, goiano de Vianópolis, trabalhou, inicialmente, no levantamento cadastral para a desapropriação das fazendas que ocupavam as terras que hoje compõem o Distrito Federal. Depois, fez a locação do Plano Piloto, demarcação do perímetro do Lago Paranoá, além da locação de outras edificações importantes.
- O engenheiro civil carioca **Atahualpa Schmitz da Silva Prego** construiu e pavimentou a primeira pista do aeroporto de Brasília, assim como executou a pavimentação de todo o Plano Piloto.
- O engenheiro civil pernambucano **Joaquim Cardozo** foi o responsável pelos cálculos estruturais da maioria das edificações, destacando-se a **Catedral de Brasília**, concretizando as formas arquitetônicas arrojadas projetadas por Oscar Niemeyer.



A Catedral de Brasília é um dos mais belos cartões postais da Capital Federal. Obra concebida pelo genial Niemeyer, que o engenheiro deu forma. O cálculo estrutural é do Eng. Civil Joaquim Cardozo.

(*) Fonte:

Voz do Engenheiro, Jornal do Sindicato dos Engenheiros no Distrito Federal (Ano 2 - Número 6 - abril/maio de 2010)

*Palácio de Karnak, Teresina-PI,
sede do governo do estado do
Piauí. De linha neoclássica, foi
construído no início do século XX
(gravura trabalhada com recursos
computadorizados a partir de foto
disponível para divulgação).*



As condições que levaram à necessidade da criação do Crea-PI

A criação em 1953 do Crea-9ª Região, com sede em Fortaleza e jurisdição sobre os estados do Ceará e Piauí, significou um avanço para a fiscalização do exercício profissional e uma conquista para os engenheiros cearenses. Entretanto, a mudança de jurisdição não trouxera resultados práticos para os piauienses. Contando com um número inexpressivo desses profissionais, que em sua maioria exercia cargo no governo, o estado não reunia, por essa época, as condições necessárias para a implantação de um Crea independente.

O Piauí chegou ao final do terceiro decênio do século XX sem possuir qualquer estabelecimento de ensino superior. Somente em 14 de abril de 1931 deu-se a instalação, por iniciativa particular e subvenção do governo estadual, da Faculdade de Direito do Piauí. Trata-se da primeira instituição de ensino superior no estado. Em seguida foram criadas a Faculdade de Odontologia (1956) e a Faculdade Católica de Filosofia (1957).¹⁵

A expansão do ensino superior no estado deu-se somente a partir da instalação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), que ocorreu em 1º de março de 1971, dois anos após a sua criação pela Lei nº 5528/69. O ensino superior de engenharia no Piauí surgiu com a implantação do curso de engenharia de agrimensura, na UFPI, em 1975. Dois anos depois foi implantado o curso de engenharia civil, reconhecido pelo MEC somente no primeiro semestre de 1982. O curso de engenharia agrônômica da citada Universidade foi reconhecido pela Portaria nº 94, de 15/03/1983, publicada no D. O. U. nº 52, de 17/03/1983. Antes da implantação desses cursos, os engenheiros do Piauí eram formados em outros estados.

No começo da década de 1970, existia um número inexpressivo de engenheiros e arquitetos atuando no Piauí. Nem de longe era suficiente para atender a perspectiva de demanda decorrente do desenvolvimento que vinha experimentando o estado - embora mais lento em comparação com outras unidades da federação - em consequência da política desenvolvimentista do governo militar.

Em todo o mundo, na década de 1970, foram presenciados muitos avanços tecnológicos e acontecimentos marcantes em vários setores.¹⁶ O Brasil vive o decantado “Milagre Econômico”, caracterizado pelo crescimento em nível comparável aos países desenvolvidos e muito acima da média das outras nações do continente.

Nesse período, notadamente entre 1968 e 1974, o país experimenta a aceleração e diversificação do crescimento. A determinação do governo

¹⁵ Apud MENDES, Felipe. *Economia e Desenvolvimento do Piauí – Teresina, Fundação Monsenhor Chaves, 2003.*

¹⁶ Houve o lançamento do Intel 4004, o primeiro microprocessador do mundo (1971); lançamento do *Odyssey 100*, o primeiro videogame do mundo; a televisão a cores se torna popular no final dos anos 1970; início do projeto do Eurotúnel e lançamento do Airbus, etc. Outros acontecimentos marcantes se verificaram na política e na economia.

militar em fazer do Brasil uma “potência emergente” e a disponibilidade externa do capital tornam possível investimentos pesados em infraestrutura (rodovias, ferrovias, telecomunicações, portos e usinas nucleares); nas indústrias de base (mineração e siderurgia); nas indústrias de transformações (papel, cimento, alumínio, produtos químicos e fertilizantes); nas indústrias de equipamentos (geradores, sistemas de telefonia, máquinas, motores e turbinas); na indústria de bens duráveis (veículos e eletrodomésticos) e na agroindústria de alimentos (grãos, carnes e laticínios).

É claro que o Piauí também foi beneficiado com o crescimento econômico do país, principalmente porque contava com dois piauienses influentes junto ao governo federal: o senador Petrônio Portella e o ministro do planejamento João Paulo dos Reis Veloso. Por seus intermédios foram viabilizados muitos recursos para o estado, destacando-se investimentos na infraestrutura (abertura de novas estradas e melhoria das existentes, telecomunicações, etc), bem como nos setores de eletrificação e de distribuição de água, além dos Programas governamentais de construção de conjuntos habitacionais que favoreciam a aquisição da casa própria.

Em Teresina, particularmente, a classe média foi a grande beneficiária do crescimento econômico, notadamente pelo aumento de seu poder aquisitivo e, em conseqüência, a expansão do consumo de bens duráveis e a construção de mansões em bairros nobres. Surgem grandes empresas construtoras, dado o impulso da construção civil e dos investimentos em infraestrutura. Os engenheiros Alberto Silva (governador) e Joel Ribeiro (prefeito de Teresina), cada um em sua esfera administrativa, executam projetos urbanísticos e arquitetônicos na capital, com a construção de prédios e implantação de equipamentos públicos, abertura de largas avenidas, além de implementarem importantes programas governamentais nas áreas de habitação e de saneamento.

Na segunda metade da década de 1960, os engenheiros piauienses começam a se organizar com a criação de entidades objetivando a congregação da classe e o desenvolvimento de ações para a defesa dos seus interesses. Surgem então a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Piauí (AEAPI), fundada em 30 de dezembro de 1967, e o Clube de Engenharia do Piauí (CEPI), fundado em 27 de agosto de 1968. Foram essas as primeiras entidades de classe piauienses a se registrarem no Sistema Confea/Crea. Em seguida, sucessivamente, as demais entidades que atualmente têm assentos no Plenário do Crea-PI: Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento do Piauí (IAB-PI)*; Associação dos Engenheiros Agrimensores do Piauí (APEAG); Sindicato dos Engenheiros do Piauí (SENGE-PI); Associação dos Geólogos do Piauí (AGEPI); Associação Profissional dos Engenheiros de Picos (ASPENP); Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Piauí (SINTEC-PI) e Instituto Piauiense de Avaliação e Perícia de Engenharia (IPIAPE).

Vale ressaltar que o CEPI e a AEAPI tiveram papel importante para a implantação de uma Inspetoria em Teresina e, depois, do próprio Conselho Regional.

De fato, desde os primeiros momentos da sua fundação, o Clube de Engenharia do Piauí adotou como bandeira de luta a instalação de uma Inspetoria do Crea em Teresina, ou mesmo criando uma unidade do

() Com a criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), o IAB-PI não tem mais assento no Plenário do Crea-PI, visto que os arquitetos deixaram esse Conselho e se filiaram ao CAU-PI.*

Conselho no Piauí.¹⁷ Afinal, havia, de certo modo, as condições para tal empreendimento. O estado, especialmente no primeiro governo de Alberto Silva, investia pesado em vários setores: em estradas, com destaque para a antiga rodovia PI-4, que interligou o estado de norte a sul com a pavimentação asfáltica de Floriano a Corrente,¹⁸ obras de grande impacto em Teresina, como abertura de largas avenidas que mudaram a concepção urbanística da cidade, além da construção de conjuntos residenciais, estádio Albertão, execução de saneamento e outros investimentos em obras de engenharia. Frise-se ainda a promissora região dos cerrados piauienses, que naquela época já dava sinais de começar a livrar-se da letargia imposta por muitos anos de desprezo, e posteriormente se consolidando como um celeiro de produção de grãos. Hoje se vê, especialmente na região Sul, o agronegócio piauiense abrindo mercado de trabalho para engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas.

Portanto, havia razões para os diretores do CEPI lutarem pela instalação do Conselho Regional no Piauí: O número de engenheiros e arquitetos, embora ainda inexpressivo, comparado ao dos estados mais desenvolvidos, apresentava novas perspectivas de atuação e crescimento profissional e a existência de pelo menos duas entidades de classe em condições de registro no Sistema Confea/Crea, a exemplo do Clube de Engenharia do Piauí e da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Piauí, além da seccional piauiense do Instituto dos Arquitetos do Brasil que estava em fase de constituição.

Após alguns reveses, sempre com o CEPI à frente das reivindicações, finalmente o presidente do Crea-9ª Região instalou simbolicamente uma Inspeção em Teresina. Aceitou para o cargo a indicação do nome do engenheiro civil Paulo Marques dos Santos, funcionário do antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

Com informações colhidas em Atas de reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho Diretor do Clube de Engenharia do Piauí, o autor deste trabalho escreveu para a Revista do CEPI, Ano III, nº 03, janeiro/2009, um artigo que conta a história do Clube, do qual se destaca o capítulo “A Criação do Crea no Piauí foi uma Conquista do CEPI”, a seguir transcrito em parte:

“[...] Este (Paulo Marques), porém, não chegou a assumir, visto que não havia as mínimas condições de funcionamento. Apesar de suas reiteradas solicitações ao presidente do Conselho para que efetivamente fosse instalada a Inspeção, dando-lhe condições de alugar uma sala e de adquirir móveis e material de expediente, Paulo Marques não foi atendido, mesmo depois de três meses de sua indicação para o cargo. Enquanto isso, nada podia fazer. Nessa situação, sentindo-se desprestigiado, renunciou em caráter irrevogável ao cargo que nem chegara

¹⁷ apud MOURA, José Mendes de Sousa. REVISTA DO CEPI – Ano III, Nº 03. 2009, p. 10 18 18

¹⁸ Atualmente, de acordo com o cadastro do Sistema Rodoviário do Piauí, a antiga rodovia PI-4 compreende três trechos de rodovias, sendo dois estaduais (PI-140, Floriano/Canto do Buriti e PI-141, Canto do Buriti/Elizeu Martins) e um federal, em regime de delegação para o DER-PI (BR-135, Elizeu Martins/Corrente)



Eng. Civil

Henry Wall Barbosa de Carvalho nasceu em Teresina, onde faleceu em 1977. Gradou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica da Bahia (1951). Engenheiro do Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí (DER-PI), onde exerceu, entre outros, os cargos de Diretor de Operações e Diretor-Geral. Foi um dos idealizadores do Clube de Engenharia do Piauí e seu primeiro presidente. Nessa condição, envidou esforços, juntamente com os demais diretores do Clube, para a fundação de uma Escola de Engenharia no Piauí, bem como a criação do Crea-PI.



O engenheiro civil, e também jornalista, professor e escritor, **Petrarca Rocha de Sá**, foi Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí – DER/PI, e Superintendente da Rede Ferroviária Federal no Piauí. Como sócio fundador e membro do Conselho Diretor do Clube de Engenharia do Piauí, envidou esforços, juntamente com os colegas de Diretoria, na luta pela criação do Crea no Piauí. Profundo estudioso da matemática, publicou o livro “Sistematização”. Pertenceu à Academia Piauiense de Letras. Nascido em Oeiras (1919) e falecido em Fortaleza (1982).

a assumir e comunicou o fato ao recém fundado Clube de Engenharia do Piauí.

A renúncia do Eng. Paulo Marques provocou reação do Clube de Engenharia. O engenheiro Luís Francisco do Rego Monteiro advertiu em reunião do Conselho Diretor, do qual fazia parte como membro, ‘que o caso deveria ser considerado sob o aspecto, não da renúncia do colega Paulo Marques em si, e sim do pouco caso do presidente do Crea-9ª Região, sediado em Fortaleza, em relação ao Piauí.’ Sugeriu, ainda, Luís do Rego Monteiro, que o CEPI oficiasse ao Crea inquirindo-o sobre as razões da não instalação efetiva da Inspetoria em Teresina, decorrido tanto tempo após a instalação simbólica pelo presidente daquele Conselho. Maior indignação mostrou-se o engenheiro Petrarca Rocha de Sá ao solicitar que constasse em Ata o seu protesto contra o deboche com que o presidente do Crea-9ª Região vinha tratando o Piauí, ao tempo em que considerava insuportável tal tratamento. As sugestões foram aprovadas por unanimidade. Foi também aprovado para constar no ofício: ‘A prova de que estamos acéfalos é que o indicado comunicou ao Clube sua renúncia em caráter irrevogável.’

A questão da instalação de uma Inspetoria do Crea em Teresina, ou até mesmo o desmembramento do Ceará, criando uma unidade do Conselho independente no Piauí, passou a ser adotada como uma bandeira de luta do Clube.”

O presidente do Clube de Engenharia do Piauí, engenheiro civil Henry Wall Barbosa de Carvalho, fez coro à insatisfação manifestada pelos colegas da Diretoria. De imediato encaminhou ofício ao presidente do Crea-9ª Região, Eng. Jaime Verçosa, solicitando explicações daquele regional uma vez que, até aquela data, a Inspetoria de Teresina, tendo sido instalada simbolicamente e nomeado até o inspetor, ainda não oferecia condições de funcionamento. Além de expressar o repúdio dos engenheiros piauienses, Henry Wall pediu ainda uma solução para o caso.

Em viagem particular a Fortaleza, o Primeiro-Secretário do CEPI, engenheiro civil e eletrotécnico Sigefredo Pacheco Sobrinho, foi portador do citado ofício, como também encarregado de tratar junto ao Crea sobre a efetiva instalação da Inspetoria em Teresina.

“Em seu relato, na reunião ordinária da Diretoria do dia 7 de janeiro de 1969, (Sigefredo) não escondeu sua decepção e indignação como fora tratado em Fortaleza. Explicou ter procurado contato, por telefone, no mesmo dia de sua chegada à Capital cearense, com o presidente do Crea, Eng. Jaime Verçosa, com quem marcou encontro para o dia seguinte, pela manhã, ao qual o mesmo não compareceu.”¹⁹

9

¹⁹ MOURA, José Mendes de Sousa, Revista do CEPI. 2009. p. 10. Op. Cit.

Prosseguindo com sua explanação, Sigefredo disse que após o encontro frustrado tentou novo contato telefônico com o presidente, somente conseguindo quatro horas mais tarde. Jaime Verçosa alegou afazeres inadiáveis e não recebeu o representante do Clube de Engenharia do Piauí. Combinou, entretanto, que um funcionário do Crea iria ao hotel buscar o ofício e garantiu dar uma resposta o mais rápido possível. Passados mais de vinte dias desses entendimentos, a Secretaria do CEPI não recebera qualquer resposta ao ofício.²⁰

“Em vista disso, Henry Wall propôs que se fizesse uma representação ao Conselho Federal, relatando o ocorrido e solicitando providências enérgicas para a instalação imediata da Inspeção em Teresina, ou até mesmo o desmembramento do Ceará, ‘visto que não era mais possível tolerar tal tratamento’.

Assim se fez. O ofício encaminhado ao Conselho Federal teve efeito imediato. Jaime Verçosa encaminhou ofício ao Clube comunicando a instalação da Inspeção até o fim daquele mês de janeiro de 1969, ao tempo em que procurava por todos os meios se justificar pela demora em concretizá-la. Para tanto, mandou o Eng. Emanuel Arruda, conselheiro do Crea-9ª Região, vir a Teresina com a missão de manter contatos iniciais. Desses contatos, resultaram as indicações, pelo Clube, para o cargo de inspetor o engenheiro Sigefredo Pacheco Sobrinho, e para inspetor-adjunto o arquiteto Miguel Dib Caddah Filho.

Somente em meados de fevereiro de 1969 deu-se a instalação oficial da Inspeção do Crea em Teresina.

Mas qual não foi a surpresa imposta ao Clube de Engenharia do Piauí! Jaime Verçosa comunicou a Sigefredo que seu nome havia sido preterido para o cargo de inspetor e que o Conselho homologara a nomeação do engenheiro agrônomo Polan Lacki. O presidente Verçosa deu a Sigefredo, cujo nome havia sido indicado pelo Clube, ‘as mais patéticas justificativas’. Disse que teria sido vítima, antes da votação oficial dos conselheiros, de um trabalho dos agrônomos realizado nos bastidores no sentido de fazer valer a indicação de Polan Lacki. Concorreu também, segundo Verçosa, a posição assumida pelos arquitetos de também pleitearem a indicação do nome de Miguel Dib Caddah Filho para titular do cargo e não como ‘adjunto’ como havia sido indicado pelo Clube. Como o Conselho era composto de dois agrônomos, dois arquitetos e dois engenheiros civis (um destes últimos era o próprio Verçosa), e que com os quatro primeiros decidindo seus votos para os profissionais de suas respectivas áreas, resolveu o colega engenheiro civil decidir seu voto por sorteio, que veio a ser para o agrônomo. Nestas



Eng. Civil e Eletrotécnico
Sigefredo Pacheco Sobrinho
Nasceu em Teresina a 26/02/1938, onde faleceu em 10/09/1998.
Engenheiro Civil e Eletrotécnico pela Escola de Engenharia de Juiz de Fora (MG), tendo colado grau em 18/12/1961.
Sócio-fundador do Clube de Engenharia do Piauí - CEPI, do qual fez parte da primeira Diretoria Executiva como 1º Secretário, tendo sido também o segundo Presidente da entidade. Nesses cargos, junto com os companheiros e dirigentes do Clube, lutou para criar o Crea no Piauí. Foi o segundo Inspetor Chefe da Inspeção do Crea-9ª Região, instalada em Teresina. Posteriormente, quando da instalação do Crea no Piauí, assumiu as funções de conselheiro efetivo.
Exerceu relevantes cargos públicos, destacando-se: Diretor Substituto e Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí – DER-PI; Diretor Presidente em duas gestões da extinta Companhia de Desenvolvimento Rodoviário do Piauí – CODERPI; Secretário de Estado de Obras e Serviços Públicos.
Além do CEPI e Crea, teve destacada atuação em outras entidades: Diretor em vários períodos e presidente do Rotary Club de Teresina e vice-presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis – CRECI – 23ª Região/Piauí.

²⁰ Apud Ata da Reunião Ordinária do Clube de Engenharia do Piauí do dia 7 de janeiro de 1969, citada por MOURA, José Mendes de Sousa, Revista do CEPI. 2009. p. 10. Op. Cit.



Nascido a 13/05/1936, O arquiteto piauiense **Miguel Dib Caddah Filho** foi o primeiro Inspetor Adjunto da Inspetoria do Crea em Teresina, que era subordinada ao Crea-9ª Região, com sede em Fortaleza-CE. Nessa condição, respondeu pela chefia de julho a agosto/1971. Posteriormente, foi Inspetor Chefe no período de fevereiro/1973 a junho/1974 e diretor do IAB-PI.

Formado pela Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil (Rio de Janeiro, 1959), fez vários cursos de formação complementar e específica, destacando-se “Curso sobre Construções Escolares” – México e Estados Unidos (1966) e “Curso sobre Nuclearização da Rede Escolar” – Rio de Janeiro (1975). Exerceu diversos cargos e funções no Serviço Público, citando-se, dentre outros: Chefe da Equipe de Arquitetura e Engenharia Escolar e Chefe da Divisão de Conservação da Rede Escolar, ambos da Secretaria Estadual de Educação do Piauí; Chefe do Setor de Projetos escolares da Empresa de Obras Públicas do Piauí – EMOPPI; arquiteto da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Piauí, função pela qual se aposentou. No Magistério, Miguel Caddah Filho coordenou o Curso Técnico de Edificações da Escola Técnica Federal do Piauí; professor de Desenho da UFPI e do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí - CEFET-PI, atual IFPI.

Em depoimento ao autor deste livro, Caddah disse que de certa forma seus projetos são inspirados e influenciados pela arquitetura de três grandes arquitetos: Oscar Niemeyer, Sérgio Bernardes e Afonso Eduardo Reidy.

condições, ficou ele Jaime Verçosa sem condições de honrar o compromisso com o Clube.

A nomeação de Polan Lacki não foi bem recebida pela diretoria do Clube. Talvez não pela pessoa ou do profissional em si, mas pela desconsideração a um compromisso assumido com uma entidade representativa dos profissionais da engenharia do Piauí, como se apresentava o CEPI.

Nesse contexto, a Diretoria do Clube aprovou os seguintes procedimentos:

- ✓ Examinar a legislação vigente a respeito do assunto;
- ✓ Oficiar ao Confea pedindo providências;
- ✓ Oficiar ao Crea-9ª Região protestando contra a nomeação do inspetor indicado para Teresina;
- ✓ Desconhecer a tutela da Inspetoria sob o comando de Polan Lacki até que se receba decisão do Confea;
- ✓ Convocar uma Assembleia Geral para discutir o assunto”²¹

Com esses procedimentos os engenheiros piauienses assumiram a disposição de lutar pela criação de um Conselho Regional, a fim de terem suas demandas profissionais resolvidas no próprio estado.

Aproveitando viagem particular ao Rio de Janeiro, Sigefredo Pacheco Sobrinho foi portador do ofício dirigido ao presidente do Confea. Ao recebê-lo e tomar conhecimento do que se passava no Piauí, o presidente disse a Sigefredo que tinha interesse em ampliar a atuação dos Conselhos Regionais e naquele momento estava empenhado na instalação dos Creas do Maranhão e do Amazonas, além de já ter instalado em quatro outros estados.

“Os engenheiros piauienses ainda teriam de esperar mais algum tempo para a instalação do Conselho. Enquanto isso, suas demandas profissionais eram supridas pela Inspetoria, sujeitas à lentidão da burocracia, principalmente por estar subordinada ao Crea do Ceará.”²²

O Clube de Engenharia, embora sem estrutura e enfrentando enormes dificuldades nos anos iniciais, já tinha suas reivindicações ouvidas e consideradas pelo Confea e Crea-9ª Região. De fato, para substituir o engenheiro agrônomo Polan Lacki no término do seu mandato frente à Inspetoria de Teresina, foi aceito e empossado no cargo de inspetor o engenheiro Sigefredo Pacheco Sobrinho, preterido anteriormente, indicado mais uma vez pelo Clube. Posteriormente, assumiram o cargo de inspetor os engenheiros Gilvan Botelho de Azevedo e Agenor de Carvalho Pinheiro e o arquiteto Raimundo de Castro Dias.

²¹ MOURA, José Mendes de Sousa. Op. Cit. p. 11

²² MOURA, José Mendes de Sousa. Op Cit p. 11.

Com a instalação e funcionamento da Inspetoria, o Clube não abdicara da luta pela criação de uma unidade do Crea em Teresina. Pelo contrário, teve papel importante na condução do processo. O primeiro passo foi providenciar o registro no Crea-9ª Região e a devida homologação do Confea, vez que isso implicaria no reconhecimento tácito daquele órgão.

O efetivo registro da AEAPI no Sistema Confea/Crea firmou-a como a primeira entidade de classe piauiense a ter representatividade junto ao Conselho. O CEPI teve o seu registro homologado em seguida, adquirindo também o reconhecimento e o direito à representação no Sistema. Com isso, e considerando o aumento significativo dos profissionais em atividade e a execução de obras de grande visibilidade no estado, a instalação de uma unidade do Crea no Piauí passou a ser uma necessidade inadiável.

A partir de 1972 o Confea manifesta interesse de transformar a Inspetoria de Teresina em Conselho Regional. Em fevereiro desse ano o Clube de Engenharia recebe ofício do presidente daquele órgão, Eng. Agrônomo Fausto Aita Gai, comunicando a intenção de criar o Crea no Piauí. No ofício, ele comenta a importância que isso representaria para os profissionais do estado e informa que o assunto poderia vir a ser decidido ainda na sua gestão. Uma cópia do ofício foi encaminhada para o governador Alberto Silva tomar conhecimento, ao tempo em que o então presidente do Clube, Eng. Sigefredo Pacheco, solicitou o empenho de Sua Excelência nessa luta, que vinha ao encontro dos interesses dos engenheiros piauienses.²³

Conta o advogado Fernando Albuquerque, funcionário do Crea desde os tempos da Inspetoria, que as dificuldades enfrentadas naquela época eram de toda ordem. A sede do Conselho em Fortaleza não acompanhava devidamente as atividades desenvolvidas na Inspetoria e os processos oriundos do Piauí atrasavam muito, sendo que às vezes alguns destes não apresentavam termos resolutivos. Isso, naturalmente, prejudicava os profissionais piauienses, cada vez mais cientes da necessidade da instalação de uma unidade do Crea no estado, independente do Regional do Ceará, para melhor desempenho da fiscalização do exercício profissional.

Como dito, os que faziam o Clube de Engenharia do Piauí estiveram na vanguarda do movimento que desencadearia na criação do Crea-PI. Citam-se aqui, por dever de justiça e um tributo à memória, os nomes dos engenheiros Henry Wall Barbosa de Carvalho, Sigefredo Pacheco Sobrinho, Antônio Martins de Oliveira Furtado, Leonel Noronha Madeira Campos, Rodrigo Mendes Ferraz, Luís Francisco do Rego Monteiro, Osman Ribeiro de Carvalho, Petrarca Rocha de Sá, Luís Adolpho Reys Facchinetti e Valmor Barbosa de Carvalho. Registra-se também o nome do arquiteto Adalberto Alexandrino Correia Lima.

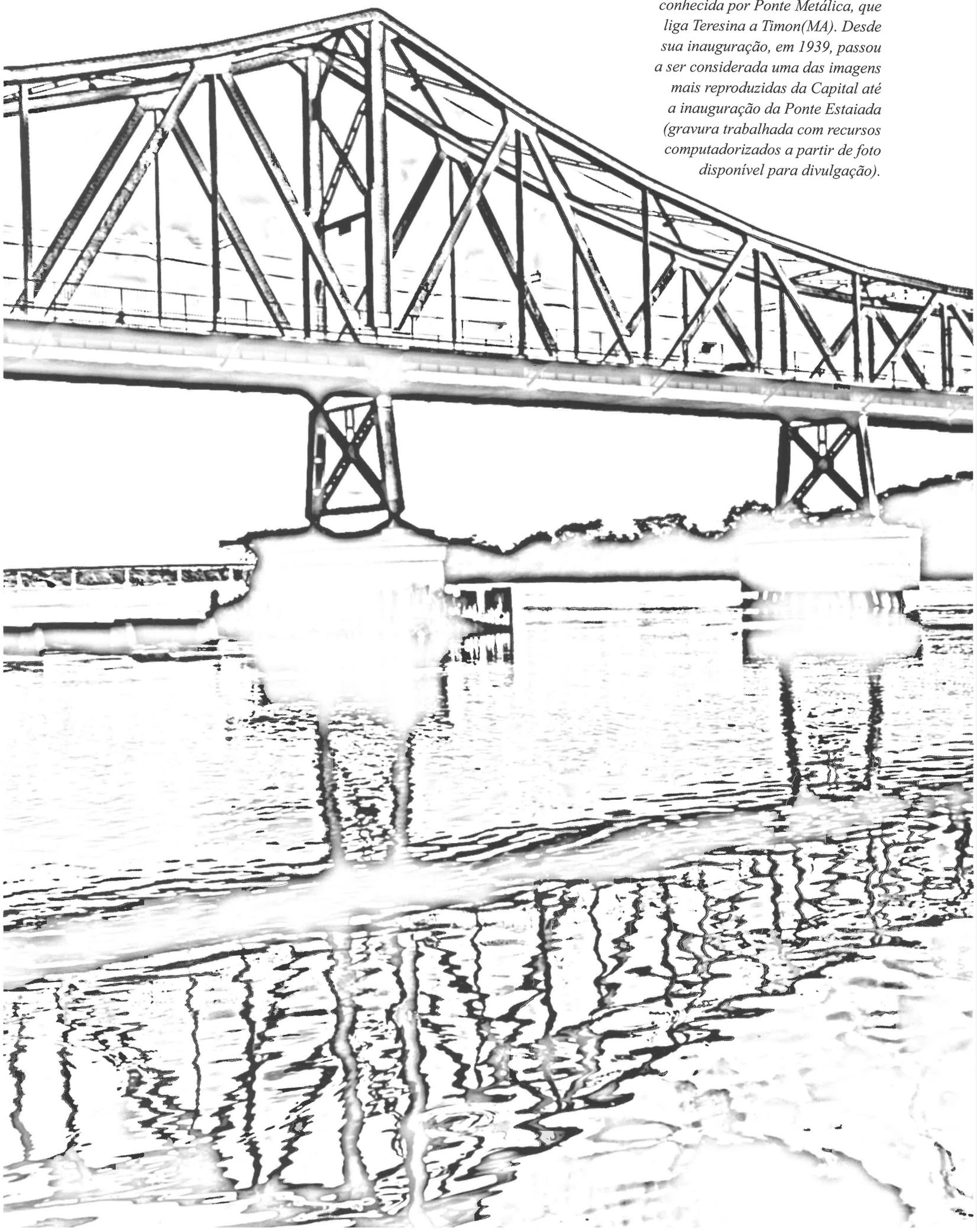


*O engenheiro agrônomo **Polan Lacki** foi o primeiro Inspetor Chefe da Inspetoria do Crea no Piauí, que era subordinada ao Crea-9ª Região, atual Crea-CE, sediado em Fortaleza (CE).*

Nasceu em Foz do Iguaçu (PR), em 18/03/1941. Formou-se pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em 1964. Iniciou suas atividades profissionais como extensionista e dirigente dos serviços de extensão rural do Paraná e do Piauí. Morou seis anos no Piauí, tendo exercido o cargo de Secretário Executivo da então ANCAR-PI, atual EMATER-PI, por um período de quatro anos. Embora aposentado, continua exercendo atividades relacionadas com a educação e a extensão rural no Paraná, onde vive atualmente. Conferencista consagrado, Polan Lacki é autor e/ou co-autor de vários livros, monografias e artigos sobre educação agrícola, extensão rural, agricultura familiar e desenvolvimento rural. Dos trabalhos de sua autoria, destaca-se o livro "Desenvolvimento Agropecuário: da dependência ao protagonismo do agricultor".

²³ Apud Moura. Revista do CEPI, Op. Cit. e informações colhidas em Atas das reuniões da Diretoria do CEPI, década de 1970.

Ponte João Luis Ferreira, mais conhecida por Ponte Metálica, que liga Teresina a Timon(MA). Desde sua inauguração, em 1939, passou a ser considerada uma das imagens mais reproduzidas da Capital até a inauguração da Ponte Estaiada (gravura trabalhada com recursos computadorizados a partir de foto disponível para divulgação).



A instalação do Crea no Piauí ocorreu 42 anos depois da criação do Sistema Confea/Crea

Em março de 1975 assume o governo do Piauí o médico Dirceu Mendes Arcoverde. Eleito pelo Colégio Eleitoral da Assembleia Legislativa para um mandato que se estenderia até o final de 1978, renunciou em agosto desse mesmo ano para se candidatar a uma das vagas de senador. O novo governador tem sua gestão particularmente beneficiada pela presença de piauienses ilustres nos mais altos cargos da República. O ministro do planejamento João Paulo dos Reis Veloso e o senador Petrônio Portella, que foi presidente do Senado e posteriormente ministro da Justiça até sua morte no início de 1980, foram magnânimos em conseguir transferência de recursos financeiros para o Piauí.

Além do ministro do planejamento e do senador Petrônio Portella, este um dos políticos mais influentes durante o governo do general Ernesto Geisel, outro piauiense ajudou a carrear recursos federais para o Piauí. Trata-se do Dr. Delile Guerra de Macedo, então titular da Secretaria de Articulação Política com os Estados e Municípios, órgão vinculado ao Ministério do Planejamento. O resultado foi um governo de grandes realizações. O governo Dirceu Arcoverde pôde assim construir grandes conjuntos habitacionais, como a 1ª etapa do Bela Vista, o conjunto Sacy, ampliação do Parque Piauí, a 1ª etapa do Itararé,²⁴ que impulsionou o crescimento da cidade para a zona Sudeste, além de sistemas de abastecimento d'água, eletrificação rural, estradas, hospitais e postos de saúde espalhados por todo o Piauí.

Logo no início, o governo Dirceu Arcoverde reorganiza a administração pública, cria a Empresa de Processamento de Dados do Piauí – PRODEPI, transforma a antiga ANCAR-PI na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí – EMATER-PI, posteriormente Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí, mas conservando a mesma sigla.²⁵

Naturalmente, o impulso na construção civil e os incentivos para a política agrícola tendem a crescer o mercado de trabalho para engenheiros, arquitetos e agrônomos, assim como para técnicos industriais e demais modalidades que compõem o Sistema Confea/Crea.

Por aquela época ainda não havia engenheiros e arquitetos formados no Piauí. A maioria dos piauienses que iam estudar em outros estados, retornava para trabalhar na terra natal. Além desses, muitos profissionais da

²⁴ O Itararé, hoje, faz parte do Grande Dirceu, que se constitui de um complexo de bairros e vilas, localizado na zona Sudeste de Teresina.

²⁵ MENDES, Felipe. *Op. Cit.* p. 439

área tecnológica nascidos em outras unidades da federação, principalmente do Ceará, Maranhão, Paraíba e Pernambuco, vinham para o Piauí, atraídos por boas perspectivas de trabalho ou trazidos para suprir a falta de especialista em determinado campo de atuação. E, assim, muitos desses profissionais nascidos em outros rincões vivem no Piauí, onde constituíram famílias e cresceram profissionalmente. Hoje são verdadeiros piauienses por adoção, que contribuíram e ainda contribuem para o desenvolvimento do estado. Alguns se sobressaíram como gestores públicos, destacando-se o ex-prefeito de Teresina, engenheiro civil Francisco Gerardo da Silva, e o atual prefeito, engenheiro agrônomo Elmano Ferrer de Almeida, ambos cearenses de nascimento.

Com a expansão das atividades da área tecnológica e o aumento do número de profissionais verificado em todos os estados brasileiros, o presidente do Confea, Eng. Agrônomo Fausto Aita Gai, adota uma política de criação de novos Conselhos Regionais como forma de atender às necessidades decorrentes do desenvolvimento. Nessa perspectiva, o Confea edita a Resolução nº 234, de 19 de setembro de 1975, publicada no Diário Oficial da União de 20 de outubro de 1975, “que cria o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da 13ª Região, com sede na cidade de Teresina e jurisdição no Estado do Piauí.” No preâmbulo desse normativo, um dos “considerando” informa que a criação do Crea-13ª Região fora proposto pelo Crea-9ª Região, “em virtude do requerido pelas Entidades de Classe do Piauí”. Com certeza, tratam-se do Clube de Engenharia do Piauí e da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Piauí, as únicas entidades de classe do estado registradas naquele momento no Confea/Crea.

O Art. 2º da citada Resolução nº 234 estabelece que o Crea-13ª Região “será constituído, inicialmente, de 09 (nove) membros e respectivos suplentes eleitos pelas Entidades de Classe devidamente registradas (no Confea) na forma da Resolução nº 227, de 28 de junho de 1975.” O Art. 3º determina que a Diretoria será composta de um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário e um Tesoureiro.

A instalação do novo Conselho ficou sob a responsabilidade do Confea, que somente tomaria as providências indispensáveis em dezembro do mesmo ano (1975).

O presidente Fausto Aita Gai convocou uma Assembléia Especial, a ter lugar em Teresina, no dia 27 de dezembro de 1975, para instalar o Crea e dar posse aos primeiros conselheiros regionais e à Diretoria a ser eleita na ocasião.

Assim sendo, na manhã do dia 27 de dezembro de 1975, sob a presidência do Eng. Agrônomo Fausto Aita Gaia, reuniu-se a Assembleia Especial para instalação do Crea-13ª Região, com jurisdição no Piauí e sede em Teresina, no Auditório Herbert Parente Fortes, situado na Av. Miguel

Rosa, ao lado do prédio do Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí – DER-PI. Além do Presidente Fausto Aita e conselheiros federais, compareceram na ocasião os profissionais do Piauí que tomariam posse nas elevadas funções de conselheiros regionais e os convidados ilustres a seguir nominados, presidentes dos Regionais de outros estados:

Crea-2^a Região, com jurisdição em Pernambuco e Paraíba (sede em Recife): Eng. Agerson Corrêa;

Crea-6^a Região, com jurisdição em São Paulo e Mato Grosso (sede em São Paulo): Eng. Máximo Martins da Cruz;

Crea-9^a Região, com jurisdição no Ceará (sede em Fortaleza): Eng. Mauro Barros Gondim;

Crea-15^a Região, com jurisdição no estado de Goiás (sede em Goiânia): Eng. Edward Bonfim de Souza;

Crea-18^a Região, com jurisdição no Rio Grande do Norte (sede em Natal): Eng. Rômulo Rubens Freire Pinto.

Prosseguindo, Fausto Aita deu posse aos primeiros conselheiros escolhidos para compor o novo Crea-13^a Região (Piauí):

Representantes do Clube de Engenharia do Piauí (CEPI):²⁶

Com mandato até 31/10/1976:²⁷

Efetivo: Eng. Civil Agenor de Carvalho Pinheiro;
Suplente: Eng. Civil José Carlos Pires de Carvalho Fortes Castelo Branco;

Efetivo: Arq. José Poli Lopes Pereira;
Suplente: Arq. José Arimatéia Cunha Pires;

Efetivo: Eng. Mecânico Rodrigo Mendes Ferraz;
Suplente: Eng. Mecânico Frederico Nunes Mendes de Carvalho;

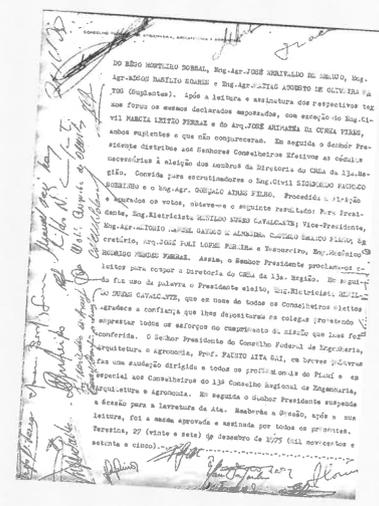
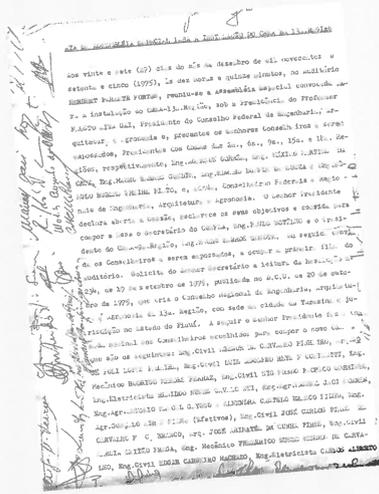
Com mandato até 31/10/1977:

²⁶ Como os arquitetos ainda não tinham entidade representativa registrada no Crea, o CEPI indicou os dois arquitetos apontados pelo IAB-PI.

²⁷ As diferentes duração dos mandatos têm como objetivo atender as disposições legais previstas no § 1º da Resolução nº 234, de 19/09/1975, que criou o Crea-13^a Região, ou seja: a distribuição das vagas de acordo com a proporcionalidade de que trata o Art. 41 da Lei nº 5.194, de 24/12/1966, de modo a adaptá-lo às renovações do terço de que trata o Art. 43 do mesmo diploma legal.

Ao tomar posse como conselheira suplente no dia 15/07/1976, a engenheira civil Márcia Leitão Fraga tornou-se a primeira mulher a ter assento no Plenário do Crea-PI, embora na condição de suplente do Eng. Civil Luís Adolpho Reys Facchinetti.

Na condição de conselheira efetiva, são pioneiras a engenheira agrimensora Maria José Ferreira Damasceno Oliveira e a engenheira agrônoma Eugênia Vitória e Silva Medeiros, que desempenharam mandato pela primeira vez de novembro/1985 a outubro/1988.



Ata da Assembleia Especial de instalação do Crea-13ª Região, atual Crea-PI (1ª e 2ª páginas)

Efetivo: Eng. Civil Luís Adolpho Reys Facchinetti;
Suplente: Eng^a. Civil Márcia Leitão Fraga;²⁸

Com mandato até 31/10/1978:

Efetivo: Eng. Civil Sigefredo Pacheco Sobrinho;
Suplente: Eng. Civil Edgar Carneiro Machado

Efetivo: Eng. Elet. Renildo Nunes Calvalcanti;
Suplente: Eng. Elet. Carlos Alberto do Rego Monteiro Sobral²⁹

Representantes da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Piauí (AEAPI):

Com mandato até 31/10/1976:

Efetivo: Eng. Agr. Antonio Manoel Gayoso e Almendra Castelo Branco Filho;

Suplente: Eng. Agr. Edson Basílio Soares;

Efetivo: Eng. Agr. Manoel Jaci Soares;

Suplente: Eng. Agr. José Nerivaldo de Araújo;

Com mandato até 31/10/1978:

Efetivo: Eng. Agr. Gonçalo Aires Filho;

Suplente: Eng. Agr. Matias Augusto de Oliveira Matos.

Tendo empossado os conselheiros integrantes do primeiro plenário do recém-instalado Crea, procedeu-se a eleição e posse imediata da primeira Diretoria, que ficou assim constituída:

Presidente: Eng. Eletricista Renildo Nunes Cavalcanti
Vice-Presidente: Eng. Agr. Antônio Manoel Gayoso e Almendra Castelo Branco Filho;

Secretário: Arq. José Poli Lopes Pereira

Tesoureiro: Eng. Mecânico Rodrigo Mendes Ferraz

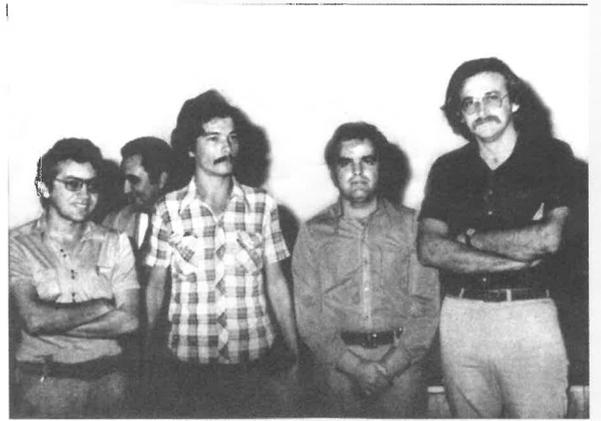
²⁸ A Eng. Civil Márcia Leitão Fraga faltou à Assembleia Especial e somente tomaria posse na Sessão extraordinária de 15/07/1976.

²⁹ O Eng. Eletricista Carlos Alberto do Rego Monteiro Sobral tornou-se efetivo em virtude do titular se eleger e tomar posse no cargo de presidente.



Reunião do Conselho com vistas às primeiras providências para o efetivo funcionamento do órgão

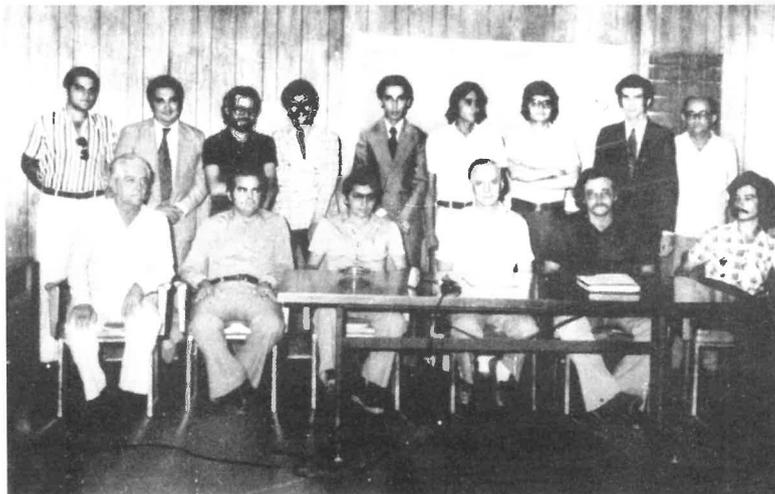
Primeira diretoria. Da esquerda para a direita: Renildo Nunes Cavalcanti (Presidente), José Poli Lopes Pereira (Secretário), Rodrigo Mendes Ferraz (Tesoureiro) e Antônio Manoel Gayoso e Almendra Castelo Branco Filho (Vice-Presidente)



CREA Piauí recebe ilustres visitantes e elege nova Diretoria



No dia da instalação do Crea. O presidente do Confea, Fausto Aita Gai (3º da esquerda para a direita, em primeiro plano), com a diretoria recém-empossada, conselheiros e convidados



Os primeiros Conselheiros com o Presidente Renildo Cavalcanti (3º da esquerda para a direita, sentado)

*Estaios e Torre da Ponte
Mestre João Isidoro
França, mais conhecida
por Ponte Estaiada, que
liga a zona norte à zona
leste sobre o rio Poti.
Inaugurada em 30/03/2010,
tornando-se, a partir de
então, a imagem mais
reproduzida de Teresina
(gravura trabalhada com
recursos computadorizados
a partir de foto disponível
para divulgação).*



As primeiras providências para a implantação

Inicialmente, a sede do recém instalado Crea-13ª Região passa a funcionar na mesma sala 104 do edifício situado na rua Coelho Rodrigues, nº 1202, centro da Capital, onde funcionara até então a Inspetoria subordinada ao Crea-9ª Região sediado em Fortaleza.

Na Reunião Ordinária nº 001, de 22 de janeiro de 1976, o presidente Renildo Cavalcanti apresenta a lista do pessoal de apoio, que já era integrante da Inspetoria, com a garantia de que todos os funcionários seriam aproveitados no Regional recém instalado. Após a análise dos processos em pauta, todos referentes a pagamentos de cobertura publicitária e jornalística a serem efetuados, é levantada a possibilidade da criação de duas Câmaras Especializadas: a de Engenharia e a de Agronomia. A questão foi deixada em aberto para decisão na próxima Plenária. Por fim, o presidente conclama ao Plenário “que o Crea da 13ª Região volte os esforços para si no sentido de ser estruturado internamente”. Para tanto, algumas providências seriam executadas imediatamente:

- ✓ Viagem a Fortaleza do conselheiro Rodrigo Ferraz, na qualidade de Tesoureiro, para familiarizar-se com o funcionamento do Crea-9ª Região, principalmente a Tesouraria daquele órgão;
- ✓ Contratação da administradora Maryane Lustosa Monte, para o cargo de Diretora Geral Administrativa, com a função de planejar, organizar, controlar e coordenar as atividades administrativas;
- ✓ Contratação do contador Carlos Augusto de Assunção Rodrigues para cuidar dos serviços contábeis;
- ✓ Contratação do NAG-PI – Núcleo de Assistência Gerencial do Piauí, posteriormente transformado em Centro de Apoio Gerencial à Pequena e Média Empresa do Piauí (CEAG-PI), sucedido pelo atual SEBRAE, para elaborar proposta de estruturação administrativa;
- ✓ Vinda a Teresina do Sr. Sebastião Rangel Bueno, chefe do Departamento de Fiscalização da 6ª Região (São Paulo) para fazer a implantação da estrutura organizacional.
- ✓ Mudança da sede para o prédio da rua Álvaro Mendes, nº 1136, com a conseqüente ampliação de espaço, quando o órgão passou a funcionar em três salas amplas.



Eng. Mecânico

Rodrigo Mendes Ferraz

Nasceu em Teresina a 18/12/1945, onde faleceu em 16/02/2004.

Engenheiro Mecânico pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade de Brasília, tendo colado grau em 15/12/1969.

Funcionário do antigo DNER, atual DNIT, no qual exerceu vários cargos, entre os quais o de chefe do 18º DRF sediado em Teresina. Foi presidente do Clube de Engenharia do Piauí (1977 – 1978), tendo conseguido em sua gestão o terreno e a construção da sede campestre do Clube.

Conselheiro efetivo do Crea-PI, tendo participado da sua primeira Diretoria como 1º Tesoureiro, cargo em que se destacou pela organização e austeridade no controle das finanças.

Como parte dos esforços no sentido de estruturação do Crea, logo na segunda Reunião Plenária, ocorrida em 10 de fevereiro de 1976, são criadas duas Câmaras Especializadas:³⁰ a de Engenharia e a de Agronomia, que ficam assim constituídas:

Câmara Especializada de Engenharia:

Efetivo: Eng. Civil Agenor de Carvalho Pinheiro;
Suplente: Eng. Civil José Carlos Pires de Carvalho Fortes Castelo Branco;

Efetivo: Eng. Civil Luís Adolpho Reys Facchinetti;
Suplente: Eng^a. Civil Márcia Leitão Fraga;

Efetivo: Eng. Civil Sigefredo Pacheco Sobrinho
Suplente: Eng. Civil Edgar Carneiro Machado

Efetivo: Arq. José Poli Lopes Pereira;
Suplente: Arq. José Arimatéia Cunha Pires;

Efetivo: Eng. Elet. Carlos Alberto do Rego Monteiro Sobral;
Suplente: Eng. Elet. José William Trindade de Carvalho

Câmara Especializada de Agronomia:

Efetivo: Eng. Agr. Antonio Manoel Gayoso e Almendra Castelo Branco Filho;

Suplente: Eng. Agr. Edson Basílio Soares;

Efetivo: Eng. Agr. Manoel Jaci Soares;

Suplente: Eng. Agr. José Nerivaldo de Araújo;

Efetivo: Eng. Agr. Gonçalo Aires Filho;

Suplente: Eng. Agr. Matias Augusto de Oliveira Matos.

Efetivo: Eng. Mecânico Rodrigo Mendes Ferraz;³¹

Suplente: Eng. Mecânico Frederico Nunes Mendes de Carvalho;

Por decisão do Plenário, enquanto as duas Câmaras Especializadas se organizavam, o presidente despachava todos os processos “ad referendum” do Conselho.

³⁰ Vide sobre as Câmaras Especializadas nas páginas 61, 62 e 63

³¹ Embora sendo engenheiro mecânico, não se sabe o porquê do conselheiro Rodrigo Ferraz integrar a Câmara de Agronomia e não a de Engenharia. Poderia ser o “representante do Plenário”, porém essa figura ainda não havia por aquela época. Trabalha-se com a possibilidade da Câmara criada ser mista (Agronomia e Industrial), para ficar mais equilibrada a quantidade de membros de cada Câmara, embora essa assertiva não esteja clara na Ata da Reunião Ordinária n° 02, de 10 de fevereiro de 1976, pela qual se tem notícia da criação das duas Câmaras.

O QUE É BDI?

Os orçamentos de obras ou serviços de engenharia apresentam custo direto de produção e custo indireto. O preço total de uma obra ou serviço de engenharia é resultado do custo direto somado ao percentual relativo ao custo indireto (lucro, despesas financeiras, impostos e administração central).

A sigla BDI significa Bonificação ou Benefícios e Despesas Indireta. É um percentual do preço do serviço formado pela recompensa do empreendimento (lucro estimado) somado às despesas financeiras, ao custo da administração e todos os impostos incidentes sobre o faturamento, exceto impostos definidos por leis sociais incidentes sobre a mão-de-obra, que são utilizados no custo direto.

O gráfico abaixo mostra a composição do BDI e do custo direto que compõem o Orçamento.

PREÇO DE VENDA



Tópicos da Legislação

Da Lei nº 8.666/93, conhecida por Lei das Licitações, destacam-se as seguintes disposições:

SEÇÃO III DAS OBRAS E SERVIÇOS

Art. 7º - As licitações para execução de obras e para a execução de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:

- I - projeto básico;
- II - projeto executivo;
- III - execução das obras e serviços;

§ 1º - A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, o qual poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços, desde que autorizado pela administração.

§ 2º - As obras e serviços somente poderão ser licitados quando:

I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;

II - existir orçamento em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.

O Teatro 4 de Setembro, inaugurado em 1894, foi projetado pelo engenheiro alemão Alfredo Mondrak. Situado na praça Pedro II e ao lado do antigo Cine Rex, em Teresina. (gravura trabalhada com recursos computadorizados a partir de foto disponível para divulgação).



As dificuldades iniciais

Alguns profissionais ainda não veem o Crea com bons olhos. O órgão é visto, por estes, como arrecadador voraz e não como necessário para resguardar as profissões legalmente regulamentadas. Essa animosidade no seio da categoria em relação ao Conselho é fruto da desinformação e certamente em nada contribui para o seu fortalecimento e muito menos para a defesa dos interesses profissionais.

Apesar dessa desconfiança, o Crea-PI tem o compromisso de proteger os profissionais da área tecnológica e a própria sociedade piauiense contra o exercício ilegal da profissão e suas consequências negativas.

Evidente, portanto, as enormes dificuldades, só superadas pela determinação dos presidentes e conselheiros.

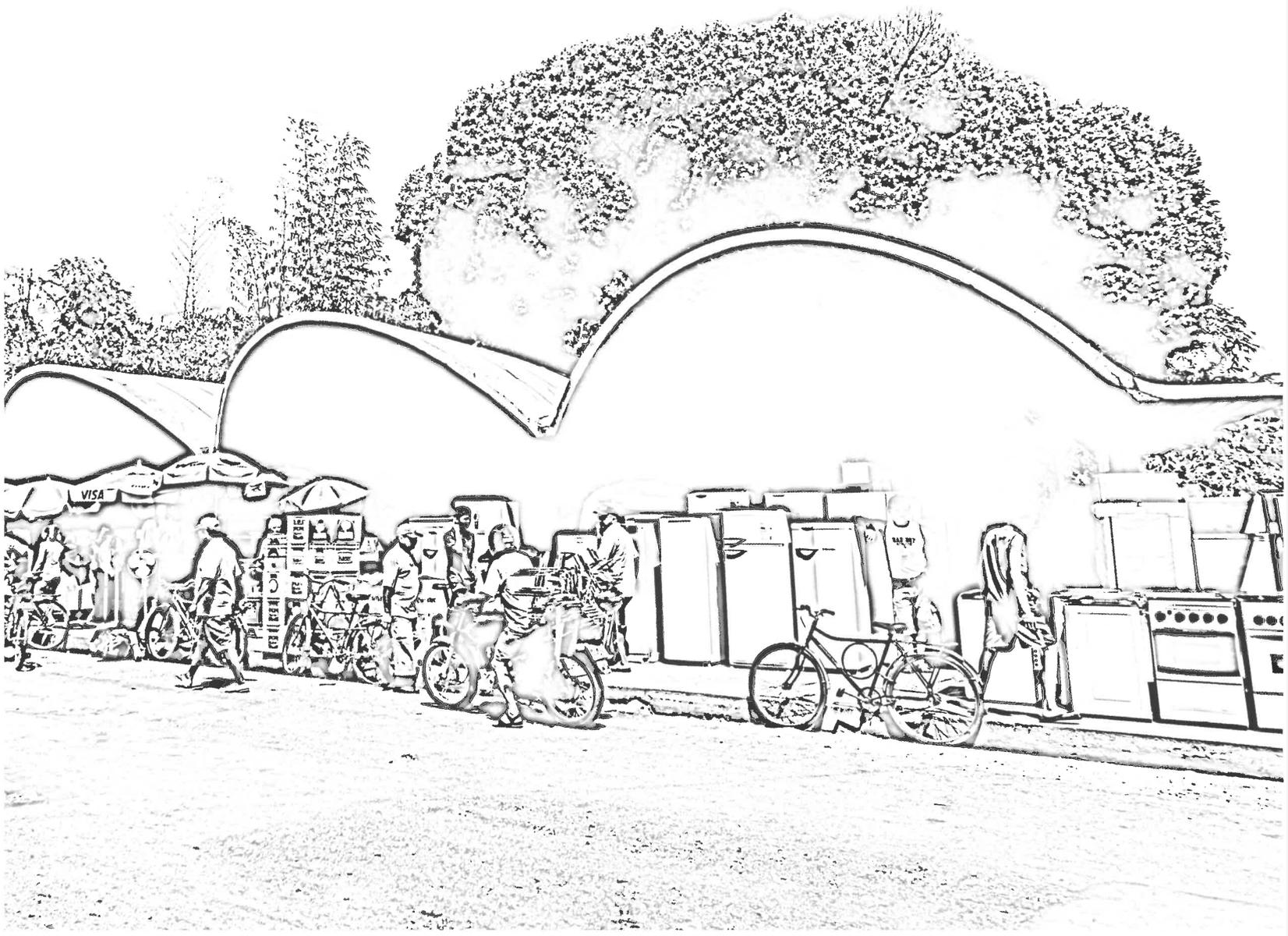
O conselheiro Rodrigo Mendes Ferraz, na qualidade de Tesoureiro, o primeiro a ocupar esse cargo, sentiu na pele todas essas dificuldades para incrementar receita própria o suficiente para as despesas básicas. Na Reunião Ordinária do dia 4 de novembro de 1976, por exemplo, ele expressou sua preocupação quanto à efetivação de multas não pagas por profissionais e empresas:

Quanto à efetivação de multas impostas e não pagas até o momento, nota-se que há um desinteresse generalizado para o não pagamento. [...] Se há esse recrudescimento injustificável, deve o Crea adotar outras sanções que estejam ao seu alcance.

Desde a implantação do Crea no Piauí até os dias atuais, seus gestores têm tomado medidas para combater o exercício ilegal das profissões ligadas ao Sistema Confea/Crea. Não se trata apenas da intensificação e aperfeiçoamento da fiscalização. Em 1978, o presidente Agenor de Carvalho Pinheiro, por exemplo, fez campanha de esclarecimento e enviou ofício circular aos órgãos da administração pública, dos três níveis – federal, estadual e municipal – alertando da necessidade da exigência, quando da contratação de obras e serviços de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, da quitação com o Crea-PI, uma vez que, de acordo com o Art. 15, da Lei nº 5.194/66, “São nulos de pleno direito os contratos referentes a qualquer ramo da Engenharia, Arquitetura ou da Agronomia, inclusive elaboração de projeto, direção ou execução de obras, quando firmados por entidade pública ou privada com pessoa física ou jurídica não legalmente habilitada a praticar a atividade nos termos desta Lei”. Informa ainda o que dispõe o Art. 1º da Lei nº 6.496/77: “Todo contrato escrito ou verbal para execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, Arquitetura e à Agronomia, fica sujeito à ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (ART).”

A Resolução nº 251, de 16 de dezembro de 1977 deu nova designação aos Creas, que passam a ser designados pelo nome da unidade da Federação onde tiverem sua sede. Assim, a designação do CREA-13ª Região passou a ser CREA-PI. Neste trabalho, o autor adota a forma Crea-PI, como está sendo consagrado em textos oficiais desse Regional, acompanhando a tendência de outros Creas.

O Troca-Troca constitui de um espaço para feira livre, com cobertura arqueada em bloco cerâmico. situa-se na beira do rio Parnaíba, centro antigo da Capital. (gravura trabalhada com recursos computadorizados a partir de foto disponível para divulgação).



Finalmente, a sede própria

O Crea-PI cresceu e cada vez mais necessitava de espaço e capital humano para o bom desempenho de suas funções institucionais. Uma sede própria, com ambientes amplos e condizentes com as necessidades se fez urgente.

Apesar das dificuldades, a prioridade era adquirir um imóvel para a sede própria. A escassez de recurso financeiro, todavia, era o assunto recorrente em quase todas as reuniões do Conselho. O presidente Agenor Pinheiro consulta então o Confea sobre a possibilidade de empréstimo em condições especiais. O conselheiro federal Renildo Cavalcanti junta esforços com o presidente Agenor Pinheiro, defendendo no Confea os interesses do Crea-PI nesse sentido. Em resposta, o presidente Inácio de Lima Ferreira informa através do ofício nº 648/78 que o Plenário autorizou a Presidência a proceder entendimentos com o Regional para empréstimo sem juros e sem correção monetária.

O presidente Agenor Pinheiro designa, na oportunidade, uma Comissão composta pelos conselheiros Raimundo de Castro Dias, Aldy Soares Pessoa e Raimundo Mendes de Carvalho Filho para a avaliação



e a competente negociação, objetivando a compra do imóvel, onde então funcionava o Tribunal Regional Eleitoral, localizado na praça Demóstenes Avelino, hoje mais conhecida por praça do Fripisa.

No dia 5 de dezembro de 1978, o arquiteto Raimundo de Castro Dias é eleito presidente pelo Plenário do Crea-PI, para o mandato 1979/1981, vencendo com a maioria de um voto sobre o outro candidato, engenheiro agrônomo Antônio Manoel Gayoso Castelo Branco Filho.

Antes da posse do novo presidente, marcada para o dia 3 de janeiro de 1979, o então presidente Agenor Pinheiro encaminha para o Confea toda a documentação, incluindo o contrato de compra e venda do referido imóvel da praça Demóstenes Avelino.

Em virtude da indicação e posse no cargo de Conselheiro Federal no dia 25/08/1977, o engenheiro eletricista Renildo Nunes Cavalcanti renunciou ao mandato de presidente do Crea-PI. Para preencher o cargo vago, assumiu interinamente o vice-presidente Antônio Manoel Gayoso e Almendra Castelo Branco Filho até o dia 05/09/1977, quando se procedeu eleição entre os conselheiros presentes. O engenheiro civil Agenor de Carvalho Pinheiro foi eleito presidente pelo Plenário, em disputa realizada contra o conselheiro engenheiro civil Luis Adolpho Reys Facchinetti.

Vista frontal da sede original do Crea-PI. Apesar das várias reformas e ampliações, o prédio, hoje, está pequeno para abrigar a atual estrutura do Conselho.

Em março de 1979, o novo presidente do Crea-PI, arquiteto Raimundo de Castro Dias, conseguiu financiamento junto ao Confea para a aquisição da sede própria. E ainda conseguiu doações de móveis da representação do Confea no Rio de Janeiro, inclusive com despesas de frete pagas. O valor total do financiamento foi de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão, quinhentos mil cruzeiros), a ser amortizado em condições muito favoráveis:

- a) 03 (três) meses de carência (abril a junho de 1979);
- b) 08 (oito) parcelas iguais de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros) (julho de 1979 a fevereiro de 1980);
- c) 11 (onze) parcelas iguais de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) (março de 1980 a janeiro de 1981).

Assim, a atual sede do Crea-PI foi finalmente adquirida e, após reforma e instalação de equipamentos e mobiliário, finalmente inaugurada em 20 de junho de 1979. A solenidade da inauguração contou com a participação do engenheiro Inácio de Lima Ferreira e do arquiteto Raimundo de Castro Dias, presidentes do Confea e do Crea-PI, respectivamente, além do governador em exercício Waldemar de Castro Macedo, conselheiros, funcionários e convidados.



Inauguração solene da sede própria pelos presidentes Inácio de Lima Ferreira (Confea) e Raimundo de Castro Dias (Crea-PI), em 20 de junho de 1979.



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRICULTURA DO ESTADO DO PIAUÍ
Inauguração da Nova Sede - 20/06/79
Foto: N. 1182

Ato preleito pelo Sr. Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, Dr. Inácio Lima Ferreira, Presidente do ato o Sr. Governador em exercício, Sr. Waldemar de C. Macedo e o Dr. Raimundo de Castro Dias, presidente do CREA-PI e demais autoridades.



Da esquerda para a direita: Waldemar Macedo (Governador em exercício), Raimundo Dias e Inácio de Lima Ferreira

Os convidados conhecem as instalações da nova sede



Ata credenciada pelo Sr. Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, Dr. Inácio Lima Ferreira. Presentes no ato o Sr. Governador em exercício, Dr. Waldemar de C. Macedo e o Dr. Raimundo de Castro Dias, presidente do CREA-PI e demais autoridades.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRICULTURA DO ESTADO DO PIAUÍ
Inauguração da Nova Sede - 20/05/78
Foto - Nullius



O presidente Raimundo Dias recepciona os convidados



Ata credenciada pelo Sr. Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, Dr. Inácio Lima Ferreira. Presentes no ato o Sr. Governador em exercício, Dr. Waldemar de C. Macedo e o Dr. Raimundo de Castro Dias, presidente do CREA-PI e demais autoridades.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRICULTURA DO ESTADO DO PIAUÍ
Inauguração da Nova Sede - 20/05/78
Foto - Nullius



Ata credenciada pelo Sr. Presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, Dr. Inácio Lima Ferreira. Presentes no ato o Sr. Governador em exercício, Dr. Waldemar de C. Macedo e o Dr. Raimundo de Castro Dias, presidente do CREA-PI e demais autoridades.

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRICULTURA DO ESTADO DO PIAUÍ
Inauguração da Nova Sede - 20/05/78
Foto - Nullius

*O Parque Eólico de Pedra do Sal
produz energia que atende parte
da cidade de Parnaíba.
(gravura trabalhada com
recursos computadorizados a
partir de foto disponível para
divulgação).*



O processo de aperfeiçoamento administrativo e financeiro

Ao longo de sua existência, especialmente nos anos iniciais, o Crea-PI experimenta um contínuo processo de aperfeiçoamento administrativo e financeiro. Para tanto, recebe substancial ajuda do Confea, através de Convênios, e vez por outra faz parceria com outros Creas, permitindo a absorção de experiências administrativas bem sucedidas.

Sob a presidência de Renildo Nunes Cavalcanti houve esforços para a efetiva implantação do Conselho, iniciando-se pelas providências no sentido de dar personalidade jurídica ao recém instalado órgão. Como se viu no capítulo anterior, as medidas ali elencadas foram postas em prática para o alcance das metas estabelecidas.

O engenheiro civil Agenor de Carvalho Pinheiro assumiu a presidência no dia 5 de setembro de 1977, em substituição ao engenheiro eletricitista Renildo Nunes Cavalcanti que fora eleito para o cargo de conselheiro federal. Enquanto aguarda o trabalho encomendado ao CEAG-PI pelo seu antecessor, o presidente Agenor Pinheiro propõe e consegue aprovação do Plenário para a edição do Ato nº 01/77 (do ainda Crea-13ª Região), que estabelece normas e define obrigações para a perfeita atuação no exercício da fiscalização no âmbito da 13ª Região (o Piauí).

Em abril de 1978 o CEAG-PI conclui o trabalho para o qual fora contratado e apresenta a proposta para implantação, visando o aperfeiçoamento administrativo, contendo dois Planos:

1. Plano de Organização Administrativa

- 1.1– Estrutura Organizacional
- 1.2– Normalização da função até o nível médio
- 1.3– Regimento Interno

2. Plano de Pessoal

- 2.1– Estruturação do Plano de Pessoal
- 2.2– Implantação do Sistema de Avaliação de Cargos e Salários

O presidente Agenor Pinheiro deu início imediato à consecução dos Planos acima mencionados. Para desenvolver o primeiro, teve a parceria do Crea-SP para a implantação da estrutura organizacional (mínima necessária para o funcionamento) e aprovação do Regimento Interno. No segundo Plano, como complemento do anterior, foi avaliado o quadro de pessoal existente na estrutura administrativa e o desempenho de cada funcionário, bem como a necessidade de novas contratações. Daí resultou na implantação do primeiro Plano de Cargos, Carreira e Salários – PCCS.

Três presidentes conduziram o Crea-PI na década de 1980: o arquiteto Raimundo de Castro Dias (1979/1981), o engenheiro civil João Bosco Madeira Campos (1982/1984) e o engenheiro mecânico Celso Martins Cunha Filho (1985/1987 e 1988/1990). Experimentaram em seus mandatos, além das dificuldades administrativas peculiares de uma autarquia em fase de auto-afirmação, as conseqüências da profunda crise que se abateu no estado brasileiro.

Os economistas são unânimes em afirmar que as causas dessa crise na chamada “Década Perdida” foram, entre outras, a dívida externa excessiva, altas taxas de inflação e a crise fiscal profunda do estado, que lhe retirou a capacidade de poupança e praticamente imobilizou-o quanto aos investimentos necessários ao desenvolvimento.

A partir de 1981, a economia brasileira entra num processo de estagnação por toda a década, mergulhando numa recessão profunda que se acentua por volta dos anos de 1981 a 1983. Em consequência, o governo reduz os investimentos públicos e edita os chamados choques heterodoxos³² que se revelaram incapazes de eliminar a espiral inflacionária.³³

Em meio à crise, num estado em que os investimentos privados são mínimos e o governo não consegue investir a contento em infraestrutura, remunerando mal os servidores públicos, especialmente os profissionais da área tecnológica, o Crea-PI também é atingido pelas crises que provocam sensível diminuição das suas receitas: Cresce a inadimplência das anuidades devidas e diminuem os registros das ARTs, consequências dos salários aviltados e dos poucos investimentos em serviços e obras de engenharia.

Para enfrentar essa situação, o Crea-PI segue, desde esse momento, em processo de aperfeiçoamento administrativo e financeiro, conseguindo manter suas obrigações funcionais e se preparando para enfrentar a crise. Assim, nessa política administrativa, a parceria com outros Creas mais desenvolvidos resultaram em bons frutos para o Regional, como se vê a seguir:

✓ *Em 1981 foi assinado convênio com o Crea-SP, que treinou a funcionária Maritércia de Sousa Gama em proveitoso curso de informática;*

✓ *Em 1982 o presidente João Bosco Madeira Campos conseguiu a colaboração do Crea-SC, que enviou dois funcionários ao Piauí para dar curso sobre a sistemática de funcionamento daquele Regional;*

✓ *Em 1983 o Confea contrata equipe especializada para elaboração do Plano Diretor de Informática a ser implantado em todo o Sistema, tendo o Piauí se beneficiado desse Plano, com a adesão ao “Programa de Atualização Administrativa do Sistema Confea/Crea” sugerido pela referida equipe especializada. Posteriormente, convênio celebrado com o Confea possibilitou*

³² Principais choques heterodoxos editados na década de 1980, na tentativa vã de controlar a inflação: Congelamento Geral de Preços (Plano Cruzado – fevereiro de 1986), Plano Bresser (junho de 1987) e Plano Verão (janeiro de 1989). Em março de 1990 houve a edição do Plano Collor, que confiscou a Poupança e adotou outras medidas que mais tarde se revelaram ineficazes para combater a inflação.

³³ BACHA, E. L. “Moeda, Inércia e Conflito: reflexões sobre políticas de estabilização no Brasil”, in “Pesquisa e Planejamento Econômico”, RJ, abril/1988. LAGONI, C. G. “A Crise do Desenvolvimento”, Rio de Janeiro, Editora José Olímpio, 1985.

a implantação nesse Regional do “Plano de Aperfeiçoamento Administrativo Financeiro”. Como parte desse convênio, a funcionária Lúcia Eliene participou em Fortaleza de curso de treinamento, que a capacitou para a implantação do citado Plano no Crea-PI;

✓ Em 1988 o presidente Celso Cunha contratou a empresa Plandata para implantar o Centro de Processamento de Dados;

Com a implantação dessas medidas de aperfeiçoamento administrativo e a gestão dos recursos em ordem, na “década da crise” o Piauí é bom exemplo para o Confea. Em pelo menos duas oportunidades isso foi reconhecido: Na Reunião Plenária realizada em 09/01/1980, o então conselheiro federal Renildo Cavalcanti dá conhecimento dos encômios dirigidos pelo então presidente do Conselho Federal, Eng. Inácio de Lima Ferreira, pela atuação exemplar do Crea-PI em relação aos demais Conselhos, uma vez “que vem cumprindo rigorosamente todos os seus compromissos com o Confea, inclusive superando Creas de grande porte.”³⁴ Já na Reunião Plenária de 12/08/1993, o então conselheiro federal Celso Cunha enaltece o fato de que, naquele momento, só o Crea-PI e o Crea-RJ estão quites com o Confea, apesar do alto índice de inadimplência dificultar a consecução das metas propostas.

No início da década de 1990 o país é surpreendido pelo Plano Collor, o “Pacote Econômico” editado pelo governo Fernando Collor que tentou debelar a espiral inflacionária com medidas heterodoxas, sendo a mais extrema o confisco da poupança. Em virtude de tal pacote, o Confea editou seu próprio “Plano Emergencial”, com medidas de redução de despesas. O Crea-PI adaptou-o à sua realidade, conseguindo de certa forma superar aquela crise. Com muita competência, diga-se de passagem, graças à boa gestão do então presidente Celso Cunha, seguida pelo seu sucessor Eduardo Alvim.

É importante salientar que as parcerias com outros Creas tornaram-se constantes. Além das mencionadas, registram-se outras não menos importantes:

✓ Convênio assinado pelo presidente Eduardo Alvim, juntamente com os Creas do Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Maranhão e Sergipe, para implantação do Sistema de Informatização dos Processos Administrativos;

✓ O presidente Marcelo Moraes implantou o Cadastro Único de Profissionais ligados ao Sistema Confea/Crea, interligando os 27 Creas do País com as informações de mais 700 mil profissionais brasileiros da área tecnológica existentes na época;

✓ Em agosto de 1998, o presidente Marcelo Moraes enviou a Goiânia o conselheiro Cristovam Colombo e o assessor

³⁴Apud Ata da Reunião Ordinária N° 54, de 09/01/1980, do Plenário do Crea-PI.

Josevaldo Nascimento com vistas a se inteirar no Crea-GO sobre normas para fiscalização, honorários profissionais, integração Câmaras Especializadas/Fiscalização, visando adaptação para o Crea-PI;

✓ *O presidente Marcelo Morais assinou “Convênio de Cooperação para Fiscalização” com a Secretaria Estadual de Agricultura do Piauí;*

✓ *Implantação com o apoio do Confea do Plano de Revitalização da Fiscalização do Crea-PI, nas diversas modalidades (2001);*

✓ *Repasse de recursos pela Mútua para expansão e melhoria da informatização do Regional (2004);*

✓ *No dia 21/06/2006, sob a presidência do engenheiro José Borges de Sousa Araujo, o Crea-PI foi incluído no SIC – Sistema de Informação Confea/Crea, que possibilita o recadastramento dos profissionais;*

✓ *Janeiro e fevereiro de 2007: Elaboração do Planejamento Estratégico para o quinquênio 2007/2012;*

✓ *Em agosto de 2007, na gestão do presidente José Borges de Sousa Araujo, foi implantado o cadastro informatizado para operação dos serviços on line de obtenção de Certidão Negativa de Pessoa Física e Jurídica, Boletos Bancários e ART on line.*

✓ *Implementação a cada três anos, em convênio com o Confea, do PRODAFISC – Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Fiscalização.*

Nos últimos anos, o Conselho avançou de maneira significativa no setor de informática com o crescente aperfeiçoamento do programa SIGEC (Sistema de Gestão do Crea-PI), embora ainda tenha muito o que aperfeiçoar para atender melhor os profissionais e agilizar as demandas dos serviços prestados. O Sistema foi desenvolvido pelos analistas e programadores para dinamizar a gestão e disponibilizar serviços de melhor qualidade aos profissionais e empresas registradas no Crea-PI. Sua implantação definitiva ocorreu no dia 21 de março de 2011.

As principais características e serviços disponíveis no SIGEC são:

- ✓ *É um sistema WEB e roda em qualquer sistema operacional (Linux ou Windows);*
- ✓ *Não tem navegador padrão para o acesso, já que foi programado para ser acessado tanto no Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome;*
- ✓ *No geral, controla as atividades dos profissionais e empresas do ramo da Engenharia e da Agronomia;*
- ✓ *Alteração de dados de endereço e senha;*
- ✓ *Prestação de serviços online de emissão de Certidões de Quitação, consulta de protocolos, emissão e impressão de boletos bancários;*

PRODAFISC

Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Fiscalização - é um programa do Confea, regido por critérios determinados por resolução e decisões do Plenário daquele Federal, que repassa verbas aos Crea's visando apoio às atividades de fiscalização. Com esses recursos é possível estruturar e melhorar a fiscalização do Crea através da aquisição de veículos, equipamentos de informática, treinamento de pessoal, aquisição de mobiliário, EPIs, máquinas digitais etc. Esses recursos têm sido de extrema importância para o Crea-PI, principalmente para aquisição de veículos, computadores e treinamento de pessoal, como os cursos e palestras que ocorrem nos encontros anuais de agentes fiscais.

- ✓ Vinculação de ART online a uma notificação, caso exista;
- ✓ Possibilidade de correção no preenchimento da ART;
- ✓ Utilização de uma ART cadastrada anteriormente como modelo para agilizar o preenchimento de uma nova Anotação;

Para a atividade de fiscalização do exercício profissional, o SIGEC é de grande importância, já que integra a tecnologia de localização geográfica, obtida pelo GPS, às notificações originárias da Fiscalização, como também o recurso de inclusão de fotos. Com os recursos do Sistema é possível estabelecer uma agenda de fiscalizações periódicas, o que permite mais eficácia e maior controle do exercício profissional.

Outro passo importante foi a descentralização do atendimento à sociedade e a interiorização dos serviços de fiscalização do exercício profissional, com a criação das Inspetorias, que são vinculadas administrativamente e tecnicamente à sede do Regional. As Inspetorias atuam principalmente como estrutura auxiliar do “Atendimento ao Cliente” e do “Departamento de Fiscalização”. Atualmente o Crea-PI possui onze inspetorias instaladas e mais três criadas e ainda por instalar, a saber, (por ordem cronológica de instalação):

1. Inspetoria de Parnaíba: Foi a primeira a ser inaugurada, fato ocorrido em 31/10/1981 na gestão de Raimundo Dias. Os primeiros inspetores foram:

- Chefe: Eng. Civil Paulo Cesar Lima
- Adjuntos: Eng. Agr. Flávio Correia Caracas
Arq. Maria Lúcia Bastos.

A sede própria da Inspetoria de Parnaíba foi adquirida em 2007, cuja inauguração se deu em dezembro do mesmo ano, com as presenças dos engenheiros José Borges de Sousa Araujo e Marcos Túlio de Melo, presidentes do Crea-PI e do Confea, respectivamente.

Inspetores atuais:

- Chefe: Eng. Agrônoma Deise Aragão Mattei
- Secretário: Eng. Elet. Antônio Correia Pires Rebelo
- Tesoureiro: Eng. Civil Rodrigo Vieira Sousa

2. Inspetoria de Picos: Num primeiro momento, Raimundo Dias criou e inaugurou em 11/04/1981 um Escritório de Representação em convênio com a Prefeitura de Picos, na gestão do prefeito Waldemar Rodrigues de Sousa Martins. Na ocasião, foi escolhido e alçado à condição de chefe o Sr. Edécio Osvaldo Rodrigues Rocha. Antes, por sugestão do conselheiro Rodrigo Ferraz, a Inspetoria foi aprovada na Sessão Plenária do dia 03/10/1977. Não houve funcionamento contínuo e efetivo, no entanto. Só veio a ser efetivamente instalada em agosto de 1987, na gestão do presidente Celso Cunha Filho. Os primeiros inspetores foram:

ART online

Segundo o assessor do Crea-PI, Josevaldo Nascimento, o programa utilizado para a obtenção da ART online é resultante de um “convênio firmado na gestão do Presidente Marcelo Moraes, que vislumbrou os benefícios de utilização de um programa de informática que já se encontrava formatado e em pleno funcionamento no Crea-RN. O programa foi implantado no Crea-PI, mas por questões contratuais a atualização do software ficou paralisada por longo tempo, o que prejudicou sobremaneira o programa de informatização deste Regional, somente sendo retomado na gestão do Presidente Araújo, que entrou em entendimento com o Crea-RN para atualização da versão do programa, atualmente em uso a versão Minerva WEB”.

O Escritório de Representação era uma espécie de embrião da atual inspetoria e funcionava geralmente com apenas um funcionário.

- Chefe: Eng. Civil Afonso José dos Reis Antão
- Secretário: Arq. Juscelino Alves Pereira
- Tesoureiro: Eng. Elet. Jonatas Portela Menezes

Inspetores atuais:

- Chefe: Eng. Civil Antônio Araújo dos Martírios Moura Fé
- Secretário: Eng. Agrônomo Alexandre Magno Júnior
- Tesoureiro: Téc. em Edificações Francisco das Chagas de Sousa

3. Inspetoria de Floriano: Da mesma forma, primeiro foi instalado e inaugurado em 09/05/1981 um Escritório de Representação em convênio com a Prefeitura, tendo como funcionário-chefe o Sr. Raimundo Inácio Neto. A Inspetoria de Floriano foi criada em agosto de 1987, na gestão do presidente Celso Cunha Filho. Os primeiros inspetores foram:

- Chefe: Eng. Civil Raimundo Nonato Santos Neto
- Secretário: Arq. Nilson Coelho
- Tesoureiro: Eng. Agr. Carlos Lacerda Avelino

Inspetores atuais:

- Chefe: Eng. Agrimensor Evandro Cardoso Vieira
- Secretário: Eng. Civil Everaldo Moura Lustosa Elvas
- Tesoureiro: Téc. em Edificações Aldair Monteiro de Sousa

4. Inspetoria de Piripiri: Em convênio com a Prefeitura, o presidente João Bosco inaugurou o Escritório de Representação daquela cidade no dia 04/07/1984, tendo como chefe o engenheiro civil Diógenes de Melo Ferreira. A instalação da Inspetoria ocorreu em junho de 1999 na gestão do presidente Marcelo Moraes, tendo sido empossado o primeiro inspetor chefe o engenheiro civil Francisco Ubirajara de Medeiros Cavalcante.

Inspetores atuais:

- Chefe: Eng. Civil Reynolds José Benício
- Secretário: Eng. Agrônoma Alciomara Maria Lourenço
- Tesoureira: Téc. em Edificações Arnaldo Cardoso Ferreira

5. Inspetoria de Corrente: Em convênio celebrado com a Prefeitura de Corrente, o presidente Eduardo Alvim inaugurou o Escritório de Representação em 11/07/1991, posteriormente transformada em Inspetoria pelo presidente Marcelo Moraes.

Inspetores atuais:

- Chefe: Eng. Agrônomo Ricardo Augusto Nunes P. e Lago
- Secretário: Eng. Agrimensor José Eutímio Alves Neto
- Tesoureiro: Eng. Agrônomo Ildênio da Gama Rodrigues

6. Inspetoria de São Raimundo Nonato: Foi instalada em 1999 pelo presidente Marcelo Moraes.

Inspetores atuais:

- Chefe: Eng. de Alimentos Saulo Egídio Ribeiro
- Secretário: Geógrafo Filipe Mattos Silva de Sousa
- Tesoureiro: Téc. em Agropecuária José Luiz Marques Ferreira

7. Inspetoria de Oeiras: Instalada em 1999 também pelo presidente Marcelo Moraes.

Inspetores atuais:

- Chefe: Eng. Civil Kelson Silva de Almeida
- Secretário: Eng. Agrim. Jammycksael Carvalho Sousa
- Tesoureiro: Eng. Civil Antônio Pereira Lopes Júnior

8. Inspetoria de Bom Jesus: Inicialmente, como Escritório de Representação foi instalado em 03/05/2000 pelo presidente Marcelo Moraes. Foi transformada posteriormente em Inspetoria, na gestão do presidente Manoel Coelho, através de Ato Administrativo aprovado em Plenário no dia 13/05/2004.

Inspetores atuais:

- Chefe: Eng. Agrônomo Alessandro Franco Torres da Silva
- Secretário: Eng. Agrônomo Francinaldo Gomes da Silva
- Tesoureiro: Eng. Agrônomo Paulo Geovânio Lopes Martins

9. Inspetoria de Uruçuí: Instalada em 2004 pelo presidente Manoel Coelho.

Inspetores atuais:

- Chefe: Eng. Agrônoma Kelly Eunice Gonçalves dos Santos
- Secretário : Eng. Agrônomo Forlan Pereira Alves
- Tesoureiro: Eng. Agrônoma Gracyane Castelo Branco de Freitas

10. Inspetoria de Campo Maior: Instalada pelo presidente José Borges Araujo em março de 2010. Inicialmente passou a ser administrada provisoriamente por Antonia Fernanda. Em 12 de julho de 2010, o presidente deu posse aos primeiros inspetores:

- Chefe: Eng. Agr. Lucas de Oliveira Machado Gomes
- Secretário: Téc. Agropecuário Manoel Afonso dos Santos
- Tesoureiro: Téc. Agrícola e Agropecuário Adão Lopes de Oliveira

Inspetores atuais:

- Chefe: Eng. Agrônomo Antônio Bona Campo Maior Filho
- Secretário: Eng. Agrônomo Luis Gustavo Saboia Paz
- Tesoureiro: Eng. Agrônomo Lucas de Oliveira Machado Gomes

11. Inspetoria de Paulistana: Instalada pelo presidente José Borges Araujo em abril de 2010. Inicialmente foi administrada provisoriamente por Lucas Carvalho.

Inspetores atuais:

- Chefe: Eng. Agrônomo Gicélio Teixeira Arraes
- Secretário: Eng. Civil Marcos Andrade de Carvalho
- Tesoureiro: Eng. Agrônomo Francisco Esdra Sousa Alencar

As Inspetorias de Água Branca, Esperantina, São João do Piauí e Valença do Piauí foram criadas, porém ainda não instaladas, por proposta do presidente José Borges Araujo aprovada na Reunião Plenária do dia 29/08/2007.



O então presidente Araújo, Socorro Seabra e convidados com os primeiros Inspetores de Campo Maior, em julho de 2010

As Câmaras Especializadas

As Câmaras Especializadas são órgãos da estrutura interna dos Conselhos Regionais encarregados de julgar e decidir sobre assuntos relativos à fiscalização e ao exercício profissional pertinentes às respectivas modalidades profissionais. Os conselheiros que compõem as Câmaras são profissionais indicados pelas entidades de classe ou pelas instituições de ensino superior registradas no Conselho.

O funcionamento das Câmaras Especializadas foi precário ou nulo durante os primeiros dez anos de existência do Crea-PI. Aliás, até 1985, o próprio Regional “funcionava sem as condições ideais do ponto de vista administrativo, não permitindo que a sua diretoria e seus conselheiros realizassem um trabalho mais efetivo em prol dos profissionais abrangidos pelo Sistema Confea/Creas,” no dizer do ex-presidente Celso Cunha, em seu discurso de posse para o segundo mandato.

Em 1982 o presidente João Bosco Madeira Campos manifestou o desejo de recriar as Câmaras, porém não levou a ideia adiante. Em 1985, no seu primeiro mandato, Celso Cunha recriou e estruturou as Câmaras Especializadas de Engenharia Civil e de Agronomia, únicas possíveis naquele momento, conforme normativos específicos regulamentados pelo Confea. Na ocasião, foram eleitos os respectivos coordenadores:

Câmara Especializada de Agronomia (CEA):

Eng. Agr. José Eduardo Bezerra

Câmara Especializada de Engenharia Civil (CEEC):

Eng. Civil Antonio Trindade Barros

Atualmente, o Crea-PI possui quatro Câmaras Especializadas, assim compostas:

Câmara Especializada de Engenharia Civil (CEEC), composta de 13 (treze) engenheiros civis titulares e seus respectivos suplentes, e mais o representante do Plenário, a saber:

Coordenador: Eng. Civ. Paulo Afonso Brandão Alexandrino
Coordenador Adjunto: Eng. Civ. Francisco Carlos Torres Silva
Representante do Plenário: Eng. Agrim. Oliven Araújo Gonçalves

Membros Efetivos / Suplentes

Engenheiros Civis:

Afonso José Reis Antão / Ayrton José da Costa Luz
Paulo Afonso Brandão Alexandrino / Abelardo Cerqueira de Moura Bezerra
Francisco Assis de Sousa Leal / Luiz Henrique Pereira Facchinetti
Raimundo José da Silva Santos / Raimundo Nonato dos Santos Neto

A Câmara Especializada de Engenharia Elétrica (CEEE) foi extinta na reunião plenária ordinária realizada em dezembro de 2013, sendo essa modalidade incorporada à Câmara mista existente, que, a partir da aprovação pelo plenário em 13/01/2014, passou a denominar-se Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, Elétrica, Geologia e Minas e Mecânica (CEEAGMM).

Posteriormente, foi criada a Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura (CEEAGRIM) em 12/01/2015. Com a saída da Agrimensura para uma Câmara Especializada própria, a Câmara mista passou a denominar-se CEEEGMM - Câmara Especializada de Engenharia Elétrica, Geologia e Minas e Mecânica.

Em razão da saída dos arquitetos do Sistema Confea/Crea para integrarem o recém criado Conselho de Arquitetura e Urbanismo, a Câmara Especializada de Arquitetura foi extinta em 2011.

Assim sendo, a partir de janeiro de 2015 o Crea-PI passou a contar com quatro Câmaras Especializadas, a saber:

1) Câmara Especializada de Engenharia Civil - CEEC;

2) Câmara Especializada de Agronomia - CEA;

3) Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura - CEEAGRIM;

4) Câmara Especializada de Engenharia Elétrica, Geologia e Minas e Mecânica - CEEEGMM

Alguns conselheiros titulares não possuem suplentes porque os mesmos não compareceram para assumir ou renunciaram aos respectivos mandatos.



Eng. Civil

Paulo Afonso Brandão Alexandrino.

Exerce atualmente o quinto mandato de conselheiro, sendo atual coordenador da CEEC, além de exercer esse cargo em outros mandatos. Participou da Diretoria e tem destacada atuação em algumas Comissões Técnicas.



Eng. Agrônomo

Carlos Fortes de Pádua Filho,
conselheiro representante da AEAPI, entidade da qual foi presidente. Atual coordenador da CEA, além de participar de algumas Comissões Técnicas.

José Mizael de Aquino / José Hudson Ferreira Barros
Reginaldo Rufino Leal / Sem suplente
Teodoro da Silva Reinaldo/ Sem suplente
Francisco Carlos Torres Silva / José Ribamar Alves Ferreira
José Napoleão Filho/ Sem suplente
Francisco Sergil de Castro Araújo / Herbert dos Santos Matos Júnior
Maria do Socorro Gomes Araripe Seabra / Manoel Gustavo Costa de Aquino
Francisco de Assis Carvalho / Jorge André Gomes Machado
Laílson Ancelmo / Herbert Soares Lima

Câmara Especializada de Agronomia (CEA), composta de 10 (dez) titulares, sendo 9 (nove) engenheiros agrônomos e um engenheiro de pesca, com seus respectivos suplentes, mais o representante do Plenário.

Assim, tem-se:

Coordenador: Eng. Agr. Carlos Fortes Pádua Filho
Coordenador Adjunto: Eng. Agr. Arnaud Azevêdo Alves
Representante do Plenário: Eng. Civ. José Napoleão Filho

Membros Efetivos / Suplentes

Engenheiros Agrônomos:

Francisco Sobrinho Amorim de Araújo/ Palmos Bergem Cordeiro da Costa
José Tadeu Santos Oliveira / Francisco das Chagas Silva Lira
Adriana Chagas Barreto / Sem suplente
Francisco Ferreira de Lima / José Adauto Olímpio
Carlos Fortes Pádua Filho / Carlos Domingos de Andrade Filho
Wilton Fontenele / Gilberto Pedreira Santiago
José Carvalho Rufino / Francisco de Assis Filho
Orlando Ferreira da Costa / Lucas Bittencourt da Silva
Arnaud Azevêdo Alves / Luis Alfredo Pinheiro Leal Nunes
Eng. de Pesca Edson Falcão Lima / Eng. Agr. Francisco de Assis Portela

Câmara Especializada de Engenharia Elétrica, Geologia e Minas e Mecânica (CEEEGMM): Composta de 4 (quatro) membros efetivos, sendo dois engenheiros eletricitas, um engenheiro mecânico e um geólogo (ou engenheiro de minas) e seus respectivos suplentes, acrescentando-se o representante do Plenário.

Segue a composição atual da CEEEGMM:

Coordenador: Eng. Elet. Moacyr Freitas de A. Gayoso Jr.
Coordenador Adjunto: Eng. Elet. Marcus David da Silva Holanda
Representante do Plenário: Eng. Civil Raimundo José da Silva Santos

Membros Efetivos / Suplentes:

Eng. Mec. Ronald do Monte Santos / Eng. Mec. Dorival Mendes Rodrigues
Eng. Elet. Moacyr Freitas de Almendra Gayoso Júnior/ Sem suplente
Geólogo Joaquim Arcoverde Filho / Geólogo Valmir Batista
Eng. Elet. Marcus David da Silva Holanda / Eng. Elet. Pablo Kennedy Santana Santos

Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura (CEEAGRIM):

Composta de três engenheiros agrimensores efetivos e respectivos suplentes, mais o representante do Plenário.

Coordenador: Eng. Agrim. Rogério de Carvalho Vêras
Coordenador Adjunto: Eng. Agrim. Oliven Araújo Gonçalves
Representante do Plenário: Geólogo Joaquim Arcoverde Filho

Membros Efetivo/Suplente:

Engenheiros Agrimensores

Marcos Machado Albuquerque / Antônio Aderson dos Reis Filho
Rogério de Carvalho Vêras / Sem suplente
Olivan Araújo Gonçalves / Francisco Marcelo Carvalho Mendes

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e os Conselhos Regionais de Arquitetura e Urbanismo foram criados pela Lei nº 12.378, de 31 de dezembro de 2010, que regulamenta o exercício da arquitetura e urbanismo no país.

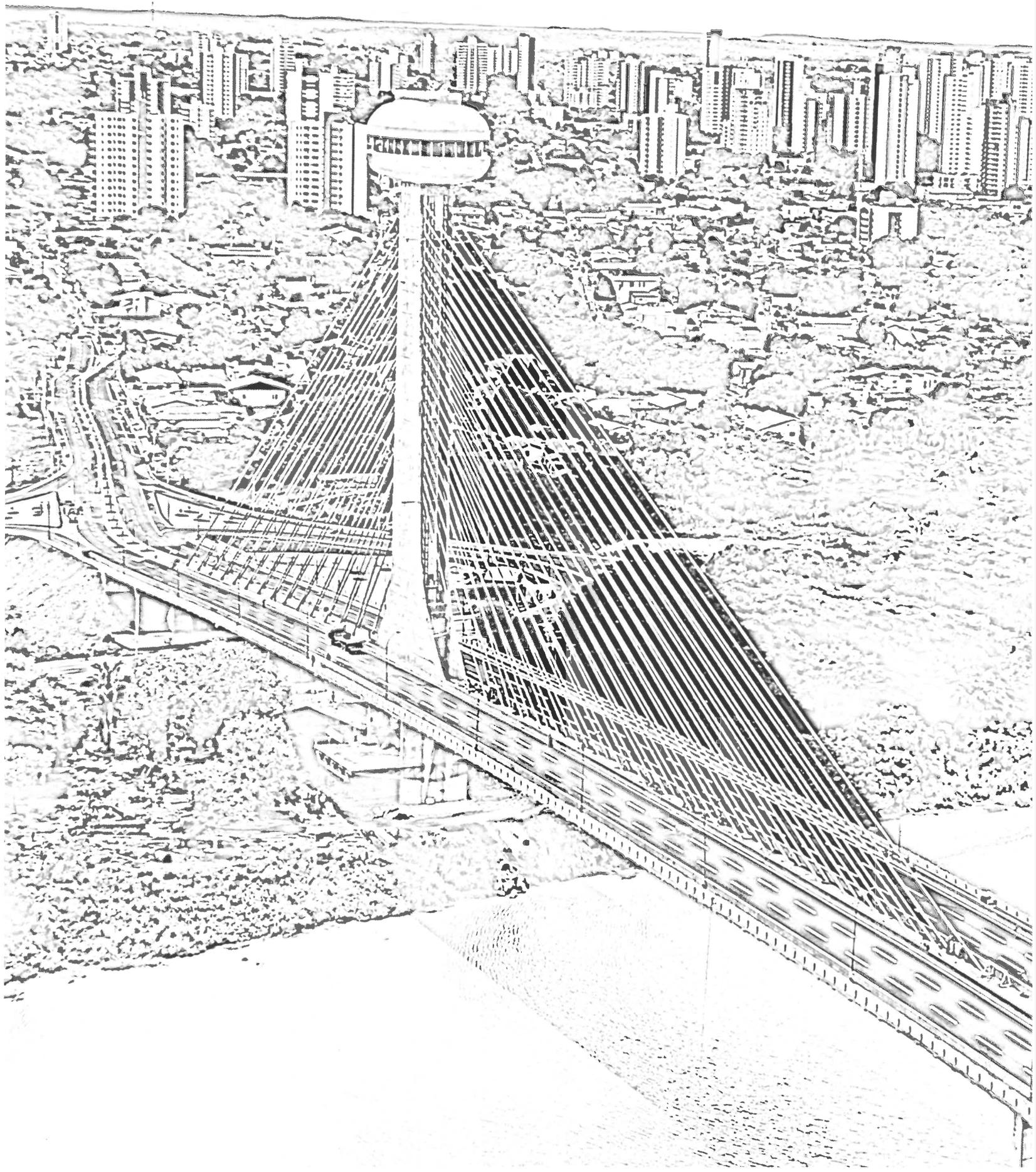
Segundo a Divisão de Registro e Cadastro do Crea-PI, cerca de 478 arquitetos tiveram suas filiações transferidas para o Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo do Piauí (CAU-PI).

Em vista disso, a Câmara Especializada de Arquitetura (CEArq) foi extinta em 2011,



*Eng. Agrimensor
Rogério de Carvalho Vêras,
professor da UFPI, exerce o
quarto mandato de conselheiro
regional, períodos em que
assumiu a coordenação de
diversas Comissões, sendo
o atual coordenador da
CEEAGRIM. Tem se destacado
também como coordenador dos
últimos Congressos Estaduais
patrocinados pelo Crea-PI.*

*Vista da Ponte Mestre João Isidoro França, mais conhecida por Ponte Estaiada, que liga a zona norte à zona leste sobre o rio Poti. Ao fundo, edifícios da zona leste da Capital.
(gravura trabalhada com recursos computadorizados a partir de foto disponível para divulgação).*



As Entidades de Classe e as Instituições de Ensino Superior Registradas no Crea-PI

Atualmente são sete Entidades de Classe e uma Instituição de Ensino Superior - devidamente registradas no Crea-PI - que detém as 30 (trinta) vagas de conselheiros no Plenário, a saber:

Entidades de Classe:

- 1) AEAPI – Associação dos Engenheiros Agrônomos do Piauí.
Presidente: Eng. Agrônomo José Tadeu Santos Oliveira

- 2) AGEPI – Associação dos Geólogos do Piauí
Presidente: Geólogo Valmir Batista

- 3) APEAG – Associação Piauiense dos Engenheiros Agrimensores
Presidente: Eng. Agrimensor Ronildo Brandão da Silva

- 4) ASPENP – Associação Profissional dos Engenheiros de Picos
Presidente: Eng. Civil Antônio Araújo dos Martírios Moura Fé

- 5) CEPI – Clube de Engenharia do Piauí
Presidente: Eng. Agrimensor Sandro Antonio da Cunha Sousa

- 6) IPIAPE – Instituto Piauiense de Avaliação e Perícia de Engenharia
Presidente: Eng. Agrônomo Raimundo Ulisses de Oliveira Filho

- 7) SENGE/PI – Sindicato dos Engenheiros do Piauí
Presidente: Eng. Químico Antonio Florentino de Sousa Filho



A AEPI - Associação dos Engenheiros Agrônomos do Piauí foi fundada em 30 de dezembro de 1967. Sua sede social fica localizada na Av. Presidente Kennedy, bairro Socopo, em Teresina-PI.

O CEPI - Clube de Engenharia do Piauí foi fundado em 27 de agosto de 1968. A entidade nasceu sob o signo da necessidade de uma entidade de classe para a defesa dos interesses dos engenheiros piauienses. A sede campestre está localizada no bairro Satélite, em Teresina-PI, situada em terreno com uma área de quatro hectares.

Veja no quadro a seguir a composição do Plenário para 2015, conforme o número de representações de cada Entidade de Classe e Instituição de Ensino Superior:

MODALIDADES								
Entidades / IES	Agrimensura	Agronomia	Civil	Elétrica	Geologia e Minas	Mecânica	Pesca	TOTAL
APEAG	1	-		-	-	-	-	1
CEPI	1	-	8	1	-	1	-	11
IPIAPE	-	-	1	-	-	-	-	1
SENGE/PI	-	2	3	1	-	-	1	7
AEAPI	-	6	-	-	-	-	-	6
AGEPI	-	-		-	1	-	-	1
ASPENP	-	-	1	-	-	-	-	1
UFPI-CCA	-	1		-	-	-	-	1
UFPI - CT	1	-		-	-	-	-	1
NÚMERO TOTAL DE CONSELHEIROS:	3	9	13	2	1	1	1	30

Fonte: Relatório da Comissão de Renovação do Terço, que definiu a composição do Plenário para o exercício de 2015.

A instalação da UFPI ocorreu em 1º de março de 1971, dois anos após a sua criação pela Lei nº 5528/69. O ensino superior de engenharia surgiu com a implantação do curso de engenharia de agrimensura, em 1975. Dois anos depois foi criado o curso de engenharia civil, reconhecido pelo MEC somente em 1982.



ABENC/PI

A Associação Brasileira dos Engenheiros Civis - Departamento do Piauí (ABENC/PI) foi criada com o propósito de defender os interesses e o prestígio da Engenharia Civil no estado. Foi fundada em 13/09/2008, em reunião realizada no auditório do Crea-PI, com a presença de vários engenheiros civis. Na oportunidade, discutiu-se uma minuta do Estatuto da Entidade, afinal aprovada com algumas sugestões. Em seguida, realizou-se a eleição dos dirigentes, sendo acordada a seguinte composição da **primeira Diretoria:**

Presidente: Maria do Socorro Gomes Araripe Seabra
1º Vice-Presidente: Francisco Assis de Sousa Leal
2º Vice-Presidente: Paulo Roberto Ferreira de Oliveira
1º Secretário: Ricardo Barbosa de Freitas
2º Secretário: José Fortes Rebelo
1º Tesoureiro: José Mendes de Sousa Moura
2º Tesoureiro: Pedro Wellington Gonçalves do Nascimento Teixeira

Conselho Fiscal:

José Borges de Sousa Araujo
Fernando Drummond Ribeiro Gonçalves
Hudson Chagas dos Santos
Marcelo Gonçalves Nunes de Oliveira Morais
Reginaldo Rufino Leal
José Mizaél de Aquino

Suplentes do Conselho Fiscal:

Antônio Carlos Pereira Torres
Antônio Veloso Filho
Walterwilson Carvalho Leite
Mércia Maria Teixeira Bezerra
José Avelar Furtado Barros
José Raimundo Neto

A posse solene realizou-se na noite de 21/11/2008, na sede campestre do Clube de Engenharia do Piauí, contando com ilustres presenças, entre as quais do presidente do Clube de Engenharia do Piauí, Eng. Civil Paulo Roberto Ferreira de Oliveira; do presidente em exercício do Crea-PI, Geólogo Ronildo Castelo Branco da Silveira e dos engenheiros civis Raimundo Pereira Borges, vice-presidente da ABENC/Nacional e 1º vice-presidente da ABENC/BA, e Lyttelton Rebelo Fortes, presidente da ABENC/CE.

A ABENC/PI - Associação Brasileira dos Engenheiros Civis, Departamento do Piauí, entidade que tem como objetivo congregar e defender os interesses dos engenheiros civis, ainda não tem representação no Plenário do Crea-PI, visto que não reuniu condição de natureza legal para efetivar sua inscrição no Sistema Confea/Crea como entidade de classe.



*Ponte Presidente José Sarney,
mais conhecida por Ponte da
Amizade, sobre o rio Parnaíba,
ligando o centro de Teresina
ao centro de Timon(MA).
(gravura trabalhada com
recursos computadorizados a
partir de foto disponível para
divulgação).*

MÚTUA

Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea

O que é a Mútua? - A Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, instituiu a ART e autorizou o Confea a criar uma Mútua de Assistência Profissional. A Mútua criada pelo Confea é, portanto, a Caixa de Assistência dos Profissionais ligados ao Sistema Confea/Crea.

A Mútua tem por objetivo disponibilizar benefícios e assistência para os profissionais do Sistema Confea/Crea. Há os benefícios reembolsáveis, que são empréstimos concedidos aos associados em condições especiais, e os benefícios sociais, não reembolsáveis, que são disponibilizados após um ano de associação, tais como Auxílio Pecuniário, Pecúlio e Auxílio Funeral. Os Convênios assinados pela Mútua disponibilizam produtos e serviços em todo o País com valores diferenciados aos mutualistas.

Histórico da Mútua no Piauí

Ao encerrar seu mandato de conselheiro federal, em agosto de 1980, o engenheiro eletricitista Renildo Nunes Cavalcanti foi indicado pelo Confea para ser o representante da Mútua no Piauí. Renunciou em 1982, acompanhando os colegas de todos os estados que renunciaram em massa, em face da grave crise institucional que vinha atravessando a entidade.

Em função de desastrosas administrações, até meados da década de 1990, vários Creas deixaram de recolher as taxas legais devidas à Mútua, contribuindo para o agravamento da crise. Diante disso, conforme Ofício Circular nº 2220/1997 citado na Sessão Plenária do Crea-PI, de 21/08/1997, o próprio Confea fez consulta aos Regionais no sentido de emitirem parecer jurídico sobre a manutenção ou extinção da Mútua e/ou parecer fundamentado que expressasse o entendimento de cada Crea a respeito do assunto. A extinção foi evitada diante de medidas saneadoras e do novo Estatuto aprovado no III CNP (Congresso Nacional de Profissionais), realizado em 1999, em Natal-RN, além da negociação para o recebimento da dívida dos Creas inadimplentes.

Passado o transtorno, Renildo Cavalcanti volta a ser representante da Mútua no Piauí, como coordenador. Logo depois desistiu da empreitada, sendo, então, substituído pelo engenheiro agrônomo José Geraldo Lopes de Melo. Depois desses, foram coordenadores no Piauí, antes de vigorar o novo Estatuto:

A ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ART foi instituída pela Lei nº 6496, de 07 de dezembro de 1977, a mesma lei que autorizou o Confea a criar a Mútua – Caixa de Assistência aos Profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Em termos legais, a ART é o instrumento pelo qual os profissionais abrangidos pelo Sistema Confea/Crea declaram, assumem e oficializam suas responsabilidades, junto aos Creas, para com os clientes e sociedade, pelos projetos, obras e serviços que executam, referentes à engenharia, arquitetura e agronomia, conferindo-lhes garantia jurídica de um contrato. É também um instrumento que registra as realizações profissionais, firmando o sucesso individual através do Registro de Acervo Técnico (RAT) disponibilizado no banco de dados do Sistema Confea/Crea. Todos os profissionais registrados no Crea têm obrigação legal de registrar a ART para a execução de obras e serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea. Em 2010 foi implantado a ART online, que permite ao profissional registrado no Crea-PI a emissão do documento usando o seu próprio computador. Esse serviço está disponível em www.crea-pi.org.br, site oficial do Conselho.

- Eng. Agr. Vicente Paulo Gomes
- Eng. Agrim. Francisca Elizabeth Ferreira
- Eng. Agrim. Maria José Ferreira Damasceno Oliveira

Com a aprovação e vigência do novo Estatuto, veio o processo de descentralização, tendo sido criada a Mútua-PI na gestão do presidente Marcelo Morais.

Dessa nova fase em diante foram coordenadores estaduais:

- Coordenador Geral: Eng. Civil Benício Alves Neto*
- Representante dos Associados: Eng. Civil Carlos Roldão Macau Furtado
- Representante do Plenário: Eng. Mec. Dorival Mendes Rodrigues

Em 11/06/2000 são indicados:

- Representante do Plenário: Eng. Agrim. Sandro Antônio da Cunha Souza
- Representante da Diretoria: Eng. Agrim. Antônia Carla Barros

Em seguida, foram dirigentes no período 2006-2007:

- Diretora Geral: Arq. Ana Karine Batista de Sousa (representante do Crea-PI)
- Diretora Administrativa: Arq. Sandra Selma Saraiva de Alexandria (representante dos associados)
- Diretor Financeiro: Eng. Civil Carlos Roldão Macau Furtado (representante do Plenário).

**Benício se afastou em 23/11/1999, sendo substituído na Coordenação Geral pelo engenheiro Carlos Roldão.*

Em frente ao Prédio da Rua Lisandro Nogueira, adquirido para a sede própria da Mútua-P, antes da reforma. Da esquerda para a direita: Luciano Kede Flor (assessor jurídico da Mútua), José Wellington Costa (Presidente Nacional da Mútua), José Borges de Sousa Araújo (Presidente do Crea-PI), e diretores da Mútua-PI: Socorro Seabra (Diretora Geral), Glenda Cronemberger (supervisora), Jaqueline Diniz (Diretora Administrativa) e Walterwilson Carvalho Leite (Diretor Financeiro).



Em virtude das arquitetas Ana Karine e Sandra Selma assumirem os mandatos de conselheira federal (titular e suplente, respectivamente), em 2008 assumiu a direção geral, interinamente, a Eng. Civil Maria do Socorro Gomes Araripe Seabra

Período 2009 a 2011:

Diretora Geral: Eng. Civil Maria do Socorro Gomes Araripe Seabra (eleita em 2008 pelo processo de eleição direta)

Diretor Financeiro: Eng. Agrim. e Civil Walterwilson Carvalho Leite (eleito pelo Plenário do Crea-PI)

Diretora Administrativa: Eng. Agrônoma Jaqueline de Freitas Diniz (eleita pelos associados)

Período 2012 a 2014:

Diretora Geral: Eng. Civil Maria do Socorro Gomes Araripe Seabra (reeleita em 2011 pelo processo de eleição direta)

Diretor Financeiro: Eng. Agrim. e Civil Lúcio Vieira de Brito (eleito pelo Plenário do Crea-PI)

Diretora Administrativa: Eng. Agrônoma Jaqueline de Freitas Diniz (reeleita pelos associados em 2011)

Período 2015 a 2017

Diretor Geral: Eng. Agrônomo Raimundo Ulisses de Oliveira Filho (eleito em 2014 pelos profissionais inscritos no Crea-PI)

Diretor Financeiro: Eng. Agrimensor Lúcio Vieira de Brito (reeleito pelo Plenário do Crea-PI)

Diretor Administrativo: Eng. Agrimensor e Civil Walterwilson Carvalho Leite (eleito pelos associados em 2014)

Como diretor geral da Mútua-PI, o Eng. Agr. Ulisses Filho planeja implementar ações que visam aumentar o número de associados, que considera proporcionalmente baixo em relação ao total de profissionais registrados no Crea-PI. Para tanto, pretende dar maior visibilidade aos diversos benefícios da Mútua-PI e promover interação com os profissionais de modo que esses se convençam da importância da entidade.

DIRETORES MÚTUA/PI (2015 / 2017)



Presidente
Eng. Agrônomo
Raimundo Ulisses de Oliveira Filho

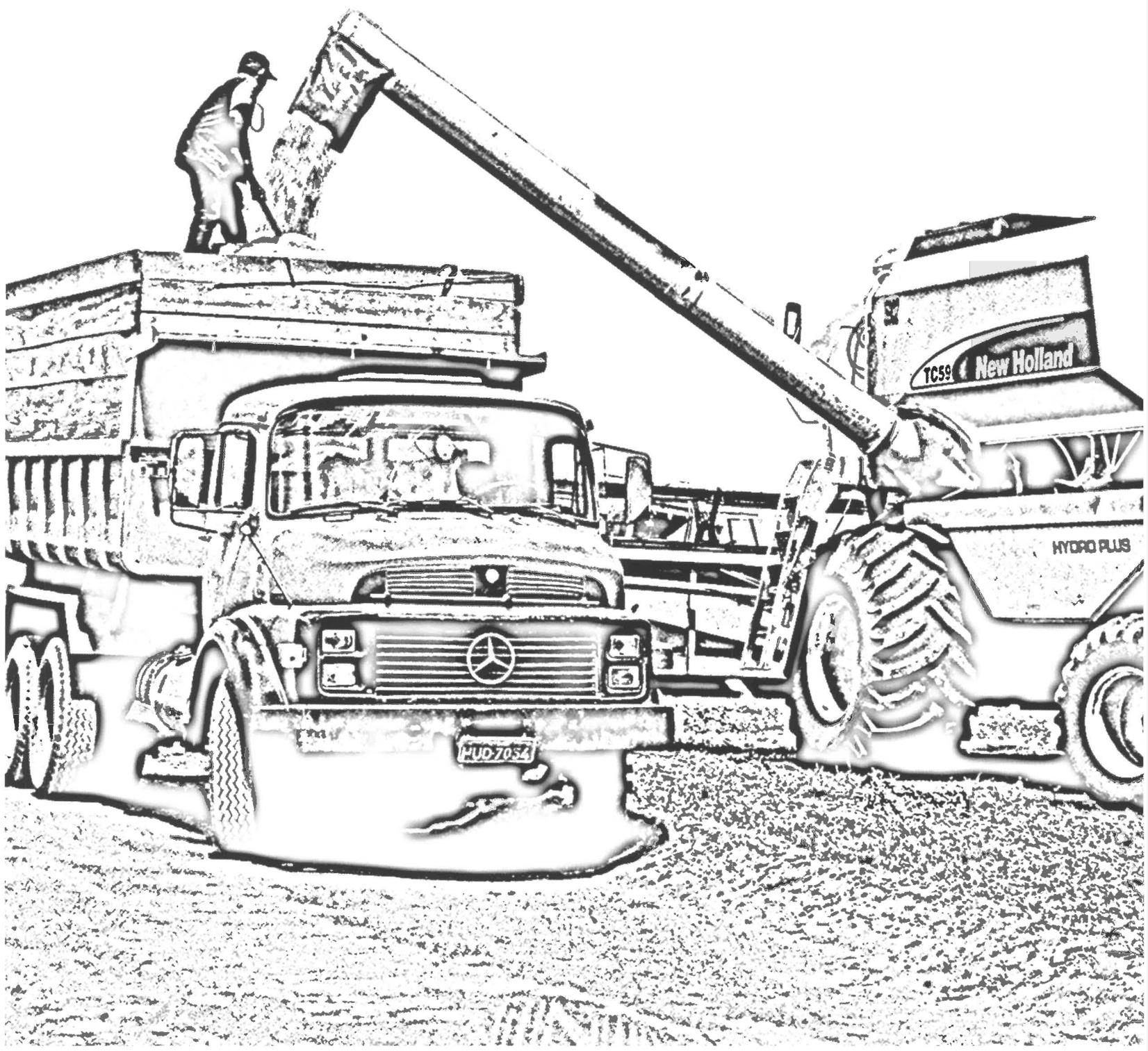


Diretor Financeiro
Eng. Agrimensor
Lúcio Vieira de Brito,



Diretor Administrativo
Eng. Agrimensor e Civil
Walterwilson Carvalho Leite

*Colheitadeira de grãos nos cerrados piauienses
(gravura trabalhada com recursos computadorizados
a partir de foto disponível para divulgação).*



Estrutura Organizacional do Crea-PI

A estrutura organizacional foi adaptada no primeiro mandato do presidente José Borges de Sousa Araújo, visando torná-la adequada à moderna gestão administrativa. O objetivo principal foi beneficiar os profissionais e, por extensão, as empresas que atuam na área tecnológica e a própria sociedade, através de melhoria e agilização dos serviços prestados pelo Crea-PI. O instrumento legal para a implantação dessa nova estrutura é a Decisão DIR nº 005/2006, de 11/05/2006, que propõe o Regulamento da Estrutura Organizacional e Auxiliar do Crea-PI, abrangendo o organograma, finalidade e competência dos órgãos.

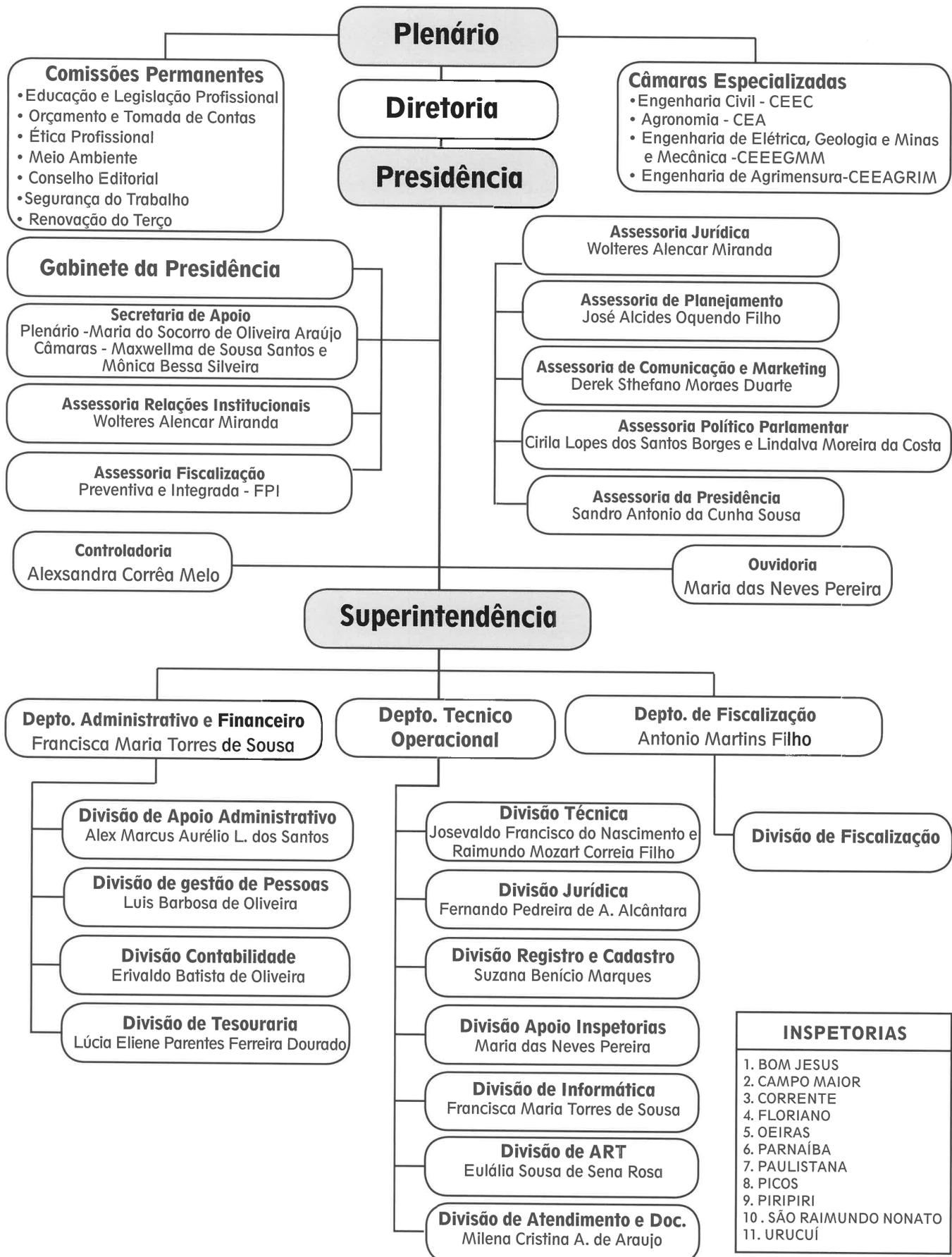
Segundo o Relatório de Gestão 2009, a nova “Estrutura Organizacional do Crea-PI é responsável pela criação de condições para o desempenho integrado e sistemático das funções do Conselho e é composta por órgãos de caráter decisório e executivo, formada pela Estrutura Básica e de Suporte.”³⁵



Fonte: Relatório de Gestão 2009, elaborado pela Controladoria e Gerência Administrativa

³⁵ Conforme Relatório de Gestão 2009 do Crea-PI.

Organograma do Crea-PI



Fonte: Relatório de Gestão 2014, elaborado pela Controladoria e Gerência Administrativa

Crea-jr/PI

Na Plenária do dia 17/08/2006 o presidente José Borges de Sousa Araújo propôs a criação do Crea Júnior, um programa já existente em outros Creas, que visa promover uma interrelação participativa entre o Conselho e os estudantes dos cursos de nível médio e de graduação abrangidos pelo Sistema Confea/Crea. Para apresentar proposta, encarregou-se a Comissão Permanente de Educação e Legislação Profissional, então composta pelos conselheiros Eng. Civil Simon Bolívar Maia Mendes (coordenador), Eng. Agr. José Crisóstomo Gomes de Oliveira (coordenador-adjunto) e os membros Eng. Civil Júlio Rodrigues de Brito Filho, Eng. agrônoma Maria do Socorro Moraes Vasconcelos Ribeiro e o Téc. Industrial Wolteres Alencar Miranda. Os engenheiros Cleto Augusto Monteiro Baratta e Rogério de Carvalho Veras, embora não pertencendo à referida Comissão Permanente, foram designados e participaram também da Comissão específica que elaborou a proposta de criação do Crea-Jr.

O Crea-jr/PI é composto por estudantes matriculados e em situação regular nos cursos de nível médio e superior das áreas relacionadas com o Sistema Confea/Crea. O programa procura mostrar a importância do Sistema Confea/Crea para a fiscalização do exercício profissional, bem como conscientizar os estudantes quanto ao papel do profissional junto à sociedade, ensinando-lhes os valores do exercício ético da profissão.

Os membros do Crea-Jr podem participar das Plenárias com voz ativa, porém sem direito a voto. Eles promovem palestras e desenvolvem atividades acadêmicas, sociais e recreativas junto às instituições de ensino, sempre sob orientação e apoio do Crea-PI.



Estudantes participam de ato de criação do Crea-jr-PI

Em 2010 o então presidente Araújo e o 2º vice-presidente João Batista, com estudantes membros do Crea-Jr.

Em primeiro plano, da esquerda para a direita: Eng. Agr. João Batista Lopes, Jocélia Mayra (Agronomia), Leovane (Agronomia), Eng. Agrim. e Civil José Borges de Sousa Araújo, Felipe Mendes Silva (Agronomia), Pedro Benjamim (Engenharia Civil), Jane Kerly (Agrimensura) e Renan Felipe (Agrimensura). Em segundo plano, da esquerda para a direita: Vanessa Carvalho (Arquitetura), Ranielson (Agronomia), Marcos (Téc. em Eletrônica) e Bruno Pedrosa (Engenharia Elétrica).



Destacam-se como eventos expressivos promovidos pelo Crea-Jr:

- a) Feira das Engenharias na praça;
- b) Encontro Estadual do Crea-Jr/PI;
- c) Ciclo de Palestras e minicursos;
- d) Visitas Técnicas;
- e) Crea-Jr Solidário

Em 2015 o Programa Crea-Jr/PI está estruturado em Teresina composto de 10 diretores, a saber:

- Diretor de Relações Externas e Representante Nacional do Crea-Jr: Ary Santana (estudante de Engenharia Elétrica - UFPI);
- Diretor de Marketing e Representante Estadual Adjunto: Raimundo Bacelar de Carvalho Neto (estudante de Engenharia de Produção - UFPI);
- Diretor Geral: Pedro Bandeira Machado (estudante de Engenharia Civil - Instituto Camilo Filho);
- Diretor Geral Adjunto: Lucas Tauan Chiquito Martins (estudante de Engenharia Civil - Instituto Camilo Filho);
- Diretor Administrativo: Deway Araújo Matos Filho (estudante de Engenharia Civil - Instituto Camilo Filho);
- Diretora Administrativa Adjunta: Luana Grazielle Marreiros (estudante de Engenharia Civil - UESPI);
- Diretor Financeiro: Guilherme Tell de Araújo Costa Neto (estudante de Engenharia de Produção - UFPI);
- Diretor de Marketing Adjunto: André Matheus Mendes Macena (estudante de Engenharia Elétrica - FSA);
- Diretora Financeira Adjunta: Amanda Maria Rodrigues Barroso (estudante de Engenharia Elétrica - UFPI);
- Diretor de Relações Externas Adjunta: Antonio Hudson Lopes Nascimento (estudante de Engenharia Mecânica - UFPI).

O estudante de Engenharia Elétrica Ary Santana, atual diretor de Relações Externas e Representante Nacional do Crea-Jr, destaca como de suma importância a atuação do Programa para a formação de líderes dentro do Sistema Confea/Crea e para a valorização profissional. Considera importante a expansão do Crea-Jr para o interior do estado, iniciada com a fundação em 2014 de um Núcleo do Programa na cidade de Bom Jesus, onde existe um Campus da UFPI, que tem como uma das metas a aproximação e integração dos futuros profissionais que fazem cursos de Engenharia Florestal e Agrônômica na região.



Da esquerda para a direita:

- Ary Paixão Borges Santana Junior, Diretor de Relações Externas, estudante de Engenharia elétrica na UFPI
- Amanda Maria Rodrigues Barroso, Diretora Financeira Adjunta, estudante de Engenharia elétrica na UFPI
- Luana Grazielle Marreiros Santos, Diretora Administrativa Adjunta, estudante de Engenharia civil na UESPI
- Deway Araújo Matos Filho, Diretor Administrativo, estudante de Engenharia Civil no Instituto Camillo Filho.
- André Matheus Mendes Macena, Diretor de Marketing Adjunto, estudante de Engenharia elétrica na Faculdade Santo Agostinho.
- Pedro Augusto Bandeira Machado, Diretor Geral estudante de Engenharia Civil no Instituto Camillo Filho.
- Raimundo Bacelar de Carvalho Neto, Diretor de Marketing, estudante de Engenharia de Produção na UFPI
- Antonio Hudson Nascimento, Diretor de Relações Externas Adjunto, estudante de Engenharia Mecânica na UFPI
- Lucas Tauan Chuquito Matins, Diretor Geral Adjunto, estudante de Engenharia Civil No instituto Camillo Filho
- Guilherme Tell de Araújo, Diretor Financeiro, estudante de Engenharia de produção na UFPI.



1ª Plano (sentados), da esquerda para a direita: Francisco de Assis Carvalho, Carlos Fortes, Afonso J. Reis Antão, Raimundo José Silva Santos, Assis Leal, Carlos Torres, Oliven Araújo, Herbert Matos e Lucas Tauan.

2º Plano (sentados à mesa), da esquerda para a direita: Ronald Santos, José Mendes, Paulo Roberto, Walterwilson, Francisco Amorim.

3º Plano (em pé), da esquerda para a direita: Pedro Augusto, André Matheus, Herbert Soares, Joaquim Arcoverde, Fernando Albuquerque, Paulo Alexandrino, Moacyr Gayoso, Adriana Barreto, Arnaud Azevêdo, Teodoro Reinaldo, Raimundo Bacelar, Amanda Maria, Ary Paixão.

Antigo Quartel de Polícia Militar, localizado na Praça Pedro II. Após reforma, o prédio abriga hoje o Centro Artesanal Mestre Dezinho, principal centro de comercialização do artesanato local (gravura trabalhada com recursos computadorizados a partir de foto disponível para divulgação).



Compromisso com a valorização profissional

O Confea e os Creas adotaram a Valorização Profissional como uma de suas políticas institucionais. O objetivo é “Apoiar o desenvolvimento das potencialidades profissionais e promover o fortalecimento de suas organizações, visando melhorar as condições de emprego, renda e reconhecimento social.”³⁶ Dessa política, desdobram-se, dentre outros, os seguintes projetos:

- 1. Educação Continuada:** “O projeto trata da identificação de sistemas, processos e mecanismos, bem como do cadastramento de organizações, programas e pessoas capazes de atender as necessidades de qualificação permanente dos profissionais integrados ao Sistema Confea/Crea. Além disso, o projeto pretende apoiar, por meio de parcerias, projetos ou programas de educação continuada destinados ao aperfeiçoamento e à atualização de profissionais do Sistema Confea/Crea.”³⁷
- 2. Fortalecimento das Organizações Profissionais:** consiste na transferência de recursos mediante convênios com as entidades de classe, visando a colaboração com os programas de fiscalização da atividade profissional e o aprimoramento do exercício profissional, bem como a divulgação do Código de Ética e da Legislação da ART.
- 3. Pensar o Brasil, construir o futuro da nação:** tem por objetivo “Produzir um conjunto de atividades e documentos que balizem e instrumentem a inserção do Sistema na construção de uma visão abrangente e objetiva a respeito de um projeto de desenvolvimento sustentado e sustentável do Brasil e com distribuição de renda.”³⁸

Além desses projetos, também visam a Valorização Profissional os processos estratégicos desenvolvidos pelo Confea, tais como:

- Auxílio aos Projetos de Interesse do Sistema (Exemplos: o Convênio celebrado em que o Confea destina recurso financeiro ao Crea-PI para a publicação deste livro; auxílio para a publicação dos livros “Piauí – Projetos Estruturantes”, de autoria do engenheiro Cid de Castro Dias – 2006, e “Antonino Freire – Uma Biografia”, de autoria de Paulo Chaves - 2009).

³⁶ Apud CONFEA, *Planejamento Estratégico 2006/2007*.

³⁷ *Planejamento Estratégico 2006/2007*.

³⁸ Vide *Pensar o Brasil* no site: www.confea.org.br

A Lei nº 4.950-A/66 foi vetada integralmente pelo Presidente da República, bem como o Art. 82 da Lei nº 5.194, que trata sobre remuneração mínima de engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos. Ambos os vetos foram derrubados pelo Congresso Nacional. Em resposta a uma Ação Direta de Inconstitucionalidade apresentada pelo governo federal, o Supremo Tribunal Federal manifestou-se pela inconstitucionalidade parcial, declarando não se aplicar o dispositivo previsto no Art. 82 da Lei nº 5.194/66 aos servidores públicos sujeitos ao Estatuto dos Funcionários Públicos, reconhecendo legítima, porém, sua aplicação aos regidos pela CLT. Nesse sentido posicionou-se o Senado Federal editando a Resolução 12/71, que suspende os efeitos da Lei nº 4.950-A/66 aos funcionários públicos do regime estatutário. (Fonte: MACEDO, Edison Flavio. Manual do Profissional – Introdução à teoria e prática do exercício das profissões do Sistema CONFEA / CREA – Quarta Edição. Recorde, 1999).

Em recente decisão, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) pacificou o entendimento de que a referida Lei é constitucional e deve ser cumprida pelo Poder Executivo. “Essa era uma luta, já que, sem um consenso do poder judiciário sobre a constitucionalidade ou não da Lei nº 4.950-A, ela não era respeitada por parte de alguns órgãos. Agora, o entendimento que se tem é que ela é constitucional e, portanto, deverá ser cumprida”, comemorou o então presidente José Borges Araújo. (Apud site oficial do Crea-PI, acesso em 01.07.2010).

- Campanhas Nacionais de Valorização Profissional: visa conscientizar a sociedade, através de divulgação na mídia, da importância das profissões e o valor dos profissionais das áreas tecnológicas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea.

Nesse contexto, os Creas desenvolvem em suas jurisdições, em consonância com a política e programas adotados pelo Confea, inúmeras ações e projetos objetivando a Valorização Profissional. O Regional piauiense, por sua vez, também contribui com esse processo, quer apoiando as entidades de classe na promoção de cursos de requalificação profissional ou na defesa dos interesses dos engenheiros, arquitetos, engenheiros-agrônomos, geólogos, geógrafos, meteorologistas, tecnólogos e técnicos do 2º grau.

O apoio às entidades de classe e aos profissionais através de ações que visam o cumprimento do Salário Mínimo Profissional (SMP), por exemplo, tem sido recorrente desde a implantação do Crea-PI:

- ✓ Em julho de 1977 o presidente Renildo Cavalcanti enviou ofício ao então governador Dirceu Arcoverde, com cópias das Leis nº 5.194/66 e 4.950-A/66,⁴⁰ solicitando a atenção de Sua Excelência para o cumprimento dos normativos legais no que se refere ao Salário Mínimo Profissional, ao tempo em que relacionava os níveis salariais que deveriam contemplar os servidores estaduais registrados no Conselho.
- ✓ Celso Cunha manteve, em seus dois mandatos, um relacionamento proveitoso com a Delegacia Regional do Trabalho (DRT-PI) no sentido de fazer valer, em todos os níveis da administração pública e nas empresas privadas, os dispositivos legais referentes ao SMP. De fato, por intermédio da então Delegada Regional, Dra. Maria José Ramalho, foi realizada uma ação efetiva com vistas ao cumprimento do Salário Mínimo Profissional, resultando em autuações das empresas que não remuneravam seus funcionários-profissionais de acordo com os dispositivos legais. Além de gestões junto à DRT-PI, buscando defender a valorização dos filiados do Crea-PI com a percepção de remuneração condigna, Celso Cunha trabalhou no mesmo sentido apoiando as entidades de classe ligadas ao Sistema engajadas na luta pelo cumprimento do SMP.
- ✓ Em 1993, o presidente Eduardo Alvim lançou a “Campanha do Salário Mínimo Profissional”, com a participação das entidades de classe registradas, definindo um plano de ação no sentido de se tentar garantir que a administração pública estadual e municipal cumprissem a Lei nº 4.950-A/66.
- ✓ Em 2003, o presidente Manoel Coelho engajou-se na luta pelo Plano de Cargos e Salários dos servidores estaduais, desenvolvendo ações juntamente com entidades ligadas ao Sistema, na tentativa de melhorar a tabela de salários então

proposta pelo governo estadual, de maneira a garantir o cumprimento dos dispositivos legais.

- ✓ Da mesma forma o atual presidente, Eng. Agrim. e Civil José Borges de Sousa Araújo, está engajado na luta pelo cumprimento da Lei que garante o SMP para os diplomados em Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Química e Veterinária. Para tanto, foi criado um GT com representantes das entidades de classe e conselheiros, sob a coordenação do engenheiro civil Henrique Pires. Em maio de 2010, o presidente Araújo presidiu reunião, onde houve debates sobre a questão e definiu-se uma série de ações a serem realizadas com o propósito de alcançar esse objetivo.³⁹

O cumprimento da Lei que garante o Salário Mínimo Profissional não é o único foco no contexto da Valorização Profissional. A requalificação dos engenheiros, arquitetos, engenheiros-agrônomo, geólogos, geógrafos, meteorologistas, tecnólogos e técnicos do 2º grau, bem como a implementação de instrumentos que visam facilitar seus trabalhos técnicos, tem merecido apoio e atenção do Regional.

No auditório da sede acontecem constantemente palestras e cursos promovidos por uma entidade de classe, ou pelo próprio Conselho, mas sempre com o apoio deste. Têm como objetivo proporcionar requalificação e aprendizagem de novas tecnologias aos profissionais.

A FECON - Feira e Congresso Internacional de Engenharia e Arquitetura do Piauí também tem esse objetivo. Foi considerada um dos maiores eventos da área tecnológica periodicamente realizadas em Teresina. A 1ª FECON foi realizada no período de 24 a 27 de abril de 1995, tendo sido promovida pelo Crea-PI, Centro de Tecnologia da UFPI, CEPI, SENGE-PI e IAB-PI. Cada edição realizada proporcionou aos profissionais e estudantes de engenharia e arquitetura oportunidade de reciclagem, capacitação e troca de experiência, através de conferências, palestras técnicas e cursos ministrados por especialistas renomados do Brasil e do exterior. A XIV FECON foi realizada em outubro de 2010. Sob a presidência de Paulo Roberto Ferreira de Oliveira foi realizada a XV FECON em 2012.⁴⁰

³⁹ Além do Crea-PI, foram as seguintes as Entidades representadas nessa reunião: Sindicatos dos Engenheiros do Piauí, Clube de Engenharia do Piauí, Associação dos Engenheiros Agrônomos do Piauí, Associação dos Geólogos do Piauí, Instituto dos Arquitetos do Brasil - Departamento do Piauí, Associação Brasileira dos Engenheiros Civis - Departamento do Piauí, Associação dos Engenheiros Agrimensores do Piauí e Instituto Piauiense de Avaliação e Perícia de Engenharia.

⁴⁰ Os idealizadores da FECON foram: Eng. Civil Eduardo Alvim Martins Vieira (Presidente do Crea-PI), Eng. Civil Paulo de Tarso Cronemberger Mendes (Coordenador do CT/UFPI), Eng. Civil Marcelo Moraes (Presidente do CEPI), Eng. Civil Carlos Jales de Carvalho (Presidente do SENGE-PI) e Arq. Alberto Luiz de Melo Freitas (Presidente do IAB-PI)

Antes anual, a FECON passou a ser realizada de dois em dois anos, sendo intercalada por outro evento de grande importância voltado para a Agronomia. Trata-se do Congresso Norte/Nordeste de Agronomia, cuja primeira edição aconteceu em 2009. Outros eventos importantes são realizados na área de Agronomia, a exemplo do Fórum Piauí de Agronomia.

Ressalta-se, por oportuno, que a FECON e o Congresso Norte/Nordeste de Agronomia foram reformatados para compor único evento, a ser realizado pelo menos a cada dois anos, sob a denominação de Semana da Engenharia e da Agronomia do Piauí (SEAPI).

A I SEAPI foi realizada no Atlantic City Club, bairro Recanto das Palmeiras, em Teresina-PI, no período de 25 a 29 de agosto de 2015, tendo como tema “ENGENHARIA – FATOR PREPONDERANTE DE DESENVOLVIMENTO”. O objetivo geral do evento é proporcionar aprimoramento técnico/científico aos profissionais e estudantes abrangidos pelo Sistema Confea/Crea/Mútua, de modo a contribuir na implementação de políticas públicas para o desenvolvimento tecnológico do Estado, e tem como objetivos específicos:

- ✓ Promover o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre profissionais e estudantes e o debate acerca da importância das profissões vinculadas à área tecnológica no processo de desenvolvimento da região;
- ✓ Difundir os avanços tecnológicos e científicos de forma aberta e democrática;
- ✓ Consolidar a importância da SEMANA DA ENGENHARIA E DA AGRONOMIA DO PIAUÍ como evento fundamental na busca da melhoria dos serviços prestados por profissionais da área tecnológica;
- ✓ Homenagear os profissionais do Sistema Confea/Crea/Mútua que se destacaram no exercício da profissão;
- ✓ Promover o conagraçamento dos profissionais envolvidos e sua valorização perante a sociedade;
- ✓ Propiciar a exposição do que há de mais moderno em técnicas e materiais da Construção Civil, através de parceria com os organizadores da FEIRA DA CONSTRUÇÃO CIVIL,.

71ª SOEA - um evento histórico no Piauí

A Semana Oficial da Engenharia e da Agronomia (SOEA) é um evento promovido anualmente a nível nacional pelo Confea. Visa “debater e posicionar-se sobre temas relacionados ao desenvolvimento tecnológico nacional e ao exercício das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea; congregar profissionais da área tecnológica, visando à abordagem de temas relacionados às suas profissões, incluindo o desenvolvimento e a disseminação do conhecimento tecnológico; e homenagear profissionais e pessoas jurídicas que contribuíram com a sociedade e com o Sistema Confea/Crea por intermédio do desenvolvimento tecnológico do País e do aprimoramento técnico das profissões abrangidas pelo Sistema.”

O público alvo abrange profissionais, dirigentes de entidades e de instituições de ensino, empresários, políticos e estudantes das áreas da Engenharia, da Agronomia, da Geologia, da Meteorologia de nível superior e técnicos de nível médio, além de empresas e representantes de instituições governamentais e organizações não governamentais do Brasil e do exterior.

A 71ª Semana Oficial da Engenharia e da Agronomia aconteceu em Teresina, no período de 12 a 15 de agosto de 2014, realizada com sucesso no espaço de grandes eventos do Atlantic City Club, bairro Recanto das Palmeiras. Foi um evento histórico pela grandiosidade e vários aspectos, sendo reconhecida como a maior SOEA já realizada até então. Contou com cerca de 3.800 participantes e a apresentação de 500 trabalhos técnicos e científicos selecionados. Estima-se que tenha injetado na economia piauiense cerca de sete milhões de reais através das hospedagens dos participantes, consumo em restaurantes, shoppings, lojas de souvenir e de artesanatos, etc.

O novo formato, sem a participação dos arquitetos, contemplou a inserção do CONTECC - Congresso Técnico e Científico do Sistema Confea/Crea, realizado simultaneamente com a 71ª SOEA. Destaca-se também a criação da CTMA - Comissão Temática de Meio Ambiente, assim como a Comissão Novos Engenheiros, que visa a formulação de políticas públicas para os formandos em Engenharia e Agronomia.

O evento contou com diversos(as) palestrantes nacionais e internacionais de renome. Entre as palestras, cursos e Fóruns, destacam-se:

✓“**Acessibilidade**”, que tratou da importância da tecnologia para a inclusão das pessoas - ministrada pelo engenheiro mecânico Sérgio Yassuo Yamawaki, coordenador da Câmara Especializada de Engenharia Mecânica e Metalurgia do Crea-PR e diretor do Instituto Sabrina Belon e da Sysmob Tecnologias;



Palestra na 71ª SOEA

✓ O Fórum “Equidade de Gênero” que contou com palestras ministradas pela Eng. Civil Margaret Groff, diretora financeira da Itaipu Binacional, com o tema “Equidade de Gênero – Superando os Desafios”;

✓ “Mulheres na Ciência e Tecnologia”, palestra ministrada pela Eng. Civil e PHD em Engenharia Agrícola Irenilza de Alencar Nääs, professora titular da Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp;

✓ “Educação aberta, flexível e a distância: desafios, oportunidades e futuro na formação do engenheiro e prática da Engenharia Global”. A palestra foi conduzida pelo engenheiro mecânico Jorge Nei Brito, professor universitário e coordenador-adjunto do Colégio de Entidades Nacionais (Cden), que tratou de evidenciar as discussões em torno da junção do tecnicismo e humanismo na educação brasileira de qualidade;

✓ “A Energia Fotovoltaica no Brasil”, ministrada pelo alemão Hans Rauschmeyer, lotou o auditório, chamando a atenção de todos os participantes da 71ª SOEA. Segundo o palestrante, a energia solar seria um complemento perfeito da energia hídrica e por conta da irradiação variar muito pouco, entre um ano e outro, seria fácil estabilizar a matriz energética, o que se tornaria um fator importante para a indústria.

✓ O Seminário “GT – Municípios Sustentáveis” tratou sobre as ações e alternativas para o desenvolvimento sustentável, traçando um panorama geral sobre a sustentabilidade dos municípios brasileiros. Contou com quatro palestras:

a) “Visão do Grupo de Trabalho do Confea Municípios Sustentáveis”, que teve como palestrante o conselheiro federal Eng. Civil Evandro de Alencar Carvalho;

b) “O Papel do Profissional do Sistema Confea/Crea na promoção da Sustentabilidade nos Municípios”, ministrada pela analista ambiental do Departamento de Coordenação do SISNAMA - Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania/Ministério do Meio Ambiente, Yriz Silva;

c) “A experiência na gestão da Sustentabilidade no município de Bauru-SP”, ministrada pelo prefeito de Bauru, Rodrigo Agostinho;

d) “Contribuição da Engenharia para a Sustentabilidade dos Municípios”, ministrada pelo Diretor Presidente do grupo Sustentax, Newton Figueiredo;

✓“Desenvolvimento Regional” palestra ministrada pelo presidente do Instituto Nacional de Administração para o Desenvolvimento (INAD), Leonides Alves da Silva Filho. Durante a sua exposição, o palestrante afirmou que “não se deve pensar em políticas nacionais de desenvolvimento de forma que atendam apenas as áreas com maior poder econômico. O que deve haver é um investimento regional que leve em consideração as peculiaridades político-econômicas de cada área”;

✓O ex-presidente da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer), Ozires Silva⁴¹, ministrou a palestra com o tema “Liderança e Ética”. Segundo o palestrante, “a educação é a base de tudo e o desenvolvimento está justamente naqueles países que produzem alta tecnologia e investem maciçamente em educação”;

✓“A ponte que liga a Ilha de Itaparica a Salvador – Projeto executivo com o maior vão livre (de navegação) de concreto do mundo” foi o tema da palestra ministrada pelo Eng. Civil Catão Francisco Ribeiro. Durante a explanação, o palestrante demonstrou tecnicamente que, mesmo em distâncias menores, a partir de 100 metros de vão livre, essa tecnologia construtiva permite projetos de pontes ou viadutos economicamente viáveis;

✓A pró-reitora da New Engineering University (NEU), no Vale do Silício (EUA), Lueny Morell, palestrou para cerca de 2.500 pessoas, no penúltimo dia de evento. A palestra teve como tema “Mudanças na Formação do Engenheiro na Sociedade do Conhecimento e Inovação” e serviu para tratar sobre as novas formas de relações acadêmicas e metodologias de aprendizado para alcançar a excelência profissional.

✓A palestra com o tema “Engenheiro diante da Informatização, Robotização e Construção de Infraestrutura Moderna da Sociedade”, que foi ministrada pelo professor Ramiro Jordan, da Universidade do Novo México (EUA), apontou novos rumos para o futuro do ensino e a prática da Engenharia no século 21. O palestrante afirmou que o engenheiro da era moderna deve ter um conhecimento muito mais amplo do que prega o currículo tradicional e deve interagir de forma permanente com outras áreas profissionais.

⁴¹ Em 1969, Ozires Silva conseguiu convencer o governo a criar a Embraer, como sociedade de economia mista. A partir daí o Brasil começou a fabricar aeronaves que hoje operam em mais de 90 países.

*Estação Ferroviária, situada no cruzamento das
avenidas Miguel Rosa e Frei Serafim.
(gravura trabalhada com recursos
computadorizados a partir de foto disponível
para divulgação).*



Compromisso com a Sociedade

“Se chamamos política, em sentido lato e aberto, a participação nas coisas do mundo, a vida na comunidade, o compromisso com seu povo, não há como esse órgão⁴² prescindir jamais dessa participação em face do artigo 1º da Lei 5.194/66” - GUSMÃO, Jaime de Azevedo. Artigo A Responsabilidade dos CREAs.⁴³

O Art. 1º da Lei nº 5.194/66 atribui aos profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia um compromisso com a sociedade, na medida em que caracteriza suas profissões pelas “realizações de interesse social e humano...” Ou seja: o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto, agrônomo e, por extensão legal, as de geólogo, geógrafo, meteorologista, tecnólogo e técnico fundamenta-se “na defesa e no desenvolvimento da sociedade” e realiza-se “na preservação da incolumidade pública, na elevação da qualidade dos serviços, obras e produtos oferecidos por esses profissionais e na observância dos padrões éticos solidariamente estabelecidos”.⁴⁴

Entende-se, portanto, que o Sistema Confea/Crea tem como missão a defesa da sociedade, fiscalizando a qualidade dos produtos e serviços decorrentes do exercício profissional. Deve-se ressaltar, por oportuno, que o compromisso com a sociedade vai muito além da simples fiscalização.

O Crea-PI, especificamente, ao longo dos seus 40 anos tem realizado uma série de ações em prol da sociedade. Vejamos alguns exemplos, a título de registro para a História:

- ✓ Representando o Crea-PI, o então conselheiro, arquiteto Francisco Washington Bandeira Santos, participou como membro da Comissão de Reavaliação de Imóveis do Município de Teresina (1983/1984);
- ✓ Em 1986, na iminência da convocação de uma Constituinte para elaborar a nova Constituição Brasileira, o Crea-PI posicionou-se favorável à proposta do Confea “pautada na defesa incondicional de uma Assembleia Nacional Constituinte participativa”. Sobre o assunto, houve debates e farto material como cartazes, outdoor, etc, foi amplamente veiculado na imprensa e outros meios por todos os Creas do Brasil;
- ✓ Em 1999 o presidente em exercício, Ribamar Bastos, entregou ao Presidente da Assembleia Legislativa do Piauí um documento

⁴² O órgão a que se refere o prof. Gusmão é o Crea-PE, porém o entendimento pode ser estendido a qualquer Crea.

⁴³ apud MACEDO, Edison Flavio. *Compromissos Permanentes e Transformações Necessárias*. Edição. Brasília: CONFEA 2001, p. 52.

⁴⁴ MACEDO, Edilson Flávio, *Op. Cit.* p. 55.

Art. 1º da Lei 5.194/66: “As profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo são caracterizadas pelas realizações de interesse social e humano que importem na realização dos seguintes empreendimentos:

- a) aproveitamento e utilização de recursos naturais;
- b) meios de locomoção e comunicações;
- c) edificações, serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos;
- d) instalações e meios de acesso a costas, cursos e massa de água e extensões terrestres;
- e) desenvolvimento industrial e agropecuário.”

O termo “Arquitetura” foi afastado da Lei 5.194/66 pelo Art. 66 da Lei 12.378/2010, que criou o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). da mesma forma, o termo “Arquitetura” foi excluído da denominação dos Crea e do Confea, que, permanecendo com as mesmas siglas, passaram a denominar-se, respectivamente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (seguido da sigla do Estado sob sua jurisdição) e Conselho Federal de Engenharia e Agronomia.

A Lei Federal nº 11.888/2008, de 24 de dezembro de 2008, publicada no DOU em 26/12/2008, conhecida com “Lei da Engenharia Pública”, de autoria do Deputado Federal Zezéu Ribeiro (PT/BA) (arquiteto, ex-conselheiro do Crea-BA e ex-conselheiro federal do Confea), que beneficia com assistência técnica gratuita as famílias com renda de até três salários mínimos, para construção de suas residências, só entrou em vigor em junho de 2009 (180 dias após a sua publicação, como previsto em seu Art. 8º). O Art. 6º prevê a origem dos recursos para custear os serviços previstos na Lei:

I) Recursos de fundos federais direcionados à habitação de interesse social;

II) Recursos públicos orçamentários;

III) Recursos privados.

- com sugestões no sentido de melhorar alguns aspectos técnicos abordados no Anteprojeto de Lei de Recursos Hídricos do Estado do Piauí, que se encontrava em tramitação naquele poder legislativo;
- ✓ O presidente Marcelo Morais nomeou Comissão para elaborar Relatório Técnico sobre a Barragem de Pedra Redonda (1999) e lançou a Carta Náutica da Lagoa do Portinho (2000);
 - ✓ O Crea-PI e APEAG participaram da Comissão de Estudos Territoriais do Estado do Piauí, sendo bastante proveitosa a colaboração desses órgãos para a demarcação territorial dos novos municípios criados a partir de 1996;
 - ✓ Indicação de representante para a elaboração do Plano Diretor Participativo de Teresina e do Projeto AGENDA 2015 (plano estratégico para Teresina, que vem sendo implementado nos últimos 15 anos (2001 a 2015));
 - ✓ O Crea-PI foi incluído no Convênio com a DRTE/PI para a Fiscalização Preventiva Integrada (FPI). A propósito, sob a presidência do engenheiro José Borges de Sousa Araújo foram realizadas diversas FPIs, principalmente em estruturas dos grandes eventos (instalações para o carnaval, Piauí Pop, etc), contando sempre com a participação das entidades parceiras (Ministério Público, SDU, Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros, Clube de Engenharia, APEAG e outras);
 - ✓ Vistoria do Estádio Albertão, com emissão de laudo técnico com sugestões para revisão de estruturas e instalações, resultou na interdição daquele estádio por mais de um ano;
 - ✓ Participação efetiva em Audiências Públicas que tratam de assuntos de interesse da área tecnológica e dos seus profissionais;
 - ✓ Em 2006 o presidente Araújo firmou convênio com o Ministério Público Estadual objetivando a fiscalização envolvendo questões ambientais e de acessibilidade;
 - ✓ A requalificação da Praça Demóstenes Avelino, em 2006, pela Prefeitura de Teresina, contou com a parceria do Crea-PI, que conseguiu o projeto com o arquiteto João Alberto Monteiro e participou da obra como agente fiscalizador;
 - ✓ Em 2006, juntamente com a Associação Industrial do Piauí, o Crea-PI participou das discussões sobre estudos das mudanças no Código de Postura quanto às edificações e meio ambiente, que resultaram na elaboração da minuta do Estatuto da Cidade a ser submetida à apreciação da Prefeitura e posterior aprovação da Câmara Municipal de Teresina.
 - ✓ Relatório apresentado pela Comissão instituída para apurar os fatos relacionados ao rompimento da barragem Algodões I, no município de Cocal, indicou falhas no projeto e falta de manutenção da barragem.⁴⁵

⁴⁵ A Comissão contou com a participação de especialistas de quatro estados, assim composta: engenheiros civis Jesus da Silva Boavista, coordenador (Piauí), Selisio Santiago Freire (Ceará), Francisco José Albuquerque (Maranhão) e José Geraldo de Araujo (Pernambuco).

Há outras ações, além dessas relacionadas acima. Destaca-se, por exemplo, a que trata da acessibilidade, termo definido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) como sendo a “possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos.” Pela importância atual do tema, vale registrar a preocupação do Sistema Confea/Crea com assunto de tamanha relevância para o benefício da sociedade. Tem buscado, por exemplo, o desenvolvimento de mecanismos que visam verificar a adequação dos equipamentos públicos à nova legislação brasileira de acessibilidade.

Nesse sentido, o presidente Araujo propôs - e o Plenário aprovou no dia 07/12/2006 - a criação do “GT Acessibilidade”, constituído nos termos do artigo 173 e seguintes do Regimento Interno do Crea-PI. Pela proposta, o citado GT “ficará responsável pela condução das ações, elaboração de normas e demais ações necessárias ao cumprimento dos dispositivos da Lei nº 10.048/2000”. Desde então, o GT Acessibilidade tem cumprido sua missão, quer identificando o problema e notificando os agentes públicos e privados a fim de que cumpram as normas legais, quer contribuindo com a promoção de reuniões e palestras para discutir e difundir as principais questões que envolvem a acessibilidade, especialmente dentro do contexto das inovações tecnológicas.

Finalmente, o próprio site oficial, implantado e desenvolvido na gestão do presidente Araújo, é um instrumento utilizado não apenas para a divulgação das ações do Regional, como também para o benefício dos profissionais e da própria sociedade. Entre outros serviços disponibilizados, o “BANCO DE EMPREGOS” proporciona oportunidades de trabalho para profissionais desempregados ou para aqueles que desejam mudar de emprego. O serviço funciona assim: o usuário disponibiliza seu currículo e contatos; as empresas divulgam suas ofertas de empregos ou procuram diretamente na relação dos currículos o profissional que atenda as suas necessidades.

Membros do GT de Acessibilidade em reunião no auditório do Crea-PI, sob a coordenação da arquiteta Nícia Bezerra Formiga Leite. (2010)





Quem fez e quem faz o Crea-PI

Presidentes: perfis e realizações



*Eng. Eletricista
Renildo Nunes Cavalcanti (1976-1977)*

Nascido em Itaporanga, na Paraíba, a 19 de novembro de 1938, Renildo Nunes Cavalcanti foi o primeiro presidente do Crea-PI. Tomou posse no dia da instalação oficial do antigo Crea-13ª Região, em 27/12/1975. Durante seu mandato, enfrentou dificuldades para a efetiva implantação do Conselho, servindo-se de estrutura precária herdada da então Inspetoria subordinada ao Crea-9ª Região, sediada em Fortaleza-CE. Inicialmente, tratou da existência jurídica do Regional e de estruturá-lo administrativamente. Para tanto, contratou a empresa NAG-PI – Núcleo de Assistência Gerencial do Piauí, posteriormente transformada em Centro de Apoio Gerencial à Pequena e Média Empresa do Piauí (CEAG-PI), sucedido pelo atual SEBRAE, para elaborar proposta de estruturação administrativa. Transferiu a sede para o prédio da rua Álvaro Mendes, nº 1136, com a consequente ampliação de espaço, quando o órgão

passou a funcionar em três salas amplas. Fez gestão junto ao governo estadual no sentido de promover os salários dos servidores públicos - que exerciam cargos de engenheiro e arquiteto – aos níveis compatíveis com a importância de suas atividades.

Renildo foi também o primeiro conselheiro federal do Piauí junto ao Confea. Para assumir esse cargo em 25 de agosto de 1977, renunciou ao seu mandato de presidente do Crea-PI. Seu suplente, no Conselho Federal, foi o Eng. Eletr. Carlos Alberto do Rego Monteiro Sobral. Como conselheiro federal, Renildo teve destacada atuação em favor dos interesses do Piauí, principalmente na luta por recursos financeiros para a aquisição da sede própria do Crea-PI. Desempenhou com brilhantismo o cargo de 2º Tesoureiro do Confea.

Em 1980, com o fim de seu mandato de conselheiro federal, o Confea indicou-o como representante da Mútua no Piauí. Renunciou ao cargo em janeiro de 1982, voltando a colaborar com o Sistema como coordenador da Mútua no estado. Logo também desistiu.

Recentemente, em 7 de junho de 2010, por ocasião do lançamento do selo comemorativo dos 35 anos do Crea-PI e da reinauguração da galeria dos ex-presidentes, solenidade a que compareceu a convite do presidente Araújo, Renildo deixou escapar uma curiosidade: “seu nome para presidente foi resultado de um sorteio entre os conselheiros regionais que tomaram posse na ocasião da instalação do Crea”.

Teve participação ativa em outras entidades, destacando-se a luta pela construção da sede própria do Clube de Engenharia do Piauí e em ações rotarianas como presidente do Rotary Club Piçarra.

Graduou-se em engenharia elétrica pela Escola Politécnica da Universidade Católica de Pernambuco (Recife, novembro de 1964). Iniciou suas atividades como engenheiro chefiando o Departamento de Manutenção e Operações da CERNE (Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste) nas áreas do Piauí e Maranhão, de 1965 a 1968.

Optou pela iniciativa privada, empregando-se primeiro na empresa SOMA ENGENHARIA LTDA, da Bahia, sendo responsável pela montagem parcial das Subestações Abaixadoras de 220.000 volts e 69.000 volts da COHEBE, nas cidades de Teresina (Piauí), Peritoró, Miranda e São Luís (Maranhão). Em seguida, constituiu a empresa EMEL – ELETROMECAÂNICA E ENGENHARIA LTDA, ingressando no setor de instalações prediais, sendo um dos pioneiros no Piauí nesse ramo. Atualmente exerce as funções de presidente e responsável técnico da empresa LG CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA).

Foi membro efetivo do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. – ELETROBRAS (1980-1981).

Foi laureado com a Medalha do Mérito do Crea-PI (2010).



Eng. Civil

Agenor de Carvalho Pinheiro (1977-1978)

Nascido em Teresina a 6 de julho de 1946, Agenor de Carvalho Pinheiro é formado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia, onde colou grau em 7 de agosto de 1970.

De volta ao Piauí, desenvolveu atividades como engenheiro civil da Prefeitura Municipal de Teresina, onde exerceu, entre outros, o cargo de Superintendente de Urbanização e Obras Públicas. Sob sua responsabilidade, foram concluídas as obras de implantação da Av. Miguel Rosa – zona Sul e Av. Maranhão (entre as avenidas Miguel Rosa – Norte e Joaquim Ribeiro).

Assumiu o cargo de engenheiro da AGESPISA, empresa onde continua a fazer parte do seu corpo técnico. Durante os 38 anos de atividades voltadas para o saneamento, exerceu na empresa todos os cargos de chefia nas áreas de projetos e obras, inclusive ocupando em duas gestões o cargo de Diretor Técnico, de março de 1979 a março de 1983, e de março de 1991 a dezembro de 1994.

Atuou, em Teresina, como Inspetor Adjunto do CREA – 9ª Região (Ceará/Piauí), durante o exercício de 1975. Com a criação do Crea-13ª Região, hoje Crea-PI, exerceu dois mandatos de Conselheiro Regional, de 27/12/75 a 31/10/76 e de 04/11/76 a 31/08/77. Entre 05/09/77 a 31/10/78, ou seja, durante 14 meses, exerceu a Presidência do Crea-PI, tendo sido eleito por eleição interna entre os conselheiros, vencendo o também conselheiro Luiz Adolpho Reys Facchinetti. Assumiu o cargo para complementar o mandato de Renildo Cavalcanti, em razão do afastamento deste, que fora alçado à condição de Conselheiro Federal.

Na época em que assumiu a presidência, a entidade contava com apenas nove servidores e funcionava em salas alugadas. Ressalta-se, entre as ações desenvolvidas no mandato tampão, a implantação do primeiro Plano de Cargos, Carreira e Salários – PCCS, resultante de uma parceria firmada com o CEAG-PI - órgão que posteriormente viria a se transformar no SEBRAE-PI - que elaborou proposta focada na eficiência de gestão e da fiscalização. A implantação do Plano apresentou incrementos substancialmente a arrecadação, possibilitando, ao final do mandato, a assinatura do contrato de compra e venda do imóvel onde funciona a atual sede própria do Crea-PI.

Foi laureado com a Medalha do Mérito do Crea-PI (2010).



Arquiteto

Raimundo de Castro Dias (1979-1981)

Nasceu a 10 de outubro de 1943, em São Raimundo Nonato-PI. Formado em Arquitetura pela Universidade de Brasília, tendo colado grau em 20 de julho de 1969. Ampliou suas atribuições profissionais ao obter o grau de Urbanista em 3 de outubro de 1970 pela mesma Universidade.

De 1969 a 1970 trabalhou como arquiteto da Prefeitura Municipal de Teresina, exercendo o cargo de coordenador de Planejamento. Ao longo de sua carreira, atuou na elaboração de muitos projetos de grande notoriedade, tais como: Centro de Convenções de Teresina, Terminal Rodoviário Lucídio Portela, Jóquei Clube do Piauí, Ed. Sede da AGESPISA, Seminário Maior Sagrado Coração de Jesus, dentre outros projetos importantes de prédios públicos e privados (residenciais e comerciais).

Raimundo Dias foi bastante atuante junto ao Sistema Confea/Crea. Começou como Inspetor Regional Adjunto e, depois, Inspetor-Chefe (Crea-9ª Região, Inspetoria de Teresina).

Com a instalação do Crea-PI, Raimundo Dias ocupou os cargos de conselheiro suplente (1975-1978) e conselheiro efetivo (1978-1980). No dia 5 de dezembro de 1978 foi eleito presidente pelo Plenário do Crea-PI, para o mandato 1979/1981, vencendo com a maioria de um voto sobre o outro candidato, engenheiro agrônomo Antônio Manoel Gayoso Castelo Branco Filho.

Como presidente do Crea-PI, teve uma atuação destacada e reconhecida pelo Confea por cumprir rigorosamente todos os compromissos, tanto na esfera administrativa como no aspecto financeiro. Publicou trimestralmente o Boletim Informativo do Crea e inaugurou os Escritórios de Representação em Picos e Floriano, a partir de convênios assinados com as respectivas Prefeituras. Em 31/10/1981 inaugurou a Inspetoria de Parnaíba, a primeira a ser instalada no interior do estado. Conseguiu financiamento em condições favoráveis junto ao Confea para aquisição do prédio da atual sede do Crea-PI, cuja inauguração, após reforma e melhoramentos, ocorreu em sua gestão no dia 20/06/1979.

Concluído o mandato de presidente, foi indicado para o cargo de conselheiro federal, tendo como suplente o arquiteto Manoel Messias Carneiro. No Confea, participou de importantes comissões e exerceu o cargo de 1º Secretário. Como conselheiro federal, Raimundo Dias teve reconhecimento público do Confea pelos relevantes serviços prestados com “proficiência e dedicação”.

Em entidade de classe, atuou no IAB-PI como delegado (1972 a 1984) e como presidente (1974 a 1975).

Atualmente é sócio e Diretor Presidente da RR Construções Ltda e da empresa ICL – Imóveis e Construções Ltda.

Foi laureado com a Medalha do Mérito do Crea-PI (2010).



Eng. Civil

João Bosco Madeira Campos (1982 a 1984)

Nascido em Teresina a 6 de dezembro de 1947, João Bosco Madeira Campos formou-se em Engenharia Civil, tendo colado grau pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, no dia 21 de dezembro de 1972.

Iniciou servindo ao Crea-PI na condição de conselheiro efetivo (nov/1979 a out/1982). Eleito presidente por aclamação no dia 15/12/1981, tendo tomado posse no dia 04/01/1982 para o mandato no período 1982-1984.

Como presidente, assinou convênio de cooperação com o Crea-SC para a implantação no Crea-PI da sistemática de funcionamento daquele Conselho. Implantou o Regimento Interno e aderiu ao Programa de Atualização Administrativa do Sistema Confea/Crea, que iria abranger todos os Creas, inclusive com a implantação do Plano Diretor de Informática. A pedido dos funcionários, implantou, como experiência, o expediente único de 8:00 as 14:00 horas.

Em 4 de julho de 1984 inaugurou o Escritório de Representação de Piri-piri, em convênio com a prefeitura daquela cidade.

Pertence ao quadro funcional dos engenheiros do Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí – DER/PI, onde exerceu várias funções. É sócio-gerente de uma empresa de construção civil de pequeno porte.

Atualmente integra o Grupo de Trabalho de Fiscalização, criado pelo Governo Estadual, que tem como objetivo coordenar a fiscalização das obras em execução por todos os órgãos estaduais.

Respondendo questionário que lhe foi entregue, João Bosco registrou, a título de curiosidade, dois fatos acontecidos durante seu mandato:

a) em conjunto com o Sindicato dos Economistas, o Crea-PI convidou o então Vice-Presidente da República, Eng. Aureliano de Mendonça Chaves, para um encontro com a classe, no Piauí, que efetivamente aconteceu pouco tempo depois. O convite partiu inicialmente do Sindicato dos Economistas e, então, por intermédio do Eng. Maurício Medeiros, tomei conhecimento que o Dr. Aureliano havia manifestado que gostaria - ou só viria - se o convite fosse feito, também, pelo Crea-PI.

b) a indicação dos conselheiros pela Associação dos Engenheiros Agrônomos vinha sendo feita, como sempre, de forma indireta, ou seja, o presidente e a diretoria (e, não raro, o Secretário de Agricultura também influía) escolhiam o nome, com o respectivo suplente. Mandei avisar que não aceitaria mais esta forma de indicação e que não daria posse. A Associação mudou o seu estatuto, fez uma eleição direta e então enviou o nome do novo conselheiro. Daí pra frente as indicações passaram a ser sempre por eleição direta.

Foi laureado com a Medalha do Mérito do Crea-PI (2010).



Eng. Mecânico

Celso Martins Cunha Filho (1985-1987 e 1988-1990)

Nasceu em Teresina, a 10 de janeiro de 1948. Formou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Católica de Petrópolis, tendo colado grau em 12 de dezembro de 1973.

Iniciou servindo ao Sistema Confea/Crea cumprindo dois mandatos de conselheiro regional do Crea-PI (1980 a 1984). Elegeu-se presidente pela primeira vez por aclamação dos colegas conselheiros, assumindo o cargo em 4 de janeiro de 1985. Para o seu segundo mandato foi referendado em consulta prévia realizada no final de 1987, obtendo 121 votos a favor e um voto em branco. Esse resultado foi homologado pelo Plenário do Conselho.

Nos dois mandatos cumpridos como presidente do Crea-PI, Celso Cunha foi profícuo em realizações. Do ponto de vista administrativo, encontrou o órgão funcionando precariamente, sem condições de permitir um trabalho mais efetivo em prol dos profissionais abrangidos pelo Sistema Confea/Crea. Para reverter essa situação, reuniu todas as entidades de classe ligadas ao Sistema, inclusive com a participação de tecnólogos e técnicos, para debater ideias e soluções que pudessem ser implementadas no sentido de melhorar as condições administrativas e financeira do órgão.

O primeiro passo foi recriar imediatamente as Câmaras Especializadas de Engenharia Civil e de Agronomia, únicas possíveis naquele momento, estruturando-as de modo a permitir melhores condições de trabalho para os conselheiros. Criadas anteriormente, essas Câmaras nunca funcionaram a contento. Outra medida importante foi o aumento do número de conselheiros, que passou de 11 para 15, garantido a manutenção das modalidades já existentes e, com o aumento das vagas, a participação das modalidades de agrimensura e Geologia.

Elaborou um plano de Cargos e Salários, se não o ideal, pelo menos satisfatório para o atendimento às reivindicações do quadro de funcionários, implantando-o ainda no primeiro mandato. Manteve um relacionamento proveitoso com a Delegacia Regional do Trabalho, permitindo uma permanente observação para o cumprimento, por parte das empresas, do Salário Mínimo Profissional, e fez gestões nesse mesmo sentido junto ao governador, apoiando as entidades de classe em todos os momentos de luta por melhorias salariais para os engenheiros e arquitetos servidores públicos.

Editou a cartilha “Manual do Formando” destinada a orientar os recém-formados sobre a legislação que regula o Sistema Confea/Crea. Introduziu a prática de palestras feitas por conselheiros às turmas de formandos, com orientação e informação sobre atribuições e ética profissional.

Em articulação com o Confea, Celso Cunha criou um Comitê Pró-Constituinte, composto por representantes do Crea-PI e das entidades de classe ligadas ao Sistema, para discutir a possibilidade e conveniência da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Nesse sentido, foram promovidas palestras abrangendo temas importantes, como a do Eng. Jaime Gusmão sobre o tema “O Engenheiro e a Constituinte”; fez-se distribuição de cartilhas em forma de literatura de cordel, mensagens através de outdoor e por outros meios, etc. Pela primeira vez, no Piauí, um órgão de classe que não a OAB colocou em evidência um tema político tão importante.

Durante suas gestões frente aos destinos do Crea-PI, Celso Cunha foi um entusiasta do fortalecimento das entidades de classe existentes e participou ativamente da criação de outras que não existiam ainda até aquele momento, como o Sindicato dos Engenheiros do Piauí (SENGE-PI), Instituto Piauiense de Avaliação e Perícia de Engenharia (IPIAPE), Associação Brasileira de Engenheiros Mecânicos, Seção Piauí (ABEMEC-PI) e Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Piauí.

Editou o “Jornal do Crea”, o primeiro a ser editado pelo Regional piauiense, possibilitando levar informações de interesse dos profissionais ligados aos Sistema e registrar para a História as lutas e conquistas da área tecnológica do Piauí.

O presidente Celso Cunha implantou as Inspetorias de Picos e Floriano, até então simples Escritórios de Representação inaugurados pelo presidente Raimundo Dias, mas que funcionavam precariamente.

Para enfrentar as dificuldades decorrentes do Plano Collor, foi instituído o Plano Emergencial do Crea-PI, com medidas de redução de despesas e racionalização administrativa e operacionais.

Em 10/07/1990 foi homologado pelo Plenário a sua renúncia ao cargo de presidente em virtude de sua posse no cargo de diretor administrativo da CEPISA, tendo o 1º Vice-Presidente Eduardo Alvim assumido o cargo em caráter efetivo.

Em 10/12/1991 Celso Cunha foi indicado pelo Clube de Engenharia do Piauí para o cargo de conselheiro federal, tendo como suplente o Eng. Mecânico Francisco das Chagas Sousa Pontes. Exerceu o cargo de conselheiro federal com raro brilhantismo, tendo assumido o cargo de Vice-Presidente do Confea e, nessa condição, exerceu interinamente a Presidência por mais de seis meses, em virtude da pendenga jurídica pelo resultado da disputa eleitoral para o cargo. Como presidente interino do Confea, Celso Cunha mereceu o reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, tendo sido agraciado com o certificado e medalha alusivos aos 55 anos do Crea-PA/AP pelos elevados serviços prestados ao Sistema. Da mesma forma, foi registrado “Voto de Louvor” na Ata de Reunião Plenária do Crea-PI por proposição do então presidente Eduardo Alvin.

Foi laureado com as Medalhas do Mérito do Crea-PI (2010) e do Confea (2012).

Atualmente, Celso Cunha ainda participa das discussões que envolvem temas de interesse dos profissionais da área tecnológica, emprestando sua experiência e sabedoria em prol do Sistema.



Eng. Civil

*Eduardo Antonio de Melo e Alvim Martins
Vieira (1991-1993 e 1994-1996)*

Nasceu em 23 de setembro de 1958. Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Piauí. Funcionário da CEPISA, hoje Eletrobras Distribuidora de Energia, onde exerceu, entre outros, os cargos de chefe da Divisão de Projetos Cíveis e chefe

da Divisão de Instalações Gerais.

Sócio efetivo, com atuação constante em diversas entidades de classe, Eduardo Alvim foi conselheiro regional (1987-1990), tendo assumido os cargos de secretário e de coordenador da Câmara Especializada de Engenharia Civil e de vice-presidente do Crea-PI. Nessa condição, Eduardo Alvim assumiu o cargo de presidente pela primeira vez em caráter efetivo no dia 10/07/1990, para concluir o período do 2º mandato de Celso Cunha, em virtude da renúncia deste para assumir o cargo de diretor administrativo da CEPISA. Em seguida foi eleito duas vezes para dois mandatos consecutivos de presidente (1991-1993 e 1994-1996). Foi o primeiro presidente do Crea-PI a ser eleito em eleições diretas, vencendo o seu concorrente, Eng. Civil Evaldo Antônio da Luz, em novembro de 1993, para o seu segundo mandato.

Apesar da situação crítica por que passavam todos os Creas, obrigados por isso a enorme esforço na contenção e racionalização de despesas, as gestões de Eduardo Alvim na presidência do Crea-PI foram marcadas por ações desenvolvidas objetivando melhorar a prestação de serviços à sociedade e visando a valorização profissional, além de importantes realizações administrativas:

- ✓ inicialmente fez reforma do prédio da sede, com construção de salas para o Cadastro e para o Arquivo Morto, além de dois banheiros; em seguida, construiu o Anexo 1, previsto no Plano de Aperfeiçoamento Administrativo, cuja construção e adequação ao prédio antigo, além do mobiliário, foi possível graças ao convênio assinado com o Confea;

- ✓ aquisição de equipamentos de informática, possibilitando a informatização dos serviços do Crea-PI a partir da implantação do “Sistema Minerva” em convênio com o Crea-RN;

- ✓ implantação do Programa de Qualidade Total;

- ✓ celebração de convênios com entidades públicas para o desenvolvimento de ações visando garantir o cumprimento da legislação profissional e a defesa da sociedade;

- ✓ parcerias com instituições de ensino, culminando com a realização de diversos eventos técnico-científicos voltados para o aprimoramento profissional;

- ✓ idealização e criação da FECON – Feira e Congresso de Engenharia e Arquitetura do Piauí, em parceria com o CEPI, CT/UFPI,

IAB-PI e SENGE-PI, além de apoio a diversas entidades de classe para a realização de outros eventos de interesse dos profissionais ligados ao Sistema Confea/Crea;

- ✓ lançamento e publicação periódica da “Revista do Crea-PI”;

- ✓ publicação da coluna “CREAÇÃO”, veiculada semanalmente em jornal de grande circulação da Capital;

- ✓ criação do Escritório de Representação de Corrente e estruturação das Inspetorias existentes;

- ✓ condução regional do Processo Constituinte do Sistema Confea/Crea, que culminou com a apresentação de Projeto de Lei junto ao Congresso Nacional objetivando a reforma e atualização da legislação profissional;

- ✓ elaboração e distribuição de cartilha de orientação aos profissionais e empresas, em parceria com a Secretaria Municipal de Habitação e Urbanismo;

- ✓ aquisição de três motocicletas, um automóvel e um fax-símile;

- ✓ contratação de mais fiscais para ampliar as ações de fiscalização.

Foi laureado com a Medalha do Mérito do Crea-PI (2010).



Eng. Civil

Marcelo Gonçalves Nunes de Oliveira Morais (1997-1999 e 2000-2002)

Nasceu em Teresina, a 13 de janeiro de 1958. Engenheiro Civil pela Universidade Federal do Piauí (julho/1984).

Marcelo Morais tem larga atuação nas entidades de classe e no Sistema Confea/Crea. Foi presidente do Clube de Engenharia do Piauí por dois mandatos (maio/1991-maio/1993 e maio/1993/maio/1995). Nessa condição, foi um dos idealizadores da FECON – Feira e Congresso Internacional da Engenharia e da Arquitetura do Piauí. Foi conselheiro regional por três mandatos (1987-1990; 1991-1993; 1995-1997), tendo participado da Diretoria do Crea-PI como Secretário e como vice-presidente. Eleito presidente por dois mandatos consecutivos (1997-2002), suas gestões foram pródigas em realizações:

Inaugurou as novas instalações da Inspeção de Corrente e criou as Inspetorias de Oeiras, Piripiri e São Raimundo Nonato. Em 21/11/1997 realizou excepcionalmente uma Reunião Plenária em Picos, ocasião em que inaugurou uma sala e novas instalações da Inspeção daquela cidade. Foi a primeira e única vez que uma Sessão Plenária foi realizada no interior do estado.

Implantou o Cadastro Único de Profissionais ligados ao Sistema Confea/Crea, interligando aos outros 26 Creas de todo o Brasil, possibilitando a obtenção das informações de mais de 700 mil profissionais brasileiros registrados na época.

Com o apoio técnico de entidades e instituições, tais como AGESPISA, IBAMA, UFPI, SEMDEC/PMT, CPRM, SEMAR e Crea-RJ, o presidente Marcelo Morais lançou as Cartas Náuticas da Lagoa do Portinho e a do Encontro dos Rios, após exaustivos estudos para o diagnóstico ambiental; incentivou a participação do Crea-PI na Comissão de Estudos Temáticos do Estado do Piauí; apoiou a elaboração de Relatório Técnico sobre a Barragem Pedra Redonda, no município de Conceição do Canindé, com vistas a subsidiar o governo para melhor aproveitamento do seu potencial hídrico. Promoveu e instalou, juntamente com a Associação Profissional dos Engenheiros de Picos (ASPENPI), o Comitê de Bacias do Rio Guaribas; assinou convênio com a Secretaria Estadual da Agricultura objetivando a cooperação para fiscalização nas áreas de grande produção agrícola do Piauí.

Preocupado com a salvaguarda dos mananciais hídricos, Marcelo Morais promoveu discussões com o então presidente do Crea-MA, Eng. Civil José Pinheiro Marques, e o prefeito de Timon, Eng. Civil Francisco Rodrigues de Sousa, tendo como tema as questões do Comitê de Bacias do Rio Parnaíba.

Com o apoio do Confea foi implementado o Plano de Revitalização da Fiscalização do Crea-PI, nas diversas modalidades.

Com a recuperação e descentralização da Mútua – Caixa de Assistência aos Profissionais, o presidente Marcelo Moraes conseguiu a instalação da Mútua-PI com a gestão administrativa em Teresina, melhorando a prestação de serviços por essa entidade aos profissionais piauienses da área tecnológica.

Nos seus dois mandatos, manteve a edição periódica da Revista do Crea-PI, o apoio sistemático às entidades de classe, encampando a luta pelo cumprimento da lei que trata do Salário Mínimo Profissional e fazendo gestões junto ao governo estadual no sentido de observar especial atenção para o preenchimento de cargos técnicos nos órgãos estaduais por profissionais da Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia, Meteorologia e Geografia.

O presidente Marcelo Moraes participou da Conferência Rio + 10, realizada em Joanesburgo-África do Sul. Ao regressar, apresentou ao Plenário do Crea-PI, em novembro de 2002, um relatório sobre as discussões ocorridas na citada Conferência, que discutiu as questões do meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Foi laureado com a Medalha do Mérito do Crea-PI (2010).

Atualmente exerce o mandato de conselheiro federal (2013-2015).



Eng. Civil

Manoel Coelho Soares Filho (2003-2005)

Professor da Universidade Federal do Piauí, Manoel Coelho nasceu em Teresina a 7 de agosto de 1954. Formou-se em Engenharia Civil a 16 de dezembro de 1977. Foi conselheiro regional (1998-2000) e presidente do Crea-PI (2003-2005). Como membro do Colégio de Presidentes do Sistema Confea/Crea, foi eleito Coordenador Nacional do GT do Meio Ambiente e membro da Comissão de Estudos das Dívidas dos Creas com a Mútua.

Sua administração foi marcada pela renovação, tanto em nível de estrutura física da sede do Regional, quanto pelas mudanças no bojo do novo Regimento Interno aprovado em sua gestão. Com o apoio do Confea, iniciou a informatização e ampliou a sede com a construção do prédio anexo, o qual foi batizado de “Anexo Minerva” e inaugurado em 04 de novembro de 2005, como parte das comemorações dos 30 anos do Crea-PI, com a presença do presidente do Confea, Eng. Wilson Lang.

Manoel Coelho negociou em condições satisfatórias a dívida do Crea-PI com a Mútua; assinou convênio com o Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba (CESVALE), com o objetivo de ofertar bolsas parciais para funcionários, conselheiros e seus dependentes, nos cursos de bacharelado em Ciências Contábeis. Participou ativamente dos debates e estudos para a implantação do Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos; transformou em Inspeção, por Ato Administrativo, o Escritório do Crea-PI em Bom Jesus; criou a Inspeção de Uruçui e a Câmara Especializada de Engenharia Elétrica, que desde então vem funcionando efetivamente.

Em sua gestão o Regional participou ativamente, juntamente com diversas entidades do Poder Executivo, Poder Judiciário e sociedade civil organizada, do Núcleo Estadual de Mobilização para Construção de Planos Diretores Participativos em diversos municípios do estado, conforme estabelece o Estatuto das Cidades.

Foi laureado com a Medalha do Mérito do Crea-PI (2010).



Eng. Agrim. e Civil

José Borges de Sousa Araújo (2006-2008 e 2009-2011)

Nasceu em Picos-PI, a 11 de janeiro de 1953. Graduado em Engenharia de Agrimensura pela Universidade Federal do Piauí (1978), Engenharia Civil pela Escola de Engenharia Kennedy, de Belo Horizonte-MG (1998) e Bacharel em Direito pela Unesc-PI(2005). Pós-graduado em Engenharia de Transporte pela UFPI/PI (1982), em Perícias de Engenharia e Avaliações pela Faculdade Oswaldo Cruz/SP (2008); Perícias, Auditoria e Gestão Ambiental pela Faculdade Oswaldo Cruz/SP (2009); Georreferenciamento e Geoprocessamento pela UNIP/SP (2010).

É sócio proprietário da Ecol Engenharia LTDA.

Nas atividades classistas foi fundador e presidente da Associação Piauiense de Engenheiros Agrimensores - APEAG, fundador e primeiro presidente do Instituto Piauiense de Avaliação e Perícia de Engenharia – IPIAPE; eleito em 1993 para o cargo de vice-presidente da ABRAP - Associação Brasileira de Entidades de Engenharia de Avaliação e Perícia, na região Norte; presidente do Clube de Engenharia do Piauí por dois mandatos (2001/2003 e 2004/2005); conselheiro do Crea-PI, tendo exercido os cargos de coordenador da Câmara Especializada de Engenharia Civil por dois períodos, coordenador da Comissão de Ética. Disputando eleições diretas, foi eleito presidente por dois mandatos consecutivos (2006-2008 e 2009-2011).

Em sua gestão como presidente, José Borges de Sousa Araújo imprimiu uma nova dinâmica na administração do Crea-PI, deixando uma marca indelével de realizações. Dentro do organograma do Conselho, criou a Ouvidoria, a Controladoria, Assessoria de Relações Institucionais, Assessoria de Comunicação e a Assessoria Parlamentar;

Criou e instalou as Inspetorias de Campo Maior e Paulistana. Além dessas, foram criadas, porém não instaladas, as Inspetorias de Água Branca, Esperantina, São João do Piauí e Valença do Piauí;

Determinou a elaboração de relatório técnico com o diagnóstico das condições da obra do Porto de Luis Correia;

Criou uma Comissão de especialista para apurar as causas do rompimento da Barragem de Algodões I, no município de Cocal, que concluiu o relatório apontando, entre outras, falhas no projeto e falta de manutenção;

Firmou parceria com a Prefeitura de Teresina pela qual o Crea-PI ficou responsável pelo projeto de requalificação da Praça Demóstenes Avelino;

Fez a adequação do espaço físico da sede, possibilitando acessibilidade, construção de banheiros e ampliação da Recepção, Divisão

de Fiscalização e Divisão de Registro e Cadastro; Adquiriu computadores, periféricos, softwares e novas viaturas para apoio à fiscalização; aquisição de imóvel para a sede própria da Inspetoria de Parnaíba e de Uruçuí;

Incorporou ao patrimônio do Crea-PI dois lotes de terrenos recebidos por doação das Prefeituras Municipais de Corrente e de Água Branca para construção da sede própria da Inspetoria daquelas cidades.

Criou o Crea-jr/PI visando promover a inter-relação participativa entre o Conselho e os estudantes de nível médio e de graduação abrangidos pelo Sistema Confea/Crea;

Através de Atos Normativos, criou o Colégio de Coordenadores, o Colégio de Entidades de Classe, o GT Mulher e o livro de Láurea ao Mérito, constando duas certificações: Inscrição no Livro do Mérito (para os falecidos) e Medalha do Mérito (para os vivos) para pessoas que se destacaram na prestação de serviços relevantes no âmbito da área tecnológica;

Implantou na área de informática o cadastro para operação dos serviços online, possibilitando a obtenção gratuita de Certidão Negativa de Pessoa Física e Jurídica, boletos bancários e ART online;

Dentre outras ações no sentido de melhorar o atendimento aos usuários, bem como a promoção da valorização profissional, pode-se ainda destacar:

- ✓ Ampliação do horário de expediente, que passou a funcionar de 8h às 18h desde junho de 2006;
- ✓ Instalação de um posto de serviço de arrecadação na sede, visando facilitar o recolhimento de anuidades e taxas diversas;
- ✓ Promoção de treinamentos de Recursos Humanos (conselheiros, inspetores e servidores) buscando eficiência na prestação dos serviços;
- ✓ Incentivo e apoio para a criação de novas entidades de classe (Oeiras e Bom Jesus, já criadas. Corrente e Piripiri, em processo de criação), além do fortalecimento das entidades existentes através de parcerias permanentes;
- ✓ Promoção de diversos cursos de extensão na capital e no interior, além de Congressos (FECON e Norte Nordeste de Agronomia, Seminários de Fiscalização e Acessibilidade);
- ✓ Apoio para realização de diversos cursos de pós-graduação na sede do Crea-PI, em parceria com o IPIAPE;
- ✓ Desenvolvimento e modernização da página do Crea-PI na internet;
- ✓ Reestruturação do Departamento de Fiscalização, adquirindo veículos automotores novos e determinando o uso de GPS obrigatório para todos os fiscais. Com isso, excelentes resultados foram obtidos nas áreas de agrimensura, agronomia, geologia, engenharia elétrica, engenharia de minas, engenharia mecânica e engenharia de segurança;

- ✓ Nova orientação para que as regularizações das obras e serviços ocorram de forma espontânea, mesmo sem notificação;
- ✓ Implantação de alguns serviços gratuitos, tais como: consulta às normas da ABNT, certidões negativas de pessoas físicas e jurídicas, via internet;
- ✓ Apoio às ações das FPI's (Fiscalizações Preventivas Integradas), apresentando resultados exitosos, na capital e interior, pelo seu caráter educativo, preventivo e de segurança para a sociedade, nos eventos populares e nas obras de uso coletivos tais como: Estádio Albertão, Zoobotânico, Carnaval de Rua de Teresina e de Luís Correia, Piauí Pop e Abrigos de paradas de ônibus da Capital, barragens, ginásios de esporte, pontes e viadutos etc;
- ✓ Reestruturação completa do Departamento de Informática, tendo alienados, através de leilão público, os equipamentos velhos e adquirido novos equipamentos, inclusive potentes servidores. Ainda na área de informática, a contratação de especialistas para o desenvolvimento de novo sistema corporativo, já em fase experimental, com a migração dos dados do antigo minerva do Crea-RN para o novo sistema genuinamente piauiense, nivelado aos melhores já desenvolvidos.

Araújo recebeu o Título de Cidadão Teresinense em solenidade realizada na Câmara Municipal no dia 3 de novembro de 2011. Atualmente exerce o mandato de conselheiro federal suplente (2013-2015).



Eng. Civil

**Paulo Roberto Ferreira de Oliveira
(2012-2014 e 2015-2017)**

Paulo Roberto Ferreira de Oliveira é natural de Salvador-BA, nascido no dia 6 de agosto de 1959. Graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Bahia (1986). Contratado por uma construtora baiana, que o enviou a Teresina-PI para gerenciar a construção de um prédio do INSS, constituiu família e fixou residência

na Capital piauiense.

Desde 1991 atua como empresário da Construção Civil no estado. Foi presidente do Clube de Engenharia do Piauí por dois mandatos (2008-2011); 1º vice-presidente do Crea-PI (2009 e 2010). Foi também conselheiro regional por dois mandatos (ago/2006 a dez/2008 e jan/2009 a dez/2011). Eleito presidente do Crea-PI em novembro de 2011 e reeleito em 2014, para os mandatos nos períodos 2012-2014 e 2015-2017.

Em 5 de agosto de 2011 recebeu o Título de Cidadão Teresinense na Câmara Municipal de Teresina, honraria concedida através de proposição do vereador José Ferreira. Em agosto de 2014 foi homenageado pela prefeitura de Teresina com a Medalha do Mérito Conselheiro José Antônio Saraiva, que é dada às personalidades que têm relevantes serviços prestados à Capital.

Foi eleito coordenador adjunto do Colégio de Presidentes dos Creas Nordeste. No seu segundo mandato, veio a se tornar coordenador dos Creas Nordeste, durante o 4º Encontro de lideranças do Sistema Confea/Crea/Mútua, que ocorreu no dia 27 de fevereiro de 2015, em Brasília.

Suas principais ações enquanto presidente do Crea-PI estão elencadas nos seguintes tópicos:

- ✓ Iniciou a gestão enviando reforços para valorização do profissional e o fortalecimento das entidades e da ética na área tecnológica;
- ✓ Apresentou propostas de reestruturação financeira baseada na racionalização das despesas, com destaque para previsão do alto custo da comunicação através de cartas enviadas aos profissionais das áreas tecnológicas registrados no Conselho, em vista da desatualização de endereços, o que gerava a devolução de cerca de 30% das correspondências enviadas, sobretudo aquelas com Aviso de Recebimento (AR);
- ✓ Iniciou um processo de vistoria dos prédios antigos, no centro da cidade, com o intuito de alertar ao poder público quanto à necessidade de vistorias periódicas nos edifícios mais antigos da Capital;
- ✓ Ministrou palestras para turmas de estudantes de engenharia

e agronomia, esclarecendo sobre a organização, atribuições, atividades e funcionamento das entidades que compõem o sistema tecnológico nos planos da Federação e dos estados, especialmente Confea – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, e Conselhos Regionais;

✓ Firmou parceria com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), com vistas a fiscalizações no setor mineral do Piauí, considerando a competência daquele órgão para gerir o patrimônio mineral brasileiro de forma social, ambiental e economicamente sustentável;

✓ Esteve presente em aulas inaugurais de cursos relacionados à Engenharia e Agronomia, esclarecendo sobre o funcionamento do Sistema a nível regional e nacional, bem como em visita a diversas obras no estado, vistoriando-as e alertando ao poder público sobre a necessidade da implantação de mecanismos legais que obrigassem aos proprietários de imóveis contratarem profissionais habilitados para realização periódica de vistoria nos imóveis;

✓ Em junho de 2012 firmou convênio com o Tribunal de Contas do Estado objetivando regulamentar a consulta ao banco de dados mutuamente, permitindo ao TCE ampliar sua capacidade de acompanhamento das obras e serviços de Engenharia registrados pelos gestores públicos estaduais e municipais, enquanto que ao Crea-PI tornaria possível, a partir daquela data, consultar as ações de Engenharia executadas sem o devido registro da Anotação de Responsabilidade Técnica;

✓ Participou de audiências públicas que discutiam a necessidade, ou não, de desapropriação de imóveis para a reforma do Aeroporto Petrônio Portela;

✓ Firmou parceria com a Rede Ambiental do Piauí e o Sindicato dos Jornalistas com a intenção de promover debates sobre a implantação do saneamento básico e o destino dos resíduos sólidos, que, quase sempre, despejam no rio Poty.

✓ Firmou parceria com o Canal de Ensino a Distância QiSat com a proposta de oferecer qualificação de alto nível para os profissionais piauienses do setor tecnológico, a baixo custo;

✓ Declarou apoio ao programa ALI - Agentes Locais de Inovação, que tem o objetivo de ampliar a competitividade e a sustentabilidade das empresas no mercado;

✓ Realizou a 71ª Semana Oficial da Engenharia e Agronomia - SOEA, que aconteceu entre os dias 12 e 15 de agosto de 2014, no Centro de Convenções do Atlantic City.

✓ Firmou parceria com a Prefeitura de Teresina, através das SDU's, objetivando a ampliação da responsabilização relativa às obras embargadas, melhorando a fiscalização e garantindo a segurança e a qualidade das obras;

✓ Em parceria com outros órgãos, desenvolveu trabalhos de

monitoramento das empresas localizadas próximas ao Rio Parnaíba, visando a solução para o problema da poluição do rio;

✓ Firmou parceria com prefeituras do interior do estado, visando garantir a otimização do trabalho de fiscalização das atividades relacionadas a área tecnológica;

✓ Adquiriu terrenos para a construção de sedes próprias de Inspetorias;

✓ Em parceria com o Iate Clube de Teresina, realizou uma Expedição Náutica pelos Rios Parnaíba e Poty, no dia 22 de março (Dia Mundial da Água), com o intuito de avaliar e registrar as condições dos rios que envolvem a capital piauiense.

Presidentes Interinos

Nesses 40 anos, os seguintes vice-presidentes assumiram interinamente o exercício da Presidência do Crea-PI, por motivos de afastamentos temporários dos titulares:



1. Eng. Agrônomo **Antônio Manuel Gayoso e Almendra Castelo Branco Filho** assumiu interinamente a Presidência (agosto/1977 a 05/set/1977), em razão do afastamento do presidente Renildo Nunes Cavalcanti, que renunciou ao cargo para assumir o mandato de conselheiro federal.

Graduado em Engenharia Agrônômica pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1973). Fez pós-graduação em Engenharia de Irrigação (Espanha–1975) e em Produção Vegetal (UFPb-1978).

Professor Adjunto aposentado do curso de Agronomia da UFPI, entidade na qual desempenhou as funções de diretor do Centro de Tecnologia (1975/1976) e do Centro de Ciências Agrárias (1976/1983), pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (1987/1988) e de Extensão (1988/1991), além de coordenador da implantação dos Colégios Agrícolas Federais de Bom Jesus e Floriano e do Programa de Desenvolvimento Rural – Fundação Kellog, Nebraska-EUA/UFPI. Exerceu os cargos públicos de Secretário (1992/1994) e Sub-Secretário de Agricultura do Piauí (2001/2002) e vereador de Campo Maior (2000/2004).

Além das atividades rurais no município de Campo Maior, o agrônomo Antônio Manoel desenvolve atividades empresariais como sócio de empresas que atuam na área de empreendimentos agrícolas.

Tem participação ativa em entidades de classe, como Associação dos Engenheiros Agrônomos do Piauí, Associação dos Reflorestadores do Estado do Piauí e Cooperativa dos Avicultores do Estado do Piauí.

É autor dos seguintes trabalhos técnicos: “Análise da Pecuária Piauiense e Sugestões para o Melhoramento – FAEPI/CNA”; “Educação Agrícola do Piauí” e “Contribuições ao Estudo do Pequi (Caryocar Glabum)”.



2. Eng. Civil **Eduardo Antônio de Melo e Alvim Martins Vieira** (10/07/1990 a 04/01/1991), assumiu o cargo de presidente interino em caráter efetivo no dia 10/07/1990 para concluir o período do 2º mandato de Celso Cunha, em virtude da renúncia deste para assumir o cargo de diretor administrativo da CEPISA. Em seguida foi eleito duas vezes para dois mandatos consecutivos de presidente (1991-1993 e 1994-1996). Vide perfil detalhado no capítulo dos ex-presidentes (p. 98-99).



3. Eng. Agrônomo **Raimundo Ulisses de Oliveira Filho** assumiu interinamente a Presidência (out./1990 a 04/jan./1991), em razão do afastamento do titular, Eng. Civil Eduardo Alvim, que teve que se desincompatibilizar para disputar a eleição ao cargo de presidente. Vide perfil detalhado no capítulo dos conselheiros federais (p. 114-115).

4. Eng. Civil **Francisco de Sousa Neto** assumiu interinamente a Presidência (out. a 23/12/1993), em razão do afastamento do titular, Eng. Eduardo Alvim, para se candidatar à reeleição.



5. Eng. Civil **José Ribamar Bastos** assumiu interinamente a Presidência (23/09/1999 a dez./1999), em virtude do afastamento do presidente Marcelo Moraes para se candidatar à reeleição. Foi presidente do Clube de Engenharia do Piauí (1997-1999), Secretário de Obras e Serviços Públicos do Piauí (2002) e superintendente da SDU-Leste da Prefeitura Municipal de Teresina.

6. Geólogo **Ronildo Castelo Branco da Silveira** assumiu interinamente a Presidência (março a 06/jun./2008) em virtude do afastamento do presidente José Borges de Sousa Araújo para se candidatar à reeleição.



7. Eng. Civil **Reginaldo Rufino Leal**. Empresário de loja de materiais de construção e construtor, Reginaldo Rufino Leal, na qualidade de 1º vice-presidente, assumiu interinamente a Presidência do Crea-PI no período de 18/08/2014 a 19/11/2014, em virtude do afastamento do presidente Paulo Roberto para disputar a reeleição. Como conselheiro regional assumiu vários cargos e funções nas Comissões Técnicas, além de 1º vice-presidente. Foi presidente do Clube de Engenharia do Piauí (1995-1997).

Os Conselheiros Federais

Ao longo dos últimos 40 anos foram oito profissionais do Crea-PI que atuaram como conselheiros federais efetivos no Plenário do Confea. Todos desempenharam suas funções com dignidade, dedicação e competência. Pela ordem cronológica dos mandatos:



1º Conselheiro Federal (agosto/1977 a agosto/1980)

Eng. Eletricista

Renildo Nunes Cavalcanti

(Vide perfil detalhado como ex-presidente do Crea-PI nas páginas 91 e 92)

Renildo Cavalcanti exercia o cargo de presidente do Crea-PI quando foi indicado pelo Clube de Engenharia do Piauí para assumir o mandato de conselheiro federal junto ao Confea. Ao aceitar a nova missão, teve de renunciar ao cargo de presidente. Assumiu o novo cargo em 25 de agosto de 1977 para o mandato que se estendeu até agosto de 1980.

Seu suplente, no Conselho Federal, foi o Eng. Eletricista Carlos Alberto do Rego Monteiro Sobral, autor do livro “Aspectos da Eletrificação do Piauí”.

No Confea, Renildo assumiu o cargo de 2º Tesoureiro, o que favoreceu seu inegável empenho para conseguir recursos financeiros em favor do Regional piauiense, especialmente o empréstimo facilitado para a aquisição da sede própria.



Renildo assiste palestra na 36ª SOEAA, em Florianópolis-SC (1979)



2º Conselheiro Federal (setembro/1982 a julho/1985)

Arquiteto

Raimundo de Castro Dias

(Vide perfil detalhado como ex-presidente do Crea-PI na página 94)

Tendo como conselheiro federal suplente o arquiteto Manoel Messias Carneiro, logo que tomou posse como conselheiro federal, em setembro de 1982, o arquiteto Raimundo Dias foi eleito Primeiro Secretário da Mesa Diretora do Confea. Nesse cargo, e como membro de Comissões temáticas, muito contribuiu para a consolidação do Sistema Confea/Crea e, em especial, para o Crea-PI. Ao término do seu mandato, o Confea “reconhece os relevantes serviços prestados com proficiência e dedicação pelo conselheiro federal Raimundo de Castro Dias.”



3º Conselheiro Federal (agosto/1987 a agosto/1990)

Eng. Civil

Baltazar Melo Filho

Eleito pelo sistema de consulta prévia em 14/07/1987, Baltazar Melo exerceu o cargo de conselheiro federal com desenvoltura e dedicação. Foi 2º Vice-Presidente do Confea e participou de importantes Comissões naquele colegiado, onde defendeu com zelo as prerrogativas do Sistema Confea/Crea e os interesses específicos do Crea-PI.

Seu suplente no Conselho Federal foi o Eng. Civil Paulo de Tarso de Moraes Trindade de Carvalho.



4º Conselheiro Federal (março/1992 a dezembro/1994)

Eng. Mecânico

Celso Martins Cunha Filho

(Vide perfil detalhado como ex-presidente do Crea-PI nas páginas 96 e 97)

Celso Cunha foi eleito conselheiro federal no dia 06/12/1991, porém somente em 15/03/1992 veio a tomar

posse no cargo, juntamente com o conselheiro federal suplente, Eng. Mecânico Francisco das Chagas Sousa Pontes, para o mandato que se estenderia até 31/12/1994.

No dia 09/03/1994 Celso Cunha tomou posse no cargo de Vice-Presidente do Confea e, nessa condição, assumiu interinamente a Presidência por seis meses, enquanto durou a pendenga jurídica que adiou a posse do presidente eleito pela maioria dos profissionais do Sistema Confea/Crea, Eng. Civil Henrique Ludovice.

Sua interinidade no exercício da Presidência do Confea está registrada nos anais daquele colegiado como um período dos mais operosos, quer apoiando ações de valorização profissional, quer na defesa intransigente das prerrogativas do Sistema Confea/Crea. Entre tantas realizações e ações, citam-se: a) criação do Colégio de Entidades Nacionais (CDEN) pela Resolução nº 386/94, de 27/07/1994, cujas atribuições abrange “I - Discussão e manifestação sobre assuntos nacionais de interesse da Engenharia, Arquitetura e Agronomia”; “II – Planejamento estratégico do Sistema”; “III – Elaboração de resoluções específicas de interesse geral das profissões;” “IV – Política de formação e desenvolvimento de profissões do Sistema”. b) gestão junto à Presidência da República e ao Ministério envolvido com o projeto de transposição das águas do rio São Francisco, solicitando que as obras não fossem iniciadas antes do equacionamento dos seguintes pontos: 1 – execução dos estudos de impacto ambiental nas áreas envolvidas, visando o necessário licenciamento; 2 – elaboração do Projeto Executivo da Obra; 3 – discussão ampla do Projeto com as entidades representativas da Sociedade Civil, especialmente aquelas dos Estados envolvidos; 4 – a liberação dos recursos necessários para a conclusão das obras de irrigação e abastecimento de água em implantação na Bacia do rio São Francisco e no Nordeste.”

Diante do Projeto de Lei nº 4.400/94, na época em tramitação pela Câmara dos Deputados Federais, que pretendia transferir atribuições do Confea para o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), o presidente em exercício Celso Cunha, em nome do Confea, conseguiu barrar tal Projeto de Lei através de substancial “Parecer Jurídico” produzido pelo então advogado e hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal, Dr. Carlos Ayres Brito, que concluiu pela sua inconstitucionalidade formal e material.

Após transmitir o cargo para o sucessor legal, Eng. Civil Henrique Ludovice, Celso Cunha foi merecedor do reconhecimento por parte dos seus pares no Plenário e dos funcionários do Confea, além dos presidentes e membros dos Conselhos Regionais. Recebeu várias lãureas, entre as quais um “Voto de Louvor” conferido pelo Plenário do Crea-PI, aprovado em decorrência de sugestão apresentada pelo presidente Eduardo Alvim Martins Vieira, “pelo excelente desempenho frente aos trabalhos desenvolvidos no decurso de vossa permanência na Presidência do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Confea, ressaltando a vossa imensa capacidade administrativa, sensatez e firmeza de caráter,” conforme Ofício de 30 de setembro de 1994, pelo qual o então presidente do Crea-PI,

Eng. Civil Eduardo Antônio de Melo e Alvim Martins Vieira, comunica a Celso Cunha o dito Voto de Louvor, que fora aprovado por unanimidade pelo Plenário do Conselho em Reunião Ordinária de nº 255.

5º - Conselheiro Federal (1997 a 1999)



*Eng. Agrônomo
Raimundo Ulisses de Oliveira Filho*

O engenheiro agrônomo Raimundo Ulisses de Oliveira Filho teve destacada atuação no Sistema Confea/Crea. No Crea-PI, em particular, teve cinco mandatos de conselheiro regional (abr/1987 a out/1989, nov/1989 a dez/1992, jan/1995 a set/1996, jan/2000 a dez/2002 e jan/2003 a dez/2004). Ao longo desses mandatos de conselheiro regional exerceu os seguintes cargos:

- coordenador da Câmara de Agronomia em quatro mandatos (1991, 1996, 2000 e 2004);
- vice-presidente (janeiro a setembro de 1990 e em 1992);

Na qualidade de vice-presidente, assumiu interinamente a presidência do Crea-PI, de outubro a dezembro de 1990, em razão do afastamento do titular, Eng. Civil Eduardo Alvim, que teve de se desincompatibilizar para disputar a reeleição ao cargo de presidente.

Foi coordenador nacional da Coordenadoria das Câmaras Especializadas de Agronomia por dois períodos (2000 e 2002).

Em março de 2001, foi convidado a proferir palestra e participar de debates, na sede da Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS), com formulação de propostas quanto ao uso de produtos fitossanitários, por empresas da área florestal que possuíam ou pretendiam ter suas florestas certificadas e que operavam no mercado internacional.

Como conselheiro federal, Ulisses Filho foi diretor do Confea por dois mandatos (1998-1999); representante do Confea na Comissão Nacional de Proteção de Cultivares do Ministério da Agricultura (1998-1999); membro da Delegação Brasileira em cinco reuniões do CIAM – Comissão de Integração da Agrimensura, Agronomia, Arquitetura e Engenharia para o Mercosul: Montevideu (Uruguai, maio/1998), Villa Carlos Paz (Argentina, setembro/1998), Florianópolis (Brasil, julho/2000), Montevideu (Uruguai, maio/2001 e Buenos Aires (Argentina, outubro/2001).

Coordenou o Grupo de Trabalho sobre agrotóxico (março a outubro de 1999), tendo nesse período realizado diversas audiências públicas em todas as regiões do Brasil, cujos resultados foram encaminhados à Casa Civil da Presidência da República como contribuição do Confea para modificação da Lei nº 7.802/89.



*Engenheiro Agrônomo
Adelmário Cavalcanti Nogueira
(in memoriam), foi conselheiro
federal suplente. Teve atuação
marcante nos mandatos que
cumpriu como conselheiro regional
do Crea-PI.*

Seu suplente no Conselho Federal foi o Eng. Agrônomo Adelmário Cavalcanti Nogueira, que veio a falecer em fevereiro de 1998 em pleno exercício do mandato de conselheiro federal suplente.



6º - Conselheiro Federal (janeiro/2000 a dezembro/2001)

Eng. Químico

Antônio Florentino de Souza Filho

Eleito conselheiro federal através de eleições diretas entre os profissionais registrados no Crea-PI, o Eng. Químico Antônio Florentino de Souza Filho passou a representar o Piauí e a modalidade Engenharia Química no Plenário do Confea no período de janeiro de 2000 a dezembro de 2001. Ao assumir esse cargo, foi eleito Coordenador Adjunto da Comissão de Exercício Profissional e da Comissão de Mérito do Sistema. Em 2001 foi representante da Engenharia Química na Comissão de Integração da Engenharia e Agrimensura para o Mercosul - CIAM, responsável pelas tratativas de trânsito livre de profissionais nos países que compõem o Mercosul.

Em 2001 foi eleito por seus pares no Conselho para o cargo de Coordenador da Comissão de Organização do Sistema - COS, que trata das normativas do Sistema Confea/Crea.

Foi membro da Comissão nas discussões com a Ordem dos Engenheiros de Portugal pelo livre trânsito de profissionais entre os dois países.

Terminado o mandato de conselheiro federal, foi eleito conselheiro regional do Crea-PI para a gestão 2002 a 2004. Nessa condição, assumiu, por dois anos, a vice-presidência do Crea-PI e a coordenação da Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, Geologia e Minas e Mecânica, o que viabilizou sua eleição para a Coordenadoria Adjunta da Coordenadoria Nacional de Câmaras Especializadas de Engenharia Química, mantendo aí a representação na Comissão de Avaliação da Engenharia para o Mercosul - CIAM.

O Eng. Florentino tem destacada atuação nas entidades de classe e no Sistema Confea/Crea. Atualmente exerce o quarto mandato de presidente do Sindicato dos Engenheiros do Piauí (SENGE-PI), cumulativamente com o cargo de Diretor Administrativo da Federação Nacional dos Engenheiros - FNE, para o qual foi reeleito para a gestão 2010-2013.

Como presidente do SENGE-PI, recebeu homenagem do Crea-PI pela sua atuação frente ao Sindicato em prol da área tecnológica. Recebeu também o troféu Palmas da Carnaúba, como destaque da década nas políticas de classe. Foi homenageado com a Medalha do Mérito Legislativo

da Câmara Municipal de Teresina pelos serviços prestados em defesa das instituições e dos profissionais da Engenharia em nível estadual e federal.

Teve como conselheiro federal suplente o Eng. Químico Jamil Moisés Said

7º - Conselheiro Federal (fevereiro/2003 a dezembro/2005)



Eng. Eletricista

Moacyr Freitas de Almendra Gayoso Júnior

Assumi o mandato de conselheiro federal em fevereiro de 2003, tendo sido alçado à função de membro do Conselho Diretor do Confea. Em seguida, foi eleito coordenador adjunto da Comissão do Exercício Profissional (CEP). Nessa condição, participou de verdadeiro “mutirão” para “desencalhar” mais

de mil processos que se encontravam parados na CEP.

Durante os três anos de mandato foi membro da Comissão Eleitoral Federal (CEF), tendo sido coordenador adjunto em 2005. Nessa condição, o conselheiro Moacyr foi interventor nas eleições realizadas no Maranhão para os cargos de presidente (Confea e Crea) e de conselheiro federal.

Em 2004, continuando como membro da CEP e do Conselho Diretor do Confea, Moacyr Gayoso participou das discussões em torno da elaboração da Resolução nº 1010/2005, importante normativo que substituiu a Resolução nº 218/73, tendo presença constante em várias reuniões, debates e audiências públicas em todo o Brasil, com a participação das diversas entidades de classe e representantes das diversas categorias que compõem o Sistema Confea/Crea.

Desde que assumiu, fez parte também da Comissão de Avaliação da Engenharia Química (CAEQ), modalidade que precisa de uma atenção



Moacyr assina termo de posse no Confea. À esquerda, o conselheiro suplente Inácio Barros Filho (em memória).

especial devido à existência de conflito com o Conselho Federal de Química - CFQ.

Representou o Plenário do Confea nas reuniões com os membros da Argentina, Uruguai e Paraguai para assuntos do CIAM - Comissão de Integração da Agrimensura, Agronomia, Arquitetura e Engenharia para o Mercosul.

Em 2005 assumiu a coordenação da CEP, tendo sido o responsável, juntamente com o coordenador da CES, pela condução dos trabalhos que culminaram com a edição da Resolução nº 1010/2005, normativo sucessor da Resolução nº 218/73.

O conselheiro federal suplente foi o engenheiro eletricitista Inácio Barros Filho, falecido em 2004 em pleno exercício do mandato.

8º - Conselheira Federal (2008 a 2010)



*Arquiteta
Ana Karine Batista de Sousa*

Formou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Piauí – UFPI (1998). Pós-Graduada em Ciências Ambientais; MBA em Gestão de Obras e Gerenciamento da Construção Civil. É arquiteta concursada da Prefeitura Municipal de Teresina e possui escritório particular onde atua como profissional liberal na área de arquitetura.

Candidata única na eleição direta realizada em 2007, foi eleita pela maioria dos profissionais votantes registrados no Crea-PI e aptos a votar.



Logo após a assinatura do Termo de Posse de Coordenadora da CONP, na 1ª Plenária de 2009, Ana Karine posa ao lado do presidente do Confea, Eng. Civil Marcos Túlio de Melo.

Ana Karine assumiu o mandato de conselheira federal em 2008, juntamente com a conselheira federal suplente, Arq. Sandra Selma Saraiva de Alexandria. Desde então tem se destacado no Confea pela sua dedicação, competência e profissionalismo com que desempenha seu mandato naquele Conselho.

A seguir, um resumo da sua atuação no Confea, além da inegável contribuição no acompanhamento e defesa dos processos de interesse do Piauí:



No Encontro de Lideranças do Confea/Crea e Mútua em 2009. Na oportunidade, Ana Karine coordenou os trabalhos da Mesa por ocasião da Palestra proferida pelo ex-ministro Mailson da Nóbrega.

- coordenadora Adjunta (2008) e Coordenadora (2009) da CONP – Comissão de Organização de Normas e Procedimentos;
- representante do Confea no GT Edificações do Ministério de Minas e Energia (2008 a 2010);
- representante do Confea no INMETRO (2009 e 2010);
- membro do GT Mulher (2008 e 2009);
- membro do GT Pró Equidade de Gênero (2010).

Ana Karine tem colaborado também com o Clube de Engenharia do Piauí, do qual é sócia efetiva e foi membro do Conselho Fiscal (2008-2009 e 2010-2011). Antes de assumir o mandato de conselheira federal foi Diretora Geral da Mútua-PI (2006-2007).

Na condição de arquiteta, Ana Karine se desvinculou do Crea-PI para se filiar ao CAU-PI, onde continuou emprestando sua competência como Conselheira Federal junto ao CAU-BR (2012-2014).

9º - Conselheiro Federal



(janeiro/2013 a dezembro/2015)

Eng. Civil

Marcelo Gonçalves Nunes de Oliveira Moraes

(vide perfil detalhado como ex-presidente, nas páginas 100 e 101)

Foi eleito Conselheiro Federal em dezembro de 2012, em eleição direta realizada no âmbito do Crea-PI, para o mandato no período de janeiro/2013 a dezembro/2015.

Licenciou-se em 2015 do cargo de conselheiro federal para disputar o cargo de Diretor Geral da Mútua a nível nacional.

Na condição de conselheiro federal atuou no Confea como coordenador da Comissão de Articulação Institucional do Sistema (CAIS); primeiro coordenador da Comissão Temática de Meio Ambiente, criada recentemente pelo Confea; representou o Confea na posse do presidente Paulo Roberto e da nova diretoria da Mútua-PI, em fevereiro de 2015. Participou de diversas reuniões da Frente Parlamentar em Defesa da Engenharia e da Agronomia.

Destacou-se ajudando na organização da 71ª SOEA, um evento de grande envergadura realizado no Piauí em agosto de 2014, que aconteceu conjuntamente com o CONTECC - Congresso Técnico e Científico do Sistema Confea/Crea.

O conselheiro federal suplente é o Eng. Agrimensor e Civil José Borges de Sousa Araujo.

Representantes do Piauí no Confea

Em certo período da década passada, o Confea criou a figura do “Representante Estadual”, uma espécie de “conselheiro ad hoc” para representar o estado – quando este estivesse no interstício sem conselheiro federal no Plenário. O Representante Estadual – geralmente de categoria profissional sem representação no Conselho - tinha direito a voz, porém sem direito a voto.

Foram três profissionais do Piauí que assumiram a condição de “Representantes Estaduais”, a saber:

1. Geólogo Luciano Ferreira Rodrigues
2. Engenheira de Pesca Maria de Nazaré Bona de A. Araripe
3. Técnico em Construção Civil Raimundo Nonato Uchoa de Araújo.

Coordenadores de Coordenadorias Nacionais de Câmaras Especializadas

Dois conselheiros do Crea-PI assumiram mandatos de coordenadores nacionais das Coordenadorias Nacionais de Câmaras Especializadas de suas respectivas modalidades, a saber:

1. Eng. Agr. Raimundo Ulisses de Oliveira Filho – Foi coordenador nacional da Coordenadoria Nacional de Câmaras Especializadas de Agronomia por dois períodos (1990 e 1992). (Vide perfil detalhado como ex-conselheiro federal nas páginas 114 e 115).

2. Eng. Agrimensor Walterwilson Carvalho Leite – Foi coordenador adjunto nacional por dois períodos (2002 e 2006) e coordenador nacional (2001) da Coordenadoria Nacional de Câmaras Especializadas de Agrimensura. Nessa condição, participou ativamente de importantes eventos relacionados às questões da área tecnológica para o Mercosul, a saber:

a) seminário preparatório da delegação brasileira para a XXV Reunião Internacional do CIAM – Comissão de Integração de Agrimensura, Agronomia, Arquitetura e Engenharia para o Mercosul e Reunión Plenária de la Comisión para Integración de la Agrimensura, Agronomia, Arquitetura, Geología e Ingeniería del Mercosul, em Montevideo-Uruguai (maio/2001);

b) seminário preparatório da delegação brasileira para a XXVI Reunião Internacional do CIAM – Comissão de Integração de Agrimensura, Agronomia, Arquitetura e Engenharia para o Mercosul e Reunión Plenária de la Comisión para Integración de la Agrimensura,

Agronomia, Arquitetura, Geologia e Ingenieria del Mercosul, em Buenos Aires – Argentina (maio/2001).

No Crea-PI, teve intensa participação como conselheiro regional. Além de coordenador da Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, Geologia e Minas e Mecânica (CEAGMM) por três períodos (1997, 2001 e 2006), Walterwilson ocupou os seguintes cargos da Diretoria: 2º Tesoureiro (1996); 2º Secretário (1997); 1º Secretário (1998 e 1999) e 2º Vice-Presidente (2000).

Exerceu o cargo de Diretor Financeiro da Mútua-PI (mandato 2009/2011), como representante do Plenário do Crea-PI, ocupando hoje o cargo de diretor administrativo dessa instituição.

Delegados estaduais no Processo Constituinte do Sistema Confea/Crea (1991/1992)

Essa experiência que o Confea promoveu nos anos de 1991 e 1992 culminou com a apresentação de Projeto de Lei junto ao Congresso Nacional objetivando a reforma e atualização da legislação profissional, que, infelizmente, não prosperou.

Os representantes piauienses foram:

1. Eng. Civil Eduardo Antônio de Melo e Alvim Martins Vieira, então presidente do Crea-PI, como membro nato e responsável pela condução dos trabalhos no Piauí (vide perfil como ex-presidente do Crea-PI);
2. Eng. Civil Carlos Roberto Oliveira Jales de Carvalho;
3. Eng. Civil Raimundo Mozart Correia Filho.



A então Conselheira Federal do Crea Ana Karine, Mailson da Nóbrega (conferencista) e José Mendes, no Encontro de Lideranças em Brasília (fevereiro de 2009)



Eng. Civil

Carlos Roberto Oliveira Jales de Carvalho

Nasceu em Teresina a 28/09/1947 e faleceu no Rio de Janeiro em 22/10/2008. Engenheiro Civil pela Escola de Engenharia da Universidade de Juiz de Fora (MG), tendo colado grau em 13/10/1972.

Exerceu o cargo de presidente da extinta Empresa de Obras Públicas do Piauí – EMOPI (1979-1981) e concorreu sem sucesso ao cargo de vice-prefeito do município de São Pedro do Piauí.

O engenheiro Carlos Jales teve destacada atuação nas entidades de classe e no Sistema Confea/Crea. Foi presidente do Clube de Engenharia do Piauí; diretor e presidente do Sindicato dos Engenheiros do Piauí, conselheiro regional e vice-presidente do Crea-PI. Participou como delegado, representando o Crea-PI, do Processo Constituinte do Sistema Confea/Crea, que culminou com a apresentação de Projeto de Lei junto ao Congresso Nacional objetivando a reforma e atualização da legislação profissional.

Eng. Civil

Raimundo Mozart Correia Filho

Formado pela Escola de Engenharia do Maranhão (atual UEMA) em julho de 1980, iniciou sua carreira profissional atuando na área de construção civil e depois se firmou nas atividades de assessoria e consultoria nas áreas de Avaliação e Perícia de Engenharia.

Exerce atualmente o cargo de Assessor Técnico do Crea-PI. Antes, porém, de entrar para o quadro de funcionários, atuou intensamente como conselheiro regional, quando teve a oportunidade de participar, como delegado estadual, do Processo Constituinte do Sistema Confea/Crea (1991/1992), que culminou com a apresentação de Projeto de Lei junto ao Congresso Nacional objetivando a reforma e atualização da legislação profissional, que, infelizmente, não prosperou. Sobre essa experiência, Mozart avalia, em entrevista concedida, que “[...] os grandes problemas do Sistema foram debatidos em profundidade. Infelizmente, na prática, o processo não chegou a fomentar mudanças exigidas pelos profissionais e até hoje esses mesmos problemas estão na ordem do dia dos Congressos do Sistema.”

Para melhorar o Sistema Confea/Crea e, em particular, o funcionamento do Crea-PI, considera “[...] necessária a conclusão da informatização e a criação de um plano de cargos e salários que elimine disparidades que hoje existem.”





Arquiteto Emanuel Rodrigues Castelo Branco, foi conselheiro do Crea-PI por dois períodos (jun/2008 a dez/2008 e jan/2009 a dez/2011). Desvinculou-se do Sistema Confea/Crea para integrar o CAU-PI, no qual exerce atualmente o cargo de presidente.



Arquiteto Sanderland Coelho Ribeiro, foi conselheiro do Crea-PI de jan/2009 a dez/2011. Desvinculou-se do Sistema Confea/Crea para integrar o CAU-PI, do qual foi o primeiro presidente.

Conselheiros Regionais ao Longo dos 40 anos do Crea-PI

Arquitetos Conselheiros Efetivos

- Alberto Luiz de Melo Freitas (jan/1993 a dez/1995; jan/04 a dez/05; jan/06 a dez/08)
Ana Lúcia Ribeiro Camillo da Silveira (jan/2009 a dez/2011)
Angela Martins Napoleão Braz e Silva (nov/1989 a out/1992; jan/1999 a dez/01)
Claudiana Cruz dos Anjos (jan/2002 a dez/2004)
Emanuel Rodrigues Castelo Branco (jun/08 a dez/08; jan/09 a dez/2011)
Francisco Washington Bandeira Santos (nov./1982 a out/1985)
Fritz Miguel Morais Moura (jan/2001 a dez/2003; jan/2004 a dez/2006)
José Arimatéa Cunha Pires (nov/1976 a out/1979; nov/1985 a out/1988)
José Poli Lopes Pereira (dez/1975 a out/1976)
Maria Betânia Guerra Negreiros Furtado (jan/2011 a dez/2011)
Maria Cristina Carreiro Pereira (jan/1994 a dez/1995; jan/1996 a dez/1998; jan/2000 a dez/2000; jan/2001 a dez/2003)
Nícia Bezerra Formiga Leite (jan/2007 a dez/2009)
Raimundo de Castro Dias (nov/1976 a out/1978)
Ronaldo Pinto Marques (nov./1979 a out/1982)
Sanderland Coelho Ribeiro (jan/2009 a dez/2011)
Wilza Gomes Reis Lopes (;jan/2005 a dez/2007; jan/2008 a dez/2010)

Arquitetos Conselheiros Suplentes

- Alberto Luiz de Melo Freitas (jan/1999 a dez/2001; jan/2011 a dez/2011)
Ângela Martins Napoleão Brás e Silva (mai/1987 a out/1989)
Ernane Melo Freitas: (jan/2005 a dez/2007; jan/2008 a dez/2010)
Fabrício Escórcio Benevides (jan/2002 a dez/2004)
Francisco Alberto Costa Santos (out/2008 a dez/2009)
Francisco Washington Bandeira Santos (nov./1979 a out/1982)
Izabel Amélia Drummond Rodrigues (jan/04 a dez/05; jan/06 a dez/08)
Jacinta Francisca Lopes de Araujo Lira (jan/2009 a dez/2011)
José de Arimatéa Cunha Pires (abr/1976 a out/1976; nov./1982 a out/1985)
José Ricardo de Freitas Dias (jan/1993 a dez/1995; jan/2001 a dez/2003)
Juliana Lopes Elias (jul/2005 a dez/2006)

Karenina Cardoso Matos (jan/2007 a dez/2009)
Maria Cristina Carreira Pereira (nov/1989 a out/1992)
Maria Lúcia de Bastos Fontes (jan/1996 a dez/1997; jan/2000 a dez/2000; jan/01 a dez/03)
Paulo Henrique Campos Fernandes: (nov/1985 a out/1988)
Sílvia Maria de Goes Carvalho (jan/2001 a dez/2001)
Walber Lima Gomes Júnior (jun/2008 a dez/2008; jan/2009 a dez/2011)

Engenheiros Agrimensores Conselheiros Efetivos

Francisca Elizabeth Ferreira (nov/1989 a out/1992)
João de Deus Sousa (jan/2011 a dez/2013)
José Borges de Sousa Araújo (nov/1986 a out/1989; jan/1993 a dez/1995)
José Matias Filho (nov/1988 a out/1991)
Lúcio Vieira de Brito (jan/2010 a dez/2012)
Maria José Ferreira Damasceno Oliveira (nov/1985 a out/1986, jan/2002 a dez/2004)
Marcos Machado de Albuquerque (jan/2007 a dez/2009 ; jan/2013 a dez/2015)
Olivan Araújo Gonçalves (jan/2014 a dez/2016)
Oneida Barros Bezerra (jan/2008 a dez/2010)
Rogério de Carvalho Veras (jan/1995 a dez/1997; jan/2001 a dez/2003; jan/2005 a dez/2006 ; jan/2013 a dez/2015)
Walterwilson Carvalho Leite (jan/1999 a dez/2001; jan/2005 a dez/2007)

Engenheiros Agrimensores Conselheiros Suplentes

Acilayne Freitas de Aquino (jan/2005 a dez/2006)
Antonio Anderson dos Reis Filho (jan/1997 a dez/1997 ; jan/2013 a dez/2015)
Enrico Cabral Maggi (jul/1997 a dez/1998; jan/1999 a dez/2001)
Francisco de Assis de Sousa Almeida (nov/1982 a out/1985)
Francisco Marcelo Carvalho Mendes (jan/2011 a dez/2013 ; jan/2014 a dez/2016)
Francisco Rafael Ferreira Pereira (jan/2008 a dez/2010)



*Eng. Agrimensor
Oliván Araújo Gonçalves,
conselheiro efetivo, exercendo
atualmente o cargo de
coordenador-adjunto da
CEEAGRIM. Foi suplente por
dois períodos anteriores.*



*Eng. Agrônomo
Wilton Fontinele foi suplente
e atualmente exerce o segundo
mandato de conselheiro efetivo.
Tem participação ativa no
Conselho, tendo exercido o cargo
de 1º diretor financeiro.*



Eng. Agrônomo

Orlando Ferreira da Costa,
conselheiro efetivo representante da AEAPI, tendo sido coordenador da CEA e participado de algumas Comissões Técnicas. Atual 2º Vice-Presidente do Crea-PI e coordenador da Comissão Especial do Mérito.



Eng. Agrônomo

Francisco Sobrinho Amorim de Araújo, *conselheiro representante da AEAPI, entidade da qual foi presidente. Foi coordenador da CEA e tem destacada atuação em Comissões Técnicas.*

Francisco Soares Barbosa (jan/1995 a dez/1997, jan/2001 a dez/2003)

Guilherme Muller Filho (nov/1989 a out/1992)

José Borges de Sousa Araújo (nov/1984 a out/1987)

José Lincoln de Sousa Menezes (mai/1983 a out/1985; nov/1985 a out/1988)

Lúcia de Fátima de S. Santos (jan/2002 a dez/2004)

Olivan Araujo Gonçalves (jan/2010 a dez/2012 ; jan/2013 a dez/2013)

Paulo Henrique Gomes Lima (jan/2005 a dez/2007)

Rogério de Carvalho Veras (nov/1985 a out/1988; jan/2007 a dez de 2009)

Walterwilson Carvalho Leite (jan/1993 a dez/1995)

Valmir da Costa e Silva (nov/1986 a out/1989)

Engenheiros Agrônomo Conselheiros Efetivos

Adelmário Cavalcanti Nogueira (jan/1991 a dez/1993; jan/1996 a dez/1998)

Amilcar Ximenes de Albuquerque (nov/1984 a out/1986)

Almir Bezerra Lima (nov/1987 a out/1990)

Antonio Manoel Gayoso e Almendra Castelo Branco Filho (dez/1975 a out/1976; nov/1977 a out/1980)

Arnaud Azevêdo Alves (jan/2013 a dez/2014 ; jan/2015 a dez/2017)

Avelar Damasceno Amorim (jan/2006 a dez/2008; jul/2009 a dez/2011).

Benedito Serrão Salles (jan/1992 a dez/1994)

Carlos Antonio Moura Fé (nov/1987 a out/1991)

Carlos Fortes de Pádua Filho (jan/1999 a dez/1999; jan/2000 a dez/2002; jan/2008 a dez/ 2010 ; jan/2014 a dez/2016)

Celso Moreira e Silva (nov./1980 a out/1982)

Cristovam Colombo Belfort (jan/1997 a dez/1999)

Edson Câmara Italiano (jan/1997 a dez/1999)

Elias Moura Reis (nov/1988 a out/1991)

Eugênia Vitória e Silva de Medeiros (nov/1985 a out/1988)

Eugênio Celso Emérito Araújo (mar/1987 a out/1989; jan/1998 a dez/2000)

Evandro Carvalho de Aragão (jul/1983 a out/1984; nov/1984 a out/1987)

Francisco de Assis de Sousa Almeida (jan/2004 a dez/2006)

Francisco Ferreira de Lima (jan/2014 a dez/2016)

Francisco Guedes Alcoforado Filho (jan/1994 a dez/1996)

Francisco Haroldo Alves Vasconcelos (jan/1994 a dez/1995)

Francisco Sobrinho Amorim de Araújo (jan/1999 a dez/2001; mai/2002 a dez/2004; jan/2007 a dez/2009 ; jan/2011 a dez/2012 ; jan/2013 a dez/2015)

Gilberval Vieira Ferreira da Silva (jan/2011 a dez/2012)

Gonçalo Aires Filho (dez/1975 a out/1978)

Horácio Cogo Júnior (jan/1992 a dez/1994)

João Batista Lopes (jan/2009 a dez/2011)

José Augusto Tostes Guerra (abr/1979 a out/1981)

José Carvalho Rufino (jan/2015 a dez/2017)

José Crisóstomo Gomes de Oliveira (jan/1994 a dez/1996; fev/2003 a dez/2005; jan/2006 a dez/2008)

José de Araujo Costa (nov,/1980 a out/1983)

José Eduardo Bezerra (nov/1984 a out/1987)

José Evandro dos Santos Oliveira (abr/2003 a dez/2005)

José Geraldo Lopes de Melo (nov/1978 a out/1981)

José Lopes de Oliveira Filho (jul/2009 a dez/2011 ; jan/2012 a dez/2013)

José Nerivaldo de Araujo (nov,/1977 a out/1980; nov,/1982 a out/1985)

José Renato Cortez Bezerra (nov/1988 a out/1991)

José Tadeu Santos Oliveira (jan/2013 a dez/2015)

Leonardo Rodrigues Sales (mai/1993 a dez/1995)

Luciano Coelho de Oliveira (jan/2007 a dez/2009 ; jan/2011 a dez/2012)

Luis Antonio Batista Brasil (jan/2004 a dez/2006)

Luis Barros Leite Filho (jan/1991 a dez/1993)

Manoel Jaci Soares (dez/1975 a out/1976)

Márcio Antônio Sousa da Rocha Freitas (jan/2007 a dez/2009 ; jan/2013 a dez/2014)

Marcos Augusto Pires da Silva Ferreira (nov/1985 a out/1988)

Marcos Emanuel da Costa Veloso (jan/1995 a dez/1997; jan/1998 a dez/2000)

Maria do Socorro Moraes Vasconcelos Ribeiro (jan/2006 a dez/2008)

Mário Genário Cavalcanti (jan/2008 a dez/2010)

Orlando Ferreira da Costa (jan/1994 a dez/ 1996; jan/2004 a dez/2006 ; jan/2012 a dez/2014 ; jan/2015 a dez/2017)

Otávio Pierote Filho (nov/1988 a out/1991; jan/1992 a dez/1994; jan/2005 a dez/2007)

Paulo Murilo Soares Moreira Lima (ago/1997 a dez/1999)



Eng. Agrônomo
Arnaud Azevêdo Alves,
*exerce o segundo mandato de
 conselheiro, sendo coordenador
 da Comissão Permanente
 de Educação e Legislação
 Profissional, além de participar de
 algumas Comissões Técnicas.*



Eng. Agrônomo
Avelar Damasceno Amorim,
*ex-conselheiro. Teve destacada
 atuação no Crea-PI, tendo
 participado de cargos na
 Diretoria e coordenador da
 CEA, além de Comissões
 Técnicas. Foi presidente por
 três mandatos da AEAPI. Foi
 galardoado pelo Crea-PI com a
 Láurea ao Mérito 2015.*



Eng. Agrônomo
João Batista Lopes,
ex-conselheiro, professor do
Centro de Ciências Agrárias da
UFPI. Exerceu os cargos de
2º vice-presidente e 2º diretor
administrativo do Crea-PI,
além de participar de algumas
Comissões Técnicas.



Eng. Agrônomo
Mário Genário Cavalcante,
ex-conselheiro representante da
AEAPI, tendo sido coordenador
da CEA e participado de algumas
Comissões Técnicas.



Eng. Agrônomo
José Lopes de Oliveira Filho,
ex-conselheiro representante do
SENGE/PI. Participou como
membro de algumas Comissões
Técnicas.

Paulo Roberto Santos Carvalho (jan/1991 a dez/1993)

Raimundo Nonato de Araújo (jan/2005 a dez/2007 ; jan/2012 a dez/2013)

Raimundo Ulisses de Oliveira Filho (nov/1989 a out/1992; jan/1995 a dez/1997;

jan/2000 a dez/2002; jul/2003 a dez/2004 ; jan/2011 a dez/2012 ; jan/2013 a dez/2014)

Rosa Lúcia Rocha Duarte (jan/1997 a dez/1999)

Vicente Paulo Gomes (nov,/1981 a out/1984)

Wilson Pedreira de Albuquerque Alcântara (abr/1979 a out/1981)

Wilton Fontinele (jan/2011 a dez/2013 ; jan/2014 a dez/2016)

Engenheiros Agrônômicos Conselheiros Suplentes

Adriana Chagas Barreto (jan/2013 a dez/2015)

Agustinho Valente de Figueiredo (jan/1991 a dez/1993)

Arnaud Azevedo Alves (jan/2009 a dez/2011)

Avelar Damasceno Amorim (jan/1995 a dez/1996)

Bem-Tem de Soares e Martins (mai/2002 a dez/2004)

Carlos Antonio Moura Fé (jan/1994 a dez/1996)

Carlos Domingos de Andrade Batista (jan/2008 a dez/2010 ; jan/2014 a dez/2016)

Celso Moreira e Silva (nov,/1979 a out/1980)

Cristóvam Colombo Belfort (jan/1994 a dez/1996)

Demerval Martins dos Santos (jan/2012 a dez/2013)

Edgard Ferreira da Costa (jul/1983 a out/1984)

Edmílson Ferreira da Costa (jan/2012 a dez/2013)

Edmilson Ferreira de Sousa (jan/1994 a dez/1996; jul/2003 a dez/ 2004)

Edson Basílio Soares (dez/1975 a out/1976)

Eduardo Otelo da Mota Coqueiro Neto (jan/1992 a dez/1994)

Elivaldo Ribeiro Barbosa (jan/1994 a dez/1994)

Evandro Carvalho de Aragão (fev/2003 a dez/2005; jan/2006 a dez/2008)

Eugênia Vitória E. S. de Medeiros (nov/1988 – out/1991)

Francisco Baltazar Ferreira Facó (jan/2004 a dez/2006)

Francisco Batista Pontes (jan/1992 a dez/1993; jan/2008 a dez/2010)

Francisco Chaves Cavalcante (abr/2003 a dez/2005)

Francisco das Chagas da Silva Lira (jan/2013 a dez/2015)

Francisco de Assis Filho (jan/1998 a dez/2000)

Francisco de Assis Portela e Castro Veloso (jun/2007 a dez/2009 ; jan/2011 a dez/2012 ; fev/2015 a dez/2017)

Francisco de Assis de Sousa Almeida (nov/1982 a out/1985)

Francisco de Sousa Batista (nov/1987 a out/1990)

Francisco Ferreira de Lima (nov/1978 a out/1981)

Francisco Guedes de Alcoforado Filho (jun/1997 a dez/1998)

Francisco Modesto de Carvalho Junior (jan/1994 a dez/1996)

Gilberto Pedreira Santiago (jan/2011 a dez/2013 ; jan/2014 a dez/2016)

Gilberval Vieira Ferreira da Silva (jan/2008 a dez/2009)

Hermes Rodrigues de Melo (nov/1985 a out/1988; jan/1999 a dez/2001)

Horácio Cogo Júnior (jan/1991 a dez/1993; ago/1997 a dez/1999)

Humberto Mendes Feitosa (jan/1999 a dez/1999)

Jerônimo Permínio de Sousa Filho (jan/1991 a dez/1993)

Joaquim de Sousa Miranda (jan/2011 a dez/2012)

José Aduino Olímpio (jan/2014 a dez/2016)

José Alves da Silva Câmara (jan/1998 a dez/2000)

José Augustinho de Carvalho Neto (jan/1999 a dez/1999; jan/2000 a dez/2002)

José Carvalho Cordeiro (jan/1997 a dez/1999)

José Crisóstomo Gomes de Oliveira (jan/1992 a dez/1994)

José Joviniano Lopes (nov/1984 a out/1987)

José Lopes de Oliveira Filho (nov/1989 a out/1992)

José Luiz Machado (nov/1984 a out/1986)

José Nerivaldo de Araújo (dez/1975 a out/1976)

José Nogueira Leopoldino (nov/1977 a out/1978)

José Raimundo Monteiro Machado (jan/1997 a dez/1999)

José Tadeu Santos Oliveira (jan/2005 a dez/2007 ; jan/2011 a dez/2012)

Karlyson Sousa Carvalho (jan/2013 a dez/2015)

Leonardo Rodrigues Sales (jan/1992 a dez/1994)

Litercilio de Lima Macêdo (jan/2007 a dez/2009)

Lívia Maranhão Santos Rocha da Silva (nov/1984 a out/1987)



Eng. Agrônomo
José Tadeu Santos Oliveira
foi suplente e atualmente exerce o primeiro mandato de conselheiro efetivo.



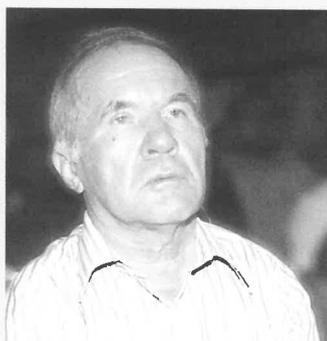
Eng. Agrônomo
José Carvalho Rufino,
ex-coordenador do DNOCS, no Piauí. Exerce o primeiro mandato de conselheiro (2015-2017), sendo atualmente o 2º diretor administrativo do Crea-PI.



Eng. Civil

José Napoleão Filho,

Exerce o primeiro mandato de conselheiro, tendo atuado como membro das Comissão Permanente do Conselho Editorial e da Comissão Especial do Mérito. Foi presidente do Clube de Engenharia do Piauí por dois mandatos.



Eng. Civil

José Mizaél de Aquino,

Exerce atualmente o primeiro mandato de conselheiro efetivo, após ter sido suplente em período anterior. Foi presidente do Clube de Engenharia do Piauí.



Eng. Civil

Afonso José Reis Antão,

Exerce o segundo mandato de conselheiro efetivo como representante da ASPENP. Foi o primeiro inspetor chefe da Inspeção de Picos.

Lucas Bittencourt da Silva (jan/2012 a dez/2014)
Luciano Nunes dos Santos (nov./1980 a out/1983)
Luis Alfredo Pinheiro Leal Nunes (fev/2015 a dez/2017)
Luiz Carlos de Melo Júnior (jan/ a dez/1997)
Márcio Antonio Sousa da Rocha Freitas (fev/2006 a dez/2006)
Marcos Lopes Teixeira Neto (jan/2005 a dez/2007)
Maria de Lourdes Barbosa dos Santos (nov./1985 a out/1988)
Matias Augusto de Oliveira Matos (dez/1975 a out/1978)
Milcíades Gadelha de Lima (nov/1988 a out/1991)
Raimundo Nonato de Araújo (jul/2009 a dez/2011)
Rinaldo Valença da Mota (nov/1978 a out/1981)
Rogério Pereira Fonsêca (jan/2007 a dez/2009)
Rosalvo Lopes da Costa (jan/2006 a dez/2008)
Orlando Ferreira da Costa (abr/2003 a dez/2003 ; jan/2011 a dez/2012)
Otávio Pierote Filho (jan/1996 a dez/1998)
Palmos Berger Cordeiro da Costa (jan/2013 a dez/2015)
Paulo Fernandes Fortes Filho (nov/1998 a out/1991)
Paulo Henrique Soares da Silva (nov/1988 a out/1991).
Raimundo Ulisses de Oliveira Filho (mar/1987 a out/1989)
Sérgio Ricardo Soares Viana (jan/2006 a dez/2008)
Teresinha Frota de Carvalho (jan/1997 a dez/1999)
Walter Almeida de Sousa (jan/2000 a dez/2002)
Wilton Fontenele (jan/1994 a dez/1994; jan/2007 a dez/2009)
Valdenir Queiroz Ribeiro (nov./1981 a out/1984)
Valderi Vieira da Silva (nov/1977 a out/1980)

Engenheiros Civis Conselheiros Efetivos

Afonso José Reis Antão (jan/2011 a dez/2013 ; jan/2014 a dez/2016)

Alcides Eulálio Nunes (jan/2000 a dez/2002)

Agenor de Carvalho Pinheiro (dez/1975 a out/1976; jan/1979 a out/1979)

Antonio Francisco Militão Rufino (jan/2004 a fev/2006; jan/2008 a dez/2010 ; jan/2011 a dez/2013)

Antônio Rufino Filho (jan/2013 a dez/2013)

Antônio Trindade Barros (mai/1983 a out/1985; nov/1985 a out/1988)

Aurino César de Barros Nunes (jan/1995 a dez/1997)

Baltasar Melo Filho (nov/1984 a out/1987)

Benício Alves Neto (jan/1991 a dez/1993; jan/1994 a dez/1996; jan/1999 a dez/2001; jan/2007 a abr/2008)

Carlos Alberto Rocha Costa (jan/1996 a dez/1998; jan/2002 a dez/2004; jan/2008 a dez/2010 ; jan/2011 a dez/2013)

Carlos de Souza Neto (nov/1988 a out/1991)

Carlos Roberto Oliveira Jales de Carvalho (jan/1996 a dez/1998)

Carlos Roldão de Macau Furtado (nov/1988 a out/1991; jan/1993 a dez/1995; jan/1996 a dez/1998)

Cid de Castro Dias (nov./1981 a out/1984)

Claceana Maria Monteiro de Araújo Pinheiro Landim (jan/1994 a dez/1995; jan/1999 a dez/2001)

Cleto Augusto Baratta Monteiro (jan/2004 a dez/2006 ; jan/2011 a dez/2013)

Daniel Mendes Rodrigues (jan/1996 a dez/1998; jan/1999 a dez/2001; jan/2005 a dez/2006)

Edivar Martins de Deus (jan/1995 a dez/1997)

Eduardo Antonio de Melo e Alvim Martins Vieira (nov/1987 a out/1990)

Evaldo Antonio da Luz (nov/1986 a out/1989; nov/1989 a out/1992)

Fernando Drumond Ribeiro Gonçalves (nov./1985 a out/1987; fev/2003 a dez/2005)

Francisco Assis de Sousa Leal (jan/2000 a dez/2002; fev/2003 a dez/2005; jan/2007 a dez/2008; jan/2010 a dez/2012; jan/2014 a dez/2016)

Francisco de Assis Carvalho (jan/2014 a dez/2014 ; jan/2015 a dez/2017)

Francisco Carlos Torres Silva (jan/2013 a dez/2015)



Eng. Civil
Teodoro da Silva Reinaldo,
Exerce o segundo mandato de conselheiro efetivo, tendo sido suplente em período anterior. Atual 1º vice-presidente.



Eng. Civil
Francisco Carlos Torres Silva,
Exerce atualmente o segundo mandato de conselheiro efetivo, tendo sido coordenador da CEEC e 2º vice-presidente. Atual coordenador adjunto da CEEC.

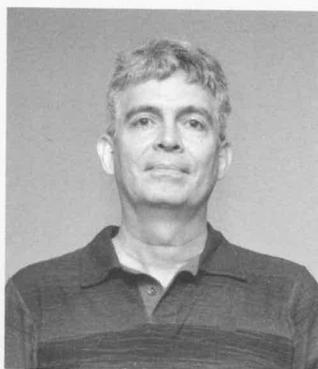


Eng. Civil
Francisco de Assis Carvalho,
representante do IPIAPE, foi suplente e atualmente exerce o segundo mandato de conselheiro efetivo.



Eng. Civil

Raimundo José da Silva Santos,
Exerce o primeiro mandato de
conselheiro efetivo representando o
SENGE-PI, tendo sido suplente em
dois períodos anteriores.



Eng. Civil

Herbert dos Santos Matos Jr.
*Conselheiro suplente em três
períodos, sempre exercendo
a titularidade em algumas
oportunidades.*



Eng. Civil

Francisco Sergil de Castro Araújo,
*Foi suplente e atualmente exerce
o segundo mandato de conselheiro
efetivo. Coordenador adjunto da
Comissão Permanente do Conselho
Editorial, além de participar da
Comissão de Meio Ambiente como
membro.*

Francisco de Sousa Neto (jan/1992 a dez/1994; jan/1998 a dez/1998)

Francisco Luis Costa Sousa (jan/1997 a dez/1999; jan/2005 a dez/2007)

Francisco Sergil de Castro Araújo (jan/2014 a dez/2014 ; jan/2015 a
dez/2017)

Hélio Ricardo de Holanda Barroso (jan/1993 a dez/1995)

João Alberto Area Leão de Moraes e Silva (nov/1976 a dez/1978;
nov./1980 a out/1983)

João Bosco Madeira Campos (nov./1979 a out/1982)

João de Deus Sousa (jan/2014 a dez/2014)

João José da Luz (jan/1998 a dez/2000)

Jorge André Gomes Machado (jan/2009 a dez/2011)

José Borges de Sousa Araújo (jan/2000 a dez/2002, fev/2003 a out/2005)

José Fernando Rosas Leite Pereira (jan/2008 a dez/2010)

José Mendes de Sousa Moura (jan/2007 a dez/2009; jan/2010 a
dez/2012)

José Mizael de Aquino (jan/2014 a dez/2016)

José Napoleão Filho (jan/2013 a dez/2015)

José Raimundo Neto (jan/1998 a dez/2000; jan/ 2001 a dez/2003;
jan/2005 a dez/2007; jan/2008 a dez/2010)

José Rebelo Fortes (jan/2002 a dez/2004)

José Ribamar Bastos (jan/1994 a dez/1996; jan/1997 a dez/1999)

Júlio Rodrigues de Brito Filho (jan/2006 a dez/2008)

Lailson Ancelmo (jan/2015 a dez/2017)

Luiz Adolpho Reys Facchinetti (dez/1975 a out/1977)

Luiz Henrique Pereira Facchinetti (jan/2008 a dez/2010)

Manoel Coelho Soares Filho (jan/1998 a dez/2000)

Marcelo Gonçalves Nunes de Oliveira Moraes (nov/1987 a out/1990;
jan/1991 a dez/1993; jan/1995 a dez/1997)

Márcia Maria Vasconcelos (jan/2005 a dez/2007)

Maria de Fátima Cordeiro Ferreira (jul/2008 a dez/2009 ; jan/2011 a
dez/2012)

Maria do Socorro Gomes Araripe Seabra (jan/2004 a dez/2006; jan/2007
a mar/2008 ; jan/2015 a dez/2017)

Maria Dulcilene Mourão Leite (nov/1988 a out/1990; jan/1991 a
dez/1993)

Mércia Maria Teixeira Bezerra (fev/2006 a dez/2006)

Olivaldo Gomes de Sousa (nov/1985 a out/1988)

Paulo Afonso Brandão Alexandrino (jan/1998 a dez/2000; jan/2002 a dez/2004; jan/2005 a dez/2007 ; jan/2011 a dez/2013 ; jan/2014 a dez/2016)

Paulo de Tarso Cronemberger Mendes (jan/1992 a dez/1994)

Paulo de Tarso de Moraes Trindade de Carvalho (nov/1983 a out/1987)

Paulo Nunes Cordeiro (jan/2012 a dez/2014)

Paulo Roberto Ferreira de Oliveira (ago/2006 a dez/2008; jan/2009 a dez/2011)

Paulo Sérgio Santos Lopes (jan/2005 a dez/2007; jan/2008 a dez/2010)

Rafael Victor Carvalho do Rêgo Monteiro (nov/1978 a out/1981)

Raimundo José da Silva Santos (jan/2014 a dez/2016)

Raimundo Mendes de Carvalho Filho (nov/1977 a out/1980)

Raimundo Mozart Correia Filho (jan/1994 a dez/1996)

Rangel de Moura Barbosa (jan/2004 a dez/2006; jan/2007 a dez/2009)

Reginaldo Rufino Leal (jan/1992 a dez/1994; jan/1995 a dez/1997; jan/1999 a dez/2001, jan/2002 a dez/2004 ; jan/2013 a dez/2015)

Ricardo Barbosa de Freitas (mar/2008 a dez/2009)

Roberto Pires Rebelo Gayoso Freitas (nov./1982 a out/1985)

Rogério Lopes de Moura Fé (ago/1993 a dez/1993)

Sigefredo Pacheco Sobrinho (dez/1975 a out/1978)

Simon Bolívar Maia Mendes (jan/2004 a dez/2006)

Teodoro da Silva Reinaldo (jan/1997 a dez/1999 ; jan/2013 a dez/2015)

Vital Teotônio Luz (nov/1988 a out/1991; jan/1992 a dez/1994)

Engenheiros Civis Conselheiros Suplentes

Abelardo Cerqueira de Moura Bezerra (jan/2014 a dez/2016)

Abib Salim Tajra Neto (mar/2008 a dez/2009)

Alexandre Alves Lima (jan/2011 a dez/2012)

Amaury Barbosa Ribeiro (jan/1992 a dez/1994)

Antonio de Pádua Costa Rocha (jan/2005 a dez/2007; fev/2008 a dez/2010)

Antonio Francisco Militão Rufino (jan/2002 a dez/2003)

Antonio Henrique de Carvalho Pires (jul/2005 a dez/2007)



Eng. Civil

Luiz Henrique Pereira Facchinetti,
conselheiro efetivo (2008-2010) e atual suplente. Foi coordenador da Comissão Permanente de Segurança do Trabalho.



Eng. Civil

Herbert Soares Lima
conselheiro suplente, exercendo a titularidade atualmente.



Eng. Civil

Jorge André Gomes Machado,
conselheiro efetivo (2009-2011) e atual suplente, sempre representando o IPIAPE. Foi coordenador da Comissão Permanente de Renovação do Terço.



Eng. Civil

José Raimundo Neto Exerceu quatro mandatos de conselheiro efetivo. Foi presidente do Clube de Engenharia do Piauí (1999-2001). No Crea-PI foi 1º vice-presidente por dois anos (2006 e 2007), além de coordenador adjunto da CEEC.



Eng. Civil

Antônio Francisco Militão Rufino. Ex-conselheiro efetivo por dois mandatos, tendo exercido o cargo de 1º diretor administrativo.



Eng. Civil

Paulo Sérgio Santos Lopes, ex-conselheiro representante da ASPENP.

Antonio Martins de Oliveira Furtado Filho (jan/1995 a dez/1997)

Antonio Raimundo de Brito (nov/1988 a out/1991)

Antônio Rufino Filho (jan/2011 a dez/2012)

Aurino César de Barros Nunes (jan/1992 a dez/1994)

Augusto Cesar Basílio Soares (nov/1982 a out/1985)

Ayrton José da Costa Luz (jan/2014 a dez/2016)

Carlos Alberto Rocha Costa (jan/1994 a dez/1995)

Carlos Roberto Oliveira Jales de Carvalho (jan/1994 a dez/1995; jan/2002 a dez/2004)

Cenira Torres Viana Vieira de Alencar (jan/2007 a mai/2007)

Claceana Maria Monteiro de Araújo Pinheiro Landim (jan/1997 a dez/1999)

Cleto Augusto Baratta Monteiro (jan/2007 a dez/2008)

Daniel Mendes Rodrigues (jan/1994 a dez/1996)

Demóstenes Ribeiro Gonçalves Filho (jan/1995 a dez/1997)

Deolindo Matos e Silva Neto (jan/2002 a dez/2004)

Durval Mendes de Carvalho Filho (jan/1996 a dez/1998)

Edêniton Barros de Deus Nunes (jan/2007 a dez/2009)

Edgar Carneiro Machado (dez/1975 a out/1978)

Edgar dos Santos Bandeira (fev/2003 a dez/2005)

Eduardo Pedreira de Albuquerque Martins (jan/2000 a dez/2002)

Eluzirton Barros de Deus Nunes (jan/1995 a dez/1997)

Estevam Ferreira Neto (jan/1998 a dez/2000)

Fernando Drumond Ribeiro Gonçalves (jan/1998 a dez/2000; jan/2006 a dez/2006)

Fernando José Guimarães Ferreira (ago/2008 a dez/2009)

Francisco Alves dos Santos Filho (jan/2014 a dez/2014) Francisco Assis de Sousa Leal (jan/1998 a dez/1999)

Francisco Antônio de Amorim Aguiar (jan/2009 a dez/2011)

Francisco da Costa Araújo Neto (jan/2004 a dez/2006)

Francisco das Chagas Batista Neto (jan/1995 a dez/1997)

Francisco de Assis Carvalho (jan/2012 a dez/2013)

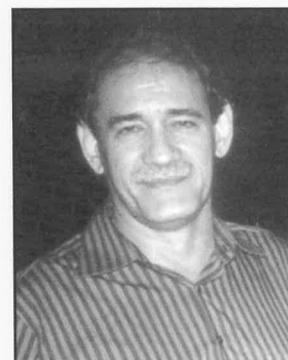
Francisco de Sousa Neto (jan/1996 a dez/1998)

Francisco Gabriel de Sousa (jan/2005 a dez/2007)

Francisco Luís Costa Sousa (jan/1993 a dez/1995; fev/2003 a dez/2004)

Francisco Sergil de Castro Araújo (jan/2010 a dez/2012)

Francisco Soares Pitombeira (jan/2004 a dez/2006; jan/2007 a mar/2008)
Francisco Ubirajara de Medeiros Cavalcante (abr/1993 a dez/ 1995)
Francisco Vieira de Sousa (abr/1993 a dez/1995)
Geraldo Magela de Meneses Filho (fev/2003 a dez/2005)
Hélen Pereira da Silva (jan/2000 a dez/2002)
Herbert Clifton de Lemos (jan/1991 a dez/1993)
Herbert dos Santos Matos Júnior (jan/1996 a dez/1998 ; jan/2014 a dez/2014 ; jan/2015 a dez/2017)
Herbert Soares Lima (jan/2015 a dez/2017)
Hildeberto dos Santos Araújo (nov/1978 a out/1981)
Jackson Ronaldo Pagels de Sá (nov/1979 a out/1982)
João Batista de Melo Vieira (nov/1989 a out/1992)
João Nunes da Silva Neto (nov/1988 a out/1991)
Joaquim Carlos Coelho de Oliveira (jan/1998 a dez/1999)
Joaquim Elias Assunção Araújo (jan/1999 a dez/2001)
Jorge André Gomes Machado (jan/2015 a dez/2017)
José Antônio Cardoso Paz (nov/1988 a out/1991; jan/1992 a dez/1994)
José Avelar Furtado Barros (jan/2005 a dez/2006; fev/2008 a dez/2010)
José Carlos Pires de Carvalho Fortes Castelo Branco (dez/1975 a out/1976)
José Aguiar Melo (nov/1985 a out/1988)
José Faustino Lopes de Sousa (jan/2006 a dez/2008; jan/2007 a dez/2009)
José Fernando Rosas Leite Pereira (out/2005 a dez/2005)
José Gramosa da Silva Sobrinho (jan/2008 a dez/2010)
José Geraldo de Oliveira Ferro (nov/1988 a out/1991)
José Hudson Ferreira Barros (jan/2014 a dez/2016)
José João de Magalhães Braga Júnior (jan/1996 a dez/1998)
José Leonício Pereira da Rocha (nov/1980 a out/1983)
José Mendes de Sousa Moura (nov/1985 a out/1987)
José Mizael de Aquino (jan/2005 a dez/2007; jan/2008 a dez/ 2010)
José Raimundo Neto (jan/1996 a dez/1998; jan/1997 a dez/1999)
José Rebelo Fortes (jan/1999 a dez/2001)
José Ribamar Alves Ferreira (jan/2013 a dez/2015)
José Ribamar Bastos (jan/2004 a dez/2004; jan/2005 a dez/2007)
Laílson Ancelmo (jan/2013 a dez/2014)



Eng. Civil
Fernando Drumond Ribeiro Gonçalves, *calculista, professor do Centro de Tecnologia da UFPI, ex-conselheiro do Crea-PI. Foi homenageado com a Medalha Láurea ao Mérito 2012.*



Eng. Civil
José Fernando Rosas Leite Pereira, *Ex-conselheiro representante do SENGE-PI, tendo exercido o cargo de coordenador da Comissão de Ética Profissional.*



Eng. Civil
Benício Alves Neto (*em memória*), *ex-conselheiro.*



Eng. Civil
Carlos Alberto Rocha Costa. (i.m.)
Foi 1º vice-presidente do Clube de Engenharia do Piauí. No Crea-PI exerceu três mandatos de conselheiro, tendo sido coordenador da CEEC e 1º diretor administrativo. Faleceu em dezembro de 2012



Eng. Civil
Cleto Augusto Baratta Monteiro
Professor da UFPI, com doutorado em Engenharia Civil, área de Saneamento Ambiental. Teve dois mandatos de conselheiro. Foi laureado com a medalha Láurea ao Mérito 2015 do Crea-PI..



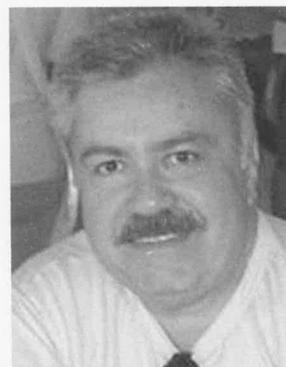
Eng. Civil
Ricardo Barbosa de Freitas,
especialista em planejamento de transporte e tráfego. Ex-conselheiro do Crea-PI.

- Ledival Bernardes Bezerra (nov/1987 a out/1990; jan/1991 a dez/1991)
- Lúcio Vieira de Brito (mai/2006 a dez/2006)
- Luiz Henrique Pereira Facchinetti (jan/2011 a dez/2013 ; jan/2014 a dez/2016)
- Manoel Coelho Soares Filho (jan/2011 a dez/2013)
- Manoel Gustavo Costa de Aquino (jan/2015 a dez/2017)
- Márcia Leitão Fraga (jul/1976 a out/1977)
- Marcílio Bona Andrade (jan/1998 a dez/2000)
- Maria de Fátima Cordeiro Ferreira (mai/2008 a jul/2008)
- Maurício Pereira do Rêgo Monteiro (nov/1980 a out/1983)
- Mauro Antonio Ribeiro de Sousa Almeida (jan/2000 a dez/2002)
- Mércia Maria Teixeira Bezerra (jan/2004 a fev/2006)
- Olivaldo Gomes de Sousa (jan/1992 a dez/1994)
- Paulo Afonso Brandão Alexandrino (jan/1994 a dez/1996; jan/1997 a dez/1999)
- Paulo Afonso de Oliveira e Silva (jan/2004 a dez/2006)
- Paulo Afonso Matos de Carvalho (nov/1983 a out/1986; jan/1997 a dez/1999)
- Paulo Araújo de Sampaio (jan/2005 a dez 2007)
- Paulo de Tarso Cronemberger Mendes (jan/2004 a dez/2006)
- Paulo de Tarso Morais Trindade Carvalho (jan/1999 a dez/2001)
- Paulo Henrique Alves do Nascimento (jan/1999 a dez/2001)
- Paulo Nunes Cordeiro (ago/2006 a dez/2008)
- Paulo Rocha de Pádua (nov/1986 a out/1989; nov/1987 a out/1990)
- Pedro Augusto da Cunha Freire (nov/1977 a out/1980)
- Pedro Wellington Gonçalves do Nascimento Teixeira (abr/2008 a dez/2009)
- Rafael Victor Carvalho do Rêgo Monteiro (nov/1978 a out/1981)
- Raimundo José da Silva Santos (jan/2008 a dez/2010 ; jan/2011 a dez/2013)
- Raimundo Nonato Santos Neto (jan/2014 a dez/2016)
- Rangel de Moura Barbosa (jan/1998 a dez/2000 ; jan/2011 a dez/2013)
- Reginaldo Rufino Leal (jan/2010 a dez/2012)
- Ricardo Barbosa de Freitas (mai/2007 a mar/2008)
- Rogério Lopes de Moura Fé (nov/1988 a out/1991; jan/1991 a dez/1993)
- Romeu Benício Maia (jan/2002 a dez/2004)

Sérgio Francisco Silva Teive (jan/1993 a dez/1995)
Simon Bolívar Maia Mendes (ago/2008 a dez/ 2010)
Teodoro da Silva Reinaldo (jan/2009 a dez/2011)
Urias Gonzaga do Nascimento (jan/1996 a dez/1998)
Vital Teotônio Luz (jan/2007 a mai/2008)

Engenheiros Eletricistas Conselheiros Efetivos

Aldy Soares Pessoa (set/1977 a out/1978; nov/1978 a dez/1981)
Antonio Galdêncio da Silva (ago/2005 a dez/2006; jan/2007 a dez/2009)
Armando Pires Rebelo Gayoso Freitas (nov/1988 a out/1991)
Carlos Alberto do Rêgo Monteiro Sobral (dez/1976 a out/1978)
Carlos Majuara de Albuquerque Sena (jan/2006 a dez/2007)
Carlos Tadeu Guedes de Moraes (fev/2003 a dez/2005)
Expedito Leite Chaves Filho (jan/2008 a dez/2008)
Fabriciano Louchard da Cunha (jan/1992 a dez/1994; jan/2001 a dez/2003;
jan/2005 a dez/2007)
Francisco Carlos Nogueira da Costa (jan/1994 a dez/1996; jan/1997 a
dez/1999)
Antonio Galdencio da Silva (jan/2007 a dez/2009)
Gustavo Conde Medeiros (nov/1987 a out/1990)
João José Chaves Melo (jan/2004 a dez/2006)
Joselito Félix Silva Filho (jan/1995 a dez/1997; jan/2000 a dez/2002)
José Maria Anastácio Souza (jan/1991 a dez/1993; jan/2008 a dez/2010)
José William Trindade de Carvalho (nov/1976 a out/1978)
Magnaldo de Sá Cardoso (nov/1981 a out/1984)
Marcus David da Silva Holanda (jan/2013 a dez/2014 ; jan/2015 a
dez/2017)
Mauricio Costa Medeiros (nov/1984 a out/1987)
Moacyr Freitas de Almendra Gayoso Júnior (jan/2000 a dez/2002; jan/2010
a dez/2012 ; jan/2013 a dez/2015)
Valdir Guimarães Coelho (jan/1998 a dez/2000)



Eng. Civil
Júlio Rodrigues de Brito Filho,
*ex-conselheiro e ex-inspetor da
Inspeção de Picos. Foi Diretor
Geral do DER-PI.*



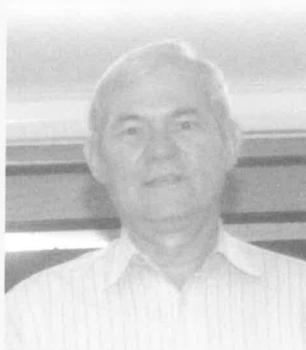
Eng. Civil
Francisco Assis de Sousa Leal.
*Exerce atualmente o quinto
mandato de conselheiro, tendo
sido coordenador da CEEC, da
qual também foi coordenador
adjunto. Foi 2º vice-presidente.*



Eng. Civil
Rangel de Moura Barbosa,
*ex-conselheiro representante da
ASPENP.*



Eng. Eletricista
Fabriciano Louchard da Cunha, ex-conselheiro com larga prestação de serviço ao Regional.



Eng. Eletricista
José Maria Anastácio Souza, ex-conselheiro e ex-coordenador da Câmara Especializada de Engenharia Elétrica.



Eng. Eletricista
Antônio Galdêncio da Silva, ex-conselheiro e ex-coordenador da Câmara Especializada de Engenharia Elétrica.

Engenheiros Eletricistas Conselheiros Suplentes

- Agostinho Martins de Araújo Campos (jan/1991 a out/1991)
Carlos Alberto Guimarães Alencar (jan/2001 a dez/2003)
Carlos Majuara de Albuquerque Sena (jan/1992 a dez/1994)
Carlos Tadeu Guedes de Moraes (jan/2010 a dez/2012)
Edilson Pereira Uchôa (mar/2009 a dez/2011)
Expedito Leite Chaves Filho (jan/2006 a dez/2007)
Fabriciano Louchard da Cunha (nov/1988 a out/1991)
Francisco das Chagas Lages de Carvalho (nov/1977 a out/1978; nov/1978 a out/1981)
Hélio Correia Lima (jan/2002 a dez/2002)
Januário Pinheiro Ramos (jan/2004 a dez/2005)
João José Chaves Melo (jan/1998 a dez/2000; fev/2003 a dez/2005)
Jorge Luiz Carneiro da Silva (jan/2004 a dez/2005)
Jorge Targa Juni (nov/1987 a out/1990; jan/2005 a dez/2007)
Joselito Félix Silva Filho (ago/2005 a dez/2006; dez/2007 a dez/2008)
José Maria Anastácio Souza (jan/1994 a dez/1996; jan/1997 a dez/1999; abr/2007 a dez/2007)
José William Trindade de Carvalho (jan/1976 a out/1976)
Magnaldo de Sá Cardoso (nov/1984 a out/1987)
Marcelo José Omena Lins Máximo (jan/1991 a dez/1993)
Maurício Costa Medeiros (nov/1981 a out/1984)
Moacyr Freitas de Almendra Gayoso Júnior (jan/2007 a dez/2009)
Pablo Kennedy Santana Santos; (jan/2015 a dez/2017)
Pedro Pearce de Oliveira Brito (jan/1998 a dez/1999)
Thiago Lages Moreira (jan/2013 a dez/2014)
Wolney Robert M. Assunção (janeiro de 1995 a dez/1997)

**Engenheiro de Pesca
Conselheiro Efetivo**

Edson Falcão Lima (jan/2015 a dez/2017)

**Engenheiro de Pesca
Conselheiro Suplente**

Edson Falcão Lima (Exercício 2011)

**Geólogos
Conselheiros Efetivos**

Elias Álvares Lima Júnior (nov/1989 a out/1992)

Francisco Batista Teixeira (jan/1991 a dez/1993; jan/1994 a dez/1996)

Jaime da Paz Filho (jan/1997 a dez/1999; jan/2000 a dez/2002)

Joaquim Arcoverde Filho (jan/2012 a dez/2014 ; jan/2015 a dez/2017)

José de Siqueira Campos (nov/1986 a out/1989)

José Iran Paiva Felinto (jan/2009 a dez/2011)

Renato Ferreira Paz Filho (nov/1985 a out/1988)

Ronildo Castelo Branco da Silveira (mai/2003 a dez/2005; jan/2006 a dez/2008)

**Geólogos
Conselheiros Suplentes**

Antonio Reinaldo Soares Filho (nov/1986 a out/1989)

Edilberto Araújo Luz (jan/2000 a dez/2002)

Francisco José Bezerra Costa (nov/1985 a out/1988)

Jaime da Paz Filho (jan/2006 a dez/2008)

Joaquim Arcoverde Filho (jan/2009 a dez/2011)

José Barbosa Lopes Filho (mai/2003 a dez/2005)

Paulo Roberto Rebelo Lages (jan/1991 a dez/1993)

Ronildo Castelo Branco da Silveira (nov/1989 a out/1992; jan/1994 a dez/1996)

Ossian Otávio Nunes (jan/1997 a dez/1999)

Valmir Batista (jan/2015 a dez/2017)

Willami Soares de Mesquita (jan/2012 a dez/2014)



Geólogo

Joaquim Arcoverde Filho

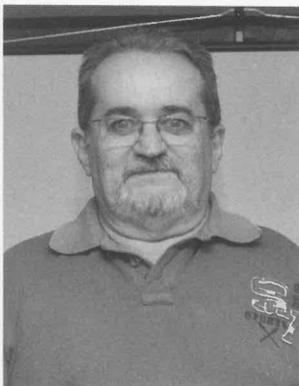
foi suplente e atualmente exerce o segundo mandato de conselheiro efetivo. Tem participação ativa no Conselho, exercendo atualmente o cargo de 2º diretor financeiro.



Geólogo

Jaime da Paz Filho,

ex-conselheiro, participou da Diretoria do Clube de Engenharia do Piauí.



Ronald do Monte Santos *exerce o segundo mandato de conselheiro efetivo. Atualmente é membro da Comissão Permanente de Segurança do Trabalho do Crea-PI.*

Engenheiro Químico Conselheiro Efetivo

Antonio Florentino de Souza Filho (jan/2002 a dez/2004)

Engenheiro Químico Conselheiro Suplente

Francesco das Chagas Alves (jan/2002 a dez/2004)

Engenheiros Mecânicos Conselheiros Efetivos

Benedito Veras Batista Neto (jan/1993 a dez/1995; jan/2002 a dez/2004)

Celso Martins Cunha Filho (nov/1980 a out/1983; nov/1983 a out/1984)

Dorival Mendes Rodrigues (jan/1996 a dez/1998; jan/1999 a dez/2001; jan/2005 a dez/2007; jan/2008 a dez/2010)

Francisco das Chagas Sousa Pontes (nov/1977 a out/1980; nov/1989 a out/1992)

Francisco José Patrício Franco (nov/1986 a out/1989)

Rodrigo Mendes Ferraz (dez/1975 a out/1977)

Ronald do Monte Santos (jan/2011 a dez/2013 ; jan/2014 a dez/2016)

Engenheiros Mecânicos Conselheiros Suplentes

Antonio Cavalcanti de Oliveira (nov/1983 a out/1986)

Benedito Veras Batista Neto (mar/1992 a dez 1992; jan/1999 a dez/1991; jan/2005 a dez/2007)

Celso Martins Cunha Filho (jan/2002 a dez/2004)

Claudio Bertolaso do Valle (jan/1996 a dez/1998)

Dorival Mendes Rodrigues (jan/1993 a dez/1995 ; jan/2014 a dez/2016)

Flávio Henrique Cavalcanti Araújo Luz (jan/2008 a dez/2010 ; jan/2011 a dez/2013)

Francisco das Chagas Sousa Pontes (nnov/1980 a out/1983)

Francisco Romildo Boto de Aguiar (nov/1989 a out/1992)

Frederico Nunes Mendes de Carvalho (dez/1975 a out/1977)

Manoel Coelho Lapa (mar/1997 a dez/1998)

Marcos Vinicius Medeiros Costa (nov/1986 a out/1989)

Rodrigo Mendes Ferraz (nov/1977 a out/1980)



Eng. Mecânico

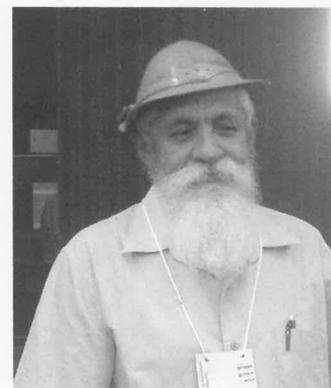
Dorival Mendes Rodrigues *foi coordenador adjunto nacional da Coordenadoria Industrial (2009). Ex-conselheiro, ex-coordenador da CEAGMM. Atual suplente de conselheiro.*

Técnicos Conselheiros Efetivos

- Álvaro Nolleto de Souza – Eletrotécnica – (jan/2009 a dez/2011)
Cirila Lopes dos Santos Borges - Elétrica (jan/2012 a jun/2013)
Cláudia Ribeiro Gonçalves – Edificações (jan/2013 a jun/2013)
Francisco Barbosa de Aquino – Técnico Agrícola – (jan/2000 a dez/2002)
Jean Carlos Rodrigues de Brito – Edificações (jan/2012 a jun/2013)
Jean Chaves Oliveira – Mecânica – (jan/2005 a dez/2007)
João Alves de Oliveira Neto – Edificações – (jan/2008 a dez/2010)
José da Cruz Silva – (Técnico Agropecuário) – (abr/1996 a abr/1999)
José Geraldo de Oliveira Souza – Edificações – (abr/1996 a abr/1999;
jan/2000 a dez/2002; jan/2008 a dez/2011)
José Messias Soares da Silva - Edificações - (fev/2003 a dez/2005; jan/2006 a
dez/2008)
Lino Silvestre da Frota Brito Filho – Mecânica – (jan/2006 a dez/2008;
jan/2008 a mai/2010)
Lourival Araújo Barbosa - Eletrotécnico – (abr/1996 a abr/1999)
Luiz Gonzaga Pires Leite – Elétrica (jan/2012 a jun/2013)
Manoel Ribeiro de Sena Rosa – Edificações – (jan/2005 a dez/2007)
Manuel Francisco de Sousa Junior - Mecânica (exercício 2011 ; jan/2012
a jun/2013)
Marcelo Avelino de Souza – Técnico Industrial (jan/2002 a dez/2004)
Raimundo Gramosa da Silva - Edificações (fev/2003 a dez/2003)
Raimundo Nonato Alves Rodrigues -Edificações - (jan/2005 a dez/2007 ;
jan/2011 a jun/2013)
Walter Campos de Sousa – Técnico em Saneamento – (abr/1996 a abr/1999)
Wolteres de Alencar Miranda – Eletrotécnica – (jan/2000 a dez/2002;
jan/2006 a dez/2008)

Técnicos Conselheiro Suplente

- Álvaro Nolleto de Souza – Eletrotécnica – (jan/2006 a dez/2008)
Antonio Reis de A. Costa – Agronomia – (jan/2000 a dez/2002)
Benedito Machado Araújo Filho – Agrimensura – (jan/2006 a dez/2008)
Edson Camelo de Alencar – Elétrica (jan/2012 a jun/2013)



Técnico Agrícola
Francisco Barbosa de Aquino
teve participação ativa no Conselho.



Técnico Eletrotécnico
Wolteres Alencar Miranda
exerceu dois mandatos de conselheiro efetivo e um como suplente. Bacharelou-se em Direito. Atual Assessor de Relações Institucionais do Crea-PI.



Técnico em Edificações
José Messias Soares da Silva,
ex-conselheiro e ex-diretor financeiro.

Estefânia de Oliveira – Edificações (jan/2013 a jun/2013)
 Francisco Brabosa de Aquino – Agronomia – (abr/1996 a abr/1999)
 Hugo Morilla Coelho – Mecânica – (jan/2005 a dez/2007)
 Jean Chaves Oliveira – Mecânica – (jan/2009 a dez/2011)
 Jefferson Pádua de Sousa Macedo – Edificações – (jan/2005 a dez/2007)
 João Carlos da Silva Brasil – Eletrotécnica – (jan/2000 a dez/2002;
 fev/2003 a dez/2005; jan/2009 a dez/2011)
 José Anchieta de Moura – Elétrica (jan/2012 a jun/2013)
 José Aristóteles Rodrigues da Costa – Mecânica (Exercício 2011)
 José da Silva Araújo - Eletrotécnica – (jan/2001 a dez/2003) J
 José Geraldo de Oliveira Souza – Edificações – (jan/2006 a dez/2008)
 José Messias Soares da Silva – Edificações (jan/2012 a jun/2013)
 José Welinton Nogueira Neto – Edificações – (abr/1996 a abr/1999;
 fev/2003 a dez/2005; mar/2009 a dez/2011)
 Manoel Ribeiro de Sena Rosa – Edificações – (jan/2008 a dez/2010)
 Marcos Rogério Lima Oliveira – Edificações (jan/2011 a jun/2013)
 Paulo de Oliveira Gomes – Técnico Industrial – (jan/2002 a dez/2004)
 Walter Campos de Souza – Saneamento – (jan/2000 a dez/2002)
 Wolteres Alencar Miranda – Eletrotécnica – (abr/1996 a dez/1999)



*Componentes da Diretoria-2010.
 Da esq. para a dir.:
 João Batista (2º vice-presidente),
 Ana Lúcia (2ª dir. administrativa),
 Araújo (presidente),
 Paulo Roberto (1º vice-presidente),
 José Mendes (1º dir. administrativo),
 João Neto (2º diretor financeiro),
 José Iran (1º diretor financeiro).*



Em Sessão especial no dia 07-06-2010, o então presidente Araújo reinaugurou a galeria dos ex-presidentes, com a presença de todos eles. Da esquerda pra a direita: Agenor Pinheiro, Raimundo Dias, João Bosco, Celso Cunha e José Borges Araújo. Em 2º plano, na mesma ordem: Marcelo Moraes, Renildo Cavalcanti, Eduardo Alvim e Manoel Coelho.



*Ato de obliteração do Selo comemorativo dos 35 anos do Crea-PI. (2010)
Joanice Souza e Osmar Teixeira, respectivamente chefe da agência filatélica e diretor dos Correios com o então presidente Araújo.*

Afastamento dos Técnicos do Sistema Confea/Crea

O afastamento dos técnicos de nível médio do plenário do Confea foi determinado em recente decisão judicial, decorrente de ação movida pela Federação dos Técnicos de Nível Médio contra o Confea. Por força do Acórdão da Apelação Cível proferido nos autos do Mandato de Segurança nº 2001.34.00.010970-1/DF, e, sobretudo, nos termos da Lei nº 5.194, de 1966, o Plenário do Confea referendou o Ato que determinou a suspensão da participação dos conselheiros federais, representantes de Instituições de Ensino de Nível Médio e grupos profissionais de técnicos de nível médio na composição do Plenário do Confea.

A Decisão Plenária nº 520/2013, do Confea, formalizou entendimento de que o afastamento dos conselheiros técnicos de nível médio contemplava também os plenários dos Regionais.

Embora sem representação nas instâncias deliberativas, os técnicos ainda são obrigados a serem registrados no Sistema Confea/Crea, atentando para o disposto no art. 48 da Lei nº 5.194, de 1966.

A Federação das Entidades dos Técnicos (FENTEC) encaminhou à Casa Civil, em junho de 2014, uma minuta de projeto de lei e exposição de motivos visando o desmembramento dos técnicos industriais e agrícolas do sistema Confea/Crea, que correspondem a cerca de 43% dos profissionais registrados.

Por outro lado, o Confea envida esforços pela celeridade da aprovação de um projeto de lei que possibilitará representação no plenário de todas as unidades da federação, bem como de todos os segmentos, inclusive técnicos industriais de nível médio em suas diversas modalidades.



Os conselheiros técnicos industriais com o então 1º vice-presidente Paulo Roberto: em primeiro plano, da esquerda para a direita: os técnicos Raimundo Gramosa da Silva, João Alves de Oliveira Neto, Álvaro Nolleto de Souza, Eng. Paulo Roberto Ferreira de Oliveira e o técnico Clécio Ribeiro. Em segundo plano, da esquerda para a direita: os técnicos João Carlos da Silva Brasil, José Geraldo de Oliveira Souza e Laurindo Peixoto Ezequiel. (2010)



O então Presidente Araújo com técnicos industriais: Da esquerda para direita: José Geraldo de Oliveira Souza, Laurindo Peixoto Ezequiel, presidente José Borges de Sousa Araújo, Raimundo Gramosa da Silva, Edijalma da Silva Carvalho e Edson Camelo de Alencar. (2010)

Profissionais Homenageados

HOMENAGEADOS DO CREA-PI

2010

• “MEDALHA AO MÉRITO 2010”

1. Renildo Nunes Cavalcanti
2. Agenor de Carvalho Pinheiro
3. Raimundo de Castro Dias
4. João Bosco Madeira Campos
5. Celso Martins Cunha Filho
6. Eduardo Antonio de Melo e Alvim Martins Vieira
7. Marcelo Gonçalves Nunes de Oliveira Moraes
8. Manoel Coelho Soares Filho
9. Paulo de Tarso Cronemberger Mendes
10. Lourival Sales Parente
11. Carlos Alberto do Rego Monteiro Sobral
12. Elivaldo Ribeiro Barbosa
13. Matias Francisco Gomes de Sales
14. José Edvaldo Soares Leal
15. Luíz Evaldo de Moura Pádua
16. Carlos Gomes Correia Lima
17. Francisco das Chagas Santana

• INSCRIÇÃO NO LIVRO “LÁUREA AO MÉRITO 2010”

1. Alberto Tavares Silva
2. Antonino Freire da Silva
3. Antonio Alves de Noronha
4. Antonio José de Sampaio (Eng. Sampaio)
5. Moysés Castelo Branco Filho
6. João Gabriel Baptista
7. Luís Francisco do Rego Monteiro
8. Moysés Castelo Branco Filho
9. José Oliveira de Carvalho (Zezinho Marchão)
10. Raimundo Nonato de Medeiros
11. Rodrigo Mendes Ferraz

2012

• “MEDALHA AO MÉRITO 2012”

1. Eng. Civil Antônio Barros Trindade
2. Eng. Civil Antônio de Sampaio Rameiro
3. Geólogo Antônio Reinaldo Soares Filho
4. Eng. Civil Baltazar Melo Filho
5. Eng. Civil Bertolino Marinho Madeira Campos
6. Eng. Civil Cid de Castro Dias
7. Eng. Mecânico Dorival Mendes Rodrigues
8. Eng. Civil Fernando Drummond Ribeiro Gonçalves
9. Eng. Agr. Gilson de Jesus Campelo Filho
10. Eng. Agr. José Everardo Moraes de Oliveira
11. Eng. Agr. Luiz Gonzaga Carneiro
12. Eng. Agr. Matias Augusto de Oliveira Matos

• INSCRIÇÃO NO LIVRO “LÁUREA AO MÉRITO 2012”

1. Eng. Agr. Adelmário Cavalcanti Nogueira
2. Eng. Civil Benício Alves Neto
3. Eng. Civil Carlos Roberto Oliveira Jales de Carvalho
4. Eng. Civil Cícero Ferraz de Sousa Martins
5. Eng. Civil João Luis Ferreira
6. Eng. Civil Luís Mendes Ribeiro Gonçalves
7. Eng. Civil Sigefredo Pacheco Sobrinho
8. Eng. Civil Wilson dos Santos Batista

2015

• “MEDALHA AO MÉRITO 2015”

1. Eng. Agr. Avelar Damasceno Amorim
2. Eng. Agr. Benedito Veras Batista Neto
3. Geólogo César Negreiros Barros Filho
4. Eng. Civil Cleto Augusto Baratta Monteiro
5. Eng. Civil Edgar Carneiro Machado
6. Eng. Civil e Eng. Cartográfico Frutuoso Jusselino da Silveira Neto
7. Eng. Militar Joel da Silva Ribeiro
8. Eng. Agr. José Herculano de Carvalho

• INSCRIÇÃO NO LIVRO “LÁUREA AO MÉRITO 2015”

1. Geólogo João Cavalcante Oliveira
- 2) Eng. Agr. Paulo Sobral
- 3) Eng. Agr. Hoston Tomas Santos do Nascimento.

HOMENAGEADOS DO CONFEA

2009

• INSCRIÇÃO NO LIVRO “LÁUREA AO MÉRITO 2009”

1. Alberto Tavares Silva
2. Moysés Castelo Branco Filho
3. Raimundo de Castro Dias

2012

• “MEDALHA AO MÉRITO 2012”

1. Celso Martins Cunha Filho

2014

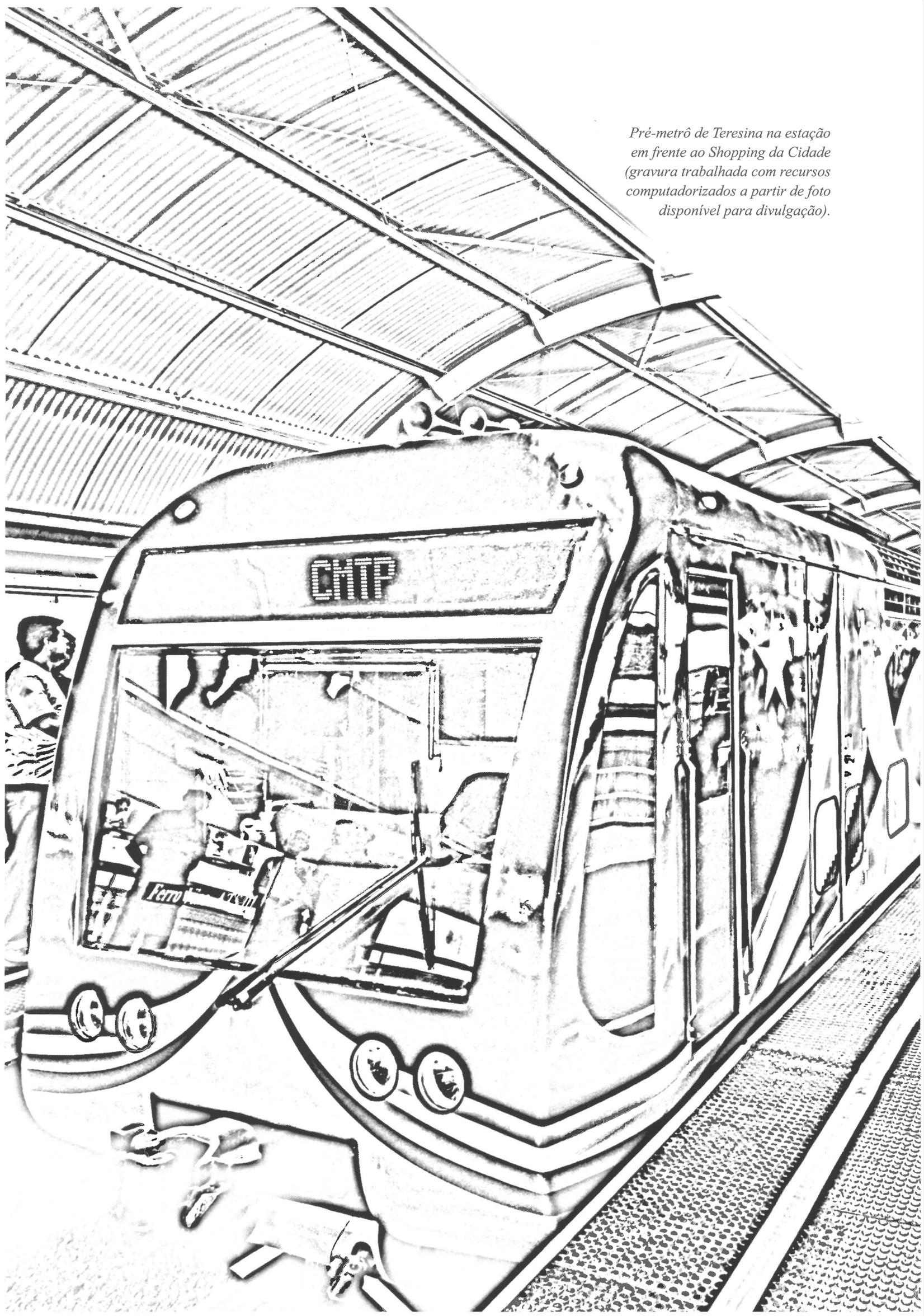
• INSCRIÇÃO NO LIVRO “LÁUREA AO MÉRITO 2014”

1. Luís Mendes Ribeiro Gonçalves

• “MEDALHA AO MÉRITO 2014”

1. Paulo de Tarso Cronemberger Mendes

Pré-metrô de Teresina na estação em frente ao Shopping da Cidade (gravura trabalhada com recursos computadorizados a partir de foto disponível para divulgação).



Profissionais Notáveis

Eng. Civil, Eletricista e Mecânico

Alberto Silva



Alberto Tavares Silva nasceu em Parnaíba (PI), em 10/11/1918 e faleceu em Brasília no dia 28/09/2009, em pleno exercício do mandato de deputado federal.

Engenheiro Civil, Eletricista e Mecânico pela Escola de Engenharia de Itajubá (MG). Exerceu atividades profissionais e políticas por mais de seis décadas, deixando sua marca de grande realizador e a imagem de homem à frente do seu tempo. Tornou-se político sem deixar de ser o engenheiro apaixonado que pensou o Piauí grande, realizando obras, imaginando projetos nem sempre compreendidos pelos seus contemporâneos.

Em seu primeiro mandato como governador do Piauí, à época do “Milagre Econômico” do princípio da década de 1970, o Piauí

viveu um dos períodos mais profícuos e otimistas de sua história recente. O seu segundo mandato de governador, entretanto, deixou muito a desejar, tendo em vista as condições adversas provocadas pela crise econômica brasileira.

Ao longo de sua longeva vida pública exerceu os seguintes mandatos:

- Prefeito de Parnaíba por dois mandatos (1948 – 1950 e 1954 – 1958);
- Deputado Estadual (1950 – 1951);
- Governador do Piauí por dois mandatos (1971 – 1975 e 1987 – 1991);
- Deputado Federal por dois mandatos (1995 – 1999 e 2007 – 2009);
- Senador (1999 – 2006)

Além dos cargos eletivos acima citados, Alberto Silva foi Diretor da Companhia Estrada de Ferro Central do Brasil, em Parnaíba; Coordenador Regional do POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento Industrial e Agrícola do Nordeste; Diretor Técnico da Companhia Força e Luz de Parnaíba, Presidente da Companhia de Eletricidade do Ceará e Presidente da EBTU – Empresa Brasileira de Transportes Urbanos.

Escritor, pertenceu à Academia Piauiense de Letras e à Academia Parnaibana de Letras, destacando-se de sua bibliografia: “Alguns Livros Piauienses” (1987); “Três Momentos Culturais” (1987); “Minha Luta por um Piauí Melhor”. Brasília: Senado Federal, 1999; “O Nordeste”. Brasília: IPEAC, 1973.

Principais realizações no Governo do Estado do Piauí:

- Construção do estádio de futebol “Albertão”;
 - Construção do Terminal de Petróleo de Teresina;
 - Construção da Maternidade Dona Evangelina Rosa;
 - Ampliação do Hospital Getúlio Vargas;
 - Implantação da Universidade Federal do Piauí;
 - Construção da Potycabana;
 - Construção e implantação do Pré-Metrô de Teresina;
 - Ampliação da rede energética, levando a eletricidade de Boa Esperança a sessenta municípios piauienses;
- Incentivo ao esporte, turismo e lazer, criando a FAGEP (Fundação de Assistência Geral dos Esportes) e a PIEMTUR (Empresa Piauiense de Turismo);
- Instituição da Fundação Zoobotânico.

Alberto Tavares Silva foi homenageado pelo Sistema Confea/Crea, tendo seu nome inscrito no Livro do Mérito - 2009 por indicação do Crea-PI. Aprovado pelo Plenário do Crea-PI em Sessão Extraordinária do dia 18/09/2010, foi homenageado também com a Lâurea representada pela inscrição do seu nome no “Livro do Mérito – 2010 do Crea-PI”. A honraria é um reconhecimento do Confea e do Crea-PI ao seu destaque como profissional e político ligado à área tecnológica.



Construída no segundo governo de Alberto Silva, a Potycabana é um espaço de lazer, esporte e entretenimento. Depois de um longo período abandonada, foi recuperada no governo Wilson Martins. Agora sem as piscinas, o local é agradável para os fins a que se destina.



*Pré-metrô e Albertão:
obras que marcaram o governo
Alberto Silva.*



Eng. Agrônomo
Agostinho Reis



Natural de Floriano-PI, o engenheiro agrônomo Agostinho Reis formou-se pela Escola Nacional de Agronomia. Fez cursos de especialização nas Universidades de Georgia, Ohio e Purdue, todas nos Estados Unidos.

Instalou e dirigiu, no Ministério da Agricultura, o Posto Agropecuário de Floriano, responsável por notável contribuição ao desenvolvimento da agricultura e pecuária da região. Como engenheiro do quadro funcional do antigo INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização, autarquia federal posteriormente absorvida pelo INCRA – Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária, foi o responsável pela implantação do Núcleo Colonial do Gurgueia, cuja sede posteriormente se tornou a atual cidade de Colônia do Gurgueia.

Publicou o livro “Gurgueia: O Vale da Esperança” (1995).

Eng. Agrônomo
Anchieta Moura Fé

Graduado pela Universidade Federal do Ceará – UFC (1959), o Eng. Agrônomo José de Anchieta Moura Fé nasceu em Simplício Mendes-PI, a 24/05/1936. Possui uma brilhante trajetória profissional e acadêmica. Na categoria de Professor Visitante, estudou nos Estados Unidos, onde fez os cursos de pós-graduação Master of Science em Dairy Science pela Universidade do Arizona – Tuscon, Arizona, U. S. A. e de Doctor of Philosophy pela Universidade do Arizona, Major: Agriculture Biochemistry and Nutrition e Minor: Dairy and Food Science – Tuscon – Arizona, defendendo tese de mestrado e dissertação com brilhantismo.



Sua competência e experiência profissional levou-o a galgar vários postos e a desempenhar elevadas funções no serviço público, destacando-se: Professor Assistente e, em seguida, Adjunto, do Centro de Ciências Agrárias da CCA/UFC, onde também foi Professor Adjunto dos cursos de pós-graduação em Bioquímica e Biologia Molecular e coordenador de pesquisa e pós-graduação; Consultor do Ministério da Educação e Cultura; Diretor e Presidente Substituto do CNPq (1984); Assessor da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e Secretário de Estado da Agricultura do Piauí.

Tem diversos trabalhos publicados em parceria, destacando-se “Evolution of Methods for Detection of Coliform Bacteria in Raw Milk”; J. Milk Food Technol 35 (2): 67-70; Moura Fé, J. A. and F. E. Nelson; “Características Químicas do Hipocampo do Caju” (Anacardium occidentale, L.), Moura Fé, J. A., Holanda, L. F. F., C. B. Martins e G. A., Maia.

Eng. Civil

Antonio Alves de Noronha



Nasceu em Teresina a 16/09/1904. Formado pela Faculdade Nacional de Engenharia do Rio de Janeiro, o engenheiro civil Antônio Alves de Noronha tornou-se um dos mais renomados calculistas do Brasil, tendo seu nome projetado até no exterior. Seu escritório “A. A. Noronha – Serviços de Engenharia” é responsável por inúmeros e diversificados projetos estruturais de pontes, viadutos, túneis, estádios, obras marítimas, silos, cais e edifícios espalhados por todo o Brasil. Vários projetos estruturais levam sua assinatura no Rio de Janeiro, destacando-

se a cúpula do Hotel Quitandinha e o Estádio do Maracanã.

Professor catedrático da Faculdade Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, da Escola Politécnica da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e da Escola Técnica do Exército, Antônio Alves de Noronha publicou vários livros técnicos, citando-se dentre outros: “Fundações Comuns de Concreto Armado”; “Métodos dos Pontos Fixos”; “As Pontes em Quadro de Aço de Concreto Armado”; “Curso de Concreto Armado”; “Curso de Estabilidade das Construções” e “Cursos de Pontes e Grandes Estruturas”. Escreveu também cerca de vinte e nove trabalhos técnicos publicados em revistas especializadas e apostilhas acadêmicas, além de artigos técnicos em revistas nacionais e internacionais especializadas.

Participou de Comissões do governo brasileiro em vários países da América do Sul, Europa e Estados Unidos e exerceu inúmeros cargos e funções ao longo da sua vida, destacando-se: Engenheiro da Companhia Nacional de Álcalis; Consultor de Estruturas da Companhia Siderúrgica Nacional; Presidente da Comissão de Estruturas da Associação Brasileira de Pontes e Grandes Estruturas; Presidente da Associação Brasileira de Concreto Protendido; Vice-Presidente do Sindicato dos Engenheiros e Diretor de Atividades Técnicas do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro; Presidente do Country Club dos Engenheiros, dentre outros.

Noronha sempre mostrou competência em seu mister, sendo por isso merecedor de significativas láureas, como o grau de “Doutor Honoris Causa” pela Escola Politécnica Federal de Zurich.

Faleceu de colapso cardíaco em Paris (França), em 1961, quando regressava de viagem internacional que fizera à Rússia, China e Japão.

Homenagens: Viaduto Engenheiro Noronha, localizado no bairro das Laranjeiras, no Rio de Janeiro; ponte Engenheiro Antônio Alves de Noronha, sobre o rio Parnaíba, ligando o bairro Tabuleta, em Teresina, a Timon (MA); Medalha do Mérito Militar; Cidadão Honorário de Belém do Pará; Patrono da Cadeira nº 35 da Academia Piauiense de Letras e diversas outras honrarias.

Fontes:

DIAS, Cid de Castro, Antônio Alves de Noronha – símbolo da engenharia brasileira, Artigo. Revista do CEPI, ano II, nº 02, p. 40-42.

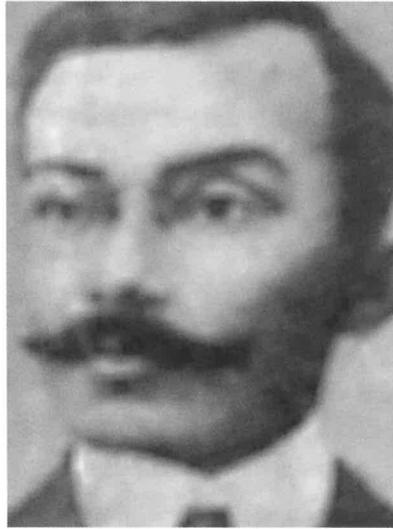
GONÇALVES, Wilson Carvalho, Antologia da Academia Piauiense de Letras. Teresina.

Eng. Civil

Antonino Freire da Silva

Nasceu em Amarante a 10/05/1876 e faleceu em Teresina a 16/09/1934. Engenheiro Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1899).

Retornou ao Piauí logo após se formar, iniciando as atividades profissionais trabalhando no front de canteiros de obras, como na reconstrução da sede da Delegacia Fiscal, transformando o prédio velho daquele órgão federal, localizado na atual Praça Marechal Deodoro, num palácio suntuoso onde por muito tempo abrigou a Justiça Federal;



construção da sede da Intendência, reforma e execução de várias edificações a partir de projetos arquitetônicos e do uso correto das normas técnicas da engenharia praticada na época, como exigido em Resolução baixada pela Intendência da Capital para a construção de qualquer prédio na cidade.

Sua participação na vida pública tem início no ano 1902, quando assumiu o cargo de diretor de Obras Públicas, Terras e Colonização no governo de Arlindo Nogueira. Nesta pasta, sob sua coordenação, foram construídas estradas; cadeias públicas no interior; reparos das estruturas de prédios públicos, como o fórum e o Liceu de Teresina, entre outros; implantação do sistema de abastecimento d'água da Capital e da primeira Estação Meteorológica do estado.

Paralelamente às suas atividades como engenheiro e dirigente no setor público, Antonino Freire aprofundou seus conhecimentos na área da Agrimensura, resultando na publicação dos livros "Limites entre os Estados do Piauí e do Maranhão" (1907) e "Limites do Piauí" (1921) e também na área da Geologia, especialmente sobre a mineralogia piauiense, tendo publicado uma série de artigos sobre o assunto no Almanaque Piauiense, em 1903.

Pontificou na política piauiense como vice-governador eleito para o período de 1º/07/1908 a 1º/07/1912. Em virtude da morte do governador Anísio de Abreu em 05/12/1909, Antonino deveria assumir legalmente o governo do estado imediatamente. Declinou da prerrogativa legal, no entanto, e exigiu ser eleito pela Câmara Legislativa, o que de fato aconteceu em 10/03/1910. A posse no cargo de governador para completar o período até 1º/07/1912 aconteceu no dia 15/03/1910. No intervalo entre a morte de Anísio de Abreu e a posse de Antonino Freire, assumiu o governo o então presidente da Câmara Legislativa, deputado Raimundo Manuel da Paz, que por sinal foi eleito e empossado, junto com Antonino, no cargo de vice-governador.



*O atual Palácio da
Cidade foi construído
pelo engenheiro Antonino
Freire para funcionar a
Escola Normal*

Como governador, Antonino Freire equilibrou as contas públicas; investiu significativamente na Educação, que sempre sofreu de crônica falta de recursos e de atenção, ampliando a rede de ensino e as condições salariais dos professores, além da construção da Escola Normal; mandou condensar e encadernar em volumes todas as leis, decretos, resoluções e regulamentos promulgados no Piauí desde a Proclamação da República em 15/11/1889; criou a Imprensa Oficial; recriou a Biblioteca/Arquivo Público e deu início no final do seu mandato aos estudos e projetos para a implantação da energia elétrica em Teresina.

Em seu governo, numa época em que o meio ambiente não despertava tantas preocupações e ainda não havia a figura do ambientalista obstinado, assinou dois documentos considerados bastantes avançados e inovadores em matéria de defesa ambiental para a época: o Decreto nº 444, de 16/08/1910, que determinava a execução de obras para amenizar os efeitos das secas que periodicamente assolavam o Piauí, como a construção de barragens, porém adotando uma série de providências para proteção ambiental; e a Lei nº 664, de 21/06/1912, que determinava “a criação do corpo de fiscais de florestas, a quem caberia a missão de fiscalizar, conservar e replantar as matas. A mesma lei tornava obrigatória nas escolas públicas estaduais, o estudo do conhecimento das árvores, sua utilidade, conservação e plantio.” (Apud CHAVES, Paulo, Antonino Freire – uma biografia. Teresina: o autor, 2009, p. 134). Após concluir o mandato de governador, foi eleito e reeleito deputado federal para duas legislaturas seguidas (1913 a 1917). Seu nome foi aprovado para inscrição no livro “Láurea ao Mérito 2010 do Crea-PI.”

Fontes:

CHAVES, Paulo. Antonino Freire – uma biografia. Teresina: o autor, 2009, p. 134

NETO, Adrião. Dicionário Biográfico - Escritores Piauienses de Todos os Tempos. Teresina, 2ª edição, Halley S. A., 1995, p. 238.

Eng. Industrial

Antonio José de Sampaio

Antônio José de Sampaio, conhecido por Engenheiro Sampaio, nasceu na Freguesia de Nossa Senhora do Livramento, atualmente município de José de Freitas-PI, em 09/04/1857. Faleceu no Rio de Janeiro em 1906.

Descendente de uma família tradicional e abastada, estudou no exterior, obtendo o grau de Engenheiro Industrial pela Escola Politécnica Federal da Suíça, tendo colado grau provavelmente em 1882; Bacharel em Letras por Weisthertur (Suíça); Doutor em Ciências Físicas e Naturais pela Universidade de Zurique.

Foi um homem à frente do seu tempo. Ao se formar na Suíça, e após um giro por outros países da Europa, Sampaio retornou ao Piauí com o pensamento focado em desenvolver projetos agroindustriais. Num primeiro momento, reuniu fazendeiros de Campo Maior e apresentou a ideia de construir naquele município uma grande indústria de laticínios. A região escolhida, segundo sua visão, tinha todos os predicados para o sucesso do empreendimento: grande quantidade de terras férteis, rebanho, pastagens e boas perspectivas de mercado consumidor para seus produtos “em Teresina, Parnaíba, Caxias, São Luís do Maranhão e Belém do Pará.” Não encontrou apoio para tal empresa.¹

Em 26/04/1889, o Dr. Sampaio assinou contrato de arrendamento com o Tesouro Nacional para explorar parte das fazendas nacionais,* englobando as doze que compunham o Departamento de Santo Inácio de Canindé e as cinco outras fazendas do estabelecimento rural de São Pedro de Alcântara, incluindo todo o gado e edificações nelas existentes. O referido contrato estabelecia, entre outras obrigações, que o arrendatário montasse uma fábrica de laticínios “para o fabrico de queijo, manteiga, leite condensado e outros produtos, pelos processos modernos e aperfeiçoados”.² A indústria foi projetada pelo engenheiro alemão Alfred Modrak, autor também do imponente prédio que abrigava a fábrica, bem como do Teatro 4 de Setembro, em Teresina. Foi montada com todo o maquinário importado da Europa. Completando esse ambicioso projeto, também foi construída uma barragem para abastecimento da Fábrica e das casas dos trabalhadores, por meio de água encanada.

Construída na fazenda Campos de Castelo, que deu origem a atual cidade de Campinas do Piauí, “a fábrica foi inaugurada em 1897 e teve grande influência na região, mas somente produzia a manteiga, jogando-se fora todo o leite não aproveitado”.³

Além da montagem da fábrica de laticínios, por outras exigências estabelecidas na primeira Cláusula do contrato de arrendamento ficou claro que “o projeto não só foi ambicioso demais, inclusive para as possibilidades financeiras do Dr. Sampaio, como teve elementos da mais desvairada utopia”.⁴

**As fazendas faziam parte do latifúndio deixado em testamento para a Companhia de Jesus pelo desbravador Domingos Afonso Mafrense. Para administrar todo aquele patrimônio, vieram os padres jesuítas, expulsos posteriormente do território brasileiro pela Corte portuguesa. Com isso, passaram a ser chamadas “fazendas reais” administradas por prepostos do governo da Capitania do Piauí, que as transformou, para efeito administrativo, em três Departamentos ou Inspeções:*
1- Nossa Senhora de Nazaré e São Gonçalo;
2 – São João do Piauí e
3 – Santo Inácio de Canindé.
Com o advento da República, tornaram-se “Nacionais” e, em 1946, foram incorporadas ao patrimônio do estado, ficando conhecidas por “Fazendas Estaduais”.

Como disse Marcos Vilhena, no livro **Vôo de Ícaro – Tensões e drama de um industrial no sertão**: “É certo que a construção da indústria, as obras de melhorias e os projetos agrícolas empreendidos nas fazendas nacionais desgastaram Sampaio financeiramente.”

Entre 1883 e 1889, Engenheiro Sampaio viveu no Rio de Janeiro, onde se tornou conferencista atuante e professor de física e química industrial na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Publicou em 1905 o estudo “A General Description of State of Piauí on The northern part of Brazil its natural resource, pasturagen, climate and Salubrity with special reference to the cattle breeding compared with the conditions of the Argentine Republic and Australia”, que mais tarde seria parcialmente traduzido e publicado, por iniciativa do governo do Piauí, com o título “Descrição Geral do Estado do Piauí”.

Poliglota, dominava pelo menos quatro idiomas, além do português. Consta que publicou vários trabalhos científicos em português, francês, inglês, alemão e italiano.⁵

É patrono de uma das cadeiras da Academia Piauiense de Letras.

Seu nome foi inscrito no livro “Láurea ao Mérito 2010” do Crea-PI.

Fontes:

¹ RIBEIRO GONÇALVES, Luís Mendes, *Impressões e perspectivas*. Brasília, [s.e.], 1980, p. 242-243.

² VILHENA, Marcos, *Vôo de Ícaro – tensões e dramas de um industrial no sertão*. Teresina, Halley S. A. Gráfica e Editora, 2006.

³ MENDES, Felipe, *Economia e Desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003, p. 108.

⁴ *Ibid.*

⁵ VILHENA, Marcos, *Op. Cit.* p. 130.



Projetado pelo engenheiro alemão Alfredo Mondrak em estilo neoclássico, o edifício sede da fábrica de laticínio construído e inaugurado pelo Engenheiro Sampaio em 1897, na fazenda Campos de Castelo, então município de Oeiras, que deu origem à atual cidade de Campinas do Piauí - Foto acervo FUNDAC.

Geólogo

Antônio Reinaldo Soares Filho



Nascido em Oeiras a 12/11/1948, o geólogo Antônio Reinaldo Soares Filho formou-se pela Universidade de Brasília – UnB (1975) e tem Cursos de Pós-Graduação com especialização em “Tecnologia Hidrogeológica Aplicada” pela UFPE e em “Gestão de Recursos Hídricos e Meio Ambiente” pela UFPI. Funcionário do Serviço Geológico do Brasil - CPRM, desempenhando as atividades de hidrogeólogo pesquisador. Atualmente exerce o cargo de Superintendente do SBG para os Estados

do Piauí e Maranhão.

Historiador e cronista, tem publicado os livros “Oeiras Municipal” (1992) e “Oeiras Geografia Urbana” (1994). Obras inéditas: “Aquarelas de Um Tempo”, “Genealogias do Sul do Piauí” e “Crônicas Geológicas”. Tem se destacado também como escritor de obras técnicas, a exemplo de “Inventário Hidrogeológico Básico do Nordeste” (1978), editado pelo Ministério das Minas e Energia; “Estudos dos Garimpos de Pedro II” (1981), editado pelo DNPM; “Oeiras – Perfil Hidrogeológico do Município” (1992), monografia, além do “Perfil Hidrogeológico” de vários municípios do Piauí.

Sócio e ex-presidente do Instituto Histórico de Oeiras (1995-1996), do qual recebeu a “Medalha do Mérito Visconde da Parnaíba”. Detém ainda a “Medalha Honra ao Mérito Wilhelm Kegel” e o título “Geólogo do Ano – 1993”, ambos por outorga da Associação dos Geólogos do Piauí. Foi conselheiro suplente do Crea-PI (novembro/1986 a outubro/1989), tendo assumido a titularidade por alguns meses.

Foi homenageado com a “Láurea ao Mérito 2012” do Crea-PI.

Eng. Civil
Cid de Castro Dias



Nascido em São Raimundo Nonato (PI), formou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Ceará (1968). Escritor, autor dos livros “Os caminhos do rio Parnaíba”, “Piauí - Projetos Estruturantes” e “Piauí - das origens à nova Capital”. Engenheiro do quadro funcional da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Estado do Piauí, atual SEINFRA – Secretaria Estadual de Infraestrutura, onde ocupou o cargo de Subsecretário em dois governos. Exerceu também os cargos de Secretário de Projetos Estruturantes e Diretor da PRODATER – Empresa de Processamento de Dados, ambos da Prefeitura de Teresina.

É sócio fundador do IPIAPE – Instituto Piauiense de Avaliações e Perícia de Engenharia e exerceu um mandato de conselheiro regional piauiense, no período de novembro de 1981 a outubro de 1984.

Foi homenageado pelo Crea-PI com a medalha “Láurea ao Mérito 2012”.

Eng. Agrônomo
Elmano Ferrer de Almeida

É engenheiro agrônomo, nascido em Lavras da Mangabeira-CE. Reside há mais 40 anos no Piauí, onde constituiu família e atua profissionalmente. Foi presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Piauí ; presidente do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendedores do Piauí (CEAPE-PI); Secretário de Planejamento do Estado do Piauí (1991-1994); Secretário de Trabalho, Desenvolvimento Econômico, Tecnológico e Turismo do Estado do Piauí; Assessor do Conselho Deliberativo do SEBRAE-PI; Diretor da Unidade de Pesquisa da EMBRAPA-PI e técnico da SUDENE. Formou-se posteriormente em Direito pela UFPI e fez pós-graduação nas áreas de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e Gestão de Instituição de Pesquisas.



Elegeu-se vice-prefeito de Teresina em 2004, sendo reeleito em 2008. Assumiu o cargo de prefeito no dia 31/03/2010 – com mandato até 31/12/2012 – sucedendo o então prefeito Sílvio Mendes, que renunciou ao cargo em cumprimento à Lei eleitoral para disputar o cargo de governador. Em 2012 disputou a reeleição para prefeito, sendo derrotado por Firmino Filho. Em 2014 foi eleito Senador da República para um mandato que se estenderá até 31 de dezembro de 2022, derrotando o ex-governador Wilson Martins por larga diferença de votos.

Eng. Civil
Francisco Gerardo da Silva



Natural de Acaraú (CE), chegou em Teresina com apenas sete anos de idade, em 1952, quando se comemorava o centenário da Capital, onde estudou até o 2º ano do antigo curso científico. Foi para Recife em 1964 cursar o 3º ano científico e o curso de Engenharia Civil na UFPE entre 1965 e 1969. Logo após se formar, retornou à capital piauiense, onde iniciou sua vida profissional trabalhando na Prefeitura de Teresina. Desde então, ocupou importantes cargos, entre os quais o de Presidente da ETURB – Empresa Teresinense de Serviços Urbanos e Superintendente da STRANS – Superintendência de Trânsito. Eleito vice-prefeito de Teresina em 1992, tornou-se prefeito efetivo com a morte do prefeito Wall Ferraz em março de 1995. Fez uma administração com austeridade e dando continuidade à meta traçada pelo seu antecessor, abrindo avenidas, urbanizando vilas e bairros e desenvolvendo ações para a melhoria das condições de vida, principalmente dos mais humildes.

É casado com Odinea Cincinata Monteiro da Silva, uma das primeiras arquitetas piauienses.

Geólogo

Francisco Lages



Nascido em Barras-PI, a 26/07/1946, Franciscos das Chagas Lages Correia Filho é graduado em Geologia pela Universidade de Brasília (1971) e cursou Especialização em Tecnologia Hidrogeológica Aplicada (UFPE – 1995) e em Gerenciamento de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (UFPI-2000/2001).

Tem larga experiência profissional e valiosa produção técnica especializada. Ingressou em 1972 na então CPRM – Companhia

de Pesquisa de Recursos Minerais (atual Serviço Geológico do Brasil) - Superintendência Regional de Goiânia, onde trabalhou até 1987, desenvolvendo várias atividades, destacando-se a “Execução, Elaboração e Coordenação de Projetos nas áreas de Mapeamento Geológico e Prospecção Mineral”.

A partir de 1992 passou a trabalhar no Serviço Técnico Especializado – CPRM, Teresina. Desde então, desenvolve diversas atividades e projetos no seu campo de atuação profissional. Participa ativamente de entidades de classe, tendo sido tesoureiro da Sociedade Brasileira de Geologia – Núcleo Centro-Oeste, Goiânia(GO); sócio-fundador da Associação do Geólogos de Mato Grosso; vice-presidente do Clube dos Geólogos de Cuaibá (1983/1984); sócio instituidor do Instituto Geológico Wilhelm Kegel. Na AGEPI - Associação dos Geólogos do Piauí, ocupou os seguintes cargos: diretor de Publicações e Assuntos Culturais (1993/1995), diretor-geral (1995/1997), vice-presidente (1997/1999) e presidente em dois mandatos (1999/2001 e 2001/2003).

Eng. Agrônomo Francisco Parentes

Nasceu em Barras em 10/06/1839. Foi o primeiro piauiense a adquirir o título de engenheiro agrônomo. Conseguiu-o pela sua determinação e extraordinária capacidade de vencer as dificuldades que se lhes apresentavam. De fato, vindo morar em Teresina ainda na adolescência, conseguiu trabalho como Secretário do Liceu Piauiense e depois foi funcionário da Câmara Municipal. Mas o jovem Francisco Parentes sonhava alto: desejava estudar na França, mesmo sem saber falar francês. Não conseguindo bolsa de estudo do governo, apelou para os amigos para complementar a pequena mesada do pai. Segundo consta, o Dr. Antonio Sampaio Almendra, então deputado, tomado de grande simpatia pelo jovem, encabeçou a lista dos que o ajudaram com expressiva subscrição.

Assim, com recursos financeiros garantidos, Francisco Parentes embarcou para a França em 07/03/1864. Recebido em Paris pela Legação Brasileira, foi devidamente orientado pelo pessoal da embaixada a matricular-se no Instituto Neully para concluir os estudos preparatórios e cursar a Escola Superior de Agronomia. Matriculou-se em seguida na Escola de Agricultura de Grand Joyan, tendo recebido o tão sonhado diploma em 19/06/1871.

Retornou a Teresina em 10/08/1871. Com o ideal de servir a sua terra, viajou para o Rio de Janeiro onde apresentou ao Ministro da Agricultura um plano para a criação de uma escola agrícola com o objetivo de incentivar a agricultura no Piauí. Foi-lhe encomendado um projeto detalhado, que o possibilitou posteriormente assinar contrato com o governo imperial para criar e dirigir o Estabelecimento Rural de São Pedro de Alcântara, uma escola técnica agrícola destinada a conceder instrução e trabalho aos escravos libertos pela Lei do Ventre Livre. A sede foi construída às margens do rio Parnaíba e em torno dela se desenvolveu uma pequena vila, denominada Colônia, que deu origem à cidade de Floriano.

Dois anos após o início das atividades do Estabelecimento Rural acima citado, o Eng. Agr. Francisco Parentes contraiu a terrível febre amarela, vindo a falecer prematuramente aos 37 anos no dia 16/06/1876.

Fontes:

CHAVES, Pe Joaquim, Apontamentos Biográficos e outros.

VILHENA, Marcos, Voo de Ícaro – tensões e dramas de um industrial no sertão: Teresina, 2003, p. 58-59.

Eng. Civil e geógrafo João Gabriel Baptista

O engenheiro civil e geógrafo João Gabriel Baptista nasceu em Teresina no dia 04/08/1920, onde veio a falecer no dia 20/03/2010. Foi o primeiro engenheiro a mapear o rio Parnaíba, desde as suas nascentes até a foz, cujo trabalho foi publicado nas revistas Manchete e Geografic National. Desenvolveu um estudo sobre as formações rochosas entre o Piauí e o Maranhão denominado de “Sinéclise do Meio Norte” e foi um dos pioneiros a estudar e sugerir a transposição do rio São



Francisco. Membro da Academia Piauiense de Letras, onde ocupou a Cadeira Nº 3, da Sociedade Inter-Americana de Engenharia Sanitária e do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, seu acervo bibliográfico é a principal referência da geografia piauiense. Além dos trabalhos acima mencionados, publicou os seguintes livros: “Vulcões do Brasil” (1952); “Nascente de um Rio” (1971); “Encostas de um Rio” (1971); “Resumo Corográfico do Estado do Piauí” (1971); “Geografia Física do Piauí” (três edições: 1975, 1982 e 1989); “Mapas Geo-Históricos do Piauí” (1976); “A Origem do Rio Parnaíba” (1987) e “Etno História Indígena Piauiense” (1994). Suas atividades profissionais e acadêmicas foram vastas, podendo ser assim resumidas:

- Chefe da 4ª Divisão da Estrada de Ferro Central do Brasil;
- Serviu ao Exército Brasileiro como Fuzileiro Naval;
- Engenheiro do Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí;
- Secretário de Estado da Aviação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria e Comércio do Piauí;
- Professor da Faculdade de Filosofia de Teresina;
- Professor da Universidade Federal do Piauí.

Pelos relevantes serviços prestados à Engenharia do Piauí, foi homenageado pelo Crea-PI com a Inscrição de seu nome no livro “Láurea ao Mérito 2010”.

Eng. Civil

João Luiz Ferreira

O Engenheiro Civil João Luis Ferreira nasceu em Teresina, no ano de 1881. Inicialmente dedicou-se à profissão atuando na Inspetoria de Obras Públicas do Piauí como Inspetor, equivalente ao cargo de Secretário de Obras. Foi governador do Piauí de 1920 a 1924, quando realizou obras importantes e adquiriu o Palácio de Karnak para sede do governo. Elegeu-se deputado federal em 1925, porém não chegou a concluir o mandato em virtude de sua morte ocorrida em 1927.

Homenagem: Praça João Luís Ferreira, no centro de Teresina e Ponte Metálica João Luís Ferreira, que liga Teresina a Timon sobre o rio Parnaíba.

Fonte: GONÇALVES, Wilson. Dicionário Histórico-Biográfico Piauiense. Teresina: Gráfica e Editora Júnior LTDA, 1993.

Eng. Militar

Joel da Silva Ribeiro

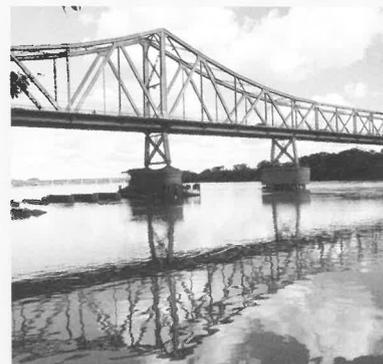


Natural de Guadalupe (PI) (nascido em 1º/07/1928), Joel da Silva Ribeiro ingressou no Instituto Militar de Engenharia do Rio de Janeiro, de onde saiu Engenheiro Militar e Oficial da Arma de Engenharia do Exército Brasileiro. Fez também pós-graduação em Engenharia Rodoviária na Faculdade Nacional de Porto Alegre (RS). Foi um dos pioneiros na atividade classista da categoria no estado, colaborando ativamente nas ações do Clube de Engenharia do Piauí, inclusive lutando pela criação de uma Escola de Engenharia no Piauí.

Foi prefeito nomeado de Teresina de 1971 a 1975, mesmo período em que o engenheiro Alberto Silva governou o estado. Ambos se notabilizaram, cada um em sua esfera administrativa, por realizarem obras de grande vulto, pela quais a Capital ganhou ares de metrópole.

A prefeitura comandada por Joel Ribeiro destacou-se na implantação de um sistema viário moderno e a expansão da cidade, com abertura e alargamento de avenidas, a exemplo das avenidas Maranhão e Marechal Castelo Branco, e outras na zona leste, proporcionando infraestrutura em condições favoráveis para o desenvolvimento da cidade.

Pelos relevantes serviços prestados, foi homenageado com a Láurea ao Mérito 2015, do Crea-PI.



A ponte metálica, denominada Ponte João Luis Ferreira, cruza o Rio Parnaíba. Liga a capital Teresina à cidade de Timon, no Maranhão, sendo antes dela a travessia feita por canoa.

Foi a primeira ponte construída sobre o Rio Parnaíba, no estado do Piauí, inaugurada em 2 de dezembro de 1939, após 17 anos do início da obra, ligando Teresina a Timon. Projetada pelo engenheiro alemão Germano Franz, consumiu 702 toneladas de ferro em sua construção. Sua conclusão permitiu o estabelecimento da linha férrea Ferrovia São Luiz-Teresina da RFFSA, conectando por trem as capitais do Piauí e do Maranhão, usada também pela linha do Metrô de Teresina, integrando a vizinha cidade de Timon, que faz parte da Grande Teresina.

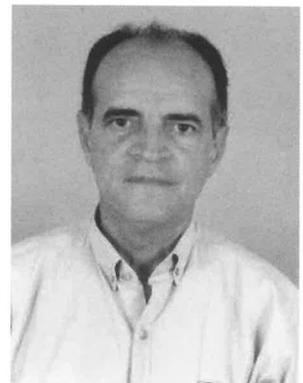
Eng. Civil
José Pires Rebelo

Nasceu no município de Piripiri em 1877. Ao se formar em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, retornou ao Piauí onde passou a desenvolver trabalhos profissionais, executando obras públicas e participando como chefe da Comissão de Estudos da Estrada de Ferro Central do Piauí. Teve participação ativa na política, tendo exercido os mandatos de deputado federal e de senador por mais de um mandato. Como senador da República, foi cassado pelo golpe de 1930. Polemista e progressista, possuía o poder da oratória para dissuadir os colegas parlamentares com seus discursos incisivos e inteligentes. Foi membro da Academia Piauiense de Letras.

Faleceu no Rio de Janeiro em 1947.

Eng. Civil
Luiz Francisco do Rego Monteiro

O engenheiro civil Luiz Francisco do Rego Monteiro, nascido em Teresina em 07/10/1930, formou-se pela Escola de Engenharia de Juiz de Fora (MG) e cursou Pós-Graduação com especialização em Materiais de Construção Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Renomado professor da UFPI, onde tinha como cátedra a cadeira de Pontes, adquiriu vasto acervo técnico ao longo de sua vida profissional como consultor na área de barragens e calculista de edifícios, pontes e diversas outras estruturas. Engenheiro do DNOCS, onde ocupou os cargos de Diretor da Divisão de Engenharia e Diretor Regional Adjunto, foi cedido como comissionado para o DER-PI, onde exerceu os cargos de Diretor das Divisões Técnicas e de Construção, além de Diretor Geral Substituto. Como sócio fundador e membro do Conselho Diretor do Clube de Engenharia do Piauí, envidou esforços, juntamente com os colegas de Diretoria, na luta pela criação do Crea no Piauí. Faleceu em 08/02/1996. Pelos relevantes serviços prestados à Engenharia do Piauí, foi homenageado pelo Crea-PI com a Inscrição de seu nome no livro “Láurea ao Mérito 2010”



Eng. Civil

Luiz Mendes Ribeiro Gonçalves

Nasceu em Amarante-PI (1895) e faleceu no Rio de Janeiro (1984). Formado pela Escola Politécnica da Bahia (1916), o engenheiro, professor, jornalista, escritor, parlamentar e cientista Luís Mendes Ribeiro Gonçalves revelou-se um profissional competente e empreendedor, sendo reconhecido pelo mestre A. Tito Filho como “Uma das mais pujantes afirmações intelectuais do Piauí em todos os tempos.”



Foi membro do Conselho Diretor do Clube de Engenharia do Piauí e ocupou importantes cargos na vida pública, destacando-se o de Secretário de Agricultura, Terras, Viação e Obras Públicas do Estado do Piauí; Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS; Secretário Geral do Departamento Nacional de Correios e Telégrafos; Secretário de Estado da Fazenda do Piauí e Senador da República (1935-1947).

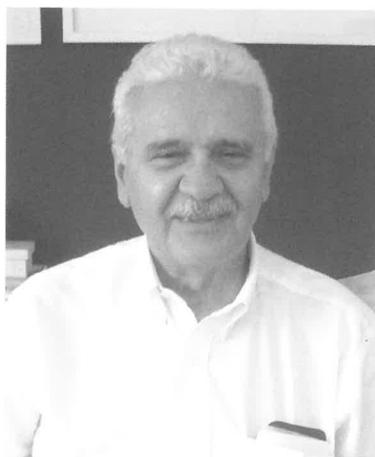
Colaborou ativamente publicando artigos na imprensa piauiense e escreveu livros técnicos e de assuntos diversos, citando-se: “Problemas Municipais”; “Fossas Biológicas”; “Tipo de Colônia Agrícola para o Nordeste”; “Mapa do Piauí”; Magistratura e Justiça”; “Aspectos do Problema Econômico do Piauí”; “A Servidão da Inteligência no Economismo Contemporâneo”; “Educação e Democracia”; “Construções Escolares no Piauí”; “A Escravidão e o Movimento Abolicionista”; “O Babaçu na Economia Nacional”; “Fretes Marítimos Internacionais”; “Viagem de Inspeção ao Nordeste”; “Santos Dumont – Glória e Armagura”; “Joaquim Ribeiro Gonçalves – poeta, político e parlamentar”; “Paulo de Frontin”; “Maurício Joppert – engenheiro e professor”; “Le Maurício Corbusier – Luz Imperecível”; “A Formação do Engenheiro e sua Formação Social”.

Autor do Brasão do Piauí, Luís Mendes Ribeiro Gonçalves teve intensa atividade política e lecionou no Liceu Piauiense e na Escola Normal Oficial. Ocupou a Cadeira nº 19 da Academia Piauiense de Letras e foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense.

Foi homenageado com a Inscrição do seu nome nos livros “Láurea ao Mérito 2012”, do Crea-PI, e “Láurea ao Mérito 2014, do Confea.

Fonte: GONÇALVES, Wilson Carvalho, Antologia da Academia Piauiense de Letras. Teresina.

Eng. Civil
Lourival Sales Parente



Nasceu em Teresina, a 20 de agosto de 1936. Gradou-se em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (1961), tendo sido monitor da cadeira de Hidráulica nos últimos dois anos do curso.

Começou sua vida profissional na firma Wady Simão, em Belo Horizonte-MG, onde atuou inicialmente como estagiário e, posteriormente, como engenheiro chefe de 1961 a 1964, quando saiu para fundar sua firma individual.

Homem de acurada visão empresarial, constituiu em 1977 a empresa Construtora Lourival Sales Parente Ltda, na qual assumiu as funções de diretor-presidente e responsável técnico. Por essa empresa, ampliou seu acervo técnico com a construção de 7.000 casas populares que compõem os conjuntos residenciais Parque Piauí, Bela Vista II, Mocambinho, Quatrac (localizado no Maranhão) e Maloca (zona leste de Teresina). Construiu o Prédio da Receita Federal em Teresina, o Estádio de Futebol Albertão (maior obra em consumo de concreto armado no Piauí), o Ginásio de Esportes Verdão, a Praça Da Costa e Silva, o Estádio de Futebol Castelão, em São Luís-MA, além de pontes e viadutos em concreto armado, concreto protendido e em estrutura metálica, inclusive no estado de Minas Gerais.

Como empresário, além de Diretor da Construtora Lourival Sales Parente, foi diretor presidente da S. A. Concreto Industrializados - SACI, empresa sediada em Teresina; diretor da ALVEMA - Alcântara Veículos e Máquinas Ltda e da INTERCAR - Comércio e Serviços Ltda, empresa sediada em São Luís-MA.

Atua também como agropecuarista, destacando-se como um dos apaixonados selecionadores de gado nerole no Piauí. Diretor Presidente da FAZENDA TABOLEIRO S.A., projeto agropecuário com sede física no município de Antônio Almeida-PI, tendo estabelecido em uma área de 10.000 hectares, empreendimento com incentivo da SUDENE. Diretor Presidente da AMAZÔNIA AGROPECUÁRIA LTDA. projeto agropecuário com sede física no município de Bom Jardim, Rodovia BR-222, Km 562, Estado do Maranhão.

Pela sua contribuição à engenharia e ao desenvolvimento dos estados do Piauí e de Minas Gerais, quer como engenheiro e empresário da construção civil, quer como grande agropecuarista, tem recebido ao longo de sua vida inúmeras homenagens, incluindo Medalhas de Mérito, Títulos de Cidadania e comendas:

“Cidadania Uberlandense”, conferida pela Câmara de Vereadores de Uberlândia-MG (Maio de 1982);

- Medalha do Mérito Judiciário “Desembargador Helvidio Clementino de Aguiar”, conferida pelo Tribunal de Justiça de Estado do Piauí (Agosto de 1984);

- Medalha do Mérito do Poder Legislativo, conferida pela Assembleia Legislativa do Piauí (Outubro de 1985);

- Medalha do Mérito Renascença, no grau de Oficial, conferida pelo Governo do Estado do Piauí (Outubro de 1985);

- Medalha do Mérito Conselheiro “José Antonio Saraiva”, conferida pelo Prefeito Municipal de Teresina (Dezembro de 1985);

- Medalha do Mérito Industrial “Simplício Dias da Silva”, conferida pela Federação das Indústrias do Estado do Piauí (Maio de 1986);

- Medalha do Mérito Judiciário “Ministro Antônio de Sousa Martins”, conferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (Outubro de 1986);

- Medalha do Mérito Pecuário, conferida pelo Governo do Estado do Maranhão (Fevereiro de 1987);

- Medalha no grau de Oficial, conferida pela Ordem do Congresso Nacional (Dezembro de 1987);

- Medalha do Mérito do Poder Legislativo, conferida pela Assembléia Legislativa do Piauí (Janeiro de 1993);

- Diploma de Honra ao Mérito, conferida pela Associação Brasileira dos criadores de Zebu - ABCZ (Maio de 1989);

- Medalha do Mérito Agropecuário “João Mendes Olímpio de Melo”, na Categoria de Produtor, conferida pelo Governo do Estado do Piauí (Dezembro de 1993);

- Medalha da Ordem Municipal do Mérito “Augusto César”, conferida pela Câmara de Vereadores de Uberlândia-MG (Agosto de 1995);

- Medalha do Mérito Legislativo pelos relevantes serviços prestados à cidade de Teresina, conferida pela Câmara Municipal de Teresina (Dezembro de 1995);

- “Estribo de Ouro do Mérito Pecuário, conferida pela Associação dos Criadores do Estado do Maranhão - ASCEM” (Dezembro de 1995);

- Medalha de Honra ao Mérito, conferida pela Federação Nacional dos Engenheiros (Fevereiro de 1996);

- Diploma de Mérito Pecuário - ABCZ, tendo em vista os relevantes serviços prestados a Entidade ao desenvolvimento da Pecuária (Maio de 1996);

- Homenagem pelas relevantes contribuições prestadas a Pecuária Seletiva, conferida pela Sociedade Nordestina do Criadores de Recife-PE (novembro de 1997);

- Medalha “Brigadeiro Falcão”, conferida pela Polícia Militar do Estado do Maranhão;

- Medalha “Láurea ao Mérito 2010”, conferida pelo Crea-PI.

Eng. Militar
Moysés Castelo Branco Filho



Nascido em Teresina (12/01/1905); falecido no Rio de Janeiro (06/09/1988). Engenheiro Militar pela Escola Militar de Realengo (RJ) e Matemático e Cartógrafo pela Escola de Engenheiros Geógrafos Militares.

Professor do Instituto Militar de Engenharia. Militar respeitado, escritor e historiador fecundo, publicou os seguintes livros: “História da Revolução no Piauí”; Povoamento do Piauí”; “História do Comércio de Teresina”; “Cálculos Geodésicos – Síntese dos Cálculos de Compensação”; “História de uma Bandeira – Desbravamento do Piauí”; “Guerra da Independência no Piauí”; “História da Cidade”; “O Piauí na História Militar do Brasil”; “Depoimento para a História da Revolução no Piauí, período revolucionário: 1922 – 1931”; “A Primeira Viagem do Homem à Lua”; “A Família Rural do Piauí”; “Palácio da Conceição”; Capela da Conceição”.

Moysés Castelo Branco Filho teve seu nome inscrito no livro Lâurea ao Mérito – 2009, do Sistema Confea/Crea, por indicação do Crea-PI, como reconhecimento pela sua competência e dedicação no exercício profissional.

Seu nome foi aprovado para inscrição no livro “Lâurea ao Mérito 2010 do Crea-PI”

Eng. Civil

Paulo de Tarso Cronemberger Mendes



Prof. Dr. Paulo de Tarso Cronemberger Mendes é um dos mais pródigos e competentes calculistas do Piauí. Tem dezenas de projetos estruturais executados (edifícios comerciais e residenciais, condomínios, galpões industriais, Teresina Shopping e São Luis Shopping e tantos outros). Pela sua atuação profissional e acadêmica, bem como conselheiro do Crea-PI e um dos idealizadores da FECON, seu nome foi indicado pela Câmara Especializada de Engenharia Civil e aprovado pelo

Plenário para ser galardoado com a Medalha do Mérito 2010 do Crea-PI. Seu currículo é muito extenso, podendo assim ser resumido: Graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco (1976), mestrado em Engenharia de Estrutura (1983), com a dissertação “A influência da fissuração no comportamento das vigas de concreto armado” e doutorado em Engenharia de Estruturas, com a tese “Contribuições para um modelo de gestão de pontes de concreto aplicado à rede de rodovias brasileiras” pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Professor da UFPI desde 1978, tendo exercido os cargos de Vice-Diretor e Diretor do Centro de Tecnologia. Ministrou na UFPI as disciplinas “Concreto II” e “Estrutura de Madeira” para o curso de Engenharia Civil e a disciplina “Projeto Estrutural para Arquitetura” para o curso de Arquitetura e Urbanismo. Foi Coordenador do curso de Engenharia Civil da UNINOVAFAPI, onde ministrou a disciplina Introdução à Engenharia Civil. Atualmente é professor e coordenador do curso de Engenharia Civil do Instituto Galileu, em Teresina. É co-autor de uma vasta produção bibliográfica de artigos técnicos publicados em periódicos, capítulo de livro (Coletânea Habitare, 2006, v. 6 p. 142-159) e anais de Congressos. Participou como Membro do Comitê Científico em quatro edições do Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia.

Foi homenageado com as Medalhas “Láurea ao Mérito 2010” (Crea-PI) e “Láurea ao Mérito 2014” (Confea).

Atualmente exerce o cargo de Superintendente Regional do DNIT no Piauí, no qual tomou posse em 19/08/2015

Igreja Nossa Senhora do Amparo, localizada em frente a praça Marechal Deodoro da Fonseca (praça da Bandeira), nas proximidades do marco zero da cidade. (gravura trabalhada com recursos computadorizados a partir de foto disponível para divulgação).



Mulheres no Conselho

Arquiteta

Alcília Afonso (KAKI)

A arquiteta Alcília Afonso de Albuquerque e Melo, conhecida pelo apelido de Kaki, nasceu em Recife-PE no dia 12 de fevereiro de 1962. Graduiu-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em dezembro de 1983.

Em 1984, mudou-se para Teresina e, após realizar concurso, entrou para a Universidade Federal do Piauí (UFPI), onde iniciou carreira acadêmica. Atua como docente na instituição, desenvolvendo trabalhos de ensino, pesquisa, e extensão.



Possui livros e diversos artigos publicados na área. Coordena os grupos de pesquisa sobre patrimônio cultural piauiense, modernidade arquitetônica e habitação de interesse social cadastrados na UFPI, CNPQ e FAPEPI. Sua área de concentração em pesquisas, portanto, são voltadas para Arquitetura, Cidade e Modernidade.

Doutora em projetos arquitetônicos pela ETSAB/UPC, Barcelona (2006), com tese intitulada “A Consolidação da arquitetura moderna nos anos 50 em Recife” (2006); Investigadora europeia pela ESTAB/UPC de Barcelona (2004); Mestra em História da Arquitetura pela UFPE (2000) com dissertação sobre a origem da modernidade arquitetônica em Recife nos anos 30. Especialista em Arte e Cultura Barroca pela UFMG (1986), especialista em Conservação Territorial e Urbana pela UFPE (1998).

Em 2010, representando a UFPI, participou da organização da XIV FECON juntamente com os presidentes do CEPI e IAB/PI, sob a coordenação do presidente do Crea-PI.

Eng. Agrônoma
Adriana Chagas Barreto

Graduada em Engenharia Agrônômica pela UFPI (1994). Gerente da Floramel Indústria e Comércio Ltda. Tem experiência e atuação nas áreas de Ciências Agrícolas e Ciência e Tecnologia de Alimentos. Recebeu o Prêmio Concurso de Monografia sobre Projeto Vale do Parnaíba, promovido pelo governo do Estado do Piauí.



Tomou posse em 2013 como conselheira suplente, assumiu a titularidade para o mandato que vai até dezembro de 2015. Coordenadora da Comissão Permanente do Meio Ambiente, além de participar da Comissão Permanente de Orçamento e Tomada de Contas.

Arquiteta
Ana Lúcia Ribeiro Camillo da Silveira



Natural de Bento Gonçalves (RS), onde seu pai Joel Ribeiro serviu o Exército Brasileiro no 1º Batalhão Ferroviário.

Ana Lúcia estudou arquitetura na UNB - Universidade de Brasília, tendo se graduado em 1980.

Ainda estudante, montou escritório com a arquiteta Aline Elvas, sua parceira em vários projetos, principalmente residenciais.

Atua também como professora universitária da UFPI/ Universidade Federal do Piauí e como coordenadora e docente do curso de arquitetura e urbanismo do ICF - Instituto Camilo Filho. Juntamente com Aline Elvas, foi uma das responsáveis pela criação do curso de Arquitetura e Urbanismo, tanto na instituição federal como na particular.

Possui mestrado e doutorado na área de Conforto Ambiental, todos realizados na UNB, sendo, portanto, especialista na arquitetura bioclimática, tendo contribuído bastante na difusão desta, tanto na área acadêmica como na elaboração de seus projetos. (Fonte: texto da arquiteta Alcília Afonso).

Ex-conselheira regional do Crea-PI como representante do Instituto Camilo Filho, Tendo participado da Câmara Especializada de Arquitetura. Foi coordenadora da Comissão Permanente de Educação e Legislação Profissional, bem como 2ª Diretora Administrativa (2010).

Arquiteta

Ângela Martins Napoleão Braz e Silva

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Santa Úrsula. Tem Especialização em Arte-Educação pela Universidade Federal do Piauí e Mestrado em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco.

Atualmente faz doutorado no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. É Professora Assistente da Universidade Federal do Piauí, onde leciona as disciplinas de Projeto Arquitetônico VII, Projeto de Urbanismo e Planejamento Urbano Regional.

Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo com ênfase em Projetos e Processos Urbanos. Seus trabalhos abordam principalmente os seguintes temas: história da cidade e do urbanismo, desenvolvimento urbano, habitação social, plano diretor, e desenho da cidade.

Entre sua produção bibliográfica se destacam os livros “Projeto de Ordenamento Estrutural do Parque Nacional de Sete Cidades” e “O Avesso da Idéia”.

Entre a década de 1980 a 2001, participou do Sistema Confea/Crea como conselheira regional representante do IAB/PI e da UFPI. Foi Secretária do Conselho, Coordenadora da Câmara Especializada de Arquitetura e da Câmara Especializada de Engenharia Civil (antes da criação da CEArq).

Entre 1981 e 1994 foi arquiteta do quadro de funcionários permanente da COHAB-PI.



Em 11 de janeiro de 2010, pela primeira vez, a Mesa Diretora de uma Reunião Plenária do Crea-PI foi composta exclusivamente por mulheres. Isto aconteceu porque o presidente Araújo se encontrava viajando e os engenheiros Paulo Roberto e João Batista, respectivamente, 1º vice-presidente e 1º diretor administrativo eram candidatos naquela Sessão a cargos na Diretoria Executiva de 2010. Assim sendo, a então 2ª vice-presidente Oneida Barros assumiu o comando da Sessão, tendo como companheiras de Mesa as conselheiras federais Ana Karine (efetiva) e Sandra Selma (suplente) e a diretora geral da Mútua-PI Socorro Seabra.

Eng. Civil

Maria de Fátima Cordeiro Ferreira



Formada em Engenharia Civil pela UFPE (1982) e funcionária do DER-PI - Departamento de Estradas de Rodagem do Piauí, desde 09/05/1986. Antes, porém, exercera atividades profissionais na empresa MM Engenharia Ltda. Por certo período esteve a disposição da CMTP – Companhia Metropolitana de Transportes Públicos do Piauí, exercendo o cargo de Diretora de Operações. Também trabalhou como engenheira no SENAI – Serviço

Nacional de Aprendizagem Industrial.

Teve destacada atuação como conselheira do Crea-PI, tendo exercido os cargos de Coordenadora da Comissão de Ética e Exercício Profissional, 1ª Diretora Financeira (2009), 1ª Vice-Presidente (2011) e Coordenadora Adjunta da Câmara Especializada de Engenharia Civil (2012).

Pernambucana, Fátima Cordeiro se tornou piauiense adotiva e afetiva pelos laços matrimoniais com o engenheiro civil piauiense, Fernando José Guimarães Ferreira.

Eng. Agrimensora

Maria José Ferreira Damasceno Oliveira

Nasceu em Igarapé Grande (MA). Graduada em Engenharia de Agrimensura pela UFPI e funcionária do Instituto de Terras do Piauí – INTERPI desde 1981, a Eng. Agrimensora Maria José Damasceno teve destacada atuação em entidades de classe e no Crea-PI. Sócia Fundadora do Instituto Piauiense de Avaliações e Perícias de Engenharia - IPIAPE, tendo ocupado nessa entidade os cargos de vice-presidente da primeira Diretoria; conselheira efetiva na segunda Diretoria e presidente por dois mandatos (01/12/1995 - 01/12/1997) e (23/01/1998 - 01/12/1999).



Atuou no Sindicato dos Engenheiros do Piauí; foi coordenadora estadual da Mútua no Piauí, conselheira efetiva por dois mandatos e primeira mulher a ocupar o cargo de vice-presidente do Crea-PI.

Eng. Agrimensora
Oneida Barros Bezerra

Natural de Inhuma-PI, formou-se em Engenharia de Agrimensura pela UFPI. Doutora em Engenharia de Produção e Mestre em Transportes Públicos; Professora da UFPI;

Diretora Cultural do Clube de Engenharia do Piauí (2008-2009 e 2010-2011), tendo exercido na gestão anterior o cargo de Diretora de Relações Públicas.

Presidente em segundo mandato do IPIAPE – Instituto Piauiense de Avaliação e Perícia de Engenharia (2008-2009 e 2010-2011). Conselheira do Crea-PI, destacando-se nos cargos de 1ª Diretora Administrativa (2008), 2ª Vice-Presidente (2009) e Coordenadora da Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, Geologia e Minas e Mecânica - CEAGMM (2010).



Arquiteta

Wilza Gomes Reis Lopes



Graduada em Arquitetura pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (1978); Especialista em Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (1985); Mestre em Arquitetura, área de concentração “Tecnologia do Ambiente Construído” pela Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo – EESC/USP (1998). Doutora em Engenharia Agrícola, área de concentração “Construções Rurais e Ambiência” pela Faculdade de Engenharia Agrícola da

Universidade Estadual de Campinas – FEAGRI/UNICAMP (2002).

Professora do Departamento de Construção Civil e Arquitetura do Centro de Tecnologia da UFPI; professora e orientadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da UFPI. A arquiteta Wilza Gomes Reis Lopes faz jus ao Certificado do Confea pelos relevantes serviços prestados à Nação como conselheira do Crea-PI por dois mandatos (2005-2007 e 2008-2010), tendo destacada atuação na Câmara Especializada de Arquitetura – CEArq, e no exercício dos cargos de membro das Comissões de Meio Ambiente (2005 e 2007) e de Ensino e Legislação Profissional (2009 e 2010); coordenadora adjunta (2006 e 2010) e coordenadora (2007 e 2008) da CEArq.

Arquiteta

Nícia Bezerra Formiga Leite



Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Paraíba (1993); Especialização em Planejamento Municipal pela Universidade Federal de Viçosa (2000); Mestrado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Viçosa (2004), Doutoranda em Geografia (UFMG). Atualmente é Professora Assistente da Universidade Federal do Piauí e Coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo (UFPI). Presidente do IAB-PI desde 2008.

A Arquiteta Nícia Bezerra Formiga Leite tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Planejamento e Projetos de Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: planejamento urbano, planejamento municipal, urbanismo, desenho urbano e acessibilidade.

Faz jus ao Certificado do Confea pelos relevantes serviços prestados à Nação como conselheira do Crea-PI (2007 a 2009), tendo exercido os seguintes cargos; 2ª diretora administrativa (2007), coordenadora da Câmara Especializada de Arquitetura - CEArq (2008 e 2009) e também foi coordenadora do GT de Acessibilidade (2008 e 2010).

Arquiteta

Odinea Cincinata Monteiro da Silva

Nasceu em Teresina. Uma das primeiras mulheres piauienses a adquirir o título de arquiteta, Odinea Monteiro da Silva graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Trabalhou na Prefeitura Municipal de Teresina, estando atualmente aposentada, mas continua exercendo suas atividades como profissional liberal, ao lado de sua sócia, a arquiteta Socorro Neiva, com a qual já executou mais de mil projetos.

É casada com o engenheiro civil Francisco Gerardo, ex-prefeito de Teresina.

Eng. Civil

Maria do Socorro Gomes Araripe Seabra

Socorro Seabra formou-se em Engenharia Civil pela UFPI. Fez Especialização em Gestão do Trânsito e Transportes pela Universidade Estadual do Paraná e em Avaliações e Perícias de Engenharia pela Faculdade Osvaldo Cruz. Pós-Graduada em Engenharia de Segurança do Trabalho pela FACID, Teresina-PI.



Exerceu o cargo de Secretária de Obras da Prefeitura de Água Branca-PI (1983-1986); Engenheira de Obras e de Manutenção Predial da Construtora HabFácil (1998-2006) e de Manutenção Predial da Construtora Jurema (2003-2006). Pertence ao quadro de funcionários do DER-PI, atuando como engenheira fiscal de obras.

Conselheira do Crea-PI, exercendo o terceiro mandato (2004 a 2006, 2007 a 2008, 2015 a 2017)), onde se destacou como coordenadora da Câmara Especializada de Engenharia Civil (2006 e 2007), coordenadora do GT Mulher (2006) e presidente da Comissão de Licitação do Crea-PI. Foi Diretora Administrativa do Clube de Engenharia do Piauí (2008/2009 e 2010/2011). Exerceu o cargo de Diretora Geral da Mútua-PI por dois mandatos consecutivos. (2009-2011 / 2012-2014). É atualmente a 1ª diretora administrativa do Crea-PI.

Eng. Civil

Márcia Maria Vasconcelos



Graduou-se em Engenharia Civil pela UFPI (1998), instituição onde cursou Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho. Fez também Especialização em Avaliação e Perícia de Engenharia e MPA em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental pela Faculdade Osvaldo Cruz, além de MPA em Gestão de Cidades pela Fundação Getúlio Vargas, em Teresina.

Márcia Vasconcelos é engenheira concursada da Prefeitura Municipal de Teresina. Tem relevante atuação em entidades de classe, tendo exercido os cargos de presidente do IPIAPE (2006-2007); diretora social (2003-2005) e primeira tesoureira (2005-2007) do Clube de Engenharia do Piauí. Foi conselheira do Crea-PI, tendo sido coordenadora da Comissão de Ética Profissional e atuado com destaque em outras Comissões.

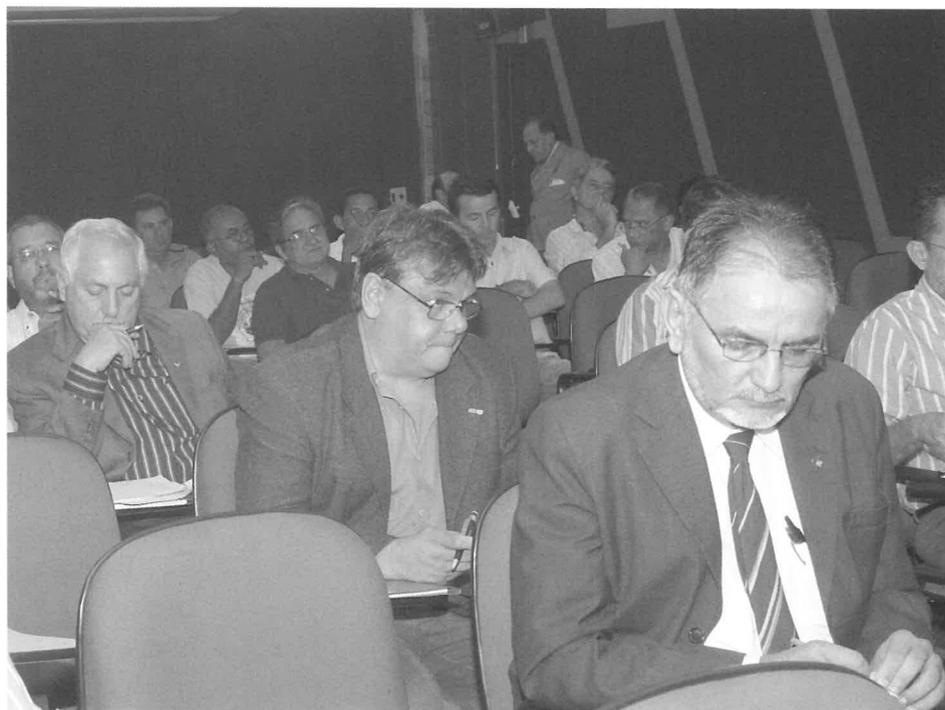
Lideranças do Piauí em ação parlamentar no Congresso Nacional, por ocasião do 5º Encontro de Lideranças (Brasília, fevereiro de 2010), defendendo Projetos de Lei de interesse da área tecnológica juntos aos parlamentares piauienses. Na entrada da Câmara Federal, da esquerda para a direita: Fernando Rosas, Carlos Costa, José Mendes, Lúcio Vieira; Wilza Gomes, José Borges Araújo, Socorro Seabra, Moacyr Gayoso, Jaqueline Diniz e Walterwilson Carvalho.



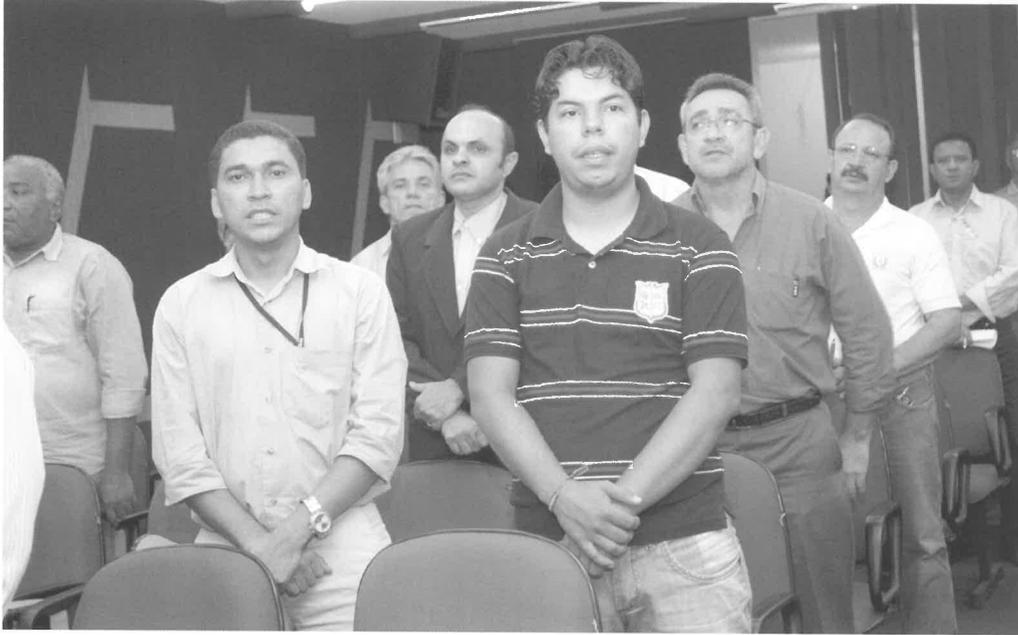
Conselheiros em Reunião Plenária (2010). Em primeiro plano, vê-se: José Iran, Carlos Fortes e Emanuel Castelo Branco.



José Ribamar Alves Ferreira, ex-conselheiro.



Conselheiros em Plenária (2010), vendo-se Militão Rufino (de terno e gravata), Moacyr Gayoso, José Mendes, Luiz Facchinetti, João Neto e outros.



Ao lado, veem-se, entre outros, Gilberval Vieira, Jaime da Paz Filho, Márcio Freitas, Luciano Coelho de Oliveira, Mário Genário e Carlos Costa (2010).



*Da esquerda para a direita:
Sergil Araújo (1º diretor financeiro);
Teodoro Reinaldo (1º vice-presidente);
Paulo Roberto (presidente);
José Carvalho Rufino (2º diretor administrativo);
Joaquim Arcoverde Filho (2º diretor financeiro);*

*De arquitetura arrojada e estrutura inovadora.
O prédio da Cepisa - Eletrobras Distribuição Piauí,
foi construído em 1974 pelo Eng. Alberto Silva.
(gravura trabalhada com recursos computadorizados
a partir de foto disponível para divulgação).*



Eles também participam desta história

O capital humano do Crea-PI, atualmente composto de 71 funcionários, treze estagiários e cinco comissionados não pertencentes ao quadro funcional, além dos prestadores de serviço, já não é suficiente para atender a demanda.

O Conselho cresce cada vez mais e, apesar de reformas e ampliações, o espaço físico ficou pequeno para as suas necessidades. Não obstante, a maioria dos funcionários se dedica à lida com empenho. Registra-se aqui uma homenagem àqueles que também participam desta história.

Fernando Albuquerque e Lúcia Eliene são os funcionários mais antigos em atividade. Trabalham no Conselho desde os tempos em que este era uma Inspeção subordinada ao Crea do Ceará. Eles prestaram depoimentos para este livro, como testemunhas do desenvolvimento ocorrido no órgão.



Fernando Pedreira de Albuquerque e Alcântara observa a grande mudança operada no Conselho ao longo do tempo. Lembra que a fiscalização era feita inicialmente de bicicleta, o que na época era possível porque a cidade ainda era pequena e provinciana. Posteriormente, a Vespa, um dos primeiros modelos de motocicletas, substituiu a bicicleta. Depois vieram as motocicletas modernas, os automóveis e utilitários utilizados atualmente.

Outra mudança percebida pelo informante foi nas comunicações. Já havia o telefone e o Telex e posteriormente veio o Fax. “Atualmente a informatização, com os sítios e os correios eletrônicos que tornaram a comunicação instantânea, agiliza também o trâmite dos processos.”, acrescenta Dr. Fernando.

Atualmente, a área jurídica em que trabalha conta com dois advogados, uma bacharela em Direito e um estagiário, entre os funcionários que passaram a compor o quadro de pessoal do órgão, para o pleno exercício de sua atividade.

A funcionária **Lúcia Eliene Parentes Ferreira Dourado** ingressou na Inspeção de Teresina, subordinada ao Crea-9ª Região sediado em Fortaleza. Começou a trabalhar como auxiliar administrativa, sendo aproveitada para o quadro funcional do Crea-13ª Região assumindo o cargo de Tesoureira, passando pelos cargos de Gerente Financeira, Coordenadora Geral e novamente Tesoureira. Em entrevista, Lúcia Eliene relembra as fases vividas pelo Crea-PI, desde sua instalação, funcionamento numa sala da rua Coelho de Resende, depois em três amplas salas da rua Álvaro Mendes e, finalmente, no atual prédio da praça Demóstenes Avelino. Ela destaca e



elogia a organização financeira, bem como a seriedade e o compromisso na aplicação dos recursos da instituição nesses 35 anos, “produto do comprometimento dos funcionários e da dedicação e zelo de todos os presidentes que já passaram pelo Crea-PI”.

O engenheiro agrônomo **Josevaldo Francisco do Nascimento** é



funcionário concursado do Crea-PI, onde ingressou em 10/11/1986. Desde então tem se pautado pela dedicação exclusiva ao Conselho, tendo atuado inicialmente como Assessor Técnico da Câmara Especializada de Agronomia e, posteriormente, das outras Câmaras, Diretoria, Presidência e Plenário e gerente da Divisão de Fiscalização. Atualmente exerce o cargo de Assessor do CREA-PI.

Em decorrência de sua abnegada dedicação ao trabalho, tornou-se conhecedor profundo do Sistema Confea/Crea e, em particular, da estrutura organizacional do Crea-PI. No seu entender, “deveria haver um programa permanente de especialização e gestões funcionais” para melhorar o funcionamento do Regional.

Em abril de 2007, ao ser convidada pelo presidente Araújo para



comandar a Controladoria, a bacharela em Ciências Contábeis e técnica em Administração de Empresa **Alexsandra Corrêa Melo** não imaginava o tamanho do desafio que teria pela frente. O setor fora instituído no organograma do Crea-PI com a implantação do Regulamento da Estrutura Organizacional e Auxiliar, aprovado através da Decisão Normativa nº 005/2006, de 11/05/2006 e naquele momento ela assumia o compromisso de implantá-lo, mesmo com as condições adversas encontradas.

Inicialmente, deparou-se com a resistência dos outros departamentos em se adaptar à nova ordem, além do problema de espaço físico adequado para o desempenho de suas funções.

Superadas essas dificuldades internas, Alexsandra pôde contar com o apoio de Controladorias de outros Creas, especialmente dos estados de Goiás e do Pará, onde obteve informações e orientações seguras para desenvolver seus próprios mecanismos de controle, facilitando o manejo das informações com as áreas administrativas, financeira, contábil e de pessoal.

Na sua opinião, é muito importante controlar o patrimônio permanente do Conselho e concluir o inventário físico das Inspetorias.

Em síntese, a Controladoria é uma unidade administrativa que tem como principal função analisar e apontar as irregularidades porventura existentes em todos os processos administrativos, bem como nos procedimentos financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais, devendo ainda organizar e reportar dados e informações relevantes ao Presidente. Compete também propor soluções para a otimização dos procedimentos administrativos, através da utilização de mecanismos de controle interno no âmbito do Regional.



Suzana Marques Benício (Registro e Cadastro)



Tersolange Dias de Carvalho atende um cliente



Helena Maria Pereira e Nayane Áurea Santiago Costa (atendimento)



Rayanne Raquel dos Reis (estagiária), Eulália Sousa de Sena (aux. administrativa) e Milena Cristina de Araújo (atendimento)



Francisca Maria Torres de Sousa (Chefe do Departamento Administrativo e Financeiro, Gerente de Informática)



Vilma Severino de Araújo (Setor Financeiro) e Erivaldo Batista de Oliveira (Contador do Crea-PI)



Adeilde Teixeira (Assistente do Setor jurídico)



Wagner Caldas Bezerra (Setor de Cadastro)



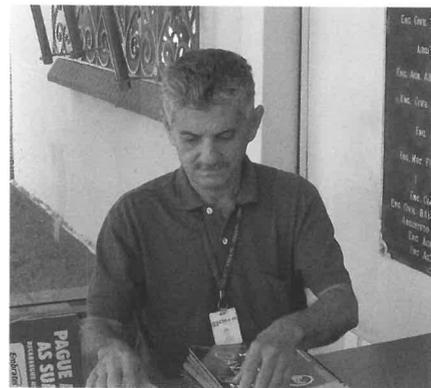
Luis Barbosa (Gerente de Recursos Humanos)



Mônica Bessa e Maxwelma Sousa (Secretárias das Câmaras Especializadas)



Elingésio de Sales, Eliane Maria, Antonio Lisboa e Antonio Filho Martins (fiscais)



Silvestre de Sousa (Agente de Portaria)



Talita Caroline Soares Senna (advogada)



César Tavares Varão (fiscal), Maicon Anderson Carvalho (agente administrativo)



*Antônio Filho Martins
Chefe do Departamento
de Fiscalização*



*Acima, Marcus Aurélio (Gerente de Apoio
Administrativo); abaixo, as funcionárias
Fernanda Maria (esq.) e Maria das Neves
(assistentes de fiscalização)*



*Eng. Agrim. Sandro Sousa (Assessor), atual
presidente do Clube de Engenharia do Piauí.*



Israel José Lima (Fiscal)



João Roseno (fiscal)



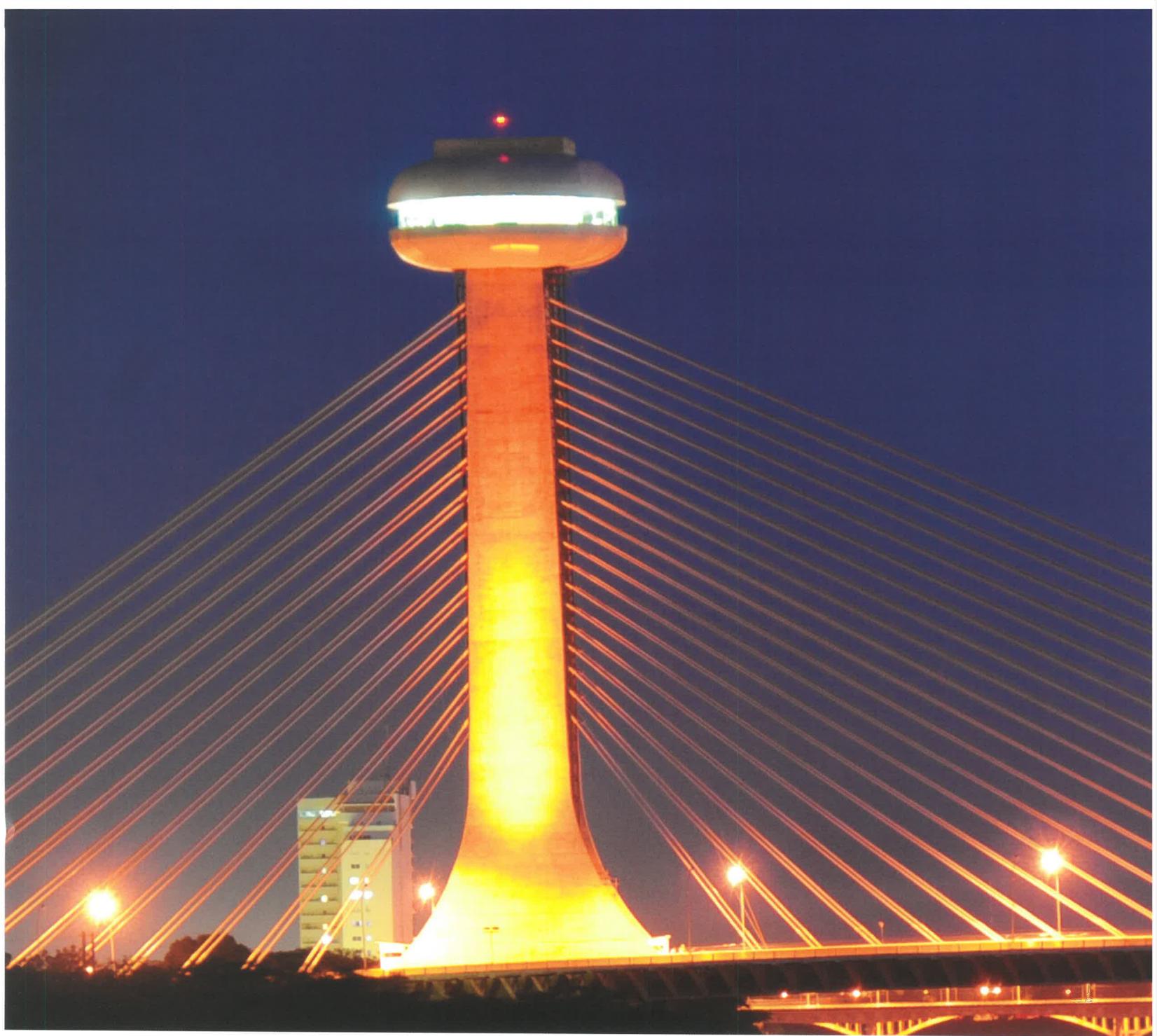
*Carlos Heitor de Oliveira
(Setor de ART)*



*Da esq. para a dir.: Sandro da Costa Queiroz Jr.,
José Alcides Oquendo Filho, Frederico Costa
Chaves e Thaize Paulo de Sousa Soares (Setor de
Informática)*



*A esquerda, Socorro Araújo (Secretária do
gabinete); acima, Maria da Assunção Lima
(Setor administrativo)*



O desenvolvimento é feito por profissionais ligados ao Sistema Confea/Crea



Verticalização de Teresina

A verticalização de Teresina acentuou-se a partir da década de 1990. A arquitetura moderna dos edifícios residenciais é um contraponto à arquitetura de linhas neoclássicas dos prédios antigos localizados no centro da Capital.





Vista de edifícios no bairro Ilhotas e da ponte Juscelino Kubitschek, que liga as avenidas Frei Serafim e João XXIII, e dos trevos de acesso na parte Leste da cidade.



Theatro 4 de Setembro. *Projetado pelo engenheiro alemão Alfredo Mondrak. As obras tiveram início em 1890 e concluídas em 1894. Possui linhas arquitetônicas neoclássicas, marcando a paisagem da praça Pedro II como importante abrigo das artes cênicas em Teresina.*

Palácio de Karnak. *Exemplar de linhas neoclássicas de inspiração na arquitetura grega e romana. Construído em princípios do século XX para servir de residência particular. Foi adquirido pelo governador Matias Olímpio em 1926 para a sede do governo. Para adequá-lo às necessidades do executivo, sofreu várias reformas no seu interior, conservando sempre as fachadas externas originais.*



O modernismo do Metropolitan Hotel, contrastando com o ecletismo de antiga casa residencial e a arquitetura de linhas neoclássicas do Convento São Benedito: três exemplares de diferentes estilos localizados lado a lado na av. Frei Serafim, centro da Capital.



Estação Ferroviária de Teresina. Localizada no cruzamento das avenidas Miguel Rosa e Frei Serafim, sobressai na paisagem pelo ecletismo na intenção plástica do autor do projeto arquitetônico.

Palácio da Cidade. O edifício de linhas neoclássicas localizado na praça Marechal Deodoro, também conhecida por praça da Bandeira, foi construído em 1922 para funcionar a Escola Normal. Abriga atualmente o Palácio da Cidade, sede da Prefeitura Municipal de Teresina.



O prédio onde funcionou a Justiça Federal, de linhas neoclássicas como o Palácio da Cidade situado ao seu lado, compõe presença marcante na paisagem urbana do sítio histórico da praça Marechal Deodoro. Foi construído pelo engenheiro Antonino Freire, que governou o Piauí no período de 15/03/1910 a 01/01/1912.



O estádio de futebol “Alberto Silva”, o “Albertão”, como ficou conhecido, foi idealizado pelo governador Alberto Tavares Silva, que o inaugurou no dia 26/08/1973, com a conclusão da primeira etapa das obras, compreendendo a parte estrutural propriamente dita, arquibancadas, torres de iluminação, vestiários, banheiros, e instalações complementares. Enfim, toda a estrutura necessária para sediar jogos de futebol, especialmente do Campeonato Nacional de Clubes.

Segundo o engenheiro Cid de Castro Dias, no seu livro “Piauí Projetos Estruturantes” (2006), “o estádio foi projetado para uma capacidade de sessenta mil pessoas”. Foram executadas fundações profundas, compreendendo “646 tubulões armados, escavados a céu aberto, com a profundidade média de 7 metros e diâmetros variando de 0,70 a 1,10 metros.” Parte da arquibancada foi executada em estruturas premoldadas. Ainda conforme o citado autor, “pela primeira vez no Piauí foram utilizadas formas deslizantes, quando da concretagem das torres de iluminação.”

É de longe a maior obra piauiense em volume de concreto armado em todos os tempos.

As pontes sobre os rios Parnaíba e Poti, em Teresina, foram construídas empregando-se o topo da tecnologia de construção para a época em que cada uma foi executada.



Ponte Metálica

A imensa treliça de aço da Ponte João Luís Ferreira, alcança até 13,50 m de altura. O sistema utilizado em treliça, com as ligações das peças numa sequência de rebites alinhados, oferece um visual de estilo exuberante. Por esta razão, desde sua inauguração

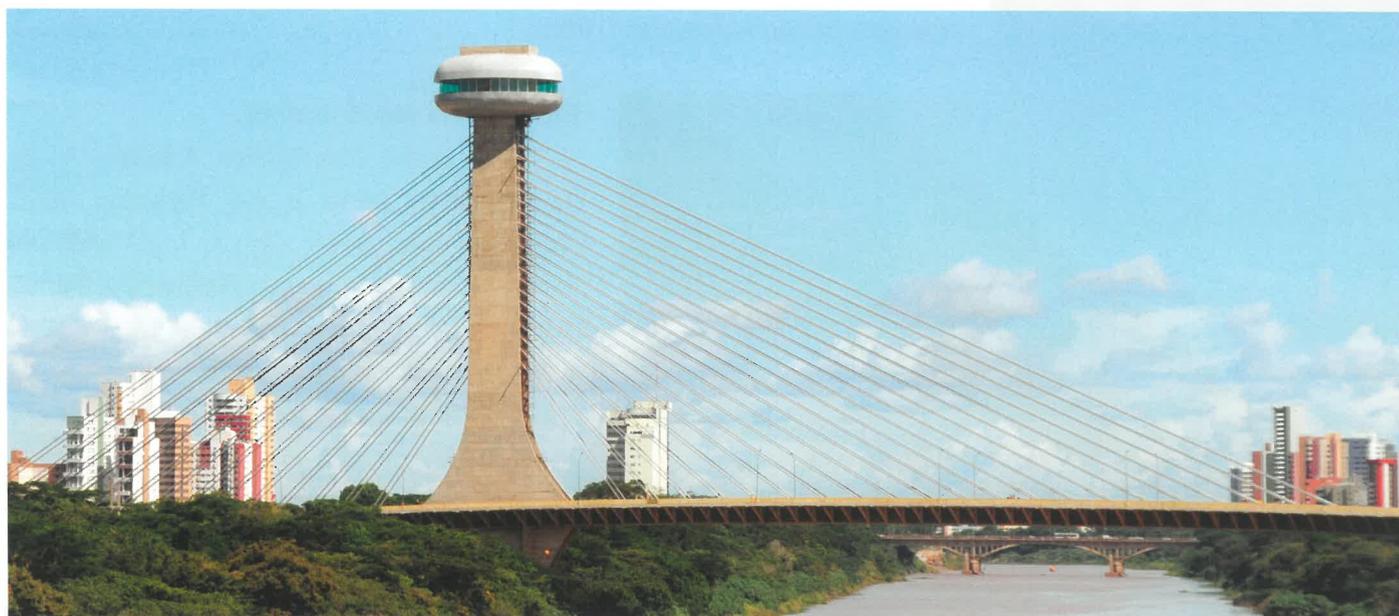
em 1939 até os dias atuais, a “*Ponte Metálica*”, como também é conhecida, é considerada a imagem mais reproduzida e o principal e mais belo cartão postal da Capital. Tudo indica que esta condição será assumida de agora em diante pela recém-inaugurada Ponte Estaiada Mestre João Isidoro França.

Ponte Estaiada

A ponte estaiada Mestre João Isidoro França, sobre o rio Poti, liga a zona norte à zona leste da cidade, através da interligação da Alameda Parnaíba à av. Dom Severino. Inicialmente prevista para ser inaugurada em 2002, ano do 150º aniversário de Teresina, daí originalmente batizada de Ponte do Sesquicentenário, veio a ser inaugurada somente em 30/03/2010.



As características técnicas da ponte compreendem “um único plano central, com seis vãos, sendo dois de equilíbrio e os demais de travessias”. “A superestrutura é atirantada a um mastro que se prolonga a uma altura de 72 metros acima do tabuleiro pelo lado da Av. Raul Lopes.” (Apud DIAS, Cid de Castro, Piauí Projetos Estruturantes. 2006, p. 43). Construída em concreto armado protendido em tecnologia estaiada, com 363 m de extensão e 28,90 m de largura, suspensa através de cabos de aço - o que existe de mais moderno e avançado no mundo - a ponte no seu conjunto produz um visual que se constitui no mais novo cartão postal da cidade. O que mais marca são os estais a sustentar uma torre, cujo topo alcança 93 metros de altura.

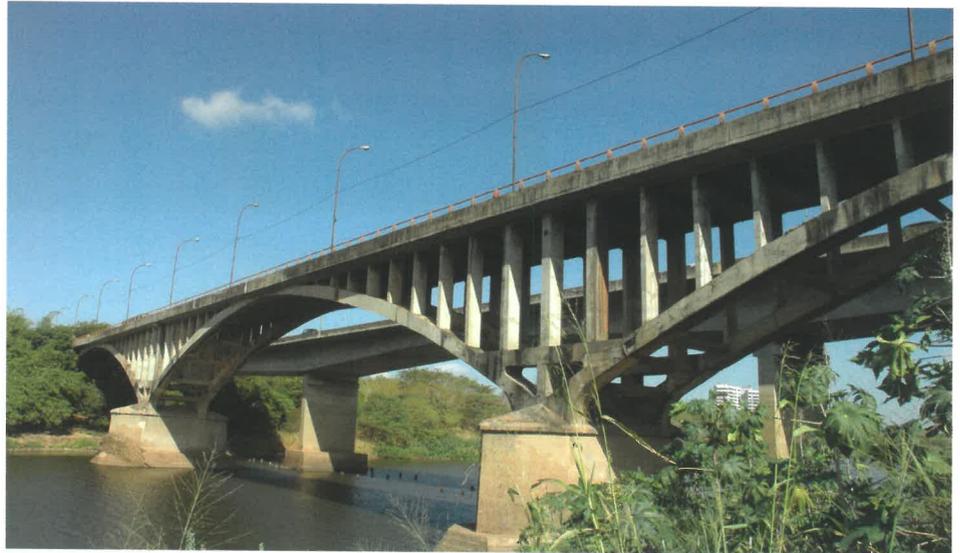


Servido por dois elevadores, a cúpula propicia um privilegiado mirante onde se tem uma visão panorâmica da cidade.

Os engenheiros que registraram ART no Crea-PI, responsabilizando-se pelo projeto e/ou execução da ponte, todos pela Construtora OAS Ltda, foram os seguintes:

- Projeto e Execução: Henrique Braga Antipoff, Paulo Roberto Venuto, José Adelmário Pinheiro Filho, Elmar Juan Passos Varjão Bonfim e Charles Maia Galvão;
- Execução: Jenner Lima de Farias e Rogério Veras.

O engenheiro civil Demóstenes Ribeiro Gonçalves Filho, da empresa STENG – Sociedade Técnica de Engenharia Ltda, registrou ART referente ao projeto e cálculo estrutural de elementos de sustentação da adutora Norte, parte integrante das obras complementares da referida ponte estaiada.



Ponte da Frei Serafim

A ponte Juscelino Kubitschek, que liga a av. Frei Serafim à zona leste, possui vigas retas e em arco, estrutura muito utilizada na época de sua construção (década de 1950).



Ponte Nova (da Tabuleta)

A ponte Engenheiro Antônio Alves de Noronha, sobre o rio Parnaíba, mais conhecida por ponte Nova, localizada no bairro Tabuleta e que liga Teresina a Timon (MA), foi construída na década de 1970. O sistema estrutural empregado é composto de vigas contínuas, que vencem grandes vãos.



*Ao lado, rodovia federal com revestimento do tipo AAUQ
abaixo, rodovia estadual PI-112, trecho Teresina/União, com revestimento em TSD*

Sistema Viário

O sistema viário do Piauí é composto predominantemente de rodovias. A extensão total da rede rodoviária do estado soma 62.521 km de estradas de rodagem, abrangendo cerca de 46.594 km de estradas municipais, 4.409 km de estradas federais, 10.346 km de estradas estaduais e 1.172 km de rodovias transitórias (estaduais sobrepostas a federais ainda não implantadas).

São 5.440,30 km de estradas pavimentadas, sendo 2.358,80 km federais, 3.028,90 km estaduais e 52,60 municipais. Implantadas em revestimento primário são catalogadas 3.978 km estaduais e 141,8 km federais. Existem ainda 4.589,00 km de rodovias planejadas e mais de 40.000 km em leito natural. *(Fonte: DER-PI)*



Tendo em vista a disponibilidade de agregados adequados em todo o estado, os tipos de revestimentos mais utilizados nas rodovias pavimentadas do Piauí são AAUQ (Areia Asfalto Usinado a Quente) e TSD (Tratamento Superficial Duplo). Nas travessias urbanas, em subtrechos de rodovias federais, nota-se a presença de revestimento em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente). Nos últimos anos, o governo adotou o TSS (Tratamento Superficial Simples), utilizado principalmente nas rodovias de acesso a pequenas cidades onde o tráfego é considerado leve.

Os eixos rodoviários se revestem de suma importância para a economia do Piauí. Destacam-se os seguintes:

1. BR-343, que parte do litoral, atravessa Teresina e Floriano até atingir a BR-135, em Jerumenha.
2. O trecho da BR-222, que interliga o Ceará ao Piauí pontuando no entroncamento com a BR-343, em Piripiri;

A Transnordestina é uma ferrovia que está sendo construída com o objetivo de atender a região Nordeste, com foco no escoamento da produção do agronegócio e da indústria mineral. A malha interligará o município de Elizeu Martins, no Piauí, aos portos de Pecém, no Ceará, e Suape, em Pernambuco, possibilitando elevar a competitividade da produção agrícola e mineral, uma vez que facilitará a exportação de grãos e minérios da região beneficiada, através de portos que podem receber navios de grande porte.

Quando concluída, a ferrovia terá 1.753 km e vai passar por 29 municípios do Ceará, 35 de Pernambuco e 19 do Piauí. Atualmente há três canteiros de obra no nosso estado, localizados em Itaueira, Símplicio Mendes e Paulistana. No total, serão construídos 413 km de trilhos no Piauí, cortando os municípios de Eliseu Martins, Pavussu, Rio Grande do Piauí, Itaueira, Flores do Piauí, Pajeú do Piauí, Ribeira do Piauí, São José do Peixe, São Miguel do Fidalgo, Símplicio Mendes, Paes Landim, Bela Vista do Piauí, Nova Santa Rita, Campo Alegre do Fidalgo, São Francisco do Assis, Paulistana, Betânia do Piauí, Curral Novo do Piauí e Simões.

Quando estiver operando, a ferrovia terá capacidade para transportar até 30 milhões de toneladas por ano, com destaque para minério de ferro e grãos (soja, farelo de soja, milho, algodão). O empreendimento será responsável pela criação de novos empregos, pois ajudará a dinamizar a economia da região.

3. BR-316, que atravessa o Piauí, passando por Picos, que é considerado um grande entroncamento rodoviário do Nordeste, e liga os estados do Pará e Maranhão ao estado de Pernambuco;

4. O grande eixo rodoviário do Gurgueia, constituído pelos segmentos das rodovias PI-140/ PI-141 e BR-135 (Floriano/Canto do Buriti / Elizeu Martins / Corrente / Divisa PI-BA).

As rodovias estaduais são importantes eixos coletores, quer para o escoamento da produção agrícola, quer para o tráfego de pessoas. Na região sul, um grande eixo coletor se arrasta em construção há algum tempo. Trata-se da rodovia PI-397, chamada transcerrados, ligando o município de Sebastião Leal à PI-254 e daí a Santa Filomena, atravessando os cerrados por um providencial divisor d'água, abrangendo as serras da Estiva, do Uruçuí e do Quilombo. Se concluída, essa rodovia propiciará grande economia no escoamento da produção de soja dos cerrados piauienses e no transporte de insumos para uso agrícola na região.

Ferrovias



Em relação à rede rodoviária, é insignificante a extensão da rede ferroviária que atravessa o Piauí. São apenas 523 km de extensão, compostos pelos ramais que interligam Teresina ao Porto de Itaqui, em São Luís (MA);

Teresina ao Porto de Mucuripe, em Fortaleza (CE) e Teresina ao litoral norte do estado, em Parnaíba (PI).

O sistema de ferrovias do estado é operado pela Companhia Ferroviária do Nordeste, por meio de concessão da Rede Ferroviária Federal – RFFSA. O movimento maior registrado se constitui principalmente de derivados de petróleo, cimento e óleo combustível. Vale destacar, porém, o transporte de minério de ferro, cimento, derivados de petróleo e a safra agrícola do Maranhão através da linha tronco São Luís/Teresina/Fortaleza. Algumas mercadorias saem do estado em transporte ferroviário, a exemplo de adubo, cera de carnaúba e alguns produtos alimentícios.

Metrô de Teresina

O transporte de passageiros por via ferroviária se resume ao Metrô de Teresina. Idealizado pelo engenheiro Alberto Silva, então governador

do estado, que construiu e inaugurou sua primeira etapa até a estação da Matinha, o serviço de metrô de superfície tem apenas uma linha com cerca de 10 km que liga o bairro Dirceu Arcoverde ao Centro da cidade.

O término da construção do prolongamento em elevado de concreto armado sobrepondo-se à av. Maranhão, a partir do bairro Matinha até o Shopping do Cidadão, na praça Marechal Deodoro, deu-se no governo de Wellington Dias.



Pré-metrô de Teresina na Estação da Praça da Bandeira, em frente ao Shopping da Cidade.

Barragens

Existem diversos reservatórios d'água por todo o Piauí. A maioria se constitui de barragens de terra construídas pelo governo estadual em parceria com o governo federal.

No Piauí, os reservatórios de água são subutilizados, haja vista que poderiam ter melhor aproveitamento para a irrigação, piscicultura e abastecimento das cidades vizinhas. Ressaltam-se, contudo, ações de governo representadas pela construção de adutoras para o atendimento às populações do semiárido.

São mais de setenta barragens de médio e grande porte existentes no estado. A seguir, são apresentadas as quinze principais barragens construídas no Piauí, suas localizações e respectivas capacidades de armazenamento:

Barragens	Município	Capacidade (milhões de m ³)
Boa Esperança	Guadalupe	5.000,00
Salinas	São Francisco do Piauí	387,40
Piracuruca	Piracuruca	250,00
Jenipapo	São João do Piauí	248,00
Pedra Redonda	Conceição do Canindé	216,00
Petrônio Portela	São Raimundo Nonato	181,25
Bocaina	Bocaina	106,00
Corredores	Campo Maior	63,30
Mesa de Pedra	Valença do Piauí	55,65
Caldeirão	Piripiri	54,60
Barreiras	Fronteiras	52,80
Poços	Itaueira	43,00
Ingazeiras	Paulistana	25,72
Cajazeiras	Pio IX	24,70
Joana	Pedro II	10,67

Fonte: DNOCS, Relação dos açudes públicos construídos no estado do Piauí.

Além das citadas, mais quatro barragens se encontram em construção, seis projetadas e oito em estudos preliminares.

A barragem Algodões I, com capacidade para 51 milhões de m³, no município de Cocal, foi rompida em 27 de maio de 2009, causando uma das maiores tragédias ocorridas no Piauí. As águas em fúria arrasaram casas, plantações e vegetação, provocando a morte de pelo menos nove pessoas e dezenas de animais.

De acordo com o Relatório da Comissão Especial instituída pelo Crea-PI, composta de renomados especialistas, a falta de manutenção da barragem foi a principal causa para o seu rompimento.

As adutoras projetadas e em construção são as seguintes:

Adutora	População Beneficiada (hab.)	Municípios Beneficiados	Extensão (km)
Sistema Adutor Corredores	84.000	Campo Maior, Coivaras e Alto Longá	86
Sistema Adutor Barragem dos Milagres	23.000	São João da Serra, Prata do Piauí, São Miguel da Baixa Grande, São Félix do Piauí e Santa Cruz dos Milagres	138
Sistema Adutor Mesa de Pedra	80.000	Elesbão Veloso, Francinópolis, Valença do Piauí e Lagoa do Sítio	113
Sistema Adutor do Garrincho	56.000	São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, São Lourenço, Bonfim do Piauí, Várzea Branca, Anísio de Abreu, Jurema, São Braz do Piauí, Caracol e Fartura	189

Fonte: www.pi.gov.br





Parque eólico de Pedra do Sal, município de Parnaíba.

A usina eólica da Pedra do Sal, de propriedade de uma empresa particular, possui 20 aerogeradores, com capacidade de 18 MW de potência, e atende parte da população de Parnaíba a partir de 2009. É o Piauí inserido na produção de energia eólica, conhecida também por energia dos ventos. Além de uma alternativa para o suprimento de energia, trata-se de energia limpa, renovável, que não agride o meio ambiente.

As águas do rio Parnaíba, através da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança, são fontes de geração de energia elétrica para praticamente todo o estado. A usina começou a funcionar em abril de 1970 e sua integração ao sistema CHESF deu-se em 1974. Atualmente, Boa Esperança opera com 237 MW de potência instalada. Há projetos para a construção nos próximos anos de mais cinco usinas no rio Parnaíba.





Cultura de soja nos cerrados piauienses

A cultura mecanizada de grãos no sul do Piauí teve início na década de 1990, quando agricultores gaúchos e paulistas migraram para a região, adquiriram terras e



expandiram a fronteira agrícola com a exploração dos cerrados piauienses. Estima-se que dentro de 10 anos a produção de grãos na região alcançará pelo menos 6,5 milhões de toneladas, das quais cerca de 5,5 milhões de soja. Daí justificar a instalação da unidade de processamento de soja em Uruçuí e de produção de biodiesel em Floriano.

Construção de canal de irrigação

Canal de irrigação



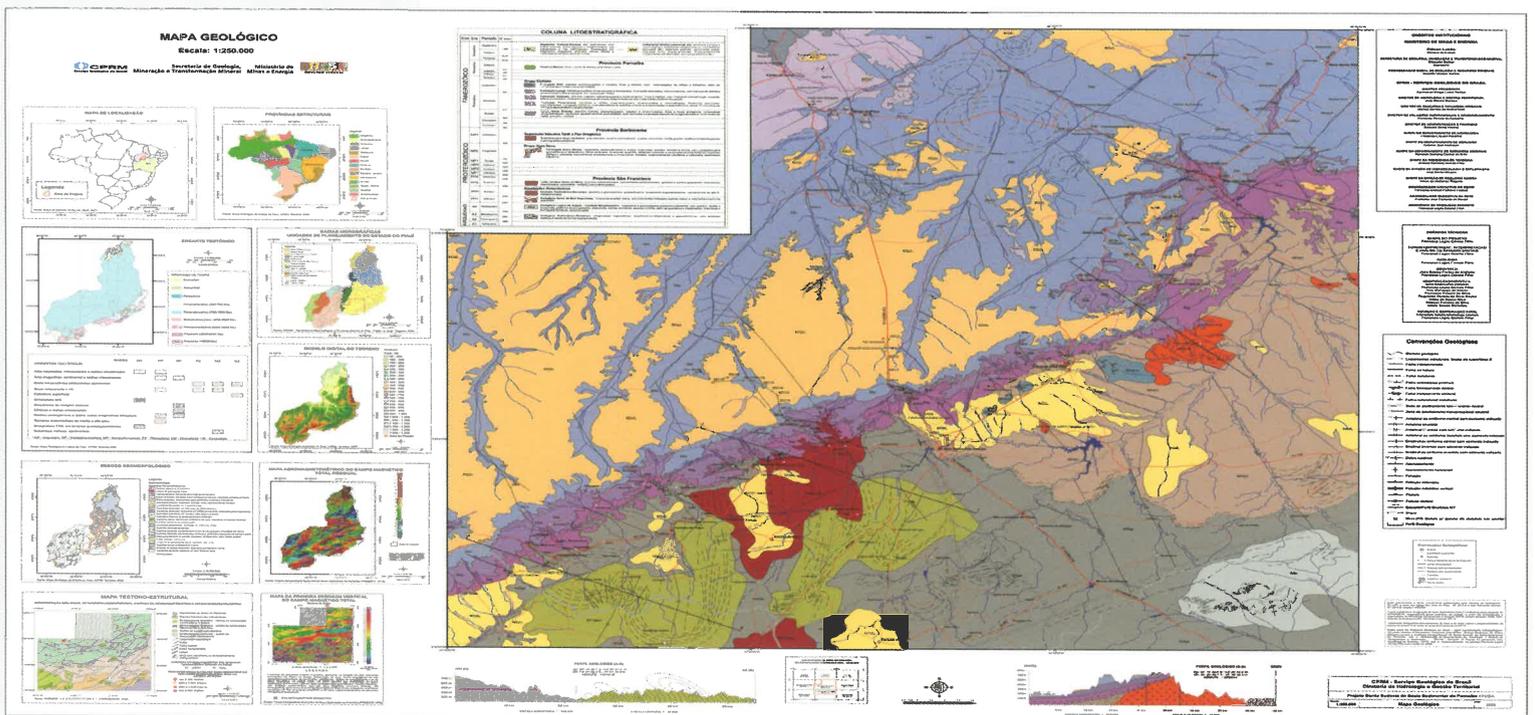
O estado possui cerca de 8,5 milhões de hectares de cerrados, dos quais 5 milhões são aptos para a agricultura intensiva e mecanizada de grãos.

Os mananciais de água dos rios, lagoas, barragens e águas subterrâneas, existentes em abundância no Piauí, elevam o potencial para a produção agrícola com a prática da agricultura irrigada, a exemplo dos projetos Platôs de Guadalupe e Tabuleiros Litorâneos.

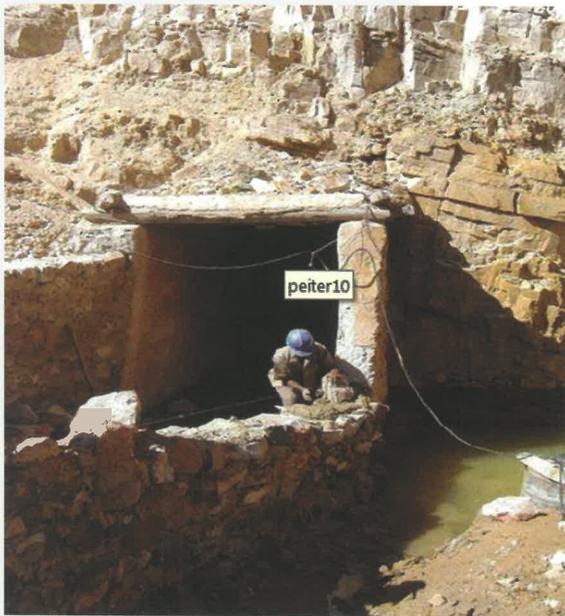


Campos de plantação de soja na região do Gurgueia.





Mapa geológico da microrregião de São Raimundo Nonato, destacando-se as ambiências e litologias que compõem os terrenos metamórficos e sedimentares da região sudeste do Piauí. (Elaborado pelo geólogo Francisco Lages, pesquisador em geociências da CPRM – Serviço Geológico do Brasil, para o Projeto Borda Sudeste da Bacia Sedimentar do Parnaíba - 2010)



Mina do Boi Morto e laboratório de lapidação artesanal, em Pedro II

Mina de Opala do Boi Morto, município de Pedro II

A mina de opala do Boi Morto, no município de Pedro II, é uma das mais importantes do mundo, pois as opalas ali produzidas possuem qualidade ímpar, em relação a outros tipos semelhantes existentes no mundo, inclusive em comparação com as minas da Austrália. A importância dessas pedras preciosas é tão grande que a maioria das gemas extraídas são encontradas hoje nos grandes centros da Europa e EUA, como: Amsterdã, Londres, Zurich, Nova York e até em Tóquio, no Japão, e em Hong Kong, na China.



Extração de ardósia, em Juazeiro do Piauí

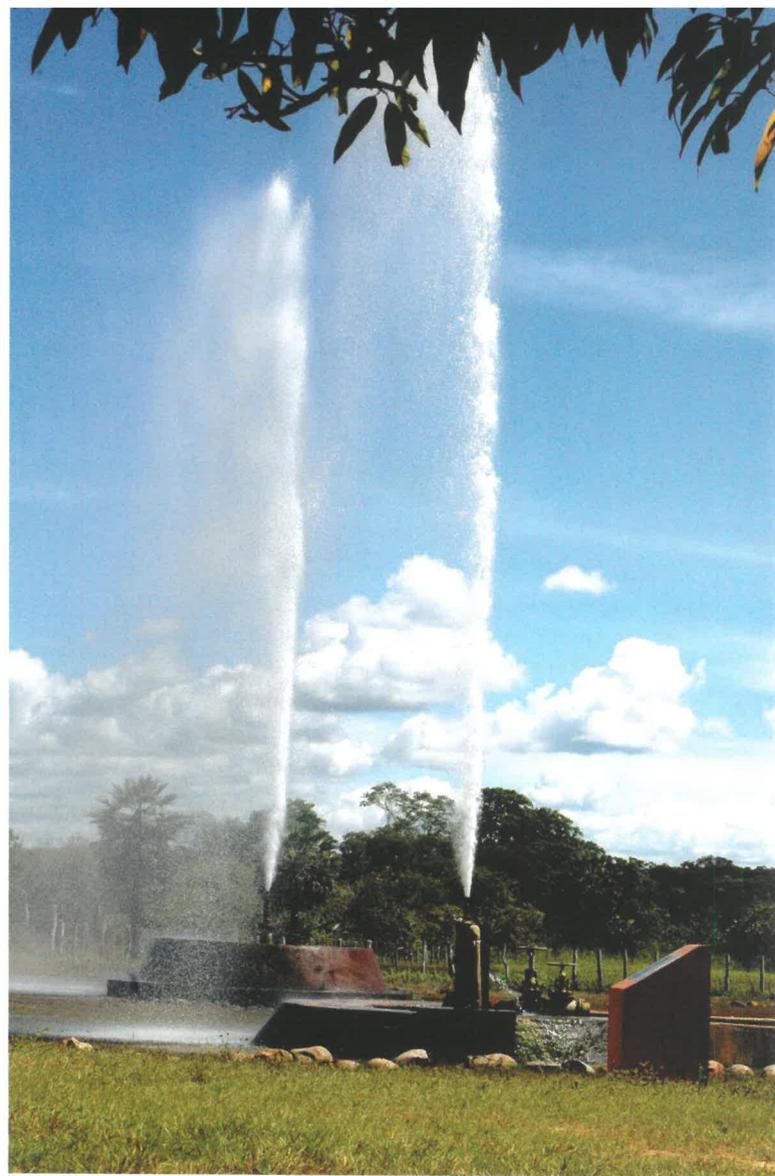
Poço Violeto, município de Cristino Castro

Poço jorrante com altura de 30m de jorro de grande potencialidade para produção de água, tendo no início de sua operação atingido uma vazão de cerca de 1 milhão de litros/hora.

O Piauí apresenta ocorrência de jazidas minerais em vários municípios. As principais minas em exploração são as seguintes:

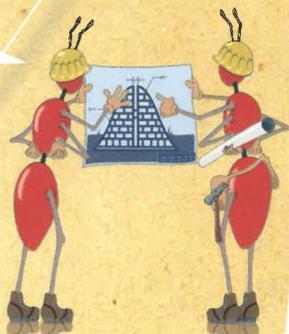
1. mármore, em Pio IX e Fronteiras;
2. calcário para cimento em Fronteiras, que atende a produção da fábrica de cimento instalada no município;
3. calcário dolomítico, nos municípios de Antonio Almeida, Santa Filomena, Porto Alegre do Piauí, Curimatá e José de Freitas, onde existem empresas particulares produzindo calcário para uso agrícola;
4. vermiculita – mineral utilizado como insumo agrícola -, explorado em Queimada Nova;
5. opala para adorno e artesanato, em Pedro II e Buriti dos Montes;
6. siltito e folhelhos, conhecidos comercialmente, respectivamente, como quartzito e ardósia, utilizados para pisos e revestimentos ornamentais, encontrados nos municípios de Juazeiro do Piauí, Castelo do Piauí, Campo Maior, Piripiri, Pedro II e Piracuruca.

Além dessas citadas, existem em exploração expressivas jazidas de argilas para cerâmica e de materiais de construção em diversos municípios.



A ENGENHARIA NO REINO ANIMAL^(*)

Os formigueiros são verdadeiras obras de engenharia. As formigas constroem suas casas utilizando métodos semelhantes aos do engenheiro civil na construção residencial. Os túneis superficiais do formigueiro funcionam como as calhas das casas, que servem para absorver a água da chuva e impedir a inundação dos outros túneis que ficam no interior.



O João-de-Barro é considerado um bom arquiteto e engenheiro. O ninho feito por essa ave passeriforme, além de aconchegante e seguro, é projetado da melhor maneira possível. Como o João-de-Barro descobre a direção e sentido predominante do vento, para construir sua casa com a porta voltada para o lado oposto? Dessa forma a chuva não entra no ninho e assim protege a fêmea e os filhotes.

A teia de aranha é outro exemplo da prática da engenharia no reino animal. O aracnídeo usa várias glândulas para produzir fios secos ou adesivos de diferentes espessuras. Inicialmente, faz um longo e fino fio cuja extremidade, levada pelo vento, gruda em uma superfície. Após o reforço desse fio com idas e vindas, a aranha vai até o meio da linha e puxa outra fibra para baixo até grudar em algo. As linhas em forma de Y são a base da teia. A partir delas, os fios tecidos formam raios como aros de uma roda de bicicleta e, sobre estes, é construída a espiral, marca registrada com que esses artrópodes fazem suas armadilhas para capturar suas presas.

O mel produzido pelas abelhas é depositado nos alvéolos, que são as unidades básicas de armazenamento de uma colméia. O conjunto desses alvéolos ou células hexagonais é chamado de FAVO.

A forma hexagonal dos alvéolos e a disposição destes no favo de mel é a solução de maior aproveitamento de espaço, isto é, o volume de mel depositado no favo com esse formato não caberia no mesmo espaço se sua disposição e forma fosse outra qualquer. As abelhas, portanto, são exímias engenheiras.

(*) Artigo do mesmo autor desta obra, publicado na Revista do CEPI, nº 02, ano II, dez/2007.

Composição do Crea-PI em 2015

Diretoria Executiva

Presidente

Eng. Civil Paulo Roberto Ferreira de Oliveira

1º Vice-Presidente

Eng. Civil Teodoro da Silva Reinaldo

2º Vice-Presidente

Eng. Agrônomo Orlando Ferreira da Costa

1ª Diretora Administrativa

Eng. Civil Maria do Socorro Gomes Araripe Seabra

2º Diretor Administrativo

Eng. Agrônomo José Carvalho Rufino

1º Diretor Financeiro

Eng. Civil Francisco Sergil de Castro Araújo

2º Diretor Financeiro

Geólogo Joaquim Arcoverde Filho

CÂMARAS ESPECIALIZADAS - CREA/PI

Câmara Especializada de Engenharia Civil - CEEC

Coordenador: Eng. Civ. Paulo Afonso Brandão Alexandrino

Coordenador Adjunto: Eng. Civ. Francisco Carlos Torres Silva

Representante do Plenário: Eng. Agrim. Olivan Araújo Gonçalves

Membros Efetivos/Suplentes

Eng. Civ. Afonso José Reis Antão / Eng. Civ. Ayrton José da Costa Luz

Eng. Civ. Paulo Afonso Brandão Alexandrino / Eng. Civ. Abelardo Cerqueira de Moura Bezerra

Eng. Civ. Francisco Assis de Sousa Leal / Eng. Civ. Luiz Henrique Pereira Facchinetti

Eng. Civ. Raimundo José da Silva Santos / Eng. Civ. Raimundo Nonato dos Santos Neto

Eng. Civ. José Mizaél de Aquino / Eng. Civ. José Hudson Ferreira Barros

Eng. Civ. Reginaldo Rufino Leal

Eng. Civ. Teodoro da Silva Reinaldo

Eng. Civ. Francisco Carlos Torres Silva / Eng. Civ. José Ribamar Alves Ferreira

Eng. Civ. José Napoleão Filho

Eng. Civ. Francisco Sergil de Castro Araújo / Eng. Civ. Herbert dos Santos Matos Júnior

Eng. Civ. Maria do Socorro Gomes Araripe Seabra / Eng. Civ. Manoel Gustavo Costa de Aquino

Eng. Civ. Francisco de Assis Carvalho / Eng. Civ. Jorge André Gomes Machado

Eng. Civ. Laílson Ancelmo / Eng. Civ. Herbert Soares Lima

Câmara Especializada de Agronomia – CEA

Coordenador: Eng. Agr. Carlos Fortes Pádua Filho
Coordenador Adjunto: Eng. Agr. Arnaud Azevêdo Alves
Representante do Plenário: Eng. Civ. José Napoleão Filho

Membros Efetivos / Suplentes

Eng. Agr. Francisco Sobrinho Amorim de Araújo / Eng. Agr. Palmos Bergem Cordeiro da Costa
Eng. Agr. José Tadeu Santos Oliveira / Eng. Agr. Francisco das Chagas Silva Lira
Eng. Agr. Adriana Chagas Barreto
Eng. Agr. Francisco Ferreira de Lima/ Eng. Agr. José Aduino Olímpio
Eng. Agr. Carlos Fortes Pádua Filho/ Eng. Agr. Carlos Domingos de Andrade Filho
Eng. Agr. Wilton Fontenele / Eng. Agr. Gilberto Pedreira Santiago
Eng. Agr. José Carvalho Rufino/ Eng. Agr. Francisco de Assis Filho
Eng. de Pesca Edson Falcão Lima/ Eng. Agr. Francisco de Assis Portela e Castro Veloso
Eng. Agr. Orlando Ferreira da Costa / Eng. Agr. Lucas Bittencourt da Silva
Eng. Agr. Arnaud Azevêdo Alves/ Eng. Agr. Luis Alfredo Pinheiro Leal Nunes

Câmara Especializada de Engenharia de Elétrica, Geologia e Minas e Mecânica - CEEEGMM

Coordenador : Eng. Eletric. Moacyr Freitas de Almendra Gayoso Júnior
Coordenador Adjunto: Eng. Eletric. Marcus David da Silva Holanda
Representante do Plenário: Eng. Civil Raimundo José da Silva Santos

Membros Efetivos / Suplentes:

Eng. Mec. Ronald do Monte Santos / Eng. Mec. Dorival Mendes Rodrigues
Eng. Eletric. Moacyr Freitas de Almendra Gayoso Júnior
Geólogo Joaquim Arcoverde Filho / Geólogo Valmir Batista
Eng. Eletric. Marcus David da Silva Holanda / Eng. Eletric. Pablo Kennedy Santana Santos

Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura- CEEAGRIM

Coordenador: Eng. Agrim. Rogério de Carvalho Vêras
Coordenador Adjunto: Eng. Agrim. Oliven Araújo Gonçalves
Representante do Plenário: Geólogo Joaquim Arcoverde Filho

Membros Efetivo/Suplente:

Eng. Agrim. Marcos Machado Albuquerque / Eng. Agrim. Antônio Aderson dos Reis Filho
Eng. Agrim. Rogério de Carvalho Vêras
Eng. Agrim. Oliven Araújo Gonçalves / Eng. Agrim. Francisco Marcelo Carvalho Mendes

COMISSÕES PERMANENTES - CREA/PI

Mandato: 12 JAN 2015 a JAN 2016

01 - Comissão Permanente de Educação e Legislação Profissional
Coordenador : Eng. Agr. Arnaud Azevêdo Alves
Coordenador Adjunto : Eng. Agrim. Rogério de Carvalho Veras
Membros: Eng. Pesca Edson Falcão Lima
Eng. Agr. Paulo Afonso Brandão Alexandrino
Eng. Agr. Wilton Fontenele

02 - Comissão Permanente de Orçamento e Tomada de Contas

Coordenador: Eng. Agr. José Tadeu Santos de Oliveira
Coordenador Adjunto : Eng. Civ. Francisco Assis de Sousa Leal
Membros: Eng. Agr. Francisco Sobrinho Amorim de Araújo
: Eng. Civ. Raimundo José da Silva Santos
: Eng. Agr. Adriana Chagas Barreto

03 - Comissão Permanente de Ética Profissional

Coordenador: Eng. Agr. Wilton Fontenele
Coordenador Adjunto : Eng. Civ. Maria do Socorro Gomes Araripe Seabra
Membros: Eng. Civ. Francisco de Assis Carvalho
: Eng. Civ. Francisco Sergil de Castro Araújo
: Eng. Eletric. Moacyr Freitas de Almendra Gayoso Júnior

04 - Comissão Permanente do Meio Ambiente

Coordenadora: Eng. Agr. Adriana Chagas Barreto
Coordenador Adjunto : Eng. Pesca Edson Falcão Lima
Membros: Eng. Agr. Wilton Fontenele
: Eng. Civ. Francisco Sergil de Castro Araújo
: Eng. Civ. Lailson Ancelmo

05 - Comissão Permanente do Conselho Editorial

Coordenadora: Eng. Civ. Paulo Roberto Ferreira de Oliveira
Coordenador Adjunto : Eng. Civ. Francisco Sergil de Castro Araújo
Membros: Eng. Civ. José Napoleão Filho
: Eng. Agr. José Carvalho Rufino
: Eng. Agrim. Rogério de Carvalho Veras

06 - Comissão Permanente de Segurança do Trabalho

Coordenador: Francisco de Assis Carvalho
Coordenador Adjunto : Eng. Agr. Marcos Machado Albuquerque
Membros: Eng. Agr. Maria do Socorro Gomes Araripe Seabra
Eng. Agr. Raimundo José da Silva Santos
Eng. Agr. Ronald do Monte Santos

07 - Comissão Permanente de Renovação do Terço do Crea-PI.

Coordenador : Eng. Agr. Rogério de Carvalho Veras
Coordenador Adjunto : Eng. Agr. Carlos Fortes Pádua Filho
Membros: Eng. Agr. José Tadeu Santos Oliveira
: Eng. Agrim. Olivan Araújo Gonçalves
: Eng. Civ. Teodoro da Silva Reinaldo

OUTRAS COMISSÕES – Crea-PI

01 – Comissão Eleitoral Regional – CER

Coordenador: Eng. Agrim. Olivan Araújo Gonçalves
Coordenador Adjunto : Eng. Civ. Paulo Afonso Brandão Alexandrino
Membros: Eng. Agr. Wilton Fontenele

02 - Comissão Especial do Mérito

Coordenador: Eng. Agr. Orlando Ferreira da Costa
Coordenador Adjunto : Eng. Agr. Arnaud Azêvedo Alves
Membros: Eng. Eletric. Moacyr Freitas de Almendra Gayoso Júnior
Eng. Civ. José Napoleão Filho
Eng. Agr. José Tadeu Santos Oliveira

03 – GT de Acessibilidade

Coordenador: Eng. Mec. Dorival Mendes Rodrigues
Coordenador Adjunto : Eng. Civ. José Mizael de Aquino
Membros: Eng. Civ. Francisco Assis de Sousa Leal
Eng. Agr. Wilton Fontinele
Eng. Agrim. Olivan Araújo Gonçalves

Bibliografia

Documentos consultados

- Clube de Engenharia do Piauí (CEPI). Reuniões de Diretoria. Teresina, Piauí. Atas das Reuniões da Diretoria de 1970 a 2009.
- Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Piauí (Crea-PI). Teresina, Piauí. Atas das Reuniões Plenárias Ordinárias do Conselho, nº 01 a 479, realizadas de 1976 a 2015.
- Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Piauí (Crea-PI). Teresina, Piauí Atas das Reuniões Plenárias Extraordinárias do Conselho, nº 01 a 81.
- Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Piauí (Crea-PI). Teresina, Piauí. Instalação do Conselho. Ata da Sessão Especial, nº 01, realizada a 27 de dezembro de 1975.
- Controladoria e Gerência Administrativa do Crea-PI. Relatório de Gestão 2009. Teresina-PI, 2009.
- Fundação CEPRO; Governo do Estado do Piauí. Ministério de Minas e Energia (MME). Diagnóstico e Diretrizes para o Setor Mineral do Estado do Piauí. Teresina, novembro de 2005.

Livros e publicações

- AFONSO, Alcilia. Revolução na Arquitetura: Recife, Década de Trinta. Intervenções do Estado sobre a arquitetura e o espaço da Cidade de Recife. Teresina: EDUFPI. 2001.
- _____. Arquitetura em Teresina: 150 anos. Da Origem à contemporaneidade. Teresina: Halley. 2002.
- _____. La Consolidación de la arquitectura moderna en Recife en los años 50. Barcelona: tese doutoral defendida no programa de pós-graduação em projetos arquitetônicos da ETSAB/UPC. 2006.
- _____. Arquitetura e Documentação: A Pesquisa sobre modernidade arquitetônica em Teresina. Salvador: Anais do 3º. Arquivemória. 2008.
- _____. “A busca pela identidade moderna na arquitetura piauiense de Anísio Medeiros nos anos 50”. Rio de Janeiro. 8º. Seminário DCOMOMO Brasil.2009.
- AFONSO, Alcília; MORAES, Michele de (coord.). Arquitetura Piauiense. Teresina: EDUFPI, 2009.
- AMORIM, Avelar Damasceno. Sementes para os Agricultores (as) Familiares. Teresina-PI: AEAPI, 2009.
- APPM; CEDEG. “Por que o Estado do Gurguéia?”. Equipe de Elaboração: Francisco Ferreira de Lima, Jesualdo Cavalcanti Barros, José Lopes de Sousa Neto, José Mendes de Sousa Moura, Valmir Martins Falcão Sobrinho. 2ª edição. Teresina: Editor Alcide Filho, 2008.
- AZEVEDO, Ney Fernando Perracini de. Memória da ABENC. Brasília: Associação Brasileira de engenheiros Civis – ABENC, 2014
- BACHA, E. L. “Moeda, Inércia e Conflito: reflexões sobre políticas de estabilização no Brasil”, In “Pesquisa e Planejamento Econômico”, RJ, abril/1988.
- BARSA, Enciclopédia. Encyclopaedia Britannica. Vol. 6, p. 510-512. Consultoria Editorial Ltda, 1994.
- BENJAMIN, César. A Engenharia e o Desenvolvimento. Disponível em < <http://fisenge.org.br/2007/09/10/a-engenharia-e-o-desenvolvimento/> > Acesso: 03/04/2010.
- BRASIL. Processo Constituinte 1991/1992: reorganização do sistema e revisão da legislação profissional. CONFEA, Entidades Nacionais, Mútua, CREAs: memória. São Paulo: Oboré, 1993.
- CAVALCANTI, Nireu Oliveira. Arquitetos e Engenheiros – Sonho de Entidade desde 1798, edição CREA-RJ, 2007.
- CHAVES, Paulo Alberto Diniz. Antonino Freire: uma biografia. Teresina: o autor, 2009.
- CONFEA. Manual de procedimentos para a verificação e fiscalização do exercício e da atividade profissional. Brasília: CONFEA, 2007.

- CONFEA. Laurea ao Merito: Sistema CONFEA/ CREA. Brasılia: CONFEA, 2009
- DIAS, Cid de Castro. Piauí: projetos estruturantes. Teresina: Alinea Publicações Editora, 2006.
- FILHO, Walter Logatti et al (Org.) Laurea ao Merito 2014 – Confea. CONFEA, 2014.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Vargas: O Capitalismo em Construção. Sao Paulo, Brasiliense, 1969.
- GERENCIA DE COMUNICAÇÃO DO CONFEA-CGO. Profissionais da Engenharia e da Agronomia. O que fazem? Conhea as atribues, áreas de atuação e atividades desses profissionais. CONFEA, 2014
- GONÇALVES, Wilson. Dicionário Histórico-Biográfico Piauiense. Teresina: Gráfica e Editora Júnior LTDA, 1993.
- _____. Antologia da Academia Piauiense de Letras. Teresina, 2000.
- JORNAL DA SOEA BEM AQUI, !. Teresina: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, 1 edo, 12 agosto 2014. 8 p
- JORNAL DA SOEA BEM AQUI, !. Teresina: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, 5 edo, 16 agosto 2014. 8 p.
- JORNAL DO CREA-PI: Conselho Regional de Engenharia; Arquitetura e Agronomia do Piauí. Teresina-PI, ano I, n 1 e 3; 1987-1992.
- JORNAL DO CREA-PI: Conselho Regional de Engenharia; Arquitetura e Agronomia do Piauí. Teresina-PI, ano II, n 4, 5, 6 e 7; 1993-1994.
- JORNAL DO CREA-PI: Conselho Regional de Engenharia; Arquitetura e Agronomia do Piauí. Teresina-, PI, ano XI, n 27, julho/2008.
- LAGONI, C. G. “A Crise do Desenvolvimento”, Rio de Janeiro, Editora José Olímpio, 1985.
- LANG, Wilson [et al].O Conselho e o sistema CONFEA/CREA/MUTUA. Brasılia: CONFEA, 2006.
- MACEDO, Edison Flávio. Manual do Profissional: introdução  teoria e prática das profissões do Sistema Confea/Creas. Florianópolis: Record, 1999.
- _____. Compromissos Permanentes e Transformações Necessárias. Brasılia: Confea, 2001.
- _____. O Conselho Federal e seus conselheiros: elementos para uma reconstrução histórica. Brasılia: CONFEA, 2005.
- MENDES, Felipe. Economia e Desenvolvimento do Piauí. 2003. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.
- MOURA, José Mendes de Sousa; CHAVES, Paulo. (Org.). Laurea ao Merito 2012 – CREA-PI. Teresina-PI: Gráfica e Editora Livramento, 2012.
- MOURA, José Mendes de Sousa. O Profissional da Engenharia – do antigo politécnico ao moderno especialista. In: Revista do CEPI, Ano II, N 02, dezembro de 2007.
- MOURA, José Mendes de Sousa; SOUZA, Nayhd Barros de. (Org.). Laurea ao Merito 2010 – CREA-PI. Teresina-PI: Halley S. A. Gráfica e Editora, 2010.
- _____. A Criação do CREA no Piauí foi uma Conquista do CEPI. In: Revista do CEPI: Publicação Técnica e Literária do Clube de Engenharia do Piauí. Ano III, N 03. 2009, p. 10.
- MÚTUA: Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea. Informativo. Junho/2010.
- OLIVEIRA, Geraldo Dirceu. História da Evolução da Engenharia. Belo Horizonte: AEAEUFMG, 2010
- OLIVEIRA, Tarccio Vilarinho Gomes de. Ponte João Luiz Ferreira. Texto fornecido pelo autor. 2010.
- PEREIRA, Lígia Maria Leite. Sistema Confea/Creas – 75 anos construindo uma nação. Brasılia: CONFEA, 2008.
- PR-ACESSO, Núcleo. .Acessibilidade para todos: uma cartilha de orientação. Rio de Janeiro: Núcleo Pr-Acesso, UFRJ/FAU/PROARQ, 2004.
- REIS, Agostinho. Gurguéia: o Vale da Esperança. Brasılia: INCRA, 1995.
- REVISTA DO CREA: Informativo do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Piauí. Ano I, n I, julho/agosto, 1994.
- REVISTA DO CREA: Informativo do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Piauí. Ano I, n III. Novembro/dezembro, 1994.
- REVISTA DO CREA: Informativo do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Piauí. Ano I, n V, março/abril, 1995.
- REVISTA DO CREA: Informativo do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e

Agronomia do Piauí. Ano II, nº VIII, setembro/outubro, 1996.
REVISTA DO CREA: Informativo do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Piauí. Ano II, nº IX, dezembro, 1996/janeiro, 1997.
REVISTA DO CREA: Informativo do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Piauí. Ano IV, nº XI, janeiro/fevereiro, 1998.
REVISTA DO CREA: Informativo do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Piauí. Ano V, nº XIII, julho/agosto, 1998.
REVISTA DO CREA: Informativo do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Piauí. Ano V, nº XIII, setembro/outubro, 1998.
REVISTA DO CREA: Informativo do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Piauí. Ano VI, nº XV, maio/junho, 1999.
REVISTA DO CREA: Informativo do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Piauí. Ano VI, nº XVII, setembro/outubro, 1999.
REVISTA DO CREA: Informativo do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Piauí. Ano VIII, nº 23, outubro/novembro, 2004.
REVISTA DO CREA: Informativo do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Piauí. Ano IX, nº 25, julho/agosto/setembro, 2005.
REVISTA DO CREA: Informativo do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Piauí. Ano I, nº 01, agosto/setembro, 2006.
REVISTA DO CREA: Informativo do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Piauí. Ano XI, nº 28, novembro/dezembro, 2008.
SÁ, Elizabeth (Conselho Editorial. Jornalista Responsável). João Gabriel Baptista: História, Engenharia e Letras. In: Revista do CEPI: Publicação Técnica e Literária do Clube de Engenharia do Piauí. Ano I, nº 01, out/2006, p. 24-25.
TEIXEIRA, Pedro Wellington G. N. Pontes de Teresina: uma análise estrutural. In: Revista do CEPI: Publicação Técnica e Literária do Clube de Engenharia do Piauí. Ano I, nº 01, out/2006, p. 18-23.
VILHENA, Marcos Aurélio Gonçalves de. Vôo de Ícaro: tensões e drama de um industrial no sertão. Teresina, 2006.

Sites

www.71soea.soea.org.br
www.alepi.pi.gov.br/hm-elmanoferrer.asp
www.caupi.org.br
www.Confea.org.br
www.crea-pi.org.br
www.fentec.org.br
MINERVA WEB. Sistema de informações técnicas e administrativas do Crea-PI.
www.pac.gov.br/
www.sudene.gov.br/

Siglas

AEAPI: Associação dos Engenheiros Agrônomos do Piauí;
ABEMEC-PI: Associação Brasileira de Engenheiros Mecânicos, seção Piauí;
ABENC: Associação Brasileira de Engenheiros Civis;
ABENC/PI: Associação Brasileira de Engenheiros Civis – Departamento do Piauí;
ABRAP: Associação Brasileira de Entidades de Engenharia de Avaliação e Perícia;
AGEPI: Associação dos Geólogos do Piauí;
AGESPISA: Águas e Esgotos do Piauí S.A.
APEAG: Associação dos Engenheiros Agrimensores do Piauí.
APEGATE: Associação Campomaiorensense dos Engenheiros, Geólogos, Agrônomos, Tecnólogos e Técnicos;
APERCAM: Associação de Profissionais de Engenharia da Região de Campo Maior;
APIEST: Associação Piauiense de Engenheiros de Segurança do Trabalho;
ART(s): Anotação (s) de Responsabilidade Técnica;
ASPENP: Associação Profissional dos Engenheiros de Picos;
CAR: Cadastro Ambiental Rural;
CAU: Conselho de Arquitetura e Urbanismo;
CEA: Câmara Especializada de Agronomia;
CEAG-PI: Centro de Apoio Gerencial à pequena e Média Empresa do Piauí (antigo NAG-PI, substituído pelo SEBRAE);
CEAGRIM: Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura;
CEArq: Câmara Especializada de Arquitetura;
CEEC: Câmara Especializada de Engenharia Civil;
CEEEAGMM: Câmara Especializada de Engenharia de Elétrica, Geologia e Minas e Mecânica
CEPISA: Eletrobrás Distribuição Piauí;
CER: Comissão Eleitoral Regional;
CERNE: Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste;
CEPI: Clube de Engenharia do Piauí;
CESVALE: Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba;
CONBEA: Congresso Brasileiro de Engenharia Agrícola;
CONEMI: Congresso Nacional de Engenharia Mecânica e Industrial;
CONFEA: Conselho Federal de Engenharia e Agronomia;
CPRM: Serviço Geológico do Brasil;
CREA - PI: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Piauí;
DNER: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem;
DNIT: Departamento Nacional de Infraestrutura Terrestre;
DRTE/PI: Delegacia regional do Trabalho no Piauí.
DRT-PI: Delegacia Regional do Trabalho;
ELETROBRÁS: Centrais Elétricas Brasileiras S. A.;
EMATER: Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí;
EMEL: Eletromecânica e Engenharia Ltda.;
ENAJ: Encontro Nacional de das Assessorias Jurídicas do Sistema Confea/Crea;
ENFISA: Encontro de Fiscalização e Seminário Regional de Agrotóxicos;
ETA: Estação de Tratamento de Água;
FECON: Feira e Congresso Internacional de Engenharia e Arquitetura do Piauí;
FENTEC: Federação das Entidades dos Técnicos
FNE: Federação Nacional dos Engenheiros;
FPI: Fiscalização Preventiva Integrada;
GT: Grupo de discussão;

IAB-PI: Instituto de Arquitetos do Brasil, departamento do Piauí;
IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis;
ICL: Imóveis e Construções Ltda.;
INBEC: Instituto Brasileiro de Educação Continuada;
IPIAPE: Instituto Piauiense de Avaliação e Perícia de Engenharia;
NAG-PI: Núcleo de Assistência Gerencial do Piauí;
OAB: Ordem dos Advogados do Brasil;
OEDSV: Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária Vegetal;
SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (substituiu o CEAG-PI);
SEMAR: ?
SEMDEC: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;
SENGE-PI: Sindicato dos Engenheiros do Piauí;
SIGEC: Sistema de Gestão do Crea;
SINTEC-PI: Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio;
SIPDA: Simpósio Internacional de Proteção contra Descargas Atmosféricas;
SMP: Salário Mínimo Profissional;
PMT: Prefeitura Municipal de Teresina;
PRODAFISC: Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Fiscalização;
PRODEPI: Empresa de Processamento de Dados do Piauí;
PRODESU: Programa de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Confea/Crea e Mútua;
UFPE: Universidade Federal de Pernambuco;
UFPI: Universidade Federal do Piauí;

Entrevista

ALCÂNTARA, Fernando Pedreira de Albuquerque e. Entrevista com funcionário, função atual: Advogado; Procurador Autárquico. Teresina-PI, Crea-PI, p.1,2 e 3. Entrevista concedida a Everton Diego S. R. Santos.

DOURADO, Lúcia Eliene Parentes Ferreira. Entrevista com funcionária, função atual: Tesoureira. Teresina-PI, Crea-PI, p. 1. Entrevista concedida a Everton Diego S. R. Santos.

FILHO, Mozart. Entrevista com funcionário (questionário), função atual: Assessor e Consultor em Engenharia de Avaliações e Perícias. Teresina-PI, Crea-PI, p. 1. Roteiro elaborado por Nayhd Barros de Souza.

MIRANDA, Wolteres Alencar. Entrevista com funcionário, função atual: Assessor Jurídico/Assessor de Relações Institucionais. Teresina-PI, Crea-PI. Entrevista concedida a Diego Barbosa A. Costa.

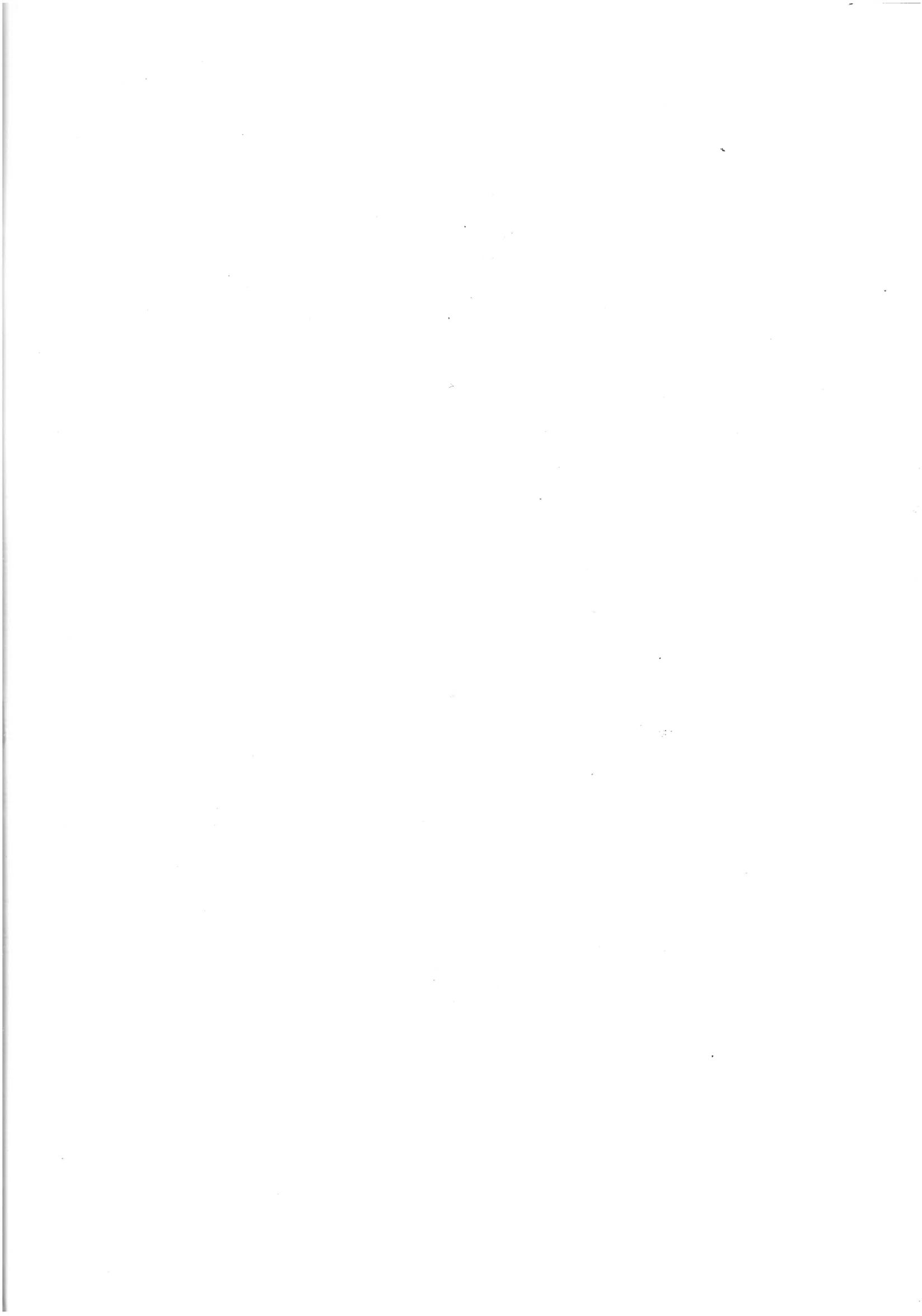
NASCIMENTO, Josevaldo. Entrevista com funcionário, função atual: Assessor Técnico. Teresina-PI, Crea-PI. Entrevista concedida a Diego Barbosa A. Costa.

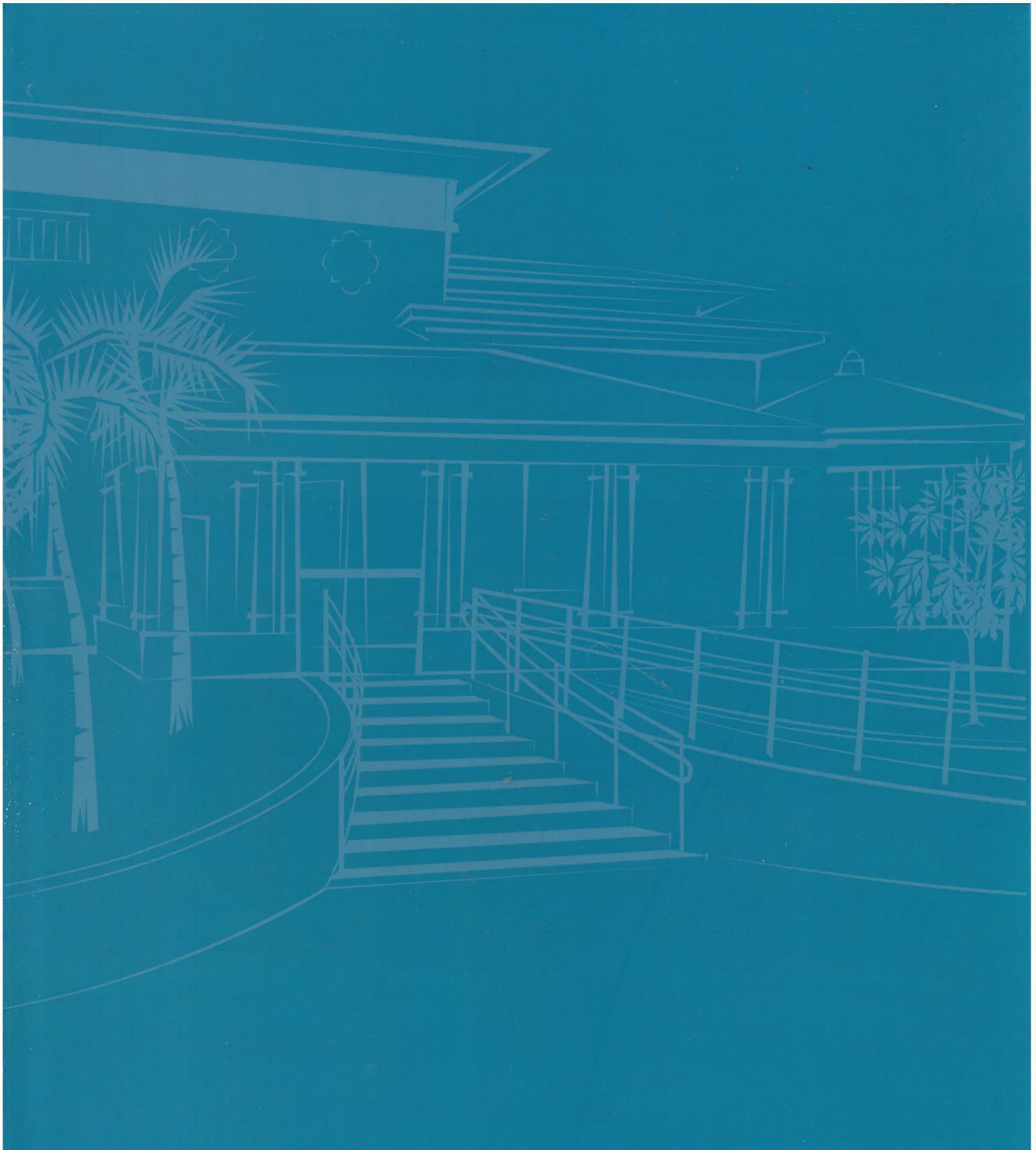
NASCIMENTO, Josevaldo. Entrevista com funcionário (questionário), função atual: Superintendente. Teresina-PI, Crea-PI, p. 1 e 2. Roteiro elaborado por Nayhd Barros de Souza.

OLIVEIRA, Luis Barbosa. Entrevista com funcionário, função atual: Gerente do Departamento de RH. Teresina-PI, Crea-PI, p.1. Entrevista concedida a Diego Barbosa A. Costa.

SOARES, Thaize Paulo de. Entrevista com funcionária, função atual: Desenvolvedora de TI. Teresina-PI, Crea-PI. Entrevista concedida a Diego Barbosa A. Costa.

SOUSA, Francisca Maria Torres de. Entrevista com funcionária, função atual: Chefe do Departamento Administrativo e Financeiro. Teresina-PI, Crea-PI. Entrevista concedida a Diego Barbosa A. Costa.





ISBN 978-85-65219-33-4



9 788565 219334

CONFEA
Conselho Federal de Engenharia
e Agronomia



CREA-PI
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia do Piauí



MUTUA
Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA-PI